



REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Nº 37/2008





REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual nº 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução nº 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, de Buenos Aires, em 1916, e reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 14.074, de 19 de fevereiro de 1920.



© 2008 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

EDITOR

Samuel Barros de Medeiros Albuquerque

CONSELHO EDITORIAL

(Comissões de História e Geografia do IHGSE)

Adelci Figueiredo Santos (UFS)

Ana Maria Fonseca Medina (Memorial do Poder Judiciário)

Antônio Fernando de Araújo Sá (UFS)

Beatriz Góiz Dantas (UFS)

Neuza Góis Ribeiro (UFS)

Vera Lúcia França (UFS)

FICHA TÉCNICA

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Adilma Menezes CESAD/UFS

Imagem da Capa

Brasão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Tiragem

350 exemplares

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFS

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe/
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. – Vol. 1,
n. 1 (1913) –. – Aracaju: Instituto Histórico e Geo-
gráfico de Sergipe, 1913-

1. História de Sergipe. 2. Geografia de Sergipe.

CDU 91+94(813.7) (05)



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Rua Itabaianinha, 41
Aracaju - Sergipe, 49010-190
Fundado em 06 de agosto de 1912

PRESIDENTE HONORÁRIO
Governador do Estado
Marcelo Déda Chagas

PRESIDENTE DE HONRA
Maria Thetis Nunes

DIRETORIA

PRESIDENTE
José Ibarê Costa Dantas

VICE-PRESIDENTE
Terezinha Alves de Oliva

SECRETÁRIO GERAL
Lenalda Andrade Santos

1º SECRETÁRIO
Tereza Cristina Cerqueira da Graça

2º SECRETÁRIO
José Rivadálvio Lima

ORADOR
Antonio Carlos Santos

1º TESOUREIRO
Saumíneo da Silva Nascimento

2º TESOUREIRO
Ancelmo de Oliveira

DIRETOR DO MUSEU E
DA PINACOTECA
Verônica Maria Menezes Nunes

DIRETOR DO ARQUIVO E
DA BIBLIOTECA
Itamar Freitas de Oliveira



COMISSÕES

COMISSÃO DE HISTÓRIA

Ana Maria Fonseca Medina
Antônio Fernando de Araújo Sá
Beatriz Góiz Dantas

COMISSÃO DE GEOGRAFIA

Adelci Figueiredo Santos
Neuza Góiz Ribeiro
Vera Lúcia França

COMISSÃO DE ADMISSÃO DE SÓCIOS

Ednalva Freire Caetano
Gilton Feitosa Conceição
Petrônio Andrade Gomes

COMISSÃO DE DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Cristina de Almeida Valença
Samuel Barros de M. Albuquerque
Vanessa Santos de Oliveira

COMISSÃO DE FINANÇAS E PATRI- MÔNIO

José Hamilton Maciel Silva
Luíz Eduardo de Magalhães
Newton Pedro da Silva

COMISSÃO DE ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA

Antônio Bittencourt Júnior
Antônio Porfírio de Matos Neto
Suely Gleide Amâncio da Silva

SÓCIOS BENEMÉRITOS

1. Antônio Carlos Valadares
2. Edvaldo Nogueira
3. João Alves Filho
4. João Fontes de Faria
5. João Gomes Cardoso Barreto]
6. José Carlos Mesquita Teixeira
7. José Eduardo Barros Dutra
8. Lourival Baptista
9. Luiz Eduardo de Magalhães
10. Marcelo Déda Chagas
11. Maria do Carmo Nascimento Alves
12. Sebastião Celso de Carvalho

SÓCIOS HONORÁRIOS

1. Jackson da Silva Lima
2. Manoel Cabral Machado

SÓCIOS EFETIVOS

1. Afonso Barbosa de Souza
2. Aglaé D'Avila Fontes
3. Airton Bezerra Lócio de Carvalho
4. Alexandre de Santana Magalhães
5. Amâncio Cardoso dos Santos Neto
6. Ana Conceição Sobral de Carvalho
7. Ana Maria Fonseca Medina
8. Ancelmo de Oliveira
9. Antônio Bittencourt Júnior
10. Antônio Carlos dos Santos
11. Antônio Carlos Nascimento Santos
12. Antônio Fernando de Araújo Sá
13. Antônio Lindvaldo Sousa
14. Antônio Ponciano Bezerra

- | | |
|---|---|
| 15. Antônio Porfírio de Matos Neto | 52. José Rivadálvio Lima |
| 16. Antônio Samarone de Santana | 53. José Thiago da Silva Filho |
| 17. Aristela Aristides Lima | 54. José Vieira da Cruz |
| 18. Beatriz Góis Dantas | 55. Juvenal Francisco da Rocha Neto |
| 19. Bemvindo Salles de Campos Neto | 56. Lenalda Andrade Santos |
| 20. Cléber Viera Silva | 57. Lourival Santana Santos |
| 21. Cristina de Almeida Valença | 58. Luiz Alberto dos Santos |
| 22. Djaldino Mota Moreno | 59. Luiz Antonio Barreto |
| 23. Edmilson Menezes | 60. Luiz Fernando Ribeiro Soutelo |
| 24. Eduardo Antônio Seabra | 61. Luiz Vieira Lima |
| 25. Eugênia Andrade Vieira da Silva | 62. Manfredo Góes Martins |
| 26. Evande dos Santos | 63. Manoel Alves de Souza |
| 27. Fernando José Ferreira Aguiar | 64. Marcelo Batista Santos |
| 28. Francisco José Alves dos Santos | 65. Margarida Araújo Costa |
| 29. Gerson Vilas Boas | 66. Maria Glória Santana de Almeida |
| 30. Gilton Feitosa Conceição | 67. Maria Lúcia Madureira Pina |
| 31. Hélio José Porto | 68. Maria Lúcia Marques Cruz e Silva |
| 32. Ilma Mendes Fontes | 69. Maria Neide Sobral da Silva |
| 33. Itamar Freitas de Oliveira | 70. Maria Nele dos Santos |
| 34. Jean Marcel D'Avila Fontes de Alencar | 71. Mary Nadja Freire de Almeida Seabra |
| 35. João Costa | 72. Murilo Melins |
| 36. João Francisco dos Santos | 73. Neuza Maria Gois Ribeiro |
| 37. João Hélio de Almeida | 74. Osvaldo Novaes |
| 38. João Oliva Alves | 75. Pedro dos Santos |
| 39. Jorge Carvalho do Nascimento | 76. Petrônio Andrade Gomes |
| 40. José Alberto Pereira Barreto | 77. Ricardo Santos Silva Leite |
| 41. José Anderson do Nascimento | 78. Rogério Freire Graça |
| 42. José Antônio Santos | 79. Rômulo de Oliveira Silva |
| 43. José Araújo Filho | 80. Ruy Belém de Araújo |
| 44. José Francisco da Rocha | 81. Samuel Barros de Medeiros Albuquerque |
| 45. José Hamilton Maciel Silva | 82. Saumíneo da Silva Nascimento |
| 46. José Hamilton Maciel Silva Filho | 83. Suely Gleide Amâncio da Silva |
| 47. José Ibarê Costa Dantas | 84. Tadeu Cunha Rebouças |
| 48. José Lima Santana | 85. Tereza Cristina Cerqueira da Graça |
| 49. José Maria do Nascimento | 86. Terezinha Alves de Oliva |
| 50. José Mário dos Santos Rezende | |
| 51. José Marques Vieira Macedo | |



- | | |
|----------------------------------|--|
| 87. Vera Lúcia Alves França | 25. João Feltre Medeiros |
| 88. Verônica Maria Menezes Nunes | 26. João Fontes de Faria |
| 89. Vilder Santos | 27. João Justiniano da Fonseca |
| 90. Wagner da Silva Ribeiro | 28. Jorge Alecandro de Oliveira Júnior |

SÓCIOS CORRESPONDENTES

- | | |
|---|--------------------------------------|
| 1. A Nonato Marques | 31. José Passos Neto |
| 2. Acrísio Torres Araújo | 32. José Sebastião Wither |
| 3. Adilson Cezar | 33. Josué Modesto Passos |
| 4. Adirson Vasconcelos | 34. Junot Silveira |
| 5. Agnaldo Marques | 35. Lauro Fontes |
| 6. Almir de Oliveira | 36. Lilian Salomão |
| 7. Antônio Vasconcelos | 37. Luís Mott |
| 8. Arivaldo Silveira Fontes | 38. Luiz de Araújo Pereira |
| 9. Cleonice Campelo | 39. Luiz Paulino Bonfim |
| 10. Clóvis Me | 40. Manuel Correia de Andrade |
| 11. Dino Willy Cozza | 41. Márcio Polidoro |
| 12. Dionysia Brandão Rocha | 42. Marco Antônio Vasconcelos Cruz |
| 13. Edvaldo M. Boaventura | 43. Marcus Odilon |
| 14. Elodia Ferraz Macedo | 44. Maria Neide Sobral |
| 15. Elza Regis de Oliveira | 45. Mário Cabral |
| 16. Elze Bezerra | 46. Nassim Gabriel Mehedff |
| 17. Eno Teodoro Wanke | 47. Nazir Maia |
| 18. Esther Caldas Guimarães Bertoletti | 48. Omar Mont'Alegre |
| 19. Ewerton Vieira Machado | 49. Ovídio Melo |
| 20. Fábio da Silva | 50. Ricardo Teles Araújo |
| 21. Francisco C. Nobre de Lacerda Filho | 51. Rui Vieira da Cunha |
| 22. Francisco de Albuquerque | 52. Salime Abdo |
| 23. Hélio Melo | 53. Sérgio Sampaio |
| 24. João Carlos Paes de Mendonça | 54. Sônia Van Dick |
| | 55. Stela Leonardos |
| | 56. Ulisses Passarelli |
| | 57. Victorino C. Chermont de Miranda |



QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

FUNÇÃO

Oficial Administrativo
Auxiliar Administrativo
Mensalista
Executor de Serviços Básicos
Estagiário
Estagiário
Estagiário
Estagiário
Estagiário
Estagiário
Estagiário

FUNCIONÁRIO

Ângela Nickaulis Corrêa Silva
Gustavo Paulo Bomfim
Maria Fernanda dos Santos
José Carlos de Jesus
Alisson Fabiano Silva Ferro
Anne Caroline Santos Lima
Gilsimara Andrade Torres
José Alberto Caldas Júnior
Kleckstane Farias e Silva Lucena
Lucas Galindo Santos Pinto
Rafael Coelho Santana





APRESENTAÇÃO

O aparecimento do número 37 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, ao tempo em que mantém a periodicidade anual por quatro anos consecutivos, reafirma seu perfil de órgão plural acolhedor da produção intelectual de várias tendências que estudam a realidade sergipana.

Um rápido olhar no Sumário dá para perceber a diversidade de temas no presente número. Iniciando pela História da Historiografia em/de Sergipe, como grafou o seu autor, remete-se à questão da escravidão com uma análise das alforrias na região do Cotinguiba nas últimas três décadas do sistema escravocrata. Em seguida, dá vez aos estudos antropológicos, retratando, em momentos diferentes, festas de motivações religiosas em São Cristóvão e Lagarto.

Em seqüência, aparecem os resultados de pesquisa em educação, analisando publicações, normas, orientações e a contribuição de sergipanos marcantes.

Continuando, encontra-se uma produção voltada para o artesanato, mais especificamente sobre as miniaturas de Carrapicho/SE, um estudo genealógico, dando seqüência a capítulos publicados em números anteriores.

Faz parte da orientação da Revista do IHGSE publicar não somente análises, mas também documentos inéditos expressivos. Em



números anteriores, sentimos essa carência. Dessa vez, procuramos preencher a lacuna, trazendo dados eleitorais do século dezenove e epístolas reveladoras.

Nos primeiros meses do ano de 2008, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe perdeu alguns dos seus associados que deixaram um legado importante ao patrimônio cultural do Estado. Depois de homenageados em Sessão Solene e no Site da Casa (**ihgse.com.br**), apresentamos aqui alguns registros nas páginas de saudades e na transcrição de discurso.

Aproveitando o ensejo, apresentamos o Relatório de mais um ano de gestão, revelando algumas realizações e acontecimentos merecedores de registros. Seguindo o estilo em vigor nos últimos quatro anos e meio, continuamos nos empenhando diuturnamente para melhorar o funcionamento da Instituição e oferecer melhores serviços à comunidade. Para tanto, têm sido importantes os convênios que mantemos com entes públicos, entre as quais a UFS, que vem promovendo a edição deste periódico. Devemos registrar também nosso reconhecimento à Comissão de Documentação e Divulgação, especialmente a Samuel Barros de Medeiros Albuquerque e Cristina de Almeida Valença, pelo empenho dedicado no sentido de que a publicação se efetivasse.

Aracaju/Se, julho de 2008.

José Ibarê Costa Dantas
Presidente



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

José Ibarê Costa Dantas

HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA DE/EM SERGIPE (1972-2007)

Antônio Fernando de Araújo Sá

A LEI, AS CARTAS E O SILÊNCIO SENHORIAL: uma análise das alforrias na Cotinguiba (1860-1888)

Sharyse Piroupo do Amaral

DEVOÇÃO COM DIVERSÃO: a festa de Nossa Senhora do Rosário na Cidade de São Cristóvão-SE (1860-1880)

Vanessa dos Santos Oliveira

Hippolity Brice Sogbossi

A FESTA DE SÃO BENEDITO EM LAGARTO: do auge ao esvaziamento sócio-cultural e religioso (1874-1928)

Claudefranklin Monteiro Santos

IMPRESSOS CATÓLICOS EM SERGIPE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas

Maria José Dantas

O ESPERANTO E A CULTURA SERGIPANA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Roberto da Silva Ribeiro

O CURSO DE LICENCIATURA MATEMÁTICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: Uma história

Fabiana Cristina Oliveira Silva de Oliveira

João Paulo Gama Oliveira

Eva Maria Siqueira Alves



RODRIGUES DÓRIA, CARLOS SILVEIRA E HELVÉCIO DE ANDRADE: reformadores da instrução pública sergipana (1910-1913)
Cristina de Almeida Valença

ARTESANATO E TURISMO: notas sobre as miniaturas de Carrapicho/SE
Beatriz Góis Dantas

FAMÍLIAS SERGIPANAS DO PERÍODO COLONIAL (IV)
Ricardo Teles Araújo

DOCUMENTAÇÃO

QUADRO DE QUALIFICAÇÃO DE VOTANTES DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA BOA HORA, DA FREGUESIA DE CAMPO DO BRITO (1875)
José Rivadálvio Lima

EPISTOLÁRIO DE IRMÃ DULCE
Thiago Fragata

PÁGINAS DA SAUDADE

EMMANUEL FRANCO
Ibarê Costa Dantas

JOSÉ FRANCISCO DE MENEZES
Ibarê Costa Dantas

ARIVALDO FONTES: um agente da cultura sergipana no Rio de Janeiro
João Oliva Alves

DISCURSO

EMMANUEL FRANCO: um pesquisador dos problemas de Sergipe
Vera França

RELATÓRIO
José Ibarê Costa Dantas

NORMAS PARA ENVIO DE TRABALHOS



HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA DE/EM SERGIPE (1972-2007)

Antônio Fernando de Araújo Sá*

RESUMO

Inserido no processo de avaliação da produção acadêmica ora em curso no âmbito das universidades brasileiras, este trabalho tem por objetivo analisar a produção intelectual do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe no período de 1972-2007, buscando, através da discussão teórica, metodológica e das fontes utilizadas pelos seus pesquisadores, perceber as transformações ocorridas na historiografia sergipana durante o período analisado.

PALAVRAS-CHAVE: história da historiografia, Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, Brasil

(*) Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. afsa@ufs.br



“Nunca uma sociedade se revela tão bem como quando projecta para trás de si sua própria imagem”.

Charles-Olivier Carbonell¹

Nas últimas décadas, a historiografia tem sido objeto de análise de intensa produção intelectual no Brasil, como pode ser aferido num livro editado no início dos anos 1990 por Carlos Fico e Ronald Polito. Polemizando com autores como José Amaral Lapa e Carlos Guilherme Mota, preocupados mais com o modo de produção historiográfico, os autores sugerem que a historiografia não é apenas a *“efetiva produção do conhecimento histórico mas, também, na medida do possível, a sua disseminação social”*².

Concomitantemente, assistimos a uma verdadeira *“febre”* pela história regional e local nas historiografias do Ocidente, tais como México, Espanha, Inglaterra, Argentina e no Brasil. Leticia Gamboa Ojeda expôs as vantagens e os perigos que subjazem a esta prática historiográfica, enfatizando que o conhecimento mais profundo e mais íntimo de seu objeto de estudo possibilita uma história encarnada, com alto conteúdo pedagógico e psicossocial. Contudo, também a professora evidencia o risco do isolamento, do subjetivismo, do empirismo e da descontextualização e da falta de comparação com outras realidades³.

No caso sergipano, não foi diferente, apesar de haver certo consenso entre os historiadores que a historiografia sergipana foi analisada até recentemente apenas através de textos e artigos esparsos, o que resultava em certa fragilidade da reflexão teórica sobre a prática historiográfica.

¹ CARBONELL, Charles-Olivier. **Historiografia**. Lisboa: Teorema, 1981, p. 6.

² FICO, Carlos & POLITO, Ronald. **A História no Brasil (1980-1989): Elementos para uma avaliação historiográfica**. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1992, p. 18.

³ OJEDA, Leticia Gamboa. Ventajas y riesgos de la historia regional y local: Reflexiones a partir de la experiencia mexicana. In: **Pós-História. Revista de Pós-Graduação**. Assis/SP: UNESP, n° 9, 2001.



Apesar de esparsa, a obra historiográfica de José Silvério Leite Fontes influenciou toda uma geração de historiadores. Para ele, a criação da cadeira de *Introdução aos Estudos Históricos*, na então Faculdade Católica de Filosofia, reabriu o interesse pela pesquisa e pela problemática local. Mas foi com a organização departamental durante a criação da Universidade Federal de Sergipe (1968), que os professores puderam ter maior contato e cooperação e a denúncia do desinteresse pelos documentos históricos por órgãos governamentais facilitou a construção do *Projeto do Levantamento de Fontes Primárias para a História de Sergipe* (1972), que serviu de modelo intelectual para o Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe nos anos 1970 e 1980⁴.

Em *Heurística e a História de Sergipe*, José Silvério Leite Fontes sugere que, em Sergipe, nos anos 1970, há uma carência de um trabalho coletivo de “reunir, registrar e catalogar todas as informações de nosso passado”. Naquele momento, a heurística encontrava-se ainda descuidada entre nós. Além disso, importa observar que o historiador propõe, neste breve artigo, uma mudança de rumo da historiografia sergipana, no sentido de que “o nosso passado não pode ser o dos heróis, mas o dos homens comuns, dos movimentos coletivos, quando as personalidades emergem na convivência das coletividades, sem projetar-se sobre elas”⁵.

Sua tese de livre-docência talvez seja a sua principal colaboração teórica para o debate historiográfico em Sergipe na década de 1970. Escrita em 1976 e só tardiamente publicada, em suas conclusões, Fontes afirma que, sem tomar uma posição unilateral contra o marxismo, os historiadores marxistas analisados (Nelson Werneck Sodré, Caio

⁴ FONTES, José Silvério Leite. O Levantamento das fontes primárias da história de Sergipe. **Cadernos da UFS**. São Cristóvão, n. 1, Universidade Federal de Sergipe, p. 6-7. Ver também FONTES, J. S. L. Entrevista. In: **Cadernos UFS História**. São Cristóvão-SE: EDUFS, v. 02, n. 03, julho, dezembro, 1996. p. 07-18.

⁵ FONTES, José Silvério Leite. A Heurística e a História de Sergipe. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Nº 27, 1965-1978, p. 7-13 [p. 8 e 12].



Prado Júnior, Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes) possuíam uma interpretação insuficiente da realidade social brasileira⁶.

Outro estudo pioneiro e modelar foi o do professor José Calazans, em que delimita em quatro fases a historiografia sergipana. A primeira diz respeito aos trabalhos relativos a Sergipe, desde suas origens até o final do século XIX. A segunda fase é inaugurada pela publicação de **História de Sergipe** (1891) de Felisbelo Freire. O surgimento do IHGS abre a terceira fase (1912) e, por fim, com a Universidade Federal de Sergipe (UFS - 1968) inaugura-se a quarta fase. Em linhas gerais, sua proposta permanece como elemento balizador de outros trabalhos⁷.

Também podemos incluir um opúsculo de Maria Thétis Nunes sobre o pioneirismo do trabalho intelectual de Silvio Romero e Manoel Bomfim. Apesar da obra do primeiro ser “um grito pelo despertar de uma consciência nacional”, a contribuição de Bomfim é mais significativa por afirmar que povos e nações devem classificados por “valores culturais e não os raciais”⁸.

No início da década de 1980, Francisco Carlos Teixeira da Silva criticou, com acuidade, a historiografia sergipana por se resumir a duas problemáticas básicas: *a questão dos limites, principalmente com a Bahia, e a transferência da capital provincial de São Cristóvão*. Ao mesmo tempo, sugere que os trabalhos de Silvério Fontes, Maria Thétis Nunes, Maria da Glória Santana de Almeida e Luis Mott não utilizaram métodos e técnicas mais apuradas de análise histórica. Entre as importantes lacunas historiográficas sobre Sergipe, o autor apontou os pre-

⁶ FONTES, J. S. L. **Marxismos na historiografia brasileira**. Aracaju: EDUFS, 2001; SÁ, Antônio Fernando de Araújo, MENEZES, Ademir, SANTOS, José Adelson dos, CONCEIÇÃO, Gilvânia & RIBEIRO NETO, Quintino. Entrevista com José Silvério Leite Fontes. In: **Cadernos UFS: História**. São Cristóvão: v. 2, n. 3, jul./dez. 1996, p. 7-15.

⁷ CALAZANS, José. Introdução ao estudo da historiografia sergipana. In: **Aracaju e outros temas sergipanos**. Aracaju: FUNDESC, 1973.

⁸ NUNES, Maria Thétis. Silvio Romero e Manuel Bomfim, pioneiro de uma ideologia nacional. In: **Caderno da UFS**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 1972, p. 34-35.



ços e salários, os estudos demográficos, de transporte e a expansão da rede urbana e as hierarquias sociais⁹.

Com a redemocratização brasileira em 1985, quando o departamento tornou-se o principal lugar da produção em história¹⁰, é perceptível a passagem dos pequenos ensaios e comentários dispersos para um amadurecimento teórico-metodológico da historiografia sergipana. Dentre as novidades historiográficas, mencionamos a dissertação de mestrado de José Maria de Oliveira Silva sobre Manuel Bomfim (1991), que “tem como eixo explicitar aspectos de sua ideologia radical na prática do liberalismo na sociedade brasileira”¹¹, a partir da crítica aos teóricos do racismo e sua defesa apaixonada do nacionalismo. Já a dissertação de Itamar Freitas (2000) coloca o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe como uma das principais agências em Sergipe de difusão do projeto civilizatório no início de século XX, com as tarefas de demarcar o território, estabelecer uma memória comum e civilizar a sociedade¹². Como subproduto da dissertação, é transformado em livro o catálogo da *Revista* do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, constituído de índices (analítico e de autores), resumos e referências completas de todos os artigos publicados até 1999. É aproveitada grande parte do capítulo quarto de sua dissertação para a composição da introdução, em que o autor analisa as contribuições heurísticas, geográficas e historiográficas do periódico da “Casa de Sergipe”¹³.

⁹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Camponeses e criadores na formação social da miséria em Porto da Folha no sertão do São Francisco (1820-1920)**. Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense, 1981 (Dissertação de Mestrado).

¹⁰ DIEHL, Astor Antônio. **Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: EDUSC, 2002, p. 188.

¹¹ SILVA, José Maria de Oliveira. **Da Educação à Revolução: Radicalismo republicano em Manoel Bomfim**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991 (Dissertação de Mestrado), p. 5.

¹² FREITAS, Itamar. **“Casa de Sergipe”: historiografia e identidade na Revista do Instituto Histórico de Sergipe**. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000 (Dissertação de Mestrado).

¹³ FREITAS, Itamar. **A Escrita da História na “Casa de Sergipe” (1913-1999)**. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2002.



Por fim, a tese de doutorado de Francisco José Alves sobre Felisbello Freire (1998), que busca realizar uma “crítica compreensiva” da obra historiográfica do historiador, examinando as categorias principais na sua articulação com o evolucionismo, o romantismo e o naturalismo¹⁴.

Ao mesmo tempo, a reforma curricular do Departamento de História (1993), ao implantar a obrigatoriedade das monografias de graduação, colaborou para uma visão mais consistente da historiografia sergipana, renovando a historiografia de/sobre Sergipe no período de 1995 a 2007¹⁵.

Identificamos um primeiro conjunto de monografias que se concentra nos principais historiadores de Sergipe, propondo uma metodologia de análise em que se baseia nos conceitos de obra, autor, concepção, método e forma do discurso histórico. Nessa perspectiva contextualista, citamos as seguintes monografias de graduação. Claudfrankly Monteiro Santos escreve sobre Manuel Bonfim, baseando-se na revisão bibliográfica de autores como Maria Thétis Nunes, Renato Ortiz, Dante Moreira Leite e José Maria de Oliveira Silva¹⁶. Norberto Rocha de Oliveira analisa a produção intelectual da professora Maria Thétis Nunes, tomando como *démarche* sua participação no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a influência intelectual marxista de Nelson Werneck Sodré¹⁷. Em sua monografia sobre José Silvério Leite Fontes, Ademir Pinto de Menezes enumera sua contribuição para a historiografia sergipana, afirmando que a “diversidade do pensamento humano” foi a maior das preocupações de Silvério

¹⁴ ALVES, Francisco José. **“A Marcha da Civilização”: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire**. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998 (Tese de doutorado).

¹⁵ Para a construção desta tipologia sobre as monografias de graduação em História, aproximo-me das idéias de Francisco José Alves. Histórias da História: Uma crítica preliminar. In: **Debates Regionais**. João Pessoa, n. 2, p. 104-111, 1995.

¹⁶ SANTOS, Claudfranklin Monteiro. **Identidade Nacional e Manoel Bonfim. Sua contribuição**. São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 1995 (monografia de graduação).

¹⁷ OLIVEIRA, Norberto Rocha de. **Maria Thétis Nunes: Uma contribuição para a historiografia sergipana**. São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 1997 (monografia de graduação).



Fontes¹⁸. Sobre José Calasans, Carlos Antônio dos Santos elabora um trabalho descritivo marcado pela preocupação bio-bibliográfica, realçando sua contribuição para a história e o folclore sergipanos, mas cuja ênfase recai sobre os estudos sobre a Guerra de Canudos¹⁹. Diferentemente, Rita Leila Cardoso disserta sobre a atuação deste historiador sergipano como dinamizador das atividades do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe na década de 1940, tomando como ponto de partida a tentativa fracassada de realizar o *I Congresso de História e Geografia de Sergipe (1942/1946)*²⁰.

José Wilson Moura Santos compila uma antologia sobre a historiografia de Francisco Antônio de Carvalho Lima Júnior, mostrando que sua produção historiográfica estava voltada para a biografia e temas político-administrativos, com grande intimidade no manuseio de fontes, tais como cartas, jornais, documentos oficiais, livros e tradição oral. Entretanto, também escreveu sobre o custo de vida, os hábitos e a indumentária da sociedade sergipana²¹.

Já Uilder do Espírito Santo Celestino analisa a obra histórica de Acrísio Torres Araújo, *Pequena História de Sergipe*, demonstrando que ela não ultrapassa os textos clássicos de Felisbelo Freire, Antônio José da Silva, Francisco Antônio de Carvalho Júnior e Ivo do Prado²².

¹⁸ MENESES, Ademir Pinto de. **José Silvério Leite Fontes. Uma contribuição para a historiografia sergipana**. São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 1998 (monografia de graduação).

¹⁹ SANTOS, Carlos Antônio dos. **“O Senhor da Velha Guarda”: notas acerca do pensamento historiográfico de José Calasans**. São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 1999 (monografia de graduação).

²⁰ CARDOSO, Rita Leila. **Breve história do I Congresso de História e Geografia de Sergipe (Aracaju 1942/1946)**. São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2005 (Monografia de Graduação).

²¹ SANTOS, José Wilson Moura. **A Historiografia de Francisco Antônio de Carvalho Lima Júnior: Introdução e Antologia**. São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2002 (monografia de graduação).

²² CELESTINO, Uilder do Espírito Santo. **A Obra Histórica de Acrísio Torres Araújo: Uma Leitura da “Pequena História de Sergipe”**. São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2007 (Monografia de Graduação).



Por fim, não podemos esquecer o artigo de Dilton Maynard, que critica a postura elitista do trabalho historiográfico de Epifânio Dória, pois suas biografias panegíricas, alicerçadas na genealogia familiar e no caráter orgânico das relações familiares, compunham uma história eminentemente cívica, comemorativa, baseada nos detalhes e pormenores²³.

Outro conjunto de trabalhos incide sobre a análise das narrativas de historiadores, numa perspectiva interna do discurso histórico de corte formalista. É o caso do trabalho de Itamar Freitas, que, influenciado pela obra de Hayden White, elabora, a partir do livro **Laudas da História de Aracaju**, uma análise historiográfica, na qual se privilegia as estratégias discursivas empregadas por Sebrão Sobrinho para elaborar sua obra²⁴. Sob a orientação da professora Dra. Terezinha Oliva, este autor também colaborou numa importante análise historiográfica sobre a história dos municípios sergipanos²⁵.

Evilson Nunes elabora uma edição comentada e anotada dos dez discursos proferidos pelo político e historiador Felisbello Freire na Câmara Federal, entre os anos de 1984 e 1916, demonstrando que o discurso histórico fazia parte da estratégia discursiva para legitimar o discurso político do deputado sergipano como verdadeiro ante seus pares²⁶.

A monografia de Isabela Costa Chizolini sobre a obra de Manuel dos Passos de Oliveira Telles (1885-1928), ao contrário de outros jovens historiadores, que ora analisaram sua trajetória de vida, ora relevaram sua contribuição historiográfica sobre a questão dos limites entre Sergipe

²³ MAYNARD, Dilton Cândido Santos. O Beneditino Pesquisador: a contribuição de Epifânio Dória à historiografia sergipana. **Revista Tomo**. São Cristóvão, Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais, n. 1, 1998.

²⁴ FREITAS, Itamar. **A escrita histórica de Sebrão Sobrinho: Uma análise de laudas da história de Aracaju**. São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 1996 (monografia de graduação).

²⁵ FREITAS, Itamar, ANDRADE, Péricles de Moraes Júnior & SANTOS, Elissandra Silva. **Histórias dos municípios sergipanos: uma análise historiográfica**. São Cristóvão: Departamento de História/COPES/CNPq/UFS, 1997 (Relatório de iniciação científica)

²⁶ NUNES, Evilson. **Sob o Guia da História: dez discursos de Felisbello Freire na Câmara Federal**. São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2005 (Monografia de Graduação).



e Bahia, optou por estudar um livro epistolar inédito de Oliveira Telles – *Cartas Íntimas e Literárias* -, na tentativa de perceber como a vida privada do historiador condicionou sua escrita historiográfica²⁷.

Esta proposta de análise se aproxima da monografia de Polyana de Oliveira que utiliza a correspondência ativa e passiva de Epifânio Dória para pensar o processo de formação e consolidação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe na década de 1930. Talvez a contribuição do trabalho seja a recuperação da importância de Epifânio Dória como figura singular dentro do IHGS, tanto que lhe foi conferido o título de “secretário Geral Perpétuo” no seu Estatuto, por conta de seu prestígio político²⁸.

Maria Fernanda dos Santos segue essa tendência ao analisar a escrita da história de Severiano Cardoso, a partir de um manuscrito inédito *Corografia de Sergipe* (1895). Seu objetivo é analisar o seu valor histórico comparando-o com duas outras obras contemporâneas, a de Silva Lisboa, *Chorografia do Estado de Sergipe* (1897) e de Laudelino Freire, *Quadro Chorographico de Sergipe* (1898). Além da descrição dos municípios sergipanos, talvez sua principal contribuição seja o relato das características do cotidiano e das relações sociais da população sergipana na segunda metade do século XIX²⁹.

Já Ítalo Elmo dos Santos Rodrigues escreve sobre as representações da história na literatura de cordel, tomando como ponto de partida os livretos do escritor sergipano Zé Antônio. Sua escolha se deveu ao fato do cordelista assumir uma condição de “homem de fronteira”

²⁷ CHIZOLINI, Isabela Costa. **Simplemente Um Obscuro Intelectual Sergipano: Escritos Sobre a Vida Íntima de Manuel dos Passos de Oliveira Telles (1885-1928)**. São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2005 (Monografia de Graduação), p. 27.

²⁸ OLIVEIRA, Polyana Aração Menezes. **O que dizem as cartas? Formação e Consolidação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe a Partir de Uma análise de Correspondência de Epifânio Dória na Década de 1930**. São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2005 (Monografia de Graduação).

²⁹ SANTOS, Maria Fernanda dos. **A Escrita da História de Severiano Cardoso no entardecer do Século XIX**. São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2007 (Monografia de Graduação).



entre a cultura erudita e popular, entre os problemas do sertão e das periferias urbanas. Uma de suas principais preocupações é denunciar as injustiças e aos abusos de poder das autoridades governamentais locais, nacionais e internacionais³⁰.

Já Saullo Guedes Resende critica a “ilusão do sentido literal” dos fatos e dos discursos históricos presente no discurso historiográfico de Francisco Iglesias em *Historiadores do Brasil*, utilizando categorias da Análise do Discurso, de matriz francesa, como *heterogeneidade discursiva e interdiscurso*³¹.

Um caso particular, que tenta articular teoria sociológica e rigor histórico, é a monografia de Cristiane Vitória de Souza sobre a “República da Letras” em Sergipe (1889 – 1930). À luz dos conceitos de Pierre Bourdieu (campo intelectual, habitus, capital social, capital cultural e identidade regional) e de Roger Chartier (apropriação e representação), a autora chega à conclusão que os intelectuais sergipanos buscaram criar mecanismos de consagração, como o recrutamento por critérios sociais, a promoção de discursos, conferências e tertúlias literárias, além da troca de elogios e do usufruto do mecenato, para evitar a migração para outros centros intelectuais à procura de prestígio³².

Quais foram às contribuições gestadas pelo Departamento de História nas últimas décadas para a história da historiografia? Como se estabeleceu o diálogo com outras instituições produtoras do conhecimento histórico ao nível local, como o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, bem como no âmbito nacional, através das universidades federais e estaduais, com seus encontros e simpósios? Será que a recu-

³⁰ RODRIGUES, Ítalo Elmo dos Santos. **As representações da história na literatura de cordel (um cordelista chamado Zé Antônio)**. São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2007 (Monografia de Graduação).

³¹ RESENDE, Saullo Guedes. **O Discurso Historiográfico de Francisco Iglesias em Historiadores do Brasil**. São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2007 (Monografia de Graduação).

³² SOUZA, Cristiane Vitória de. **A “República da Letras” em Sergipe (1889 – 1930)**. São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2001 (monografia de graduação).



peração de autores da historiografia sergipana, como Ephifâneo Dórea ou Sebrão Sobrinho, não podem interpelar os estudiosos a pensarem se tais autores são, de fato, menores? Não será por desconhecimento que os caracterizamos assim?³³

Podemos caracterizar a década de 1990 como um marco dentro da historiografia sergipana, na medida em que se percebe um amadurecimento da história enquanto disciplina com a transformação do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe como principal *locus* da produção intelectual. Notamos que a historiografia não é vista como mero arrolamento de autores e obras, mas como possibilidade de se compreender, através das obras históricas, as “*visões ou teorias que as orientaram ou circunstanciaram, bem como o estudo das forças de percepção, vale dizer, das perspectivas ou ideologias que subjazem às obras, no interior das quais ganha realce o significado dos temas e problemáticas selecionadas*”³⁴.

Contudo, encontramos alguns trabalhos ainda presos à forma tradicional dos estudos próximos à história da literatura, numa perspectiva apenas bio-bibliográfica, em que sobressai a proposta de estudo em torno de autores e obras. Por outro lado, como já ressaltara Carlo Ginsburg³⁵, os jovens historiadores não têm se mostrado muito afeitos às implicações teóricas do seu trabalho, resvalando, às vezes, em reflexões metodológicas sobre conceitos que parecem ingênuas a espíritos filosoficamente formados.

Do ponto de vista da orientação das monografias do curso de história, destacamos dois professores ligados ao Departamento de História: Francisco José Alves e Itamar Freitas, pois, juntos, quase totalizaram

³³ ALONSO, Angela. **Crítica e contestação**: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol.15, n.º. 44, Out. 2000, p.35-55.

³⁴ ARRUDA, José Jobson & TENGARRINHA, José Manuel. **Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea**. Bauru/SP: EDUSC, 1999, p. 12.

³⁵ GINSBURG, Carlo. **Micro-História e Outros Ensaios**. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1991, p. 215.



o conjunto das monografias aqui analisadas. Verifica-se, em suas orientações, a influência de análises próximas à composição da escrita da história do historiador pesquisado, com evidente influência da obra de Hayden White.

Essa produção recente da historiografia sergipana, especificamente a produção intelectual do referido departamento nos últimos anos, possibilita-nos perceber, através da discussão teórico-metodológica e das fontes utilizadas pelos seus pesquisadores, as transformações ocorridas na historiografia sergipana. Neste sentido, a análise deste material pode colaborar com o processo de avaliação dos cursos de história ora em curso no âmbito das universidades brasileiras, enfatizando a história da historiografia como instrumento relevante para mapear o processo de profissionalização do ofício de historiador em Sergipe nas últimas décadas.



A LEI, AS CARTAS E O SILÊNCIO SENHORIAL: uma análise das alforrias na Cotinguiba (1860-1888)¹

Sharyse Piroupo do Amaral*

RESUMO

Neste artigo, analiso as cartas de alforria na zona da Cotinguiba, região de produção açucareira de Sergipe, buscando perceber quais as modificações ocorridas na prática da alforria a partir da promulgação da Lei do Ventre Livre. A historiografia tem demonstrado que esta lei ampliou o acesso do escravo à Justiça para a obtenção da liberdade, resultando em uma profusão de ações de liberdade que tramitaram pelos tribunais de todo o país. Argumento que as disposições dessa lei interferiram diretamente na prática da alforria também na esfera privada, devido à ameaça do escravo de entrar na Justiça e as conseqüências disso enquanto contestação ao poder senhorial. Com o intuito de perceber se a referida lei provocou mudanças na prática privada da alforria analisei as cartas de alforrias registradas nos livros de notas dos tabeliães de 1860 a 1888.

PALAVRAS-CHAVE: Lei de 1871, alforrias, escravidão

* Doutora em História (UFBA). Arquivo Judiciário de Sergipe.

¹ Este artigo foi escrito com base no quarto capítulo da Tese de Doutorado em História, *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe*, UFBA, 2007. A pesquisa que resultou nesta tese foi financiada pela CAPES, sob orientação do Prof. Dr. João José Reis.



A LEI DE 1871 E A FORMAÇÃO DE DEPENDENTES

Até a promulgação da lei n. 2040, de 28 de setembro de 1871, as alforrias se constituíam em um poderoso instrumento de domínio senhorial, na medida em que eram concessões feitas pelos senhores aos escravos que se mostrassem merecedores de recebê-las; portanto, leais, obedientes e trabalhadores. Mesmo que fossem concedidas mediante pagamento, não deixavam de ser um instrumento de dominação, pois caberia ao senhor deliberar se o escravo merecia ou não o direito de se resgatar. Além disso, concedida a liberdade, a relação de domínio não cessava já que fazia parte das prerrogativas senhoriais o direito de cassar a alforria de um liberto se este desse demonstrações de ingratidão. Desse modo, por toda a vida o liberto estaria atrelado ao ex-senhor por laços de subordinação, sendo que por ingratidão se entendia desde agressões físicas até ofensas verbais feitas na ausência do ex-senhor.² Manuela Carneiro da Cunha, em leitura atenta do ensaio de Perdigão Malheiro, mostrou que a possibilidade de revogação da alforria se dava por esta estar classificada sob o mesmo título das doações, e não de uma simples transação de compra e venda. De acordo com o livro IV das Ordenações Filipinas, as doações estabeleciam um vínculo permanente entre o doador e o donatário, no qual o donatário não poderia ser ingrato com o doador sob pena da revogação da doação.³

² Ordenações Filipinas, Livro IV apud MALHEIRO, A. Perdigão, *A escravidão no Brasil- ensaio histórico, jurídico, social*, vol.1, Petrópolis, Ed. Vozes, 1976. Sobre a revogação da alforria ver também KARASCH, Mary, *A Vida dos escravos no Rio de Janeiro*, São Paulo, Companhia das Letras, pp.468-469; CUNHA, Manuela Carneiro da, “Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e lei positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX” in *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*, São Paulo, Brasiliense/Edusp, 1986, pp.137-138; e CHALHOUB, Sidney, *Visões da liberdade- uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 136.

³ No capítulo referente à revogação da alforria, Malheiro defendia a impossibilidade de revogação da alforria alegando que “a manumissão ou alforria nada mais é do que a renúncia que o senhor faz de seus direitos sobre o escravo em bem deste, isto é, a restituição da liberdade ao mesmo inerente, e cujo exercício e gozo fora suspenso pelo fato inerente do cativo”. Ainda de acordo com o autor, a exceção à possibilidade de revogação da doação ocorria quando esta era feita a título oneroso. MALHEIRO, *A escravidão no Brasil*, vol.1, p.136.



A LEI, AS CARTAS E O SILÊNCIO SENHORIAL

Neste sentido, a alforria era também um instrumento de formação de dependentes que acabava por reforçar o próprio poder senhorial. Com a Lei de 28 de setembro de 1871, que transpôs para o direito positivo práticas que já eram amplamente difundidas por todo o Brasil, como a formação do pecúlio e a autocompra, o poder senhorial, sustentado pela ideologia da alforria, foi posto em xeque. Cunha foi quem primeiro interpretou a alforria como uma ideologia que objetivava a formação de dependentes, ao defender a tese de que até a lei de 1871 era o direito costumeiro que regia as relações entre senhores e escravos, afirmando que até esta ocasião o Estado só havia interferido nestas relações em situações de caráter excepcional, como para recompensar escravos que lutaram nas guerras de independência da Bahia e do Paraguai.

Em estudo sobre a prática da alforria no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, Karasch ressaltou que, além dos casos de guerras e revoltas, o governo também alforriava escravos tratados cruelmente por seus senhores. Existiram também casos de escravos que procuraram a justiça por terem sido ilegalmente escravizados, ainda que não fosse fácil conseguir o apoio de uma autoridade para interceder a favor deles. Para a autora, a alta Corte de Apelação funcionava como uma espécie de “válvula de escape” do sistema, elevando a popularidade do imperador. Já Keila Grinberg, ao analisar as ações de liberdade anteriores a 1871, na Corte de Apelação, encontrou casos em que os escravos obtiveram a liberdade. Ela concluiu que houvera interferência do Estado nas relações escravistas antes da Lei do ventre livre, discordando da tese de Cunha de que antes de 1871 o direito positivo era aplicável aos cidadãos em sua relação com o Estado, enquanto que somente o direito costumeiro era aplicável aos escravos em suas relações com os senhores.⁴

⁴ KARASCH, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro* 443-446 e GRINBERG, Keila, *Liberata ou a lei da ambigüidade - as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994, pp.45-47. No estudo sobre a origem da Lei Negra na Inglaterra, Thompson argumentou que “mesmo os dominantes têm necessidade de legitimar o seu poder, moralizar suas funções, sentir-se úteis e justos”. Para que a função ideológica da lei se cumprisse era necessário o respeito a padrões éticos que deveriam ser compartilhados por toda a sociedade. THOMPSON, E.P., *Senhores e caçadores - a origem da lei negra*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p.353.



Ao questionar as abordagens historiográficas acerca da Lei do Ventre Livre que a viram como tentativa de disciplinarização de um mercado de trabalho livre no Brasil, Sidney Chalhoub argumentou que as suas disposições mais importantes “foram ‘arrancadas’ pelos escravos às classes proprietárias”, ainda que a atuação dos escravos não fosse o único motivo para a aprovação da lei.⁵ Seguindo a nova linha interpretativa aberta por Chalhoub, Eduardo Pena ampliou a análise das motivações para a elaboração da referida lei. Analisando os debates jurídicos sobre a escravidão, Pena concluiu que vários foram os motivos apresentados pelos juristas do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros (IAB) para a escolha do caminho gradualista, a saber: o temor das revoltas de escravos e libertos e a formação de quilombos nas décadas de 1850 e 1860; o tráfico interprovincial e o medo de um desfecho similar ao ocorrido nos Estados Unidos da América, onde a discordância sobre a escravidão levou à uma guerra civil entre o Norte e o Sul; a abolição da escravidão nas possessões africanas e americanas de Portugal e Holanda, e o fim da servidão no Império Russo; e os desentendimentos diplomáticos com os ingleses sobre a lei anti-tráfico de 1831.⁶

-
- ⁵ CHALHOUB, *Visões da Liberdade*, p. 160. Ademir Gebara foi o principal responsável pela interpretação de que a formação de um mercado de trabalho livre foi a motivação para a aprovação da Lei do Ventre Livre, enquanto que os autores que ressaltaram a ineficácia da lei na melhoria imediata da vida dos escravos, ainda que tivesse importância para a abolição da escravidão, foram Emília Viotti da Costa e Robert Conrad. GEBARA, Ademir, *O mercado de trabalho livre no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1986, p.72; CONRAD, Robert *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, São Paulo, Civilização Brasileira, 1975, pp.456-458, e COSTA, Emília Viotti da, *Da senzala à colônia*, São Paulo, Editora Unesp, 1998, p.456.
- ⁶ PENA, Eduardo *Pajens da Casa Imperial- juristas, escravidão e a Lei de 1831*, Campinas, Ed. Unicamp, 2001, pp.277-286. A Questão Christie foi reinterpretada por Richard Graham, que concluiu que a escravidão foi a principal causa do desentendimento entre os dois países, mais especificamente a situação dos escravos africanos importados após a lei de 1831 e seus descendentes, e os escravos apreendidos nos navios negreiros, que para a Inglaterra deveriam ser livres. Para o autor esta teria sido a principal motivação da reforma da escravidão iniciada pelo governo brasileiro. Analisando revoltas escravas em diferentes localidades do Brasil, Flávio dos Santos Gomes mostrou que os desentendimentos entre a Inglaterra e o Brasil sobre a liberdade dos africanos e descendentes importados após 1831 era do conhecimento dos escravos da Corte. GRAHAM, Richard, *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1973 e GOMES, Flávio “Em torno dos bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia colonial”, *Revista da USP*, n. 28 (1995/96), pp. 41-55.



A LEI, AS CARTAS E O SILÊNCIO SENHORIAL

Dentre a legislação emancipacionista, a Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871 foi a que provocou mais alterações nas relações entre senhores e escravos. Também conhecida como Lei Rio Branco, Lei dos Nascituros ou Lei do Ventre Livre, por ter libertado os filhos das escravas nascidos após a sua promulgação, ela possui ao todo dez artigos, muitos dos quais estabeleciam medidas de efeitos mais devastadores para a política de domínio senhorial do que a referente à libertação do ventre. São elas o reconhecimento do pecúlio do escravo; a possibilidade do escravo comprar a sua liberdade ainda que sem o consentimento do senhor; o fim da revogação da alforria por ingratidão ou por descumprimento das condições estabelecidas para a libertação plena (caso das alforrias condicionais); e a obrigatoriedade das apelações ex-offício quando nas ações de liberdade as decisões fossem contrárias à liberdade.⁷ Além dessas medidas, a lei obrigava os senhores a matricularem todos os seus escravos, sob pena de tornar livres os não matriculados, e criava o Fundo de Emancipação, que deveria ser constituído a partir das taxas de matrículas, de impostos sobre a transmissão da propriedade escrava, loterias anuais e doações. O fundo deveria alforriar anualmente o número de escravos que fosse possível com a quota disponível para o município.⁸ Em suma, apesar das ações de liberdade existirem antes da lei de 1871, com esta lei surgiram novas e mais efetivas oportunidades dos escravos conseguirem nos tribunais a sonhada liberdade.

⁷ Havia dois tipos de processos concernentes à alforria de escravos: a ação de liberdade, na qual o escravo era o autor; e a ação de escravidão, na qual o autor era o senhor. A lei estabelecia que, no primeiro caso, o processo deveria ser sumário e, caso a decisão do juiz fosse contrária à liberdade, haveria apelação ex-offício (por dever do cargo); enquanto que, no segundo caso, o processo deveria ser ordinário e, se a decisão do juiz fosse favorável à liberdade, não haveria apelação ex-offício, ainda que fosse resguardado o direito do senhor de apelar da decisão. Sobre as diferenças entre ação de escravidão e de liberdade e processo sumário e ordinário, ver NEQUETE, Lenine *Escravos e Magistrados no Segundo Reinado*, Brasília, Ministério da Justiça/ Fundação Petrônio Portella, 1998, capítulo 5- “Sobre a apelação necessária nas causas de liberdade”, pp. 117-132.

⁸ Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871 in *Coleção das Leis do Império do Brasil*.



Quando a negociação privada pela liberdade falhava, restava aos escravos recorrerem à Justiça, através das ações de liberdade. Keila Grinberg mostrou que esta solução foi tentada pelos escravos desde pelo menos o final do século XVIII com o objetivo de conseguir a sua libertação. Ao longo do século XIX utilizaram argumentos variados, como a alegação de que a mãe ou avó já haviam sido libertados, o abandono pelos senhores, os castigos excessivos, a tentativa frustrada de compra da alforria e a alegação de que chegaram no Brasil após o fim do tráfico negreiro. Além dessas, podemos citar a falta de matrícula após a Lei de 1871 e também o desacordo quanto ao valor da alforria.⁹

Em Sergipe, após a Lei do Ventre Livre os escravos procuraram a Justiça por alguns desses motivos, sendo o principal o desacordo quanto ao valor. Mas também encontramos casos de alegação de falsificação de matrícula, de abandono e de ter sido alforriado oralmente e permanecer em “injusto cativeiro”. Algumas vezes as ações mesclavam vários motivos passíveis de resultar em libertação.

A PRÁTICA DA ALFORRIA EM SERGIPE

Acreditar que os efeitos imediatos da lei de 1871 só possam ser percebidos através das ações de liberdade, ou mesmo pela atuação do Fundo de Emancipação (que, em Sergipe, teve importância significativa), é simplificar a repercussão do direito ao pecúlio e à alforria nas relações entre senhores e escravos. É meu argumento que essas disposições da lei interferiram diretamente na prática privada da alforria devido à ameaça do escravo de entrar na justiça, e as conseqüências disso enquanto contestação ao poder senhorial e instrumento de negociação.

É possível imaginar o burburinho que uma ação vitoriosa na justiça causasse entre o restante da escravaria de um senhor derrotado judicialmente, e como seria ideologicamente lucrativo para o proprietário de

⁹ GRINBERG, *Liberata*, p.25.



muitos escravos evitar um confronto no qual a sua vontade fosse contestada. Exemplo disso, em Sergipe, ocorreu com os escravos do engenho Vassouras, do tenente coronel Antônio José Gomes da Cunha.¹⁰

Em 1882, Úrsula, escrava da menor Maria Felismina, filha do tenente coronel Cunha, foi à Justiça solicitar sua liberdade. No decorrer de tumultuado processo, Úrsula conseguiu o auxílio do abolicionista Francisco José Alves e acabou por conquistar a carta de alforria em troca da elevada quantia de 800 mil réis. Nessa ação, ficou evidenciada a influência do tenente coronel Cunha sobre o juiz para que Úrsula fosse avaliada por um preço muito superior à avaliação que havia sido feita alguns anos antes (500 mil réis).

A liberdade conquistada ainda não garantia a Úrsula romper completamente os laços com seu antigo senhor e talvez fosse este o motivo pelo qual ela não tentara rever o preço da avaliação em instância superior. No mesmo mês em que Úrsula foi libertada, Francisco José Alves entrou com uma petição de um outro escravo do engenho Vassouras, Vicente (desta vez propriedade do próprio tenente coronel Antonio Gomes da Cunha), solicitando o recolhimento do pecúlio de 100 mil réis à coletoria da cidade de Maruim para auxiliar no Fundo de Emancipação. Argumentou Francisco Alves que Vicente, sendo casado com Úrsula, “hoje mulher livre”, devia ter prioridade para ser libertado ainda naquele ano. É evidente a estratégia do casal de escravos para se libertar: primeiramente, libertou-se Úrsula, que custava menos que o marido, em seguida, com Úrsula liberta, e possuindo um pecúlio de cem mil réis, Vicente passava a ter preferência para ser libertado pelo Fundo de Emancipação.

¹⁰ Arbitramento de Úrsula, Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe [doravante AGJES], Fundo: Maruim, Cartório 2º Of., Série: Diversificada, Subsérie: Escravos, cx 1039; Petição para recolher pecúlio [Vicente], AGJES, Fundo: Maruim, Cartório 2º Of., Série: Diversificada, Subsérie: Escravos, cx 1039; Ação de manutenção de liberdade de Umbelino, AGES, Fundo: Maruim, Cartório do 1º Of., Série Diversificada, Subsérie: Escravos, cx 892. Estes documentos e outras ações de liberdade da região da Cotíngiba foram detalhadamente analisados em AMARAL, *Escravidão, Liberdade e Resistência*, quarto capítulo “A Casa e a Justiça”, pp.153-204.



Três anos depois, ano de 1885, seria a vez do escravo Umbelino entrar na Justiça contra o tenente coronel Cunha sob alegação de falta de matrícula, portanto, estava “sendo conservado na injusta escravidão”. Em meados de 1886 a decisão do juiz seria favorável a Umbelino, que conseguira a liberdade sem ônus algum.

Provavelmente a primeira derrota, em 1882, da qual saiu vencedora a escrava Úrsula, motivou as ações de Vicente e de Umbelino, escravos do mesmo senhor. Esta possibilidade foi demonstrada em trabalho recente de Chalhoub, através do caso de um senhor de Barbacena, cujo escravo ia ser libertado através do arbitramento do valor. Em carta enviada ao governo queixou-se o senhor que, “libertado violentamente em nome da lei o escravo em questão, abre-se um precedente horroroso aqui na minha fazenda [...] e por isso é natural que amanhã tenha eu de ser intimado por um segundo escravo, e depois de amanhã por terceiro, e assim por diante até o último”.¹¹ Portanto, a alforria depois da lei de 1871 pode e deve ser considerada como a obtenção da liberdade através de uma negociação na esfera privada, na qual o escravo adquiriu um maior poder de barganha.

Em *Reordenamento do trabalho*, Josué Subrinho dedicou um capítulo ao estudo das alforrias em Sergipe, através da análise da matrícula de 1873 e dos boletins de atualização da mesma. O autor avaliou o comportamento das taxas de alforria em Sergipe no período compreendido entre 1873 (ano da primeira matrícula de escravos) e 1886 (última atualização), dividindo o período estudado em duas fases, a primeira entre 1873 e 1882 e a segunda entre 1882 e 1886. Na segunda fase, destacou os anos de 1885 e 1886. Essa periodização permitiu ao autor perceber a mudança no comportamento das taxas anuais de alforria em Sergipe nas duas últimas décadas da escravidão brasileira.¹² Tomando a

¹¹ CHALHOUB, Sidney, *Machado de Assis, historiador*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p.257.

¹² SUBRINHO, Josué Modesto, *Reordenamento do Trabalho - trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro. Sergipe, 1850-1930*, Aracaju, Funcaju, 2000, pp.112-122. O autor não explica o motivo da repetição do ano de 1882 nos dois períodos analisados.



província como um todo, Subrinho mostrou que do primeiro período para o segundo, a taxa anual subiu de 6,67 para 14,76 por mil escravos matriculados em 1873, enquanto que entre 1885 e 1886, a taxa teria pulado para 24,9. Dessas alforrias, as do primeiro período se dividiam eqüitativamente entre onerosas e gratuitas, entre 1883 e 1885 foi possível perceber uma pequena elevação no número de alforrias onerosas, enquanto que nos dois últimos anos analisados houve um súbito aumento no número de alforrias concedidas gratuitamente. Através da interpretação desses dados, o autor sugeriu que, até as vésperas da abolição, a escravidão era economicamente viável em Sergipe, daí um esforço senhorial em prolongá-la. A situação só foi revertida nos dois últimos anos analisados pelo autor (1885-1886), quando, numa tentativa de reter a mão-de-obra em suas fazendas, os senhores passaram a conceder alforrias a título gratuito.

Comparando as taxas de Sergipe com as de outras províncias nordestinas, analisadas por Robert Slenes, Subrinho afirmou que Sergipe detinha a menor média de alforrias do Nordeste, estando abaixo, inclusive, da média nacional. O autor sugeriu que estas poderiam estar sendo concedidas em troca de contratos de serviço ou em resposta à desagregação do escravismo, conforme já disse. Entretanto, as fontes quantitativas analisadas por Subrinho são insuficientes para explicar, no âmbito das relações senhor/escravo, o porquê do crescimento das alforrias a título gratuito.

As cartas de alforrias registradas nos livros de notas dos tabeliães permitem uma análise mais profunda da alforria do que os dados oficiais, pois as cartas fornecem informações que não constam nos boletins de atualização da matrícula, como as formas de pagamento das alforrias, se havia algum tipo de condição para os escravos alforriados, bem como o que as motivou. Ainda que a série de cartas encontrada seja pequena em relação ao número total de alforrias concedidas na região da Cotinguiba, acredito que elas podem servir como uma amostra para a percepção das mudanças na prática privada da alforria após a promulgação da Lei do Ventre Livre. A amostra é constituída por 256 cartas de alforria registradas entre 1860 e 1888



nos cartórios dos municípios de Laranjeiras, Maruim, Rosário do Catete e Santo Amaro das Brotas.¹³

A carta de alforria era um documento privado, através do qual o senhor concedia a liberdade ao seu escravo, podendo ter sido redigida pelo próprio senhor ou representante legal (normalmente quando o proprietário do escravo não sabia ler e escrever), mediante duas testemunhas. O original costumava ficar de posse do liberto, como prova de sua nova condição jurídica, e era registrado na íntegra em cartório, como garantia contra sua perda e alguma tentativa de reescravização. No caso de mudança de município, o liberto devia registrar novamente a carta no cartório mais próximo. As cartas de alforrias comumente continham a identificação do senhor, seguida das características do escravo, tais como nome, cor, filiação, naturalidade, profissão, estado civil e idade. Mas raramente todos esses dados eram simultaneamente registrados.

Podendo ser concedidas gratuitamente ou mediante alguma forma de pagamento – em moeda corrente, por escambo, serviço, ou algumas dessas formas combinadas –, as cartas continham também informações sobre as motivações da alforria, bem como detalhes da negociação estabelecida entre senhores e escravos para a concretização da mesma. Em alguns casos, o escravo dava um valor em troca da liberdade e estava plenamente liberto. Em outros, ao valor era acrescida alguma condição, que poderia ser desde o trabalho por tempo determinado até o trabalho ao longo de toda a vida do senhor e, até mesmo, de alguns dos seus herdeiros. Por serem transações privadas, os acordos feitos para a liberdade eram imprevisíveis. Schwartz mostrou que a variedade nas condições da alforria e nas formas de pagamento, na maior parte das vezes,

¹³ AGJES, Livros de notas: Laranjeiras, Cartório do 1º Ofício, caixa 250; Maruim, Cartório, caixa 983; Maruim, Cartório 1º Ofício, caixas 838, 839, 840, 849; Maruim, Cartório do 2º Ofício, caixa 983; Rosário do Catete e General Maynard, Cartório, caixas 1712, 1713, 1758; Santo Amaro das Brotas, Cartório, caixa 1767 e Aracaju, Cartório do 1º ofício, caixa 2141. As séries estão incompletas, parte dos livros de Laranjeiras e de Maruim está indisponível para pesquisa devido ao péssimo estado de conservação. Pelo mesmo motivo, muitas páginas dos livros analisados de outras comarcas estavam ilegíveis. Nos livros de notas referentes à Aracaju, existentes no AGJES, não foram registradas cartas de alforria.



revelam um apego do senhor ao escravo ou ao serviço desempenhado por este. O que também ocorreu em Sergipe.¹⁴

Em 1871, em Maruim, Manoel Moreira de Souza forrou gratuitamente o cabrinha Rufino, de 12 anos, motivado por este ter “sido cria” de seu finado e estimado tio, com a condição de que ele aprendesse o ofício de pedreiro ou carpina. Trata-se de um caso típico em que o senhor se comprometia a preparar o escravo para a liberdade antes de concedê-la. Já Anna, “pelos bons serviços prestados”, foi libertada gratuitamente, em 1874, por José Ferreira dos Santos, ficando obrigada a acompanhar seu senhor até a morte, a pagar uma dívida de cem mil réis, a fazer dois vestidos de chita para duas afilhadas do senhor e, ainda, mandar rezar cinco missas para cinco finados. Andreza, forra em 1869, deveria lavar e engomar a roupa dos filhos do senhor durante dois anos, a contar da morte dele.¹⁵

Quanto às formas de pagamento e variedade de contratos de serviços, temos o caso do crioulo Adriano, escravo de Custódio Rodrigues de Figueiredo, que, em 1856, assinou de “próprio punho” a sua carta de alforria, paga por A. Schramm e Cia com a condição de prestar serviços por seis anos. O registro da carta é de 1861, ano do término da condição. Já Fortuna, escravo de Bernardina e de Delphina Rosa de Souza, em 1867, comprou a sua liberdade por um conto e cem mil réis, dos quais ficou devendo seiscentos mil réis, ficando obrigado a andar de marinheiro em diferentes navios até que quitasse a dívida. Mais inusitada, em 1869, a alforria da parda Aura, de 30 anos, escrava do casal de Antônio Diniz Siqueira, foi paga com “vinte e quatro cabeças de gado de criar”.¹⁶

¹⁴ SCHWARTZ, *Escravos, roceiros e rebeldes*, p.213.

¹⁵ Carta de Liberdade de Rufino, AGJES, Cartório de Maruim, cx.849, lv 1866-1874, f. 294. Carta de liberdade de Anna, AGJES, Cartório de Maruim, cx. 982, lv 9 (1873-1876), f.40. Carta de liberdade de Andreza, Cartório de Maruim, cx 849, lv 1866-1873, f. 174-175.

¹⁶ Carta de liberdade de Adriano, AGJES, Cartório de Maruim, cx 840, lv 6, f.53. Carta de liberdade de Fortuna, Cartório de Maruim, cx 849, lv 1866-1873, f.38. Carta de liberdade de Aura, Cartório de Santo Amaro de Brotas, cx 1767, lv 1858-1877, f61v.



Chama a atenção nas alforrias de Sergipe o elevado número daquelas concedidas “em parte”. A situação poderia ser ocasionada pela compra do escravo de apenas uma parte de si; pela concessão gratuita da liberdade na metade; pela alforria dada pelo senhor que possuía apenas uma parte do escravo; ou ainda pelo escravo ficar parte liberto em testamento. Estas situações estão representadas em 22 casos, o que equivale a aproximadamente 8,6% da amostra. Apesar de perceber que esta pode ter sido uma tática senhorial para garantir serviços durante alguns dias por semana, não podemos interpretar as alforrias “em parte” como, simplesmente, uma outra modalidade de alforria condicional. Isso porque, na maioria dos casos os senhores deram a liberdade total na parte que possuíam. Além do que, não podemos descartar a hipótese de que esta também fosse a forma possível de senhores pobres concederem a alforria a escravos estimados sem que comprometessem o valor que neles possuíam. Neste último caso, as alforrias permitiam que os escravos dispusessem de mais tempo para trabalhar para si e acumular pecúlio suficiente para a compra da outra parte.

Não sabemos, ao certo, como era exercido o domínio sobre parte do escravo. Em apenas um caso a situação foi explicitada. Em maio de 1869, Romualdo conseguiu comprar de seu senhor, o padre José Sotério de Meneses, a sua metade de si pelo valor de quinhentos mil réis. A carta não informa se Romualdo já possuía a sua outra metade, se esta ainda estava de posse do padre ou, ainda, de outro senhor. Sabemos apenas que a parte alforriada, o era condicionalmente e estava “sujeita ao domínio e posse por dois anos, prestando serviços três dias em cada semana”.¹⁷

A análise das cartas de alforria e a percepção da diversidade e complexidade de acordos privados para a concessão da mesma trazem um problema para a análise das fontes produzidas pelo governo brasileiro no século XIX, utilizadas por Subrinho e por Slenes. Quais os

¹⁷ Carta de liberdade de Romualdo, AGJES, Cartório de Maruim, caixa 849, livro 1866-1873, f. 155.



A LEI, AS CARTAS E O SILÊNCIO SENHORIAL

critérios utilizados pelo governo para a classificação das alforrias em gratuitas ou onerosas, condicionais ou incondicionais? Para Slenes, o que se sabe era que a classificação “a título gratuito” era dada às alforrias concedidas gratuitamente e incondicionalmente, enquanto que “a título oneroso” era a classificação dada às alforrias incondicionais pagas pelo escravo no seu valor de mercado. Ressalta Slenes que o grande problema era entender como as alforrias condicionais, que requeriam parte do pagamento em dinheiro ou em serviços, eram classificadas pelo governo. Ao analisar uma amostra de 56 cartas de alforria, concedidas em Campinas entre 1868 e 1883, e compará-las com os dados do governo para a província de São Paulo, ele sugeriu que as alforrias classificadas “a título oneroso” eram exclusivamente aquelas nas quais o escravo pagava o seu valor total de mercado, ficando plenamente liberto. Estavam também excluídas dessa categoria as alforrias pagas pelo Fundo de Emancipação.¹⁸ Se a interpretação de Slenes estiver correta, os dados do governo sobre as alforrias gratuitas exacerbam a benevolência senhorial, já que sob esta classificação estaria um sem número de acordos nos quais os libertos continuavam devendo serviços ou dinheiro aos ex-senhores.

Classifiquei como alforria comprada, qualquer alforria concedida pelo senhor mediante recebimento de algum valor em dinheiro ou em espécie; o que significa dizer que aquelas alforrias em que o senhor afirmava ter dado a liberdade ao escravo por um valor abaixo do mercado foi considerada alforria comprada. Do mesmo modo, a classificação das alforrias condicionais foi feita levando-se em conta quaisquer serviços ou dinheiro devidos ao senhor, por prazo limitado ou não. Portanto, a alforria na qual o escravo ficasse, obrigatoriamente, atrelado ao senhor, foi considerada condicional. No caso dos escravos pertencentes a vários donos foi considerada incondicional a alforria da parte que cada dono possuía, sem que nenhum tipo de obrigação fosse devida em relação à parte alforriada.

¹⁸ SLENES, Robert W., *The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888*, Tese de doutorado, Stanford University, 1975, pp.513-518.

A partir do cruzamento de dados sobre as alforrias gratuitas ou compradas e condicionais ou incondicionais é possível perceber que, de fato, alguma mudança a Lei do Ventre Livre provocou na prática privada da alforria. Para a análise, a amostra foi dividida em dois períodos: o primeiro, de 1860 até 27 de setembro de 1871, e o segundo, desta data até a abolição da escravatura. Para fazer esta separação, foi levada em conta a data da carta de alforria, e não a do registro, que algumas vezes distavam entre si em até seis anos. Portanto, as cartas passadas antes da Lei do Ventre Livre, mas contabilizadas depois desta lei, foram incluídas no primeiro período. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 1 - Alforrias em Sergipe

1860 até a Lei do Ventre Livre			
Tipo	Condicional	Incondicional	Total
Comprada	19,6% (11)	80,4% (45)	46,3% (56)
Gratuita	53,8% (35)	46,2% (30)	53,7% (65)
Total	38% (46)	62% (75)	100% (121)
Após a Lei do Ventre Livre			
Comprada	3,7% (3)	96,3% (78)	60% (81)
Gratuita	27,8% (15)	72,2% (39)	40% (54)
Total	13,3% (18)	86,7% (117)	100% (135)

No período anterior à lei, percebemos um maior equilíbrio entre as alforrias pagas e as concedidas gratuitamente pelos senhores, sendo a fração das alforrias gratuitas um pouco mais alta do que as compradas; e, dentre as alforrias gratuitas, também há um certo equilíbrio entre as condicionais e as incondicionais, com a fração das condicionais um pouco mais alta do que as incondicionais. Por outro lado, a análise das alforrias compradas – que *a priori* deveriam ser incondicionais – revela que em 19,6% dos casos, os escravos que se resgataram ainda tinham a obrigação de continuar servindo aos seus ex-senhores, sendo que, em cinco dos onze casos essa obrigação só cessava com a morte do senhor.



A LEI, AS CARTAS E O SILÊNCIO SENHORIAL

Foi o caso de Rosa. Em julho de 1862, Manoel Dias de Portugal, “pelo desejo de beneficiá-la”, por ser ela sua cria e filha da escrava Gertrudes, a libertou por quinhentos mil réis (não sem ressaltar que ela valia um conto), com a condição de servi-lo até a sua morte. Para garantir a fidelidade de Rosa, fez também a ressalva de que se ele julgasse que ela não o estava servindo a contento, esta seria “devolvida à escravidão”, sendo restituída da quantia que pagara. Nesta situação, também estavam a escrava mestiça Antônia, de 25 anos, que em 1863 pagou um conto para se libertar, e a mulata Joanna, que em 1866 pagou pela sua alforria um conto e trezentos mil réis. Ambas tinham a obrigação de servir aos seus senhores até a morte. Estes exemplos evidenciam que, mesmo a compra da alforria sendo realizada por iniciativa do escravo, nesse momento ela ainda podia ser interpretada pelo senhor como uma concessão, por ainda ser prerrogativa senhorial a permissão da compra da alforria e também a interferência direta no destino do liberto.

A análise do período posterior à lei traz algumas novidades. Revela que houve um aumento na proporção das alforrias compradas e que, dentre essas, houve uma diminuição nas alforrias condicionais, que passou a corresponder a apenas 3,7%, apenas três em 81 casos. Em dois deles a condição era servir por um período de tempo, caso de Lúcio, que ficava obrigado a servir sua senhora enquanto esta estivesse no Brasil e de Juvêncio, que ficava a dever serviços por um período de quatro anos. Já Carolina, deveria pagar em prestações os cento e cinquenta e dois mil réis que ficou devendo.¹⁹

Mesmo dentre as alforrias gratuitas, houve um aumento significativo na quantidade de alforrias concedidas sem condição alguma. O que corrobora com a idéia de Subrinho de que foi o avanço da contestação ao escravismo que levou ao incremento das alforrias, quando

¹⁹ Carta de liberdade de Lúcio, AGJES, Cartório de Maruim, caixa 849, lv. 1866-73, f. 271, Carta de liberdade de Juvêncio, AGJES, Cartório de Maruim, cx. 983, lv 17, f. 27 e Carta de liberdade de Carolina, AGJES, Cartório de Maruim, cx849, lv 1866-73, f. 296.



talvez já não fosse possível, nem socialmente aceito, frustrar as expectativas do escravo em relação à liberdade. A concessão de alforrias gratuitas e incondicionais no momento em que a ideologia paternalista era posta em xeque não parece ter sido uma atitude exclusiva dos senhores sergipanos. Chalhoub mostrou que através da fina ironia de Machado de Assis é possível perceber que no Rio de Janeiro isso também ocorreu, numa derradeira tentativa dos senhores de preservarem laços de dependência quando a abolição total se concretizasse.²⁰

Schwartz, analisando as cartas da Bahia colonial, percebeu que cerca de metade das alforrias eram pagas. Para ele, este fenômeno desmente a tradicional interpretação da escravidão brasileira humanitária, mas revela muito sobre a natureza da sociedade brasileira, e das oportunidades existentes para escravos e libertos acumularem pecúlio. As alforrias compradas são um indício de que ser liberto no Brasil, apesar de todas as dificuldades e discriminações sofridas, ainda era melhor do que ser escravo. O que justifica todos os sacrifícios feitos pelos escravos para compra da própria alforria e de parentes.²¹ Vejamos agora a distribuição das alforrias por cor e nacionalidade:

Tabela 2 - Tipo de Alforrias segundo origem/cor

Tipo Origem/Cor	Compradas		Gratuitas		Total
	1860 até lei de 1871	Lei de 1871 até 1888	1860 até lei de 1871	Lei de 1871 até 1888	
Africanos	19	5	12	12	48
Crioulos	19	36	17	9	81
Total: negros	38	41	29	21	129
Mestiços ²²	17	15	22	14	68
Total: negros e mestiços	55	56	51	35	197

²⁰ CHALHOUB, *Visões da Liberdade*, cap. 2.

²¹ SCHWARTZ, *Camponeses, roceiros e rebeldes*, pp. 211-212.

²² Sob esta classificação estão os mestiços, pardos, mulatos e cabras.



A LEI, AS CARTAS E O SILÊNCIO SENHORIAL

De uma amostra de 256 alforrias, em 59 delas não havia referência à cor, etnia ou nacionalidade. Foram agrupados em “crioulos” os escravos classificados como crioulos ou pretos, e em “pardos”, os classificados como pardos, mulatos, mestiços ou cabras. Através destes dados sabemos que o acesso à alforria era igualitário para pardos e para negros, pois as proporções das alforrias destes são correspondentes com os dados populacionais da região segundo o censo de 1872.

Já os africanos, que no censo de 1872 constituíam 6,2% da população escrava de Sergipe, corresponderam a 24,4% da amostra, ou quatro vezes mais que o esperado. Isso tanto pode significar que os senhores alforriavam os escravos mais velhos, quanto pode indicar a existência de uma comunidade de africanos que se auxiliavam na compra da liberdade. Na tentativa de entender o porquê da alta taxa de alforrias de africanos, foi feito o cruzamento entre a idade e a cor dos escravos alforriados. Apenas 126 casos fizeram menção à idade, enquanto que em 105 cartas encontramos menção à cor e idade. Nem sempre as cartas indicavam a idade exata do escravo, mas faziam referência à faixa etária através de expressões como “cria”, “escravinho”, “crioulinho”, “mulatinho”, “velho”, etc. Para enquadrar estes exemplos, as idades foram distribuídas em três faixas etárias amplas: os não adultos, de meses de vida até os dezesseis anos; os adultos, de 17 a 44 anos e os velhos de 45 anos para cima.

Tabela 3 - Alforrias em Sergipe segundo Origem/Cor e Idade, 1860-1888

Origem/Cor	0-16 anos	17-44 anos	Acima de 44	Total
Africanos	-	6	12	18
Crioulos	8	33	6	47
Pardos	15	20	5	40
Não identificado	12	5	4	21
Total	35	64	27	126

Quando observamos a quantidade de cartas de alforrias de escravos velhos, resulta que elas correspondem a 21,4%. É preciso ressaltar, entretanto, que estes dados podem estar bem abaixo do



real, pois, sendo as cartas um documento escrito pelos senhores - nas quais estes costumavam frisar a generosidade do ato - é plausível que boa parte deles não especificasse a idade dos escravos velhos, numa tentativa de não levantar suspeitas quanto à própria benevolência, pois das 48 alforrias de africanos, em 30 não consta a idade. Em 1879, o barão de Japarutuba, no seu engenho Topo, um dos maiores da província - onde ficou hospedado D. Pedro II, na sua passagem por Sergipe em 1860 - alforriou, de uma só cartada, os africanos Job, Lipião, Macério, Cazimiro, Albano e Cypriano. Bastante lacônica, a carta não informa as motivações do barão, a idade dos africanos, se estes pagaram algum valor pela alforria, nem estabelecia quaisquer condições aos recém-libertos, dizia apenas que a alforria fora dada “de livre e espontânea vontade”.²³

O cruzamento dos dados referentes à idade e origem/cor evidencia que a alta taxa de africanos alforriados corresponde a escravos velhos e que, dentre as crianças, era muito mais fácil aos pardos conseguirem a alforria, pois estas totalizaram aproximadamente 43%. A alta taxa de alforrias de crianças pardas pode indicar tanto que os senhores alforriavam seus filhos, frutos de uniões ilegítimas com as escravas, quanto que era mais fácil às crianças pardas tornarem-se “crias da casa”. Pode indicar também a influência de livres que tinham relações com escravas, frente aos senhores das mesmas, para libertarem seus filhos. Talvez este tenha sido o caso de algumas alforrias pagas por “benfeitores”.

Em relação à divisão por gênero, temos que 148 das alforrias, ou 57,8%, foram concedidas a escravas, embora na matrícula de escravos de 1873 a taxa de masculinidade na região estudada fosse de 50,2%.²⁴ Esta diferença é mais acentuada quando analisamos as alforrias pagas (137), onde 64,2% correspondiam a alforrias de mulheres.

²³ Cartas de liberdade de Job, Lipião, Macério, Cazimiro, Albano e Cypriano, AGJES, Cartório de Rosário do Catete, cx. 1712, livro de notas n.21 (1875-1883), f. 80v.

²⁴ SUBRINHO, *Reordenamento do Trabalho*, Anexo, tabela A.6, p. 422. Em 1873, na região da Cotinguiba foram matriculados 7631 homens e 7575 mulheres.



A LEI, AS CARTAS E O SILÊNCIO SENHORIAL

Seria uma interpretação simplista pensar, com base nesses dados, que as mulheres tinham mais condições de acumular pecúlio do que os homens. Dentre as 88 alforrias pagas de mulheres, em 20 há a declaração de terem sido pagas pelo pai, marido ou ainda pelo “benfeitor” da escrava, o que talvez seja um indício de que os parentes efetivos ou afetivos preferissem alforriar as mulheres. Tal atitude poderia ser justificada tanto pelo valor de mercado mais baixo, quanto pela motivação de que seus filhos nascessem livres e desimpedidos. Estas são explicações comumente utilizadas pela historiografia para o contexto anterior a 1871, entretanto acreditamos ser possível aplicá-las também para as décadas finais da escravidão, ao menos no contexto de Sergipe.²⁵ Vejamos porquê.

Devemos recordar que a lei de 1871 tomara livres os filhos das escravas nascidos depois dela, mas os mantinha sob a tutela do senhor de sua mãe até a idade de 21 anos, como forma de indenizá-los. Ainda durante o debate para a aprovação da lei, Perdigão Malheiro, o seu principal mentor, num momento de contradição e lucidez, afirmara que discordava da libertação do ventre porque os ingênuos permaneceriam de fato na escravidão até os 21 anos.²⁶ Essa interpretação da lei como uma continuidade da escravidão parece ter sido compartilhada pelos senhores de escravos sergipanos. Exemplo disso é o registro da vontade de Joanna Maria de Meneses Barreto de forrar o mulatinho Agripino, de um mês e meio. A carta e o registro datam de novembro de 1877, e nela a senhora afirmava:

Dentre os bens que livremente possuo é bem assim um mulatinho de nome Agripino de ventre livre [...] de idade de um mês e meio, filho natural da escrava Leonôr, cujo mulatinho pela estima que lhe tenho lhe dou a liberdade da condição dos 21 anos conforme marca a lei acima mencionada, no valor de cem mil réis que serão levados em minha terça[...]²⁷

²⁵ Ver KARASCH, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, p. 452.

²⁶ PENA, *Pajens da casa Imperial*, p. 262.

²⁷ Carta de liberdade de Agripino, AGJES, cx 1712, liv. 21, f. 24. Grifo meu.



Talvez por força do hábito, Joanna tenha listado o mulatinho de ventre livre dentre seus bens, e mesmo por auto-condescendência senhorial se considerasse benevolente ao conceder a liberdade a um indivíduo juridicamente livre, de apenas um mês e meio, em troca de cem mil réis. Ou de fato, o que me parece mais provável, acreditasse que os libertos pela lei do ventre livre continuassem, na prática, escravos até os 21 anos, ou libertos condicionais, e que, como a indenização devida ao senhor pelo Estado era de seiscentos mil réis, ela estaria abonando a dívida em quinhentos mil réis, isto *pela estima* que lhe tinha. Considerando a alta taxa de mortalidade na época, cem mil réis por uma criança, que tinha grande chance de morrer antes de um ano de vida, era um ótimo negócio.

Mais “benevolente” do que a senhora Joanna, o senhor Cândido Fagundes foi ao cartório em maio de 1877 registrar a “carta de liberdade” da escravinha mestiça Benvinda, a quem tornava “plenamente liberta” sem receber dinheiro algum em troca:

Desisto da condição que tenho na ingênuia Benvinda, nascida mestiça em dois de dezembro de 1874, filha de minha escrava Luísa, ficando desde já plenamente liberta, visto como desisto da condição que a lei me faculta de me servir vinte e um anos.²⁸

O paradoxo presente nos documentos escritos por Joanna e por Cândido, de registrar a carta de alforria de alguém que nascera de ventre livre, transporta para o ano de 1877 uma questão cara aos anos anteriores à lei de 1871, que era a situação dos libertos condicionalmente. Chalhoub explicou detalhadamente o debate jurídico em torno da questão, se o liberto condicional era livre desde o registro da carta de alforria ou se ele deveria ser considerado livre apenas após o cumprimento das condições estabelecidas na carta. Mostrou que de forma alguma esta questão era ponto pacífico entre rúbulas, juízes e advogados

²⁸ Carta de liberdade de Benvinda, AGJES, cx 1712, lv. 19, f. 47v.



A LEI, AS CARTAS E O SILÊNCIO SENHORIAL

da época, sugerindo que a resposta variou ao longo do século XIX, pendendo a favor da liberdade por volta da década de 1860.²⁹ Ao que parece, em Sergipe, e talvez em outras paragens distantes da Corte, ainda ressoava esse debate mesmo após a liberdade do ventre.

Outra fonte que confirma essa interpretação são os inventários posteriores à Lei do Ventre Livre, nos quais, dentre os bens avaliados, não era incomum a avaliação dos ingênuos. Apenas, em alguns, se fazia a ressalva de que o que estava sendo avaliado era o “trabalho” do ingênuo, e não o próprio. Foi o caso da avaliação constante no inventário de João Correia de Araújo, em 1885, no qual lemos

que mais deram a descrever e avaliar o ingênuo Guilhermino, fulo, matriculado em primeiro de setembro de 1881 sob número da matrícula 131, que sendo apresentado aos avaliadores, deram-lhe o valor nos seus serviços de duzentos mil réis, pelo tempo determinado na lei.³⁰

Portanto, se os senhores sergipanos podiam interpretar a lei como uma continuação da escravidão até os 21 anos, é bastante plausível que escravos e libertos tentassem a libertação dos seus através da compra de suas alforrias. Nesse sentido, entre todas as medidas da lei de 1871, talvez a que tenha contribuído menos para as mudanças nas relações entre senhores e escravos tenha sido justamente aquela consagrada pela memória histórica: a liberdade do ventre.

Quanto ao conteúdo das cartas, algo mudou após a promulgação da Lei de 1871. Ainda que muitos senhores continuassem afirmando que forravam este ou aquele escravo “muito de sua vontade”, “pela estima que lhe tinha” ou ainda “pelos bons serviços prestados”, é claramente perceptível o aumento na quantidade de cartas em que os senhores nada mencionavam: a alforria deixara de ser mera concessão e tornara-se um direito.

²⁹ CHALHOUB, *Visões da Liberdade*, pp. 122-131.

³⁰ AGJES, Cartório de Maruim, caixa 820, Inventário de João Correia de Araújo, 19/11/1885.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Sharyse Piroupo do, *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*, Tese de Doutorado em História, UFBA, 2007.

CHALHOUB, Sidney, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____, *Machado de Assis: historiador*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da, *Da senzala à colônia*, São Paulo, Editora Unesp, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da, “Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e lei positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX” in *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*, São Paulo, Brasiliense/Edusp, 1986.

GEBARA, Ademir, *O mercado de trabalho livre no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

GOMES, Flávio dos Santos, “Em torno dos bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia colonial”, *Revista USP*, n 38 (dez-1995/fev-1996), pp.40-55.

GRAHAM, Richard, *Grã-bretanha e o início da modernização no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1973.

GRIMBERG, Keila, *Liberata: a lei da ambigüidade*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

KARASCH, Mary C, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

NEQUETE, Lenine, *Escravos e Magistrados no Segundo Reinado*, Brasília, Ministério da Justiça/ Fundação Petrônio Portella, 1998.

SCHWARTZ, Stuart, *Escravos, roceiros e rebeldes*, Bauru, Edusc, 2001.

SLENES, Robert W., *The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888*, Tese de Doutorado, Stanford University, 1975.



A LEI, AS CARTAS E O SILÊNCIO SENHORIAL

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos, *Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe, 1850-1930*, Aracaju, Funcaju, 2000.

THOMPSON, E. P., *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.





DEVOÇÃO COM
DIVERSÃO:
A Festa de Nossa
Senhora do Rosário na
Cidade de São
Cristóvão-SE
(1860-1880)

Vanessa dos Santos Oliveira*
Hippolyty Brice Sogbossi**

RESUMO

As investigações acerca da vivência religiosa no Brasil que têm sido realizadas a partir do século XX, buscam superar as tradicionais abordagens das doutrinas e dos dogmas próprios do discurso oficial. No que tange à religiosidade popular, as pesquisas atuais buscam apontar as rupturas e permanências no campo do sagrado desvendando seus significados. No presente estudo, abordaremos uma das expressões fruto do contato das tradições africanas com o catolicismo em Sergipe: a festa dedicada a Nossa Senhora do Rosário promovida na cidade de São Cristóvão, na segunda metade do século XIX, pelos membros da Irmandade dos Homens Pretos do Rosário. Evento que proporcionava o encontro de elementos sagrados e profanos, a festa era o momento central da devoção dos confrades, contando com a presença de reis negros e danças como a chegança, taieira, cacumbi, mourama e batalhão de fuzileiros. Assim, pretendemos analisar os rituais presentes na festa do Rosário e suas ligações com as experiências culturais de grupos étnicos que reelaboraram a identidade perdida com o tráfico. Para tanto, faremos uso do método indiciário utilizando como fonte a pesquisa documental com base no compromisso da confraria, nas prestações de contas e nos relatos de memorialistas.

PALAVRAS-CHAVE: festa, irmandades, religiosidade popular.

* Aluna do Mestrado em Sociologia do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe. osvanessa@hotmail.com

** Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional, Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. bricesogbo@hotmail.com



As reflexões no campo das religiões realizadas a partir do século XX têm rompido com o monopólio antes exercido pelas teologias e pela História da Igreja, que, com base nos discursos oficiais, estavam mais preocupadas com os dogmas e as doutrinas. Numa nova perspectiva, historiadores e cientistas sociais apontam as rupturas e permanências no universo sagrado, abordando as religiosidades populares com o fito de analisar o significado de diferentes práticas de culto e suas formas devocionais. Nesse panorama, as irmandades negras têm sido objeto de reflexões outras, como forma de vivência religiosa e reelaboração das identidades na diáspora, sobretudo através da organização das festas aos oragos. É precisamente essa a vertente em que nos enquadrámos.

A experiência religiosa em Sergipe no século XIX se enquadrava nos moldes do chamado catolicismo tradicional e popular.¹ Marcadamente devocional e de cunho familiar, tinha como principal aspecto a devoção-promessa aos santos. Como falamos em outro momento (OLIVEIRA, 2007, p. 2), o santo é o elemento nuclear do catolicismo popular tendo presença viva e atuante na vida dos fiéis. Seja nos oratórios domésticos ou capelas, é o amigo dos momentos de aflição ao qual os fiéis buscam agradar para ter seus pedidos atendidos.

Nesse contexto, o culto popular se dava interna e externamente. No ambiente doméstico o espaço de devoção era o oratório, local onde os santos preferidos da família recebiam as orações. O culto externo era caracterizado pela teatralização e ocorria nos santuários e capelas, organizado pelos leigos que se reuniam nas associações religiosas. Era de responsabilidade destas a organização das festas e procissões em honra e devoção dos oragos.

¹ Entendemos o Catolicismo Tradicional ou Popular conforme fora definido por Oliveira, Valle e Antoniazzi (1978, p. 23), como todas aquelas práticas religiosas da população católica que não se enquadram no que é oficialmente proposto pela hierarquia da Igreja, ou seja, a maneira do povo praticar seu catolicismo.



DEVOÇÃO COM DIVERSÃO

As associações religiosas eram de três tipos: santas casas, ordens terceiras e irmandades. As santas casas eram reservadas às elites e realizavam caridade externa através da manutenção de hospitais, asilos, orfanatos, cemitérios e empréstimos financeiros. As ordens terceiras tinham atribuições semelhantes, porém eram ligadas às ordens franciscana, dominicana ou carmelita. As irmandades, por sua vez, são remanescentes das corporações de artes e ofícios da Europa na Baixa Idade Média, surgidas entre os séculos XII e XV. Para funcionar precisavam de igreja que as acomodassem e ter compromisso contendo os direitos e deveres dos seus membros aprovado pela Mesa de Consciência e Ordens e inspecionado pelo Governo e pelo Episcopado.

Todavia, o acesso às associações era regulamentado. No Brasil, o campo do sagrado reproduzia a estratificação presente na sociedade, pois a distinção étnico-nacional constituía a lógica das irmandades e confrarias (REIS, 1996, p. 5). Logo, existiram irmandades para brancos, pardos e negros, sendo que as de brancos poderiam ser de portugueses ou brasileiros enquanto as dedicadas à população negra poderiam se subdividir entre os africanos tendo como critério a etnia, ou ainda entre estes e os nacionais.

O acesso às confrarias era regulado por critérios econômicos e étnicos contidos nos compromissos. Entre as exigências constavam ser católico, de boa conduta moral e civil, ter meios de subsistência e, muitas vezes, também se fazia restrição à cor da pele.² Um exemplo ilustrativo dessa prática aparece no compromisso da Irmandade de Nossa Senhora de Guadalupe da cidade de Estância, do ano de 1852:³

² Conforme Compromissos contidos em FRANCO, Candido Augusto Pereira. Compilação das Leis Provincias de Sergipe 1835 a 1880. Vol I. Aracaju: Typ. de F. das Chagas Lima. s.d.

³ *Ibidem*. Somente a partir de 1852 o critério da cor se tornaria inválido, mediante resolução do Av. n. 432 de setembro de 1862 que considerou anticristã e inconstitucional tal condição.



Das qualidades pessoas para ser irmão

Art. 6º. Para ser irmão basta reunir as seguintes qualidades:

1º. Ter boa conduta moral, e ser Catholico Apostolico Romano.

2º. Ser branco.

3º. Ter meios de subsistencia

Localizamos outros compromissos que expressavam a cor da pele como elemento delimitador para a entrada na associação, a saber, os das irmandades do Senhor Bom Jesus dos Passos de Estância (1865), do Santíssimo Sacramento de Própria (1864), das Santas Almas de Itabaiana (1855) e de São José dos Artistas de Aracaju (1870). Algumas aceitavam pretos, mas impondo alguma condição, como era o caso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da cidade de Laranjeiras (1864), que somente aceitava os já nascidos livres ou o da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo de Capela (1874), que permitia a entrada de livres e libertos e ainda a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Santa Luzia (1874), que os aceitava desde que tivessem a permissão dos seus senhores.⁴

De acordo com Fredrik Barth (1998), em situação de interação os grupos étnicos selecionam traços diacríticos considerados significantes que passam a ser utilizados como sinais de diferença demonstrando sua identidade. Desse modo, a cor da pele era um importante elemento distintivo para formular fronteiras entre os grupos no universo religioso oitocentista.

Conforme pesquisas realizadas por Luís Mott (1986), a população sergipana nesse período era de 115.418 habitantes. Entre estes, a parcela da população classificada como pretos representava 40.796 dos habitantes da Província para 51.067 pardos, 22.055 brancos e 1.500 índios. Mesmo com pardos como maioria, temos aí um número relevante de pretos da ordem de 35,35% da população. Dos já menci-

⁴ *Ibidem.*



onados 40.796 pretos, 62,46% eram escravos. Lembremos que essa parcela da população era vista com desconfiança pelos demais, constituindo a principal fonte de preocupação para a sociedade sergipana.⁵

Assim, as irmandades negras foram estimuladas pela Igreja e pelo Estado, sendo regulamentadas no Brasil pela Carta Régia de 01 de março de 1700. Instrumentos de conversão e incentivo à paz e obediência, essas instituições foram também importantes para a reconstituição das redes de solidariedade étnica e conservação de valores por parte desses grupos. Atentos a esses aspectos, alguns estudos têm abordado as irmandades enquanto espaços de reconstituição das identidades na diáspora.⁶

Desde o período colonial no Brasil, as confrarias de pretos organizavam festas para celebrar seus santos padroeiros, que eram toleradas ou reprimidas de acordo com a política de controle social exercida pelas autoridades temporais e religiosas. Os sentidos desses festejos são diversos e o que conhecemos sobre eles privilegia uma “visão branca”, constituída a partir de fontes policial, eclesiástica ou de governantes. Uma vez que dispomos de pouca documentação que mostre a “versão negra” da festa, torna-se difícil saber como eles as percebiam e significavam.

⁵ Como mostrou Manuela Carneiro da Cunha (1985), essa era uma tendência presente em todo o país, onde até a abolição a população livre excedia a população escrava sendo que a população negra e parda livre sempre ultrapassou a branca, pois a camada dos libertos de cor crescia mais rapidamente que a população branca.

⁶ Nesta vertente se enquadram os trabalhos já publicados de Julita Scarano (1978), Mariza de Carvalho Soares (2000) e Antonia Aparecida Quintão (2002). Julita Scarano chamou atenção para a importância cultural e social das confrarias através de pesquisa realizada em Minas Gerais e em Portugal, tomando a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Distrito Diamantino no século XVIII como objeto. Para esta autora, a irmandade era um instrumento de integração dos pretos na sociedade diamantina. Chama ainda atenção para que o interesse comum unia etnias antes inimigas em suas terras de origem. Mariza de Carvalho Soares estudou a Irmandade de Santo Elisbão e Santa Efigênia, do Rio de Janeiro, no século XVIII. A autora busca reconstituir a organização do grupo étnico fundador - os maki, avaliando a importância da religiosidade católica nas novas formas culturais por ele adotadas no cativeiro. Antonia Aparecida Quintão, por sua vez, viu nas irmandades um espaço de solidariedade e resistência cultural e religiosa dos negros na sociedade escravocrata, através de estudo sobre as irmandades negras de São Paulo e a participação de seus membros no movimento dos caifazes.



Nos deteremos neste artigo na análise dos rituais presentes na festa do Rosário na cidade de São Cristóvão-SE, na segunda metade do século XIX, e suas ligações com as experiências culturais de grupos étnicos que reelaboraram sua identidade com o tráfico. Para tanto, nosso “campo” esteve localizado nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), do Poder Judiciário (AGJS) e no Arquivo Público Estadual (APES). Os “informantes” foram o compromisso da confraria, suas prestações de contas e relatos de memorialistas.

Os dados foram analisados a partir do método indiciário ou semiótico, como fora enunciado por Carlo Ginzburg (1989, p. 177), dada à forma indireta com que as informações foram coletadas numa documentação que a princípio seria considerada marginal. Desse modo, através de elementos aparentemente negligenciáveis como prestações de contas e memórias, remontamos a uma realidade complexa não experimentável diretamente pelo observador, pois como escreveu Ginzburg, “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”.

OS HOMENS PRETOS DO ROSÁRIO: OS DONOS DA FESTA.

A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário foi provavelmente fundada no século XVII.⁷ Segundo Nunes (1996, p. 254), a Igreja do Rosário teve sua construção iniciada em 1746, sendo finalizado na segunda metade do século XVIII. Esse dado indica que, provavelmente, nos tempos iniciais a irmandade não tivesse sede própria e que a construção do edifício se deu com grandes dificuldades, visto o espaço de tempo que levou para ser finalizado. Esse era um fato comum, pois era dispendioso para seus membros – pretos, crioulos e pardos pobres, financiar a construção do templo.

⁷ A data tomada como base, 1686, aparece em cópia do compromisso de 28 de abril de 1860.



DEVOÇÃO COM DIVERSÃO

Conforme consta na cópia do compromisso de 1860 (APES, Ordem 05-A, Cx. 29), a confraria permitia a entrada de qualquer pessoa, desde que tivesse condições de pagar os encargos. Apesar de a maioria das irmandades de brancos excluïrem os pretos de seus quadros, comumente as confrarias negras estiveram abertas a todos. Contudo, outras formas de controle foram desenvolvidas. Deste modo, as fontes indicam que na Irmandade dos Homens Pretos do Rosário a composição da mesa administrativa esteve limitada, ao menos nos tempos iniciais, aos angolas e crioulos, ocupando cada grupo quatro vagas como juizes e quatro como procuradores, divididas entre homens e mulheres, como ficava expresso no compromisso:

Na Vespera, ou dia da festa da Senhora do Rosário pela manhã, se fará a eleição dos novos Officiaes em presença do Reverendo Vigário: a saber dous Juizes, e duas Juizas dos Angollas, e dos Crioulos, quatro Procuradores do mesmo modo, que servirão dous os primeiros seis mezes, e os outros dous nos outros seis, e os Mordomos que parecerem bastantes.

Isso não significa que a integração entre crioulos e africanos fosse perfeita, mas as pesquisas têm registrado outras confrarias do Rosário onde também se realizavam alianças interétnicas entre estes. Neste sentido, Reis (1996) referiu-se às irmandades baianas do Rosário dos Pretos da Igreja da Conceição da Praia, de Santo Antonio de Catageró e de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos das Portas do Carmo, nas quais as mesas diretoras eram compartilhadas por crioulos e angolas. Para ele a incidência se explica pelo fato de os angolas provavelmente terem sido os pioneiros em criar confrarias, visto que foram os primeiros africanos importados em massa para a Bahia e, seguidos dos crioulos, teriam sido os mais antigos devotos de Nossa Senhora do Rosário na capitania. Lucilene Reginaldo (2005) aponta em seu trabalho várias confrarias de devoção a Nossa Senhora do Rosário em Pernambuco e na Bahia com igual administração, denominando o fenômeno de



“privilégio étnico”, pois não se tratava da exclusão de outros grupos, mas da garantia de privilégios, sobretudo na definição dos cargos mais importantes.

Porém, o inverso também ocorria. As irmandades, por outro lado, serviram como instrumento de separação entre os pretos, que se organizavam conforme etnias ou “nações”. Mariza de Carvalho Soares (2000), mostrou esses conflitos na cidade do Rio de Janeiro, onde a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito era de angolas e crioulos, a de São Domingos era formada por pretos da Guiné e a de Santo Elesbão e Santa Efigênia era constituída pelos maki e aceitava a presença feminina, mas impedia a entrada de crioulas, cabras e “pretas de angola”. Logo, o controle do poder e dos recursos no interior das confrarias podia preservar antigas rivalidades ou construir novas alianças.

Não obstante, é necessário lembrar que essas são identidades reconstruídas com o tráfico, porquanto termos étnicos como angolas, nagôs, jejes, representam identidades étnicas instituídas na diáspora, que podiam envolver outros grupos étnicos mais específicos oriundos da África. Na maioria das vezes, as irmandades se formavam em torno de identidades africanas mais amplas, podendo unir povos que originalmente estavam separados por grandes distâncias geográficas e culturais ou reforçar antigos conflitos (REIS, 1996; SOARES, 2004).

Voltando ao caso em questão, podemos dizer então que a Irmandade dos Homens Pretos do Rosário se estabeleceu como uma organização étnica com uma estrutura de poder e liderança baseada em alianças entre crioulos e angolas em busca de uma hegemonia no controle dos cargos. Usamos o conceito de grupo organizacional tal qual foi entendido por Barth (1998, p. 194), na introdução a *Grupos étnicos e suas fronteiras*, pois “na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivo de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional”.

O fato é que sob o signo de homens pretos do Rosário os membros da Irmandade cristovense fundaram uma identidade baseada na etnicidade que passava pela atribuição e pelo reconhecimento na interação com outros grupos de leigos, numa disputa por bens sagra-



DEVOÇÃO COM DIVERSÃO

dos e reconhecimento no campo religioso católico da cidade que perdurou até a primeira metade do século XX, quando a instituição foi dissolvida. Assim, percebemos que na negociação com seus “outros” - brancos e pardos - se estabeleciam fronteiras formadas a partir da seleção de elementos diacríticos que se tornavam seus traços definidores, a exemplo da cor da pele e do poder econômico.

As festas eram momentos ímpares para a observação das estratégias identitárias dos confrades. Pensando no conceito de festa, partilhamos das observações de Norberto Luiz Guarinello (2001, p. 971) de que não existe uma conceituação minimamente adequada do que seja uma festa, visto que os sentidos são bastante fluidos, negociáveis e contestáveis. Compreendendo-a como uma estrutura do cotidiano, entendido enquanto tempo concreto de realização das relações sociais, esse autor chega a seguinte definição:

Festa é, portanto, sempre uma produção do cotidiano, uma ação coletiva, que se dá num tempo e lugar definidos e especiais, implicando a concentração de afetos e emoções em torno de um objeto que é celebrado e comemorado e cujo produto principal é a simbolização da unidade dos participantes na esfera de uma determinada identidade (*Ibidem*, p. 972).

Assim, temos que a festa é um momento de produção de identidades, mas também de conflitos e disputas. Várias festas religiosas envolveram os segmentos da sociedade cristovense durante o século XIX. Entre elas, podemos citar a Epiphania, a ainda famosa Festa de Nosso Senhor dos Passos e a procissão de *Corpus Christi*. O controle da organização dos principais eventos religiosos da cidade era exercido pelas confrarias de brancos da elite, representadas pelas Irmandades do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora da Victória, de São Miguel Arcângelo, da Ordem Terceira de São Francisco e da Ordem Terceira do Carmo.

A legitimação do poder político-econômico da elite se realizava desde a organização do evento ao local ocupado no cortejo. A Procissão do



Senhor dos Passos, por exemplo, que estava a cargo das irmandades do Santíssimo Sacramento e da Ordem Terceira do Carmo, já era no século XIX uma das principais manifestações religiosas de Sergipe, aglomerando devotos de diferentes segmentos sociais e de várias partes da Província, desde membros da elite ligados ao cultivo de cana-de-açúcar, administradores, funcionários públicos a elementos dos segmentos populares (SANTOS e NUNES, 2005, p. 98). O momento da procissão era revelador da hierarquia presente no cotidiano da sociedade, quando a charola do Senhor dos Passos tornava-se alvo de disputas para ser carregada durante o cortejo, posição monopolizada pela elite açucareira. Durante o itinerário, a estratificação se fazia presente vindo à frente os membros das ordens terceiras seguidos de outras irmandades em ordem de importância, todos trajando suas opas em cores específicas, portando bandeiras e tochas. O papel desempenhado pelos irmãos nesses eventos públicos era determinante para a adesão de novos membros.

UMA “DESCRIÇÃO DENSA” DA FESTA DO ROSÁRIO

Os pretos também promoviam suas festas que, como nos lembra o historiador João José Reis (2002, p. 101), tinham caráter polimorfo e polissêmico. Entendidas como ocasião de ensaio para levantes contra os brancos, obstáculo à civilização dos costumes ou momentos de redução das tensões sociais, o certo é que as festas negras foram percebidas pelos seus organizadores e por aqueles responsáveis pela repressão ou permissão como portadoras de diversos fins, sentidos e resultados.

A produção sobre o tema tem apontado mesmo para a falta de unanimidade entre as autoridades no que diz respeito ao posicionamento quanto às festas organizadas pelos pretos. Na Bahia, as autoridades oscilavam entre permiti-la e reprimi-la, uma vez que as posturas municipais e editais de polícia instituía a proibição, mas a própria conduta dos governantes frente aos festejos era divergente. Enquanto o conde da Ponte combateu com rigor festas e religiões africanas, o seu sucessor conde dos Arcos, ao contrário, se mostrou mais “sensível”,



DEVOÇÃO COM DIVERSÃO

pois assim se evitaria as desordens causadas pela gente “de cor” e contribuiria para promover a divisão étnica, já que era habitual as *nações* festejarem separadamente (*Ibidem*).⁸

A partir desse momento passaremos a uma “descrição densa” da festa, através dos indícios levantados na documentação. Buscando entender a importância dos símbolos para a organização social do grupo, tomamos o conselho de Clifford Geertz (1989, p. 23-24) ao tentarmos situar-nos no universo dos sujeitos para “dialogar” com eles. Conforme sua concepção de cultura como ciência interpretativa, para que os significados se tornem inteligíveis é preciso descrevê-los com densidade, tarefa que buscaremos empreender com o objetivo de oferecer uma interpretação possível da festa do Rosário.

Na Irmandade dos Homens Pretos do Rosário a festa dedicada à padroeira era um momento de reforço da distinção por parte dos irmãos, quando vários símbolos identitários se faziam presentes. Sua importância já estava expressa no primeiro capítulo do compromisso da confraria, no qual consta como uma das regras de acesso a contribuição específica para esse evento:

Toda a pessoa que se quiser assentar [como]
Irmão desta Santa Irmandade de Nossa Senhora
do Rosário, em que se ganhão muitas graças,
e indulgências, pagará da sua entrada dous
tustoens, e no dia da festa quatro vinténs:
e se for casado hum Cruzado por si, e por
sua mulher, e meia pataca no dito dia da festa.

Consta de cópia do compromisso de 1860 que a festa da padroeira dos pretos era realizada na primeira oitava do Natal. Confrontando esses dados com a prestação de contas do tesoureiro da confraria Luiz de Fran-

⁸ No natal de 1808, os negros no Recôncavo Baiano concentravam-se para festejar em diferentes locais de acordo com os principais grupos étnicos, ou *nações*: os angolas nas imediações da Igreja do Rosário, os jejes próximo ao rio, os haussás e nagôs na “rua de trás” (REIS, 2002, p. 105).



ça Marques no ano de 1886, percebemos que nesse período a festa do Rosário na cidade de São Cristóvão era celebrada junto com a Epiphania ou adoração dos Reis Magos. Segundo a antropóloga Beatriz Góis Dantas (1976), a coincidência resulta, ao menos em parte, do ajuste das festas ao calendário agrícola, sendo realizadas preferencialmente em época que não prejudicasse as atividades agrárias, sobretudo levando-se em conta que esse já era um período com muitos dias santificados. Além disso, como se costumava coroar reis negros, por aproximação passou a ser celebrada no dia dedicado pela Igreja Católica aos Reis Magos.

A festa da Virgem Senhora do Rosário era precedida de uma fase preparatória, quando o recinto era devidamente organizado para este evento. O compromisso indicava o zelo com os preparativos, quando “os procuradores terão particular cuidado em concertar a igreja e o altar da Senhora com aquelle ornato que puder ser melhor”. Como mostra a prestação de contas do tesoureiro Luiz de França Marques, para a festa do ano de 1879 as despesas em obras custaram 13//980; para o ano de 1883 foram gastos 51//940 em ornamentos; em 1885, as obras alcançaram 28//640 (AGJS, Bens Religiosos, Cx.127).

A celebração contava com missa, pregação, fogos, armação, música que tornavam os meses de dezembro e janeiro os mais dispendiosos para a Irmandade. Entre dezembro de 1878 e janeiro de 1879, período de preparação para as festas, os gastos da irmandade alcançaram o valor de 33//380 réis, em contraposição ao mês de março, quando as despesas ficaram em apenas 17//400 réis.

DESPESAS PARA A FESTA DO ROSÁRIO

Período	Descrição	Valor
Dez. de 1878	Dois alqueires de cal	4:480
Jan. de 1879	- Serviço feito na igreja	9:500
	- Missa de Rei	8:000
	- Música da Festa de Reis	6:400
	- Duas dúzias de fogos para a Festa de Nossa Senhora do Rosário	5:000
		28:900
TOTAL		33:380

Fonte: Prestação de Contas do Tesoureiro Luiz de França Marques (AGJS, Bens Religiosos, Cx.127).



DEVOÇÃO COM DIVERSÃO

Confirmando a importância da ocasião, neste momento também era realizada a eleição dos novos juizes, procuradores, mordomos, escrivão e tesoureiro que comporiam a mesa administrativa da Irmandade dos Homens Pretos do Rosário. Como mencionamos anteriormente, é provável que estes cargos fossem inicialmente monopolizados por crioulos e angolas, como indica o compromisso,⁹ com exceção dos de escrivão e tesoureiro que, geralmente, eram ocupados por pessoas brancas letradas, pois como os pretos não eram considerados pessoa jurídica, tal prerrogativa se fazia necessária. Além disso, tais funções exigiam conhecimentos específicos que usualmente eram desconhecidas destes. Existiam ainda os postos de mordomos em número suficiente e de capelão. Este último era uma espécie de funcionário que recebia pelos serviços prestados à confraria.

Mais detalhes acerca da Epiphania nos é dado a conhecer pelos relatos do memorialista Serafim Sant'Iago, em seu *Anuario Christovense* (IHGS, SS, Cx. 213). O acontecimento era animado por fogos de artifício, danças, bebidas e quitutes. Acompanhem as etapas da festa da padroeira.

A confraria elegia com antecedência três reis e três rainhas aos quais competiam as despesas da festa.¹⁰ No dia 21 de dezembro era suspenso o mastro na porta da igreja pela irmandade com grande alegria e festa, onde soltavam fogos, bebiam e comiam como atesta o *Anuario*:

Na ocasião de suspenderem o vistoso mastro, repicavam os sinos, subiam muitos foguetes em gyrandolas, e elles, levados pelo entusiasmo, reuniam-se em uma casa fronteira e tomavam vinho, genebra etc; e, saudando a Virgem do Rozario, erguiam - Vivas!! [p. 7v].

⁹ A existência dessas regras não significa que fossem aplicadas rigorosamente, uma vez que nem sempre as práticas coincidem com as normas.

¹⁰ Outra forma utilizada por algumas confrarias para arrecadar fundos para a festa do orago eram as esmolas coletadas pelas ruas da cidade e dos povoados vizinhos por um "esmolero" que tocava tambor.



Chegado o grande dia, os confrades, vestidos com as opas brancas que lhes eram próprias, dirigiam-se à residência dos reis e rainhas, acompanhando-os até a igreja como se constituíssem os súditos de sua corte, onde eram coroados pelo padre na missa.

Retomemos as memórias de Sant'Iago:

... antes de começar o acto, saham os Irmãos vestidos com suas opas, e penduradas n'ellas pequenos relicarios ou meda-lhas de finissima prata com a effigie da Virgem do Rozario, em procura das casas dos novos Reis e Rainhas, e traziam estes com grande acompanhamento, até os degrãos do Altar-mór, onde já se [fl.7 v] achava o Sacerdote paramontado para proceder o acto da corôação dos novos eleitos [fl. 8].

Após a realização da coroação, os monarcas se acomodavam em assentos especialmente preparados ao lado direito do altar-mor, onde assistiam à missa solene.

Desde os tempos coloniais as irmandades de pretos organizavam os chamados reinados ou congadas para celebrar seus santos padroeiros.¹¹ Ronaldo Vainfas e Marina de Mello e Souza (1998) analisando os significados do reinado de congos, concebem-no como a rememoração do processo de cristianização do Congo, iniciado no final do século XV, quando a penetração portuguesa foi seguida pela conversão do *mani* Mvemba-a-Nzinga ao cristianismo, sendo batizado com o nome de Afonso I. Esta opinião é corroborada por Sílvia Hunold Lara (2002, p. 81) que acrescenta ao seu significado a reatualização simbólica da reverência de reinos do ultramar diante do poderio português e a reativação de tradições africanas. “Tratar-se-ia, portanto, de uma remissão direta ao êxito da política missionária portuguesa na África, mais especificamente ao rápido e vitorioso processo de cristianização do Congo”. Este último elemento interpretativo é também lembrado pela

¹¹ Em Portugal, os reinados ocupavam lugar ornamental nas solenidades públicas com relação às alegorias principais, que representavam cenas bíblicas ou figuras mitológicas (LARA, 2002, p. 78-79).



DEVOÇÃO COM DIVERSÃO

antropóloga Beatriz Góes Dantas (1972), quando afirma que era um modo de perpetuar instituições políticas da velha África, isto é, a monarquia, pois entre os congueses a eleição era a forma de escolha do sucessor como também ocorria em muitas confrarias em que os monarcas eram escolhidos através de eleições.

Obviamente, esse ritual não esteve restrito aos escravos procedentes do Congo, sendo reapropriado por outras etnias na diáspora como uma ligação dos cativos com a África. Em algumas confrarias os postos reais eram reservados a determinadas etnias. Na Irmandade dos Homens Pretos do Rosário não encontramos referência a essa exigência, visto que esses cargos não constam do compromisso. A omissão pode ser explicada pela repressão das autoridades aos reinados negros, entendidos como uma subversão da ordem, assim se tornava mais fácil ter o compromisso aprovado se nada contrariasse àqueles que detinham o poder de reprimir.

O próprio ato de reprimi-lo conduz, destarte, a outras interpretações. Havia um temor em torno das figuras reais negras e de suas festas. Era uma verdadeira afronta à sociedade escravocrata ver vestes luxuosas ostentadas por corpos de pretos, que recebiam coroas no interior da igreja das mãos sagradas do sacerdote! Mas, voltemos à descrição.

Articulando diferentes planos, quando concluídos os rituais sagrados que compunham a Epiphania, era a vez da festa profana. Autos e danças populares eram então apresentados na frente do templo tomando a rua do Rosário, primeiramente a taieira, em seguida cacumbi, chegança, mourama e batalhão de fuzileiros. Após as apresentações, a taieira acompanhava a procissão, visitando algumas residências, acompanhada pelas figuras reais. Dessa forma, a festa entrava pela madrugada do dia seguinte, animada pelas danças, bebidas e comilanças.¹²

¹² Beatriz Góes Dantas (1972), em trabalho sobre as taieiras nas cidades de São Cristóvão, Laranjeiras e Lagarto demonstrou que as festas das irmandades eram momentos em que a cultura negra aflorava em meio ao ritual católico, com a presença de reis e rainhas, grupos de dança e folguedos como taieira, chegança e cacumbi nas comemorações consagradas a São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. Na cidade de Laranjeiras a taieira continua a fazer parte da festa.



Mas, os pretos não estavam sozinhos. Eram eles os organizadores da festa e os donos dos papéis principais, assistidos por espectadores vindos de direções diversas e que se inseriam em diferentes camadas sociais, que para ali se dirigiam por deleite, curiosidade ou porque participavam da irmandade.¹³ A participação popular era notável, como nos deu a conhecer o *Annuário Christovense*:

Não é possível dar o numero de pessôas de todos os pontos da Provincia, hoje Estado, que comparecia a Igreja do Rozario para assistir a tradicional festa dos Reis. A maior parte do povo collocava-se na pequena praça do Rozario, por não comportar a referida Igreja, todos interessados em procurar melhor lugar para apreciar as funcções [fl. 7v].

Posteriormente, a adoração aos Reis Magos e a Festa de Nossa Senhora do Rosário passaram a ser celebradas separadamente, refletindo um momento romanizado da religiosidade sergipana. Mas, esse é um tema que rende outras conversas...

As festas religiosas promovidas pelas irmandades obedeciam à teatralização característica dos aspectos barrocos do catolicismo tradicional, predominantes na religiosidade popular durante boa parte do século XIX, quando ser católico ainda era a norma. Marcadas pela disputa em torno da organização dos eventos e, conseqüentemente, da adesão de novos membros, as festas eram momentos de legitimação da identidade do grupo, quando a devoção tinha encontro marcado com a diversão numa superposição de elementos sagrados e profanos.

Ocasões para legitimação do poder político e econômico da elite ou de reconstrução das identidades dos pretos alteradas com o tráfico, as festas eram episódios de sociabilidade entendidas neste estudo não

¹³ Era um sinal de prestígio participar de várias irmandades. Assim, Manoel José da Assunção era membro das Irmandades do Santíssimo Sacramento e da Ordem Terceira de São Francisco (AGJS, CX. 64, Cartório do 1º. Ofício de SC). Acontecia de brancos de posses participarem de irmandades negras para aumentar seu prestígio.



DEVOÇÃO COM DIVERSÃO

como uma quebra do cotidiano, mas inserida em sua própria estrutura, pois como produto da realidade social expressavam ativamente essa mesma realidade. Assim, proclamavam as alianças, conflitos, tensões e censuras presentes na sociedade em questão, onde sujeitos socialmente desiguais e culturalmente diferentes estavam em contato.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade, seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 187-227.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.
- DANTAS, Beatriz Góis. *A Taieira de Sergipe: uma dança folclórica*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- _____. Nota prévia sobre rituais folclóricos numa festa de igreja: A festa de São Benedito na cidade de Laranjeiras. In *Revista Sergipana de Folclore*. Ano I, n. 1, agosto de 1976. p. 7-15.
- FRANCO, Candido Augusto Pereira. *Compilação das Leis Provinciaes de Sergipe 1835 a 1880*. Vol I. Aracaju: Typ. de F. das Chagas Lima. s.d.
- GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 13-41.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, Trabalho e Cotidiano. In JANCSÓ, István & KANTOR, Íris (Orgs.). *Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Edusp, 2001, p.969-975.
- LARA, Silvia Hunold. Significados cruzados: um reinado de congos na Bahia setecentista. In CUNHA, Maria Clementina Pererira (Org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP: UNICAMP, CECULT, 2002, p.71-100.
- MOTT, Luís R. B. *Sergipe del Rey; população, economia e sociedade*. Aracaju: Fundesc, 1986.
- NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de; VALLE, J. Edênio e ANTONIAZZI, Alberto. *Evangelização e Comportamento Religioso Popular*. Petrópolis: Vozes, 1978.



DEVOÇÃO COM DIVERSÃO

OLIVEIRA, Vanessa dos Santos. Irmandades negras: resistência identitária no catolicismo. In *Anais do I Simpósio Internacional em Ciências das Religiões*. João Pessoa-PB: PPCR-UFPB, 16 a 18 de jul. 2007.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890). São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

REGINALDO, Lucilene. Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista. Campinas, 2005, 306 p. Tese (Doutorado em História) – UNICAMP.

REIS, João José. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. In *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1996, p. 7-33.

_____. Tambores e Temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX. In CUNHA, Maria Clementina Pererira (Org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP: UNICAMP, CECULT, 2002, p.71-100.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus e NUNES, Verônica Maria Meneses. Na Trilha dos Passos do Senhor: A devoção ao Senhor dos Passos de São Cristóvão-Se. In *Revista da Fapese de Pesquisa e Extensão*. V. 2, jul-dez. 2005, p. 97-110.

SCARANO, Julita. Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII. 2ª. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

SOARES, Mariza de Carvalho. Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII. In *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 26, n. 2, 2004, pp. 303-330.

VAINFAS, Ronaldo e SOUZA, Marina de Mello e. Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII. In *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1998, p. 95-118.





A FESTA DE SÃO BENEDITO EM LAGARTO-SE: do auge ao esvaziamento sócio-cultural e religioso (1874-1928)

Claudefranklin Monteiro Santos*

RESUMO

Considerada uma das festas religiosas mais importantes da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto no final do século XIX, a Festa de São Benedito sofreu um processo de esvaziamento sócio-cultural e religioso poucas vezes visto em sua história tricentenária. Marcadamente popular e oriunda da cultura afro, a festa sofreu em sua essência a interferência ortodoxa da Igreja Católica de então, caindo completamente no esquecimento.

PALAVRAS-CHAVE: São Benedito, formação religiosa, devoção popular e Romanização.

* Graduado em História e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Coordenador e Professor do Curso de Licenciatura em História da Faculdade José Augusto Vieira. Professor da Rede Estadual de Ensino de Sergipe e Substituto do Departamento de Educação da UFS. franklinmonteiro@oi.com.br.



O elemento religioso é uma característica marcante da formação da então Vila do Lagarto. Esse aspecto não só define a sua identidade, como é fator decisivo no progresso e desenvolvimento da região. Formadora de costumes, hábitos e crenças, a Igreja Católica influenciou decisivamente no modo de vida e organização, seja política, social e econômica, da gente do Lagarto.

Não fora diferente na vida de cativos, que a exemplo de outras partes do Brasil, foram trazidos da África para trabalhar na promissora lavoura lagartense. Especialmente na segunda metade do século XIX, quando a Vila de Lagarto contava com centenas de propriedades de gado, cultivo de cana-de-açúcar (com cerca de 30 engenhos) e algodão, é que nota-se um fluxo considerável de pessoas, entre elas escravos e escravas.¹

Baseada pelas fontes como inventários post-mortem, lista de eleitores de 1850, lista de classificação de escravos para o Fundo de Emancipação, além dos tradicionais relatos de viajantes e memorialistas, como Antonil, a existência de escravos em Lagarto, mais precisamente no século em questão, contraria a tese de que essa mão-de-obra se concentrara mais na Zona da Mata (Vale do Cotinguiba). Nesse período, cerca de dois terços da população lagartense possuía escravos, localizados na lida das atividades econômicas acima descritas e em diversas ocupações.²

Transladada de seu habitat natural, a escravaria que habitava em Lagarto nesse contexto, certamente trouxe consigo elementos religiosos de sua especificidade cultural. Em contato com a forte presença da orientação católica dessas terras, tais elementos foram sendo suplantados ou diluídos em crenças e devoções sugeridas pela Igreja. Surge, então, o hábito de se organizar em confrarias de caráter devocional,

¹ ALMEIDA, Maria da Glória S. Atividades Produtivas. **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/BANESE, 1991. pp. 61-126.

² SANTOS, Jocineide Cunha. **Entre Farinhadas, Procissões e Famílias: a Vida de Homens e Mulheres Escravos em Lagarto, Província de Sergipe** (1850-1888). Dissertação de Mestrado. Salvador-Bahia: UFBA, 2004.



trazido para o Brasil pelos portugueses. Irmandades³ dedicadas a Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, espalharam-se por Sergipe. Somente no século XIX, registrou-se a presença de sete delas em vilas e povoações, a exemplo da Vila de Lagarto.⁴

Além do culto dedicado à Virgem do Rosário, outro santo protetor dos negros, muito cultuado nas terras sergipanas, foi São Benedito, em cujo louvor foram erguidos vários templos. Nascido 1524, na Sicília, Itália, São Benedito era filho de pais escravos mouros do Norte da África. Falecido em 1589, foi beatificado em 1763 e canonizado em 1807.⁵ A devoção a ele pode ser observada poucas décadas após sua morte, sobretudo em Palermo, tornando-se popular em Portugal pouco tempo depois, não tardando a chegar ao Brasil, mais como estratégia evangelizadora da escravaria.

O caráter de sacralidade que marcava a devoção a São Benedito em Lagarto se caracterizava pelas relações religiosas que ocorrem no contexto de sua festividade. Sentimentos de religiosidade, fé e devoção afloravam naquele momento, manifestado, sobretudo, através da Festa de Reis. A festa exercia um elo social entre os participantes, os quais se sentiam mais próximos e mais ligados uns com os outros.

Além desse aspecto de sacralidade, outra característica marcante da festa de São Benedito em Lagarto era a diversão, verificada através

³ “[...] associação formada por grupos voluntários de fiéis para fins devocionais e de caridade”. Cf. COUTO, Edilece S. Festejar os santos em Salvador: tentativas de reforma e civilização dos costumes. In.: BELLINI, Lígia; SOUZA, Evergton Sales; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Formas de Crer. Ensaio de História Religiosa dos Mundos Luso-Afro-Brasileiros, Séculos XIV-XXI**. Salvador: Edufba: Corupio, 2006. p. 275.

⁴ Situação atestada pela afirmação de Frei Antonio Santa Maria Jaboatão, que na segunda metade do século XVIII, percorrendo os mais variados rincões da Capitania da Bahia, da qual Sergipe fez parte, verificava a forte presença de devoções e irmandades populares: “Não há cidade, vila, paróquia ou lugar aonde esta Gente não tenha Igreja sua, consagrada à Senhora com o título do Rosário, primeiro objeto e móvel de suas adorações, e que nestas tais Igrejas não dedique altar próprio ao seu São Benedito, com confraria e irmandade sua”. JABOATÃO, Frei Antonio Santa Maria. **Novo Orbe Seráfico Brasílico ou Crônica dos Frades Menores da Província do Brasil** [1761]. Rio de Janeiro, Tipografia Brasiliense de Maximiliano Gomes, 1859.

⁵ BUTLER, Alban, **A vida dos santos**. Petrópolis, Vozes, 1984, vol. 4, pp. 48-50.



das brincadeiras e de todo o aparato alegórico que envolvia a mesma, conforme atesta a descrição de Melo Moraes Filho⁶. As pessoas demonstravam sua satisfação tanto em realizar como em participar do evento.

Por mais de cem anos, a Festa de São Benedito esteve inserida no chamado ciclo natalino das festas religiosas de Lagarto, incluindo aí a Folia de Reis, acontecendo geralmente nos finais e inícios dos anos, nos períodos de repouso em relação aos trabalhos agrícolas. Um processo de aculturação ou hibridismo cultural teria dado origem a associação da Festa e das Taieiras⁷ à tradição e existência dos chamados “reis” e “rainhas” e seus respectivos coroamentos. Tal tese é compartilhada pela pesquisadora Lucilene Reginaldo ao afirmar que os cultos a esses padroeiros protetores como São Benedito, em relação aos pretos, podem ser encaradas como reminiscência aos seus costumes de origem, além de danças, músicas, cortejos e comilanças⁸. Durante as comemorações eram coroados os chamados reis do Congo⁹.

Pelas descrições apresentadas pela professora Beatriz Dantas, nota-se que as celebrações religiosas em honra a São Benedito eram cercadas de um ritual que faz referências aos cultos afros. Além disso, percebe-se um quê de existência de universos religiosos paralelos, dado que os ritos, prefigurados na apresentação das Taieiras (em outras épocas, também da Chegança e do Cacumbi), se dão após a celebração da

⁶ MORAES FILHO, Melo. “A Procissão de São Benedito no Lagarto”. In: **Festas e Tradições Populares do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. (Coleção Básica Brasileira). Pp. 87-96.

⁷ Folgado sergipano, de caráter religioso (louvação) e profano (músicas e danças). Os adereços, instrumentos musicais e vestes dos participantes estão ligados ao processo de aculturação, resultante do encontro afro-europeu.

⁸ REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista**. Tese (Doutorado). Campinas, SP: [s.n.], 2005.

⁹ É importante destacar que a escolha dos reis e rainhas da festa ficava a cargo das irmandades, de modo especial a dedicada a Nossa Senhora do Rosário, oficializada em Lagarto mediante resolução nº 963 de 31 de março de 1874.



A FESTA DE SÃO BENEDITO EM LAGARTO-SE

missa (ritual litúrgico romano-católico). A cerimônia de coroação dos reis negros e o que se segue (coreografias repletas de significações), não se misturam ao rito litúrgico programático, ainda que o padre seja o seu condutor.

Tendo objetivos diferenciados entre brancos (oportunidade de dominação) e pretos (perpetuação e transplantação de ritos e situações africanas), a coroação de negros verificada na Festa de São Benedito em Lagarto tinha um destaque especial. Na cidade, as Taieiras formavam o que Dantas chama de séqüito real. Iam buscar os soberanos em suas casas e dançando enfeitavam o cortejo no seu deslocamento para a Igreja ou durante a procissão. Devendo os reis se recolherem após os atos religiosos, as Taieiras acompanhavam-nos até suas residências e só então punham-se a dançar nas casas das pessoas, independente da condição social, realizando a chamada parte profana da festa.¹⁰

Apesar dos esforços de autoridades e outros segmentos do chamado grupo dominante, por ocasião da Festa de São Benedito em Lagarto, especialmente no final do século XIX (auge da prática religiosa na cidade), o que se pode notar é que o profano e o religioso quase que se confundiam. Ainda que se determinasse que o Largo do Rosário fosse dedicado à parte lúdico-profana da festa e o entorno da Matriz Nossa Senhora da Piedade ao litúrgico, era comum notar-se a mistura dos dois elementos, especialmente no momento da procissão e na coroação do Rei e da Rainha negros. Para Edilece Couto, “(...) *O que se percebe é a inexistência de fronteiras rígidas entre os rituais religiosos e os divertimentos. Constantemente, os devotos ocupavam o interior dos templos e faziam o percurso das procissões com máscaras, música e dança*”.¹¹

¹⁰ DANTAS, Beatriz Góis. **A taieira de Sergipe**. Petrópolis: Vozes, 1972. p 59.

¹¹ COUTO, Edilece S. Festejar os santos em Salvador: tentativas de reforma e civilização dos costumes, p. 274.



A julgar pelas fontes analisadas¹², o que se via era um verdadeiro desfile de requintadas formas de se vestir para “louvar o Santo”. Nesse momento, de certa maneira, o escravo lagartense ao participar da devoção a um santo com quem ele particularmente se identificava, exercia-lhe uma áurea de liberdade. Essa identificação do escravo negro com São Benedito, assim como ocorria em outras partes do Brasil, chama a atenção de modo particular em Lagarto do final do século XIX às primeiras décadas do século seguinte, dadas a sua intensidade devocional e à sua singularidade na forma de louvar o santo. Considerando a sua condição de Santo, balizado e sacramentado pelos ditames da Igreja Católica, no fundo o negro cativo se sentia acalentado ou contemplado com a idéia de ser como ele, até mesmo porque se acreditava que São Benedito fora adepto do ato de tomar cachaça.

De alguma maneira, essa familiaridade ou laço parental com o Santo preto exercia com maestria um impacto de controle social eficaz e interessante, dado que o negro escravo não se ocuparia com manobras de fuga, ordeiramente louvando o Santo. Mais do que um elemento de doutrinação religioso, a identificação com São Benedito em Lagarto era uma excelente ferramenta ideológica de controle e ordenamento social de sua escravaria. Prova disso é a quase inexistência de ocorrência de casos de resistência à escravidão verificada na região.¹³

O presente artigo é resultado de um projeto a muito pensado, que é o de conhecer mais a fundo a formação histórico-religiosa de Lagarto, Município das terras do centro-sul do Estado de Sergipe.

¹² MORAES FILHO, Melo. A Procissão de São Benedito no Lagarto. In: **Festas e Tradições Populares do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. (Coleção Básica Brasileira), p. 87-96. ROMERO, Sílvio. **Cantos Populares do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. **Livro de Contas e Receitas de Despesas da Irmandade Nossa Senhora do Rosário**. Caixa 1289/Lag/2º Ofício – 1856-1894. pp. 24-25. Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe.

¹³ SANTOS, Jocineide Cunha. **Entre Farinhadas, Procissões e Famílias: a Vida de Homens e Mulheres Escravos em Lagarto, Província de Sergipe** (1850-1888). Dissertação de Mestrado. Salvador-Bahia: UFBA, 2004.



O estudo sobre a festa de São Benedito em Lagarto origina-se de um processo de amadurecimento historiográfico. Inicialmente, a intenção era estudar a formação religiosa do município pela ótica de Monsenhor João Baptista de Carvalho Daltro (1874-1910), dada a importância da atuação da Igreja Católica no campo e na cidade, não só como construtora, mas também como organizadora da vida cotidiana, via religiosidade e política naquele momento. Porém, a ida aos arquivos e as leituras feitas nos últimos dois anos conduziram nossa atenção para um fenômeno de esvaziamento cultural e religioso do evento, popular e tradicional, cuja interferência da Igreja foi fator decisivo no espaço de aproximadamente cinquenta anos (1874-1928), perfazendo as administrações de três Vigários, típicos exemplos do processo de romanização católica: João Batista de Carvalho Daltro, Vicente Francisco de Jesus e José Germiniano de Freitas, este último representando o auge do ultramontanismo na região e a mais clara antipatia e má vontade com a referida festa, conforme atestam as fontes aqui analisadas.

O catolicismo praticado em Lagarto, no final do século XIX, era do tipo lúdico e espetacular, concentrando os esforços de irmandades na festa da padroeira e acompanhada por outros santos, contrastando com os rigores centralizadores da romanização que passou a vigorar, de modo particular a partir dos párocos Vicente e Germiniano.

A preocupação, portanto, desse artigo é a de analisar e entender a atuação da Igreja Católica, dentro do contexto da romanização, no esvaziamento religioso e cultural da Festa de São Benedito em Lagarto. Entendendo essa prática como cultural numa sociedade em pleno processo de reforma eclesiástica, pode-se melhor compreender a contribuição da Igreja Católica na concretização desse processo. Nesse sentido, afirma Certeau: “a organização das práticas será mais forte do que o sistema de representações ao qual assegura a circulação ou a sustentação”.¹⁴

¹⁴ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Lourdes Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 189.



Pouco estudada, a presença negra em Lagarto, bem como sua religiosidade, necessita ainda de estudos mais aprofundados e contribuições significativas que ajudem a demonstrar a influência dessa cultura na formação do povo lagartense, particularmente, no que se refere aos seus costumes e devoções. Os trabalhos que foram escritos sobre a vida religiosa de Lagarto ou que a mencionam, de modo especial as que estão diretamente relacionadas à contribuição negra, estão repletas de lacunas e deficiências.

As referências mais antigas a respeito remontam à segunda metade do século XIX, tendo como base os estudos de Sílvio Romero¹⁵ e Melo Moraes Filho.¹⁶ Acrescendo-se a estas, uma menção feita por Severiano Cardoso¹⁷, incluindo os festejos de São Benedito entre as festas populares mais solenemente comemoradas, haja vista, segundo ele, ser o povo lagartense apaixonado por esse tipo de evento.

Das três acima citadas, A Procissão de São Benedito em Lagarto, de Melo Moraes Filho, merece uma atenção toda especial, não só por ter sido uma obra de caráter testemunhal de época e de registro detalhado, mas por ele inseri-la no rol das manifestações religiosas e resultado de anos de transmissão cultural.

A festa, na descrição de Moraes Filho, ganhava um caráter necessariamente particular de originalidade, dado que ao povo, momento raro de então, cabia o comando da situação. Ele era o construtor efetivo da história, com direito a uma liberdade que não se via naquele momento. Esse aspecto de agente da história, se por um lado tranquilizava os mandatários da política e da Igreja, por outro ajudava a consolidar laços como os de fraternidade, coletividade, solidariedade e identidade, de modo especial entre os pobres, escravos e libertos. Para o autor, a procissão era um momento representativo das relações soci-

¹⁵ ROMERO, Sílvio. **Cantos Populares do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

¹⁶ MORAES FILHO, Melo. A Procissão de São Benedito no Lagarto, p. 87-96.

¹⁷ CARDOSO, Severiano. "Lagarto – Sergipe: História e costumes". **Almanaque Sergipano**, Aracaju, 1899, pp. 250.



A FESTA DE SÃO BENEDITO EM LAGARTO-SE

ais, políticas e religiosas. O evento religioso, por um instante e ao menos uma vez por ano, “*confundia classes e castas, construindo um todo harmônico, estranho e significativo*”.¹⁸

O lado extravagante da festa dedicada a São Benedito dava a ela o tom que a referendava como a mais fantástica e atraente festa realizada durante o ano. Seu caráter opulento assumia uma magnitude que se lhe cercava o mítico, o lúdico e o religioso. Um exemplo raro de misturas de sentimentos e orientações religiosas, resultado de um processo de aculturação por que o Brasil, e não muito diferente, o Lagarto dos finais do século XIX passou.

Acresce-se a isto, ainda, o caráter familiar da festa, elo de aproximação entre o sagrado e o particular. A fé torna-se algo íntimo, não necessariamente eclesial ou litúrgico, distante e informal. Entre os primeiros dias de janeiro, até o dia seis, havia toda uma mobilização social, com destaque para o espírito de coletividade e para a criatividade: “(...) *As sagradas imagens*¹⁹ *passavam, à noite, para as casas particulares, onde por devoção as adornavam com o maior luxo e riqueza*”.²⁰

Uma expressão de Moraes Filho chama a atenção pelo que se pode depreender dela: “a vila em peso”. A suntuosidade daquele momento era tão marcante que se pode dizer que a vida produtiva da Vila de Lagarto parava; negros escravos eram dispensados do trabalho, e até mesmo seus senhores por lá estavam com o mesmo espírito e entusiasmo. A situação narrada pelo autor é um deleite para quem se debruça a entender as relações sociais construídas ao longo de anos de colonização e domínio das elites brancas: branco rico e poderoso en-

¹⁸ MORAES FILHO, Melo. A Procissão de São Benedito no Lagarto, p. 88.

¹⁹ As imagens em questão seriam as de Nossa Senhora do Rosário, Santo Antônio, São Benedito e Santa Efigênia.

²⁰ MORAES FILHO, Melo. A Procissão de São Benedito no Lagarto, p. 89.



volto, e de certo modo até colaborando para uma festa que, necessariamente, era de negros e mestiços pobres. Outra observação intrigante da obra se dá quando Moraes afirma que existia uma espécie de frenesi pela espera do sermão, que segundo o mesmo, “*era feito por um afamado (grifo meu) orador*”.²¹ Considerando que ao Pe. Daltro era atribuída a fama de exímio orador²², note-se que a ele era dada a prerrogativa do sermão, momento solene de toda celebração religiosa.

É importante salientar, também, que a festa já mereceu atenção de estudiosos, como a da historiadora Jocineide Cunha dos Santos que, em um dos capítulos de sua dissertação de Mestrado²³, apresenta valiosos dados e pistas que serão de enorme contribuição para o aprofundamento deste trabalho ora exposto, ainda que a mesma não tenha se proposto a analisar pormenorizadamente a festa e tê-la retratado o que basicamente já fora dito por Moraes, ocorrendo o mesmo em artigo para o *Jornal Cinform* de Amâncio Cardoso²⁴ e *História de Lagarto* de Adalberto Fonseca²⁵. Assim, nenhuma novidade surgiu nos últimos cem anos após a descrição de Moraes.

A tese de Antonio Lindvaldo, “*Um romanizador do catolicismo brasileiro*”: *silêncios e conflitos na administração de D. José Thomaz Gomes na diocese de Aracaju (1911-1917)*, revela um importante dado. De acordo com a documentação que ele pesquisou nos arquivos do Vaticano, as primeiras décadas do século XX em Sergipe revelam uma Igreja complexa e repleta de problemas, envolvendo o período do Arcebispado de D. José Thomaz. Tal constatação certamente irá lançar luzes sobre as relações de poder dentro da Igreja e seus refle-

²¹ *Ibidem*, p. 90.

²² PRATA, Gervásio de Carvalho Prata. **O Lagarto Que Eu Vi** – Impressões. Aracaju: Imprensa Oficial, 1943.

²³ SANTOS, Jocineide Cunha. **Entre Farinhadas, Procissões e Famílias: a Vida de Homens e Mulheres Escravos em Lagarto, Província de Sergipe** (1850-1888).

²⁴ CARDOSO, Amâncio. Lagarto Barroca: a procissão de São Benedito, Sergipe séc. XIX. **Jornal Cinform**, Edição 1068, Aracaju, 28/09 a 05 de outubro de 2003. p.9.

²⁵ FONSECA, Adalberto. **História de Lagarto**. Governo de Sergipe, 2002. p. 217-218.



xos na vida religiosa da gente humilde de Sergipe, de modo particular, de Lagarto, sobretudo no que diz respeito às suas devoções e práticas religiosas.²⁶

Outra informação curiosa e instigante está presente na Tese de Doutorado de Lucilene Reginaldo. Ao apresentar um gráfico sobre as Irmandades de São Benedito no Arcebispado da Bahia no século XVIII²⁷, a mesma identifica a existência de uma irmandade na Vila de Lagarto, atestada por Compromisso²⁸ da Irmandade de São Benedito ereta no Convento do Bom Jesus na Comarca de Sergipe Del Rey, Arcebispado da Bahia. Mais adiante, ao citar em nota de rodapé este documento, a pesquisadora atesta, também mediante gráfico²⁹, a existência de uma Irmandade do Rosário, cujo privilégio étnico era dos negros³⁰. A pesquisa no acervo da Paróquia de Riachão do Dantas, Povoado Palmares e no acervo do Convento do Bom Jesus em São Cristóvão (Comarca de Sergipe) podem elucidar sobre a existência da Irmandade de São Benedito e o porquê da mesma não ter prosseguido em Lagarto.

Considerando a importância do trabalho da professora, as informações sobre Lagarto são escassas e contraditórias, carecendo de um

²⁶ SOUSA, Antônio Lindvaldo. **Um romanizador do catolicismo brasileiro”: silêncios e acordos na administração de D. José Thomaz na Diocese de Aracaju (SE) - 1911-1917.** (Tese de Doutorado em História) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho: UNESP, 2005.

²⁷ REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista.** Tese (Doutorado). Campinas, SP: [s.n.], 2005. pg. 91

²⁸ COMPROMISSO da Irmandade de São Benedito ereta no Convento do Bom Jesus na Comarca de Sergipe Del Rey, Arcebispado da Bahia, IAN/TT, Chancelarias Antigas, Livro 280, fls. 349v- 353. Documento localizado no atual Povoado Palmares, no Município de Riachão do Dantas, territorialmente pertencente a então Vila de Lagarto, até 13 de maio de 1864.

²⁹ REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista,** p. 102-103.

³⁰ Examinando o artigo 1º do Termo de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de Lagarto, verifica-se aqui uma contradição, pois a referida Irmandade se comporia de todas as pessoas de ambos os sexos, sem distinção de cor e condição. In: **Compilação das Leis Provinciais de Sergipe,** sancionadas e publicadas nos anos de 1835-1880. N.º 17 A. Vol 1, p. 433.



aprofundamento que pode contribuir para a compreensão da especificidade dessas Irmandades na região e elucidar algo que até o presente momento é um mistério: a partir de que momento e por que a responsabilidade da Festa de São Benedito ficou a cargo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário?

O período estudado nesse trabalho (1874-1928) compreende dois momentos significativos da Igreja Católica em Lagarto. O primeiro, que está entre meados do século XIX e princípio do Século XX, corresponde ao momento em que Lagarto era uma das cinco Freguesias da Vigaria Geral de São Cristóvão, desde 1679, subordinada ao Arcebispado da Bahia, marcado por expressivas mudanças implementadas pela ação pastoral dos Bispos D. Luis Antônio dos Santos, D. Antônio Macedo da Costa e, principalmente, D. Jerônimo Thomé de Souza. Nesse primeiro momento, insere-se a administração de Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro. Sua ação permissiva, condescendente em relação à Festa de São Benedito, a julgar pela documentação até então analisada, representou a tentativa bem-sucedida da Igreja de controle e catequese das práticas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, atraindo para o seio da Igreja a espontaneidade da festa, impregnando-a de aspectos litúrgicos ortodoxos.³¹

O segundo momento, verificado a partir de 1910, com a criação da Arquidiocese de Aracaju, à frente da figura de D. José Thomaz, corresponde ao instante de maior incidência das orientações romanizadoras: a administração de Padre Vicente Francisco de Jesus (1910-1913) e Padre Germiniano de Freitas (1913-1928).

É notória e até inegável, ao longo da formação da Igreja Católica no Brasil, a importância do Padre ou Pároco/Vigário para uma Vila ou Cidade. Além de curador de almas e guia espiritual, entre os séculos XIX e XX, ele assume, por vezes, papéis civis, como o de chefe político. O caso de Monsenhor Daltro se apresenta como um daqueles mode-

³¹ BASTIDE, Roger. **As Religiões Africanas no Brasil. Contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1971. p. 171-172.



los especiais (pela completude) de pastor pleno, referenciado pelo povo, que o transforma em líder.

Nascido em Simão Dias-SE, a 23 de Junho de 1828, João Baptista de Carvalho Daltro era filho de Domingos José de Carvalho e D. Antonia Francisca de Jesus. Sua formação intelectual, basicamente, se deu entre as cidades de Estância (Colégio Bar-roso) e São Cristóvão. Em 22 de Março de 1847 matriculou-se no Seminário da Bahia, iniciando sua formação pastoral até 1853, onde recebeu ordens sacras. Foi ordenado no Seminário Santa Tereza na época de D. Romualdo Antonio de Seixas (1828-1860). Está inserido na segunda fase da gestão deste Arcebispo da Bahia, onde se colocava ênfase no papel da Igreja como defensora da ordem estabelecida. Segundo Cândido da Costa e Silva, era freqüente nos escritos de D. Romualdo a seguinte frase: “*a união entre o trono e o altar*”.³² Chegou a Lagarto em 1874, onde foi nomeado Vigário de 24 de junho de 1875 a 02 de fevereiro de 1910. Segundo Armindo Guaraná foi “*onde passou a maior parte de sua longa e proveitosa existência, semeando o bem em torno de si pelo exemplo de suas virtudes, realçadas pela mais nobre dentre todas, - do absoluto desprendimento dos seus have-res em favor dos desprotegidos da fortuna*”.³³

Para Edilece Couto, a participação dos leigos era fundamental nas festas e eventos religiosos de rua. Eles não só assumiam como cuidavam de sua realização, sem a interferência do clero.³⁴ Esse caráter autônomo e de liberdade marcou a administração do Monsenhor Daltro, daí a idéia de que ele fora condescendente com a Festa de São Benedito, embora fosse um representante conceituado da Igreja Romana.³⁵ Seus sucessores não tiveram a mesma postura, classificando tal com-

³² SILVA, Cândido da Costa e AZZI, Riolando. **Dois estudos sobre Romualdo de Seixas, Arcebispo da Bahia**. UFBA, 1981. p. 12-13.

³³ GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Bio-bibliográfico**. Rio de Janeiro: Pongeti, 1925, p. 131-132.

³⁴ COUTO, Edilece Souza. *Festejar os santos em Salvador: tentativas de reforma e civilização dos costumes*, p. 276.

³⁵ SILVA, Cândido da Costa. **Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia**. Salvador: SCT, EDUFBA, 2000.



portamento como temerário para as pretensões centralizadoras e policiaescas da Igreja Católica.

O afastamento do Monsenhor Daltro das funções de Vigário de Lagarto³⁶ coincide com a criação da Diocese de Aracaju, em 1910. O bispo escolhido foi Dom José Tomaz Gomes da Silva, que implementou uma nova postura catequética para o clero sergipano, de modo especial com o funcionamento do Seminário Sagrado Coração de Jesus, formando os chamados “padres de Dom José.” Entre esses padres, merece destaque Avelar Brandão Vilela, que terminou sua carreira religiosa como Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil. Ordenado em Aracaju, onde exerceu o sacerdócio e foi influente líder, participou ativamente da vida católica e cultural sergipana, tendo sido considerado um dos símbolos dessas presenças.

Foi por essa época que, substituindo Monsenhor Daltro, Pe. Vicente Francisco de Jesus assume, na condição de Vigário, a Paróquia de sua terra natal. Em Lagarto, Padre Vicente administrou os destinos da Igreja Católica por cinco anos (1908-1913). Sua administração foi marcada por um momento de transição entre a Arquidiocese de Salvador e a Arquidiocese de Aracaju, sendo confirmado na condição de vigário pelo Bispo D. José Thomaz.

No tempo em que passou à frente da Paróquia de Lagarto, Pe. Vicente procurou colocar em prática os ensinamentos de D. Jerônimo e D. Romualdo fato atestado pela criação de um tanque (poço artesiano), em parceria com Frei Caetano, como parte da programação de sua missão. Segundo Lindvaldo Souza, o ato da construção desse tanque transformou-se num auto de fé e de redenção: “*para redimir os pecados do povo de Lagarto, os fiéis deveriam, penitentemente, cavar o chão, carregar pedras e confessar com os capuchinhos*”.³⁷

³⁶ Monsenhor Daltro afastou-se da função dada uma forte alteração de sua saúde. O mesmo adoecera seriamente, vindo a falecer no mesmo ano, em sua cidade natal (Simão Dias-SE), vitimado de câncer de próstata.

³⁷ SOUSA, Antônio Lindvaldo. “**Um romanizador do catolicismo brasileiro**”: silêncios e acordos na administração de D. José Thomaz na Diocese de Aracaju (SE) - 1911-1917, p. 87.



A FESTA DE SÃO BENEDITO EM LAGARTO-SE

Inicialmente, intencionava-se aqui mostrar que o Vigário mais expressivo da história religiosa de Lagarto, pela notória postura romanizadora, com feitos de fé reconhecidos por Roma (em que pesem suas honrarias e cargos, como o de Cônego, recebidos), tivesse exercido significativa contribuição para a ação esvaziadora da Festa de São Benedito. Do quê pode ser inferido da documentação primária até então coletada, o período marcado pela administração de Daltro, que coincide com o auge da devoção e festa, foi de uma postura eclesial tolerante. Se por um lado, Daltro foi um exímio disseminador de práticas romanizadoras, regulando a vida social de seus fieis, bem como a vida política (expulsando Antônio Conselheiro em 1885) e seus aspectos urbanísticos (lazareto, hospital e outras benfeitorias), o Vigário também legitimou laços matrimoniais de negros cativos, apadrinhando e libertando alguns deles, a ponto de ser reconhecido pela Princesa Isabel com uma comenda real.³⁸

As fontes primárias aqui utilizadas dão pistas importantes para se entender não só a Festa, bem como ela foi se manifestando num período de meio século. Da resolução nº 963 de 31 de março de 1874, que oficializa a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Lagarto³⁹ à saída de José Germiniano de Freitas em 22 de janeiro de 1928, a Festa de São Benedito conheceu o auge e o início da decadência (esvaziamento).

Ainda que isto não esteja claro na documentação até então consultada e analisada, o quê se percebe é que a visibilidade, por parte das autoridades eclesiais, de que as festas e devoções atribuídas aos

³⁸ FONSECA, Adalberto. **História de Lagarto**. Governo de Sergipe, 2002.

³⁹ Um Inventário de 1831, assinado pelo Vigário Manoel Moreira dos Santos, curiosamente relata a existência de uma imagem de São Benedito de madeira (estatura mediana), como parte dos bens da Igreja. Essa evidência demonstra que, provavelmente, à devoção ao Santo seja anterior a 1874. Além dessa imagem, mais antiga (sem datação comprovada), outra ainda repousa até hoje no altar-mor da Matriz de Nossa Senhora da Piedade, à direita da imagem tricentenária da Padroeira Nossa Senhora da Piedade. Ainda não se sabe ao certo, quando isto passou a ocorrer, mas o cenário aponta para a importância que o Santo já ocupava no quadro devocional da gente do Lagarto.



negros fugissem de suas intenções de doutrinação e controle, já aqui mencionadas, e servissem para unir e formar laços entre os negros e ex-escravos, levou a Igreja a diminuir, de alguma maneira, a sua importância e repercussão não só enquanto ato religioso institucionalizado (embora espontâneo e natural) na vida social de Lagarto.

Em Lagarto, com o esvaziamento dos eventos promovidos pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, entre elas a Festa de São Benedito, os padres romanizadores encampam um processo de criação de uma série de congregações de cunho mariano, afastando de cena a influência de grupos populares de cultos e devoções da Igreja Católica.⁴⁰ Isto fica evidenciado pelo significativo número de devoções, práticas e agrupamentos (Sagrado Coração de Jesus – 1910; Pia União das Filhas de Maria – 19 de abril de 1914; Associação dos Santos Anjos – 20 de março de 1915; Confraria de Nossa Senhora do Rosário – 16 de agosto de 1918, entre outras, além de Santas Missões - como a de 1917 - carentes de pesquisa nos volumosos relatórios que compõem o Arquivo da Paróquia de Lagarto) que foram formados no seio da Igreja de Lagarto ou apoiados por ela, que não tivessem negros e ex-escravos à frente. Sob essa ótica, o presente trabalho procurará relacionar o surgimento dessas novas devoções e agrupamentos religiosos com o eclipse da Festa de São Benedito em Lagarto.

Era muito comum atribuir a palavra “civilizadores” aos reformadores da Igreja. Isso se devia, em grande medida, ao fato de a visão ortodoxa da romanização católica considerar as devoções e cultos praticados por populares, escravos e ex-escravos, de origem inferior e primitiva, aberrantes ao bom convívio social. Como o ambiente do início do século XX era o de ordenamento e policiamento das ações das chamadas camadas subalternas, em nome da civilização se cometiam os atos mais atroz, como a desocupação de casas, a vacinação forçada e a implantação de uma atitude religiosa direcionada. Essa

⁴⁰ COUTO, Edilece Souza. Festejar os santos em Salvador: tentativas de reforma e civilização dos costumes, p. 281.



A FESTA DE SÃO BENEDITO EM LAGARTO-SE

incidência é maior a partir do sucessor de Monsenhor Daltro, o Pe. Vicente Francisco de Jesus⁴¹ e com maior intensidade ainda na administração de Pe. José Germiniano de Freitas, o único, até então, a se mostrar categoricamente avesso àquelas festas e devoções negras, conforme atesta Relatório da Administração do mesmo, datado de 22 de abril de 1919:

“(...) Existia o costume de fazerem a festa de Reis, isto é, festa de São Benedito no dia 06 de janeiro mas, como não me conformava e nem me conformo com festa religiosa em que se apresentão negros fantasiados de Rei e Rainha, com a sua corte, para em cadeiras preparadas, assentarem-se em meio da Matriz, com trages ridículos e até menos indecente ao lugar santo, nunca promovi tal festa, desgastando talvez a alguns”.⁴²

Tendo nascido em 07 de fevereiro de 1878, cidade de Propriá-SE, Pe. Germiniano de Freitas é ordenado padre em 29 de setembro 1901 pelo primaz D. Jerônimo Thomé da Silva. Em 20 de outubro de 1907 envia o Sr. João Honorato de Albuquerque como seu representante na reunião do clero sergipano para edificação do pecúlio para a criação da Diocese de Aracaju. Assume sua primeira Paróquia, Freguesia de Vila Nova (atual Neópolis-SE), no dia 15 de dezembro de 1911.

Chega a Freguesia de Lagarto, após transferência, em 05 de dezembro de 1912, tendo sido confirmado mais tarde como seu Vigário, em 1916. No ano seguinte, o seu antecessor, Pe. Vicente Francisco de Jesus diz ao Núncio que Geminiano indicado como Cônego por D. José é indigno para o cargo e “*escandalizou as paróchas da margem*”

⁴¹ SOUSA, Antônio Lindvaldo. **Um romanizador do catolicismo brasileiro”: silêncios e acordos na administração de D. José Thomaz na Diocese de Aracaju (SE) - 1911-1917**, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho: UNESP, 2005. (Tese de Doutorado)

⁴² RELATÓRIO da Administração do Cônego José Germiniano de Freitas de 19/01/1913 à 31/12/1918. Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Lagarto. Livro I (sem identificação) – 1919. p. 34



do S. Francisco, Penedo, Villa-Nova etc, trajando a secular e frequentando lugares (?). O mesmo depois que é conego teve união sacriliga com uma rapariga da qual tem um filho. Fato este conhecido na freguesia”.⁴³

Esse episódio o estremeceu no cargo, mas conseguiu manter-se nele, mesmo após recusar ser transferido para a matriz de Aracaju para substituir Cônego João Florêncio da Silvia Cardoso. Este ia ficar no lugar dele em Lagarto.⁴⁴ Em 31 de dezembro de 1918 foi nomeado vigário da freguesia de Aracaju e pede exoneração, não entrando em exercício⁴⁵, permanecendo em Lagarto até 1928. Em Carta de Despedida, datada de 22 de janeiro de 1928⁴⁶, O Padre Germiniano afirma que se preocupara, por quinze anos, como dever de ofício, a não ter permitido o desrespeito da Casa de Deus, transformando-a em “lugar digno de visita”, coibindo atos que depreciassem a “boa educação”.

A julgar pela descrição de Melo Moraes Filho, Sívio Romero e pelo Livro de Contas da Irmandade⁴⁷, a festa era um representativo empreendimento devocional. O requinte, o luxo e a riqueza eram as marcas características do evento:

“Um troço de cassa alvejava-lhes à fronte trigueira, enfeitada de argolões de ouro e lacinhos de fita; ao colo viam-se-lhes trêmulos colares de ouro; e grossos cordões do mesmo metal volteavam-lhes, com elegância e mimo, os dois antebraços, desde os punhos até ao terço superior”.⁴⁸

⁴³ Carta do padre Vicente Francisco de Jesus ao Nuncio Apostólico do Brasil em 15 de outubro de 1917 - ANAB-ASV, no. 1485, fasc. 850

⁴⁴ Diário da Manhã, Aracaju, 21 de Janeiro de 1919, ano VIII, número 2.236, p. 1.

⁴⁵ A Cruzada, 16. 03. 1919, no. 8, ano II, p. 102.

⁴⁶ Livro nº 01 - pg. 71 - Tombo - Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Lagarto - 1913-1933.

⁴⁷ Livro de Contas e Receitas de Despesas da Irmandade Nossa Senhora do Rosário. Caixa 1289/Lag/ 2º Ofício - 1856-1894. pp. 24-25. Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe.

⁴⁸ MORAES FILHO, Melo. A Procissão de São Benedito no Lagarto, p. 87-96.



A FESTA DE SÃO BENEDITO EM LAGARTO-SE

Tudo isso, exclusivamente para louvar os santos, e, de modo especial, àquele que sorridente (aspecto marcante e dissonante da representação formal ou taciturna dos santos em geral) trazia nos braços o Menino Jesus: São Benedito. Ao que parece, mais do que ostentação, um ato puro e desprendido de devoção.

Contrariando a historiografia oficial, Renato Silveira afirma que longe de ser um ato fruto de uma ação piedosa, uma Irmandade era “(...) *uma produtora de eventos piedosos, com investimentos, patrimônio, orçamentos, livros, contabilidade e tudo o mais, precursora da organização burocrática de Max Weber...*”.⁴⁹ Esse aspecto de “empresa religiosa” pode ser verificado quando da análise dos livros de contas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Lagarto. Nesse sentido, não tardaria à Igreja perceber que as vultosas somas de donativos e esforços humanos concentrados no populacho pudessem ser canalizados ou realocados para as “obras” da mesma, assumindo outras formas de agrupamento que pudessem ter a sua mão e seu direcionamento, como as antes citadas congregações, confrarias, irmandades e outras do gênero. Note-se, que à medida que Igreja conhecia em Lagarto um considerável desenvolvimento estrutural e organizacional, a Irmandade que matinha a festa do santo preto vai encontrando dificuldades de se manter, perdendo seu poder aglutinador e sagrado, frente aos apelos e investidas das autoridades eclesiais, aqui representados pelo projeto romanizador pensado para Lagarto entre os anos 1874 e 1928.

Ainda que não seja objeto de atenção desse trabalho, é importante salientar que os sucessores do Pe. Germiniano agiram invariavelmente em relação à Festa de São Benedito. Com os auspícios da Igreja, ela só voltou a ser realizada, inclusive no interior da Matriz (não

⁴⁹ SILVEIRA, Renato. Sobre o exclusivismo e outros ismos das Irmandades negras na Bahia Colonial. In: BELLINI, Lígia; SOUZA, Evergton Sales; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Formas de Crer. Ensaio de História Religiosa dos Mundos Luso-Afro-Brasileiros, Séculos XIV-XXI.** Salvador: Edufba: Corrupio, 2006, p. 164.



mais com o mesmo esplendor do final do século XIX), no ano de 1933, pelo Vigário Cônego Jugurtha Franco. As referências à festa aparecem com frequência em relatórios paroquiais entre os anos de 1937 e 1948, com menções feitas pelo Vigário Monsenhor Marinho. Depois disso, desaparecem completamente, passando cada vez mais à responsabilidade da festa para iniciativas particulares de admiradores, raros devotos e famílias (entre as décadas de 1950 e 1980), perdendo definitivamente seu caráter sacro para associar-se às manifestações folclóricas da cidade, como as apresentações costumeiras das Taieiras.



FONTES PRIMÁRIAS

Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo

Chancelarias Antigas – Ordem de Cristo
Livro 280, fls. 324-327
Livro 280, fls. 349v- 353

Arquivo Nacional

Descrição do Município de Lagarto, com Of. Da Câmara de 06.04.1881, Nacional, Seção de Manuscrito I – 31,17,56.

Arquivo da Nunciatura Apostólica do Brasil – Arquivo Secreto do Vaticano

Ata da reunião do Clero Católico para a formação do pecúlio para a criação do bispado Sergipano. Arquivo da Nunciatura Apostólica in Brasil, Arquivo Secreto do Vaticano, índice 1153, Fasc. 611).

Carta do padre Vicente Francisco de Jesus ao Núncio Apostólico do Brasil em 15 de outubro de 1917 - ANAB – ASV, no. 1485, fasc. 850).

Sergipe

Arquivo da Cúria Metropolitana de Aracaju

Expediente do Governo Diocesano. IN: Boletim Diocesano: A Diocese de Aracaju, Ano 1, n.5, maio de 1912, p. 81.

Boletim Diocesano: A Diocese de Aracaju, ano 1, n. 1, janeiro de 1912. p. 8-9.

Boletim Diocesano: A Diocese de Aracaju, janeiro e fevereiro de 1913, ano II, no. 1 e 2, p. 8

Livro de Tombo da Diocese, p. 43, 52



Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade (Lagarto-SE).

Relatório da Administração do Cônego José Germiniano de Freitas de 19/01/1913 à 31/12/1918. Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Lagarto. Livro I (sem identificação) – 1919. p. 34

Carta de Despedida do Padre José Germiniano de Freitas, datada de 22 de janeiro de 1928. Livro nº 01 – pg. 71 – Tombo – Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Lagarto - 1913-1933.

Inventários Paroquiais.

Atas das Irmandades, Confrarias e Outros.

Arquivo Público do Estado

Lista de Classificação de escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação de Lagarto, 1875. AG1, 03/ª Doc. 08.

Relatório de 1876 de Dr. Cypriano D´Almeida (vice-Presidente) para o Presidente da Província Dr. João Ferreira De Araújo Binho. Typographia do “Jornal de Aracaju”, 1876.

Relatório com que o Exmo. Snr. Dr. José Martins Fontes, 1º Vice-Presidente da Província de Sergipe, abriu a 2ª Sessão da 21ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 06 de março de 1877. Sergipe (sic). Typographia do “Jornal de Aracaju”, 1877.

Relatório com que o Exmo. Snr. Dr. José Martins Fontes, 1º Vice-Presidente da Província de Sergipe, abriu a 1ª Sessão da 22ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 06 de março de 1878. Sergipe (sic). Typographia do “Jornal de Aracaju”, 1877.

Arquivo do Judiciário de Sergipe.

Livro de Contas e Receitas de Despesas da Irmandade Nossa Senhora do Rosário. Caixa 1289/Lag/2º Ofício – 1856-1894. pp. 24-25. Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe.

Arquivo Público Municipal de Lagarto.

Biblioteca Epifânio Dórea.

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.



Bahia

Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador.

Arquivo Público do Estado da Bahia.

Arquivo da Ordem Terceira de São Francisco.

FONTES IMPRESSAS

CARDOSO, Severiano. “Lagarto – Sergipe: História e costumes”.

Almanaque Sergipano, Aracaju, 1899, pp.242-256.

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, Arcebispo do dito Arcebispado e do Conselho de Sua Majestade, propostas e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho de 1707. São Paulo: IHGB, 1853.

JABOATÃO, Frei Antonio Santa Maria. **Novo Orbe Seráfico Brasílico ou Crônica dos Frades Menores da Província do Brasil** [1761]. Rio de Janeiro, Tipografia Brasiliense de Maximiliano Gomes, 1859.

MORAES FILHO, Melo. “A Procissão de São Benedito no Lagarto”. In: **Festas e Tradições Populares do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. (Coleção Básica Brasileira). Pp. 87-96.

Termo de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (Vila de Lagarto). In: **Compilação das Leis Provinciais de Sergipe**, sancionadas e publicadas nos anos de 1835-1880. N ° 17 A. Vol I, pp.20-26.

SANTA MARIA, Frei Agostinho de Santa Maria. **Santuário Mariano e História das imagens milagrosas de Nossa Senhora milagrosamente manifestadas e aparecidas em o Arcebispado da Bahia** [1722]. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, (1949).

Jornais

A Cruzada, Gazeta de Sergipe e Outros.

Estado de Sergipe”, de 20 de Fevereiro de 1910.

“Missão no Riachão”. **Correio Sergipense** de 7 de Janeiro de 1864.

“Jornal de Sergipe” de 13 de Março de 1910.



A Cruzada, 16. 03. 1919, no. 8, ano II, p. 102.

Diário da Manhã, Aracaju, 21 de Janeiro de 1919, ano VIII, número 2.236, p. 1.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria da Glória S. Atividades Produtivas. **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/ BANESE, 1991.

ALVES, Francisco José. As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário em Sergipe (século 19). In: **Anais XXIV Encontro Cultural de Laranjeiras**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 1999, p. 149-157.

_____. Calendário Religioso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Estância: 1972-1827. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 31, p. 71-81, 1992.

_____. Espaço e Distintividade: Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Estância, Igreja de Elite. In.: **Geonordeste**, Aracaju, n. 2, p. 63-68, 1985.

AZZI, Riolando. **O Catolicismo Popular no Brasil**: aspectos Históricos. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. **O episcopado do Brasil frente ao catolicismo popular**. Petrópolis: Vozes, 1977.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de e LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BASTIDE, Roger. **As Religiões Africanas no Brasil. Contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1971.

BELLINI, Lígia; SOUZA, Evergton Sales; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Formas de Crer. Ensaio de História Religiosa dos Mundos Luso-Afro-Brasileiros, Séculos XIV-XXI**. Salvador: Edufba: Corrupio, 2006.

BUTLER, Alban. **A vida dos santos**. Petrópolis, Vozes, 1984, vol. 4, pp. 48-50.



CALMON, Pedro. **Introdução e notas ao catálogo genealógico das principais famílias de Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1985.

CARDOSO, Amâncio. Lagarto Barroca: a procissão de São Benedito, Sergipe séc. XIX. **Jornal Cinform**, Edição 1068, Aracaju, 28/09 a 05 de outubro de 2003. p.9.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Lourdes Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

COUTO, Edilece Souza. **Tempo de festas: homenagens a Santa Bárbara, N. S. da Conceição e Sant'Ana em Salvador (1860-1940)**. 2004, 215 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2004.

_____. Festejar os santos em Salvador: tentativas de reforma e civilização dos costumes. In: BELLINI, Lígia; SOUZA, Evergton Sales; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Formas de Crer. Ensaios de História Religiosa dos Mundos Luso-Afro-Brasileiros, Séculos XIV-XXI**. Salvador: Edufba: Corrupio, 2006. p. 164.

CHARTIER, Roger. **A História cultural entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990.

DANTAS, Beatriz Góis. **A taieira de Sergipe**. Petrópolis: Vozes, 1972.

FONSECA, Adalberto. **História de Lagarto**. Governo de Sergipe, 2002.

GINSBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas E Sinais: Morfologia e História**. Cia das Letras, 1989.

_____. **O cristianismo moreno no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1991.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Catolicismo popular e romanização do catolicismo brasileiro. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, vol. 36, fasc. 141, p. 131-141, 1976.

REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista**. Tese (Doutorado). Campinas, SP : [s.n.], 2005.

REIS, João José. **A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.



ROMERO, Sílvio. **Cantos Populares do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

SANTOS, Jocineide Cunha. **Entre Farinhadas, Procissões e Famílias: a Vida de Homens e Mulheres Escravos em Lagarto, Província de Sergipe** (1850-1888). Dissertação de Mestrado. Salvador-Bahia: UFBA, 2004.

SILVA, Cândido da Costa e. **Roteiro da Vida e da Morte: um estudo do Catolicismo no Sertão da Bahia**. São Paulo: Ática, 1982.

_____. **Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia**. Salvador: SCT, EDUFBA, 2000.

SILVA, Cândido da Costa e, AZZI, Riolando. **Dois estudos sobre D. Romualdo Antônio de Seixas Arcebispo da Bahia**. Salvador : CEB/UFBA, 1981. 38p. (Centro de Estudos Baianos, 95).

SILVEIRA, Renato. Sobre o exclusivismo e outros ismos das Irmandades negras na Bahia Colonial. In: BELLINI, Lígia; SOUZA, Evergton Sales; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Formas de Crer. Ensaio de História Religiosa dos Mundos Luso-Afro-Brasileiros, Séculos XIV-XXI**. Salvador: Edufba: Corrupio, 2006.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. **Um romanizador do catolicismo brasileiro”: silêncios e acordos na administração de D. José Thomaz na Diocese de Aracaju (SE) - 1911-1917**, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho: UNESP, 2005. (Tese de Doutorado).



DAS NOVENAS À
FESTA URBANA:
Breve histórico dos
Festejos Juninos
da rua São João

Priscila Santos Silva**
Eufrazia Cistina Menezes Santos***

RESUMO

A Rua São João, localizada no bairro Santo Antônio, em Aracaju/SE, há 97 anos, tem sido palco das mais importantes performances culturais do ciclo junino aracajuano. O artigo analisa a festividade a partir de uma perspectiva antropológica, com base nos estudos da performance e da festa, tecendo uma breve história dos festejos. Os resultados apresentados baseiam-se na pesquisa de campo realizada em junho de 2006, e março a junho de 2007. A proposta metodológica contemplou observação etnográfica, realização de entrevistas, registro fotográfico, pesquisa documental e na internet. Os resultados da pesquisa ajudam-nos a relativizar a imagem da Rua São João como reduto da “verdadeira” ou “mais autêntica” tradição junina da cidade de Aracaju.

PALAVRAS-CHAVE: São João, festa, dinâmica cultural.

* Artigo extraído do primeiro capítulo da monografia intitulada: “A Rua da Festa: ritual, festa e performance na Rua São João”, 2007 – Universidade Federal de Sergipe.

** Bacharel em Ciências Sociais; graduanda em Ciências Sociais Licenciatura; integrante do grupo de Antropologia: ritual, festa e performance.

***Professora do Departamento de Ciências Sociais – Universidade Federal de Sergipe. Coordenadora do grupo de Antropologia: ritual, festa e performance.



INTRODUÇÃO

Com a festa, transmitimos as nossas manifestações culturais por meio da música, da dança, dos gestos, das vestimentas e da comida. Durante sua realização, interrompe-se o tempo social e se permite renovar as energias tragadas pelo cotidiano; os homens liberam-se do jugo das normas sociais; invertem-se os papéis desenvolvidos na sociedade e imperam os excessos na comida e na bebida (Duvignaud, 1983; Durkheim, 1989; 2002; Catlois, s/d). A festa nasce de ações coletivas articuladas em torno de um objeto, real ou imaginário, que produz uma identidade, em um tempo e um espaço determinado, quando não escolhidos. (Guarinello, 2001).

Na região nordeste do Brasil, durante o mês de junho, ocorre a maior manifestação festiva depois do Natal. São as Festas Juninas, uma homenagem a três santos católicos: Santo Antônio, dias 12; São João, dia 24; e São Pedro, dia 29. Elas devem ser vistas como fatos sociais totais, pois a sociedade e suas instituições – religiosas, jurídicas e morais – envolvem-na na sua realização (Mauss, 2005), e não apenas moradores de alguns bairros da cidade.

Nesses fenômenos sociais “totais”, como nos propomos chamá-los, exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo –; econômicas – estas supondo formas particulares de produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição da produção e do consumo –; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam esses fatos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam. (pg. 187).

A festa, como um produto turístico, movimenta os meios de comunicação, a economia local e ganha espaço na mídia, chegando a atingir o status de evento oficial do Estado, de organização social e fato político, religioso ou simbólico (Del Priore, 1994).



DAS NOVENAS À FESTA URBANA

Todo mês de junho, Aracaju, capital de Sergipe, se transforma em um grande *arraial*: prédios e casas, ruas e avenidas, centro comercial e shoppings configuram o cenário das festividades. Eles são ornamentados com bandeirolas coloridas, palhas de coqueiro e balões multicores. Marca o ciclo junino da cidade a presença de pequenos arraiais espalhados pelos bairros, levantados por grupos de vizinhos ou familiares, e dois grandes arraiais públicos: o Forró-Caju, construído no conjunto arquitetônico dos Mercados Municipais de Aracaju, e a Vila do Forró, que, localizada na orla da praia de Atalaia, reproduz cenograficamente a paisagem das pequenas cidades interioranas – Ambos projetados pelo poder público municipal e estadual, com o apoio das políticas públicas culturais de incentivo ao turismo.

Na cultura junina aracajuana, a rua é o espaço privilegiado da festa aos santos juninos – Algumas são ou foram tradicionalmente associadas à data, como as ruas Laranjeiras, Vitória, Maruí, Capela, Siriri e São João. É nela que ocorrem algumas atividades tipicamente juninas, como soltar fogos, queimar fogueira, assar milho e dançar quadrilha. Outras, como as novenas, os preparativos e a degustação das comidas típicas, acontecem no interior da casa, também espaço da festa.

Este trabalho objetivou analisar os festejos juninos da Rua São João, sublinhando sua importância no conjunto das manifestações culturais de Aracaju. A Rua foi evidenciada como um espaço de trocas e sociabilidades, sendo focalizada a sua dimensão ritualística e seus aspectos simbólicos, comunicativos e performáticos. As festividades da Rua São João, no bairro Santo Antônio, zona norte de Aracaju, ocorrem há noventa e sete anos.

SÃO JOÃO COMUNITÁRIO, FAMILIAR E RELIGIOSO

A história dos festejos juninos da Rua São João é marcada por continuidades e descontinuidades, alianças e conflitos; a cada edição a festa se renova, abrigando antigas e novas tradições, introduzindo e



combinando diferentes linguagens. Estima-se que os festejos originaram-se no final do século XIX, início do século XX, com a predominância das atividades de caráter religioso, como celebração de novenas, trezenas e procissões, organizadas no mês de junho, em homenagem a São João. Com o tempo, outros rituais foram integrados à festa, como a troca do mastro, os sambas de coco, a missa campal, o casamento caipira, o enterro do boi, entre outros. Todas as atividades que fizeram ou continuam a fazer parte da festa possuem grande importância na formação e manutenção dos festejos, por construírem, ao longo dos anos, a imagem da Rua São João como reduto da “verdadeira” ou mais “autêntica” tradição junina da cidade de Aracaju. Porém, não podemos esquecer que a festa muda e se renova; ela é filha do seu tempo. “Os idiomas da festa não se inventam da noite para o dia” (Vovelle, 2004, p. 245); sua longa permanência é o resultado de uma dinâmica que, além de não deixá-la envelhecer, leva-a a reconstituir-se e projetar simbolicamente as representações de mundo do grupo que a realiza (Vovelle, 2004).

Devido as comemorações e ao ciclo de novenas em homenagem a São João, a Rua nasce com o nome do santo, nos conta o artigo antológico da folclorista Aglaé Fontes Alencar (1990). De acordo com Alencar (1990) as novenas eram realizadas na residência de duas irmãs devotas do santo São João de Deus – o sítio Matinha dos caboclos, localizado nas imediações do bairro Manoel Preto – e terminavam com uma procissão da qual participavam vizinhos e moradores de bairros adjacentes. Após as novenas, os moradores da Rua São João, sob a liderança do Sr. Leobino Moura, organizavam uma festa também em homenagem ao santo. A comunidade se unia para ornamentar a Rua com bandeirinhas; as famílias trocavam com os vizinhos as comidas típicas preparadas, acendiam fogueiras em frente às suas casas e se reuniam durante a noite. A comunidade local partilhava de toda a organização necessária ao sucesso da festa, cujo modelo, marcado pelo caráter religioso, familiar e coletivo, se aproximava das celebrações juninas típicas das pequenas cidades do interior sergipano. Prevalecia, nesse contexto, uma relação de complementaridade entre a



casa e a rua¹: pelo dia as atividades femininas se concentravam em casa, enquanto que as dos homens eram desenvolvidas na rua. À noite, ocorria o momento de união e confraternização de ambos os espaços, marcado por um trânsito interno e circular de pessoas, coisas e símbolos.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS FESTEJOS DA RUA SÃO JOÃO

Em 1910, falecem as duas irmãs devotas de São João de Deus. Nesse período, iniciou-se o processo de institucionalização da festa com o surgimento de uma comissão organizadora dos festejos juninos da Rua São João, composta pelos moradores da Rua. O Senhor Leobino assumiu a presidência da primeira comissão, que durou 36 anos. O que antes se fazia espontaneamente passa a ser planejado e organizado. As festividades mantiveram seu caráter religioso e introduziram novas atividades, a exemplo do ritual da troca do mastro.

Nas primeiras décadas do século XX, o ritual do mastro era uma das *performances*² mais significativas do ciclo junino em Aracaju. Em alguns bairros, as famílias comumente colocavam um mastro ao lado das fogueiras. Na Rua São João, trocava-se o mastro no último dia do mês de maio, à meia noite, na entrada no mês de junho, em louvor aos santos juninos e para simbolizar a abertura das atividades festivas. O mastro é um tronco de árvore arrancado de uma mata próxima – na época era retirado do bairro Manuel Preto –, símbolo do tempo da festa e da renovação, indicando uma nova temporada de festejos (Araújo, 1999)

¹ Casa e Rua São aqui entendidas enquanto esferas de significado social tal como foram propostos por Roberto Da Matta.

² Entendo por *performance* o campo de estudo que busca trabalhar com as dimensões comunicativas, expressivas e simbólicas de qualquer comportamento, evento, ação ou coisa, desde que em termos de ação, comportamento ou exibição. Sobre performance ver: Turner (1987), Richard Schechner (2003) e Goffmann (1985).



Nos registros encontrados sobre as festas juninas da cidade de Aracaju, no início do século XX, escritos pelos jornalistas, folcloristas, especialistas e historiadores, notamos uma forte ligação das atividades comemorativas com a Igreja Católica, tendo sido o fogo o elemento mais importante das práticas festivas, estando presente nas performances de queima de fogos de artifício, nas guerras de busca-pés e nas fogueiras montadas em frente às residências. Dentre os jornais que abordam esse ponto, selecionamos o Jornal O Estado de Sergipe:

Ao amanhecer do dia 23 houve Missa solene na matriz, com extraordinária concorrência, achando-se o tempo todo iluminado e decorado com o maior gosto e arte. (...) A noite desse dia acenderam-se as clássicas fogueiras em todas as ruas da cidade, e enquanto das janelas das casas queimavam-se variados fogos de bengala, os amadores, divididos em grupos, percorriam as ruas na costumeira algazarra, a atacarem busca-pés em numero nunca visto entre nós durante os tiroteios e os fol grod's em geral até muito depois de meia noite. (O Estado de Sergipe, junho de 1903, p. 1).

Em sua crônica, o memorialista José Cruz (1990) nos chama a atenção para a denominação dos festejos realizados na cidade de Aracaju durante o mês de junho, até os anos trinta. Segundo Cruz, as festividades denominavam-se “festas de São João” e não “festas juninas”, termo aplicado às festividades do sudeste do país. O autor também descreve com saudosismo a realização das festas de São João de Aracaju nos idos dos anos 30, que ainda preservava o fogo como principal elemento integrante das brincadeiras festivas:

À noite, nas fachadas de muitos prédios residenciais, viam-se lanternas acesas, de vidro e de papel de seda, ao passo que as fogueiras eram acesas, depois das 19 horas, aos pés dos “mastros”, muitas das quais eram “armadas” com o pagamento uma promessa por uma graça alcançada junto a São João ou a São



DAS NOVENAS À FESTA URBANA

Pedro. Essas fogueiras serviam também para assar milho verde e para brincadeiras de “pular fogueira”, de “compadre e comadre” e de “casamento”, por parte dos jovens namorados. (p. 129).

A segunda comissão dos festejos, de acordo com Alencar (1990), formada no ano de 1946, teve como presidente José Alves de Moura, que assumiu a organização após a morte de seu pai, o Sr. Leobino Moura. Naquela época, as festividades preservaram as atividades religiosas ao lado das profanas, aspecto comum às festas religiosas brasileiras desde o período colonial (Del Priore, 1994).

Algumas atividades realizadas na Rua – como a ornamentação, a disputa de fogos e o concurso do traje caipira – tinham um clima de competição a fim de animar os moradores a executá-las. Na ornamentação, a Rua era dividida em dois grupos: a rua de cima e a de baixo. Ambos enfeitavam a rua com capricho visando à votação que elegeria o melhor grupo. Já na disputa dos fogos, dois moradores, o Sr. Antônio Costa e o Sr. Francisco, guerreavam entre si, enquanto os demais residentes da rua se divertiam com a disputa, torciam e selecionavam o melhor. O traje caipira, por sua vez, também dava causa a concurso, realizado como forma de brincadeira; os próprios moradores faziam o julgamento baseados no quesito originalidade.

No mesmo período, também existiam as liras, a respeito das quais dois artigos foram encontrados. O primeiro artigo foi publicado no *Jornal Pipiri*, escrito pelo historiador Valfran Brito. Segundo sua descrição, existiam duas Liras: A Lira Sergipana (localizada na Rua do Fogo, atual Rua Japarutuba) e a Lira Santo Antônio (localizada na Rua São João), que disputavam entre si o título de lira mais bem ornamentada. De acordo com o artigo, os festejos da Rua São João teriam surgido a partir dessa disputa, hipótese censurada pelo Sr. Antônio, ex-presidente da festividade, para quem as liras teriam aparecido devido à festividade na rua, e não o contrário³.



O segundo artigo foi escrito por Aglaé Alencar (1990). Para a autora, as liras eram dois blocos que acompanhavam a procissão de São João; a Lira Sergipana pertencente ao Sr. José Alves Moura, e a Lira Santo Antônio ao Sr. Antônio Costa. Ambas possuíam cores correspondentes – a Sergipana vestia-se de vermelho e branco, enquanto a lira de Santo Antônio usava azul e branco – e uma porta-bandeira que, durante a procissão, levava o estandarte de São João, formado de laquê e enfeitado com as cores do grupo e a imagem do santo. A zabumba, cujo tocador permanente era o Mestre Quendera, acompanhava o desfile. As moças desfilavam nas liras usando roupas feitas pelas próprias moradoras da comunidade – com babados, fitas e laquês e na cor correspondente ao seu grupo. Ao longo da procissão, as liras paravam em frente às casas de alguns moradores, ocasião em que as pessoas do grupo dançavam, bebiam e soltavam fogos em homenagem ao santo João.

O encerramento da festa acontecia com o “enterro do boi”, reunião entre os moradores da Rua São João em um sítio chamado Engenho Novo, localizado no bairro Manuel Preto, com o intuito de fechar o ciclo junino. Essa atividade, ao contrário do que se poderia supor, não se relaciona com a brincadeira do boi-bumbá, que integra o calendário festivo do catolicismo popular na região do Norte do país⁴. A esse respeito, o Sr. Antônio prestou o seguinte esclarecimento⁵.

A comissão organizadora trabalhava os quatro dias, quando era no mês de julho, já depois do São João, então eles iam enterrar o boi. O que era enterrar o boi? Era fazer um piquenique em um sítio fora daqui do bairro e se divertir. Divertiam-se passavam aquele domingo tal e pronto. (Sr. Antônio Freitas).

Em 1949, os moradores começaram a organizar uma quadrilha, nomeada Quadrilha São João de Deus, com a comunidade do bairro



Santo Antônio. Em Aracaju, conforme as memórias de João da Cruz (1990), no início do século XX, as primeiras quadrilhas juninas eram dançadas nos elegantes bailes privados organizados nas residências aristocráticas, ao ritmo das orquestras ou ao som dos pianos. A pesquisa da Antropóloga Luciana Chianca (2006) sobre o São João em Natal – capital do RN – aponta a década de 40 como o início, nessa capital, das quadrilhas, dançadas em festas e clubes privados. A autora afirma que, a partir da década de 50, as quadrilhas tornam-se atrações populares e enraizam-se nos bairros, onde são ensaiadas pela comunidade, formando-se grupos de jovens, amigos, vizinhos e familiares para dançarem nas apresentações e concursos que integram as atividades do ciclo junino.

De acordo com Alencar (1990), a quadrilha São João de Deus se apresentou pela primeira vez em 1950, com o objetivo de proporcionar alegria e divertimento para a comunidade do Santo Antônio. Convidava-se a quadrilha para apresentações em hospitais, asilos, escolas e em outros bairros que também realizavam as festas juninas. Em 1955, entre os dias 23 a 29 de junho, é realizado, na Rua São João, o primeiro concurso de quadrilhas da cidade de Aracaju. Seis equipes disputaram o primeiro lugar, conquistado pela Quadrilha São João de Deus. As apresentações mostraram a necessidade da construção de um palco destacado do público, momento em que os atores são separados dos espectadores. A festa torna-se, então, espetáculo para visitantes e turistas, e seu foco, antes centrado nos moradores e na comunidade, agora se volta para os outros, para o público externo, a partir da dimensão espetacular. A respeito da apropriação das manifestações populares pela indústria cultural no contexto capitalista, afirma Cancline (1983, p.125):

A festa se transforma primeiro em feira e depois em espetáculo. Um espetáculo interurbano, nacional e mesmo internacional, conforme o seu alcance turístico. Foi deixado para trás o tempo das festas comunitárias, chegaram os empresários que as converteram em festas para os outros. São separados os espectadores dos atores e é entregue a profissionais a organização dos divertimentos.



Alencar (1990) nos chama atenção de que a década de 50 é marcada por conflitos entre os políticos, que viam na Rua uma oportunidade de ganhar visibilidade entre potenciais eleitores, e os organizadores dos festejos, que abandonaram seus cargos – fato que acabaria cominando na suspensão da festa por três anos.

Em 1954, a fim de resgatar as festas juninas da Rua de São João, o Sr. José Calazans Costa, o Mestre Calazans, incentivado pela família, assume a responsabilidade de liderá-la. Entre 1961 e 1967, a comissão dos festejos foi composta por apenas dois cargos: presidente, assumido por Mestre Calazans e secretário, cargo exercido por Seu Antônio Soares de Freitas.

Nessa época, incorporou-se na programação da festividade a missa campal – realizada pela primeira vez em 1966 –, que consistia na celebração de uma missa conduzida por um padre convidado das paróquias da região. O adjetivo *campal* aplicado à missa advém do fato de se realizá-la na rua, ou melhor, no arraial montado para a realização dos festejos. Ela continua sendo a única participação oficial da igreja católica nas festividades juninas da rua, pois as novenas, trezenas e procissões em homenagem a São João eram organizadas pelos membros da comunidade local, sem a intervenção de nenhum clérigo. Aglaé (1994) chama a atenção para o fato de que Mestre Calazans também introduziu na festa o “casamento do tabaréu”⁶.

Esse período foi marcado pela liderança guerreira, dinâmica e perseverante de Mestre Calazans, presidente de comissão organizadora, padre do “casamento do tabaréu”, chefe do concurso de quadrilhas, recepcionista das autoridades e disciplinador na rua. Por motivos de saúde, ele deixa o cargo de presidente em 1968, quando os moradores organizam uma comissão interina. Em 18 de agosto de 1971, Mestre Calazans falece.



DAS NOVENAS À FESTA URBANA

Muitas tradições se mantêm com a ajuda de guardiões, pessoas que dedicaram parte de suas vidas à construção e principalmente manutenção da cultura, guardando em suas memórias a história, os rituais e os significados de seus símbolos. Os guardiões não são especialistas, são feiticeiros, sacerdotes, sábios; possuem status na tradição pelo seu conhecimento e habilidade, mas principalmente pela sua competência. (Giddens, 2005). Na história da Rua São João, o Sr. Leobino Moura, Mestre Calazans e o Sr. Antônio Freitas figuram como verdadeiros guardiões da tradição local.

O ÁPICE DAS FESTIVIDADES E A MEDIAÇÃO DO PODER PÚBLICO

A partir de 1971 muitas mudanças aconteceriam na realização das festividades: o Sr. Antônio Soares Freitas assume a presidência da comissão organizadora com a primeira eleição realizada entre os moradores da Rua. Os festejos passam a receber verba pública, contando assim, com a ajuda da prefeitura de Aracaju. O apoio oficial financiou a sonorização, a iluminação, o pagamento dos sanfoneiros e o carro de propaganda do evento. A festa começa a assumir um caráter mais urbano, a ganhar maior visibilidade e a perder seu caráter familiar.

Em 13 de abril de 1980, é fundado o Centro Social e Cultural São João de Deus, idealizado pelo Sr. Osório de Mattos. Com a criação do centro, as festividades da Rua São João se institucionalizaram e os organizadores do evento começaram a encaminhar ofícios em busca de apoio e financiamento para a realização dos festejos juninos. A institucionalização das festividades abriu um espaço de negociação para os órgãos públicos estaduais e municipais responsáveis pela operacionalização de políticas culturais em Sergipe. Essa relação inevitavelmente desencadearia um processo de burocratização nas atividades dos organizadores dos festejos juninos. Elaborou-se um estatuto para regulamentação do Centro enquanto entidade cultural e social, registrado no dia 16 de dezembro de 1983, no Cartório do 10º Ofício de Justiça da Comarca de Aracaju. Segue o texto das finalidades do Centro:



Art.1º - O Centro Social e Cultural São João de Deus, sucessor e continuador da Comissão organizadora dos Festejos Juninos da Rua São João, fundado no dia 13 de abril de 1980, com sede e foro nesta cidade de Aracaju é uma Sociedade Civil sem fins lucrativos, com número limitado de sócio e tem as seguintes finalidades:

- a – Promover à comunidade no desenvolvimento da Cultura popular sob todas as suas formas e modalidades, especialmente a prática dos festejos juninos que se iniciará no dia 31 de maio e se encerrará no dia 30 de junho de cada ano;
- b – No campo desportivo, dará prioridade a todas as modalidades de esporte, especialmente a Educação Física em geral;
- c – Promover reuniões e outras manifestações culturais, cívica e recreativa.

Em 1985, por meio de uma solicitação feita ao Dr. Heráclito Rollemberg, então prefeito de Aracaju, aprovou-se o projeto de autoria dos diretores do Centro para a construção da sede do Centro Social São João de Deus. As obras se iniciaram em abril de 1985 e foram concluídas meses depois, em julho do mesmo ano, na administração de José Carlos Teixeira. O objetivo da criação da sede era prover à diretoria de um espaço propício as reuniões e adequado para armazenar os materiais dos festejos. Entretanto, a sede construída, não tendo sido doada ao Centro Social, permanecia como propriedade da prefeitura, cujas obrigações incluíam a manutenção do espaço, o pagamento de contas e salários dos funcionários, além da oferta de cursos à comunidade como: o pré-escolar, datilografia, cabeleireiro, manicure, corte e costura. Sobre isso, afirma o Senhor Antônio Freitas⁷:

Em 1980 (...) nós solicitamos ao prefeito Heráclito Rollemberg, que era o prefeito da época, pra que ele comprasse uma casa velha e construísse um Centro Social para as tradicionais fes-



DAS NOVENAS À FESTA URBANA

tas da Rua de São João. Que todo mundo tinha um Centro, uma associação de moradores e agente vivia desamparado não tinha onde guardar material, não tinha onde reunir, reunia hoje aqui, amanhã lá. (...) Nós fizemos a solicitação através do ofício, ele aceitou, comprou a casa velha, demoliu, mandou construir e aí está, então nós passamos a trabalhar neste Centro desde quando ele foi fundado. (...) Então depois que o Heráclito Rollemberg construiu o centro Social para que não ficasse um museu parado, nós solicitamos a ele através de um ofício para que fosse instalado um pré-escolar em dois turnos, fosse instalado que naquela época era um ofício, uma escola de datilografia, em dois turnos e outros cursinhos para os moradores e aí o Heráclito Rollemberg equipou e instalou o que nós solicitamos a ele e ficou funcionando.

No mesmo ano, 1985, a rua ganha um palco fixo para a realização das atividades festivas. Segundo Aglaé (1990), até então o palanque construído para a realização da festa era de madeira e coberto por palha. A sua construção, por ser desmontável, gerava alguns incômodos. Assim, todos os anos os organizadores da festa tinham que granjear patrocínio para sua construção, problema que seria resolvido com a construção do palco fixo. Inicia-se a transformação efetiva do espaço da Rua, que passa a ser concebida como um arraial público, aberto a toda comunidade aracajuana. Não mais uma expressão comunitária, passa a ser ícone das festividades juninas de Aracaju. O atual *quadriângulo* foi concebido originariamente pela comunidade como *forró-dromo*, construído no meio da Rua São João⁸, no hoje denominado Largo José Calazans Costa⁹, com o apoio de João Alves Filho,



governador do estado na época. O Jornal de Sergipe (junho de 1985, p. 5) anunciou o término da obra:

A Secretaria de Obras, Transporte e Energia já está concluindo na Rua São João, a construção do palco para os festejos juninos, que o aracajuano já começou a chamar de “fórródromo”. É uma grande área que será transformada num imenso arraial, para a apresentação de quadrilhas durante os dias em que se comemoram São João e São Pedro, e para os movimentados bailes populares. A Rua São João já vive em cima de festa e no próximo dia 13, quando se comemora Santo Antônio, o “fórródromo” deve ser realmente o palco das primeiras quadrilhas que se apresentarão, reunindo milhares de pessoas que ali se concentraram para participar dos festejos juninos, um dos mais tradicionais do Nordeste.

Em 1986, as festividades da Rua São João foram integradas ao projeto de Comemoração dos Festejo Juninos de Aracaju, promovido pela prefeitura de Aracaju e Secretaria de Cultura. O projeto, que afirmava a preocupação da Prefeitura em preservar as raízes culturais da cidade, objetivava atender aos pedidos de apoio, feitos pela comunidade, à realização das festividades. Para a sua concretização foi necessária a realização de reuniões com os membros das comunidades dos seguintes bairros: Bugio, Augusto Franco, Santos Dumont, Bairro América, Bairro Cirurgia, Centro de Criatividade e Rua São João. A prefeitura responsabilizou-se pela infra-estrutura, construindo os arraiais cobertos e iluminados, e pelo cachê dos músicos. O projeto também contemplou o casamento caipira coletivo, tendo a prefeitura cedido oito carroças para cada bairro. No evento, os cortejos saíram de cada bairro com os seus respectivos casais de noivos com destino ao Centro de Criatividade, onde aconteceram a encenação do casamento, shows, premiações, brincadeiras e apresentações de quadrilha. A década de oitenta marca o aproveitamento turístico da festa com a participação dos órgãos públicos na realização dos festejo juninos.



DAS NOVENAS À FESTA URBANA

Dentre as atividades previstas destacam-se a abertura oficial dos festejos da cidade de Aracaju, com a troca do mastro, o concurso de quadrilhas juninas, a apresentação de grupos folclóricos e a queima de fogos. A festa foi anunciada por Valfran Brito em um artigo publicado no Jornal Pipiri divulgando a programação: dia 31 de maio, abertura oficial às 20h, com salva de tiros, apresentação de sanfoneiro oficial (Zé Américo), grupo folclórico (contratado pela prefeitura de Aracaju através da Secretaria de Cultura), e troca do mastro à meia-noite; dia primeiro de junho, concurso para a escolha do melhor sanfoneiro. Entre dois a oito de junho ocorreu um intervalo para a ornamentação final, e no dia 09 de junho a festa se reinicia com a eliminatória das quadrilhas; dia 28 de junho ocorre a fase classificatória, semifinal, e no dia 29 de junho são premiadas as quadrilhas que ficaram nos quatro primeiros lugares. O autor menciona que, segundo o Sr. Antônio, foram gastos 20 mil cruzeiros na organização.

O Sr. Antônio fica à frente dos festejos até o ano de 1988, tendo sido eleito e reeleito sucessivas vezes. Um artigo escrito por Lu Barreto para o Jornal Pipiri (Pipiri, junho de 1989, pg. 03), fala sobre o afastamento do Sr. Antônio da organização das festas juninas. De acordo com a autora, o Sr. Antônio se desvinculou em 1988 da presidência da Comissão organizadora dos festejos juninos na Rua São João para concorrer às eleições para vereador. Realizou-se, por isso, uma eleição, disputada por três chapas. Segundo o Sr. Antônio, embora as três chapas tenham pedido a sua ajuda, ele apoiou a chapa liderada pelo professor Epaminondas, que ganhou as eleições (08/12/1988). O Sr. Antônio continuou a ajudar a nova diretoria, auxiliando a organização da festa, pois as pessoas pediam a sua colaboração, o que ele achava natural. Entretanto, ao perceber que prejudicava a administração do professor Epaminondas, ele decidiu se afastar de vez. Assim, o Sr. Antônio afirma que cada um tomou seu rumo, que esperava uma boa administração do atual presidente, e que a tradição não acabasse.

Enquanto ocorre o afastamento do Sr. Antônio da organização das festividades na Rua São João, em Aracaju 16 arraiais rústicos foram construídos no mesmo ano nos bairros da cidade. Segundo o



artigo de José Valfran Brito (1990), o Projeto Barracão foi arquitetado pelo Dr. Rubens Ribeiro Chave, através da iniciativa de Secretaria de Estado da Cultura e Meio Ambiente, e encaminhado ao Governo Estadual, que o aprovou. A empresa Tavares Mendonça Construções executou a construção dos três barracões: Barracão Cultural “O Gonzagão” localizado no Conjunto Augusto Franco, Barracão Cultural “Seu Oscar” no conjunto Bugio, e Barracão Cultural “Hilton Lopes”, no Conjunto Castelo Branco. Segundo o projeto, os Barracões foram construídos para atender as festividades juninas e fornecer espaço para a realização de ações culturais, pois possuíam: sala de leitura, sala para cursos populares, palco e mini-camarim, salão de festas, cantina e sanitários.

Durante os anos de 1986 a 1990, o Governo do Estado investe na construção de espaços destinados à realização das atividades culturais das comunidades dos bairros aracajuanos. A iniciativa propala como discurso oficial o investimento e o incentivo à cultura, não só na capital, mas também no interior do estado, com a expansão do Projeto Barracão:

A experiência positiva dos Barracões Culturais levou o Governo do Estado a encaminhar projeto de construção de mais 10 (dez Barracões, à Fundação Banco do Brasil que aprovando o projeto, assinou com o Governo, através da Secretaria de Estado da Cultura e Meio Ambiente, Convênio para desta feita, construindo no interior do Estado a partir de julho/90. As cidades de Lagarto, Própria, Japaratuba, Estância, Indiaroba, São Cristóvão, Cristinápolis, Brejo Grande, Poço Verde e São Domingos., terão os seus barracões iniciados. (Brito, 1990, pg. 16).

Em 31 de maio de 1990, o jornal Gazeta de Sergipe anuncia o início do ciclo junino em Sergipe, comemorado oficialmente em Aracaju com a troca do mastro na Rua São João, o que evidencia, nesse contexto, a grande visibilidade alcançada nos meios de comunicação. No mesmo ano, a Prefeitura Municipal de Aracaju, através da Secretaria da Cultura, desenvolveu as atividades juninas da cidade com o “Arraiá da caipité”, centralizado na Rua de São João, que se torna um grande



DAS NOVENAS À FESTA URBANA

arraial, onde será realizado o festejo junino da cidade. A programação contou com a apresentação de quadrilhas mirins e adultas, apresentação musical de shows de forrós e muita brincadeira – tais como corrida de sacos e do limão, quebra pote, brincadeira do chapéu, sorteios de brindes e quadrilhas improvisadas. Muitos aracajuanos estiveram presentes na Rua São João para participar do “Arraiá da caipitá”, o que nos afirma o *Jornal de Sergipe* (28 de junho de 1990).

A Prefeitura Municipal de Aracaju, através da Secretaria da Cultura do Município, vem realizando oficialmente, desde o último dia 22 de junho na Rua São João o “Arraiá da Capitá”. São milhares de pessoas que se deslocam diariamente, de diversas localidades para prestigiarem as mais variadas apresentações de quadrilhas caipiras, artistas da terra e interestaduais e uma variada programação que terá seu ponto culminante no dia 29 de junho, dia em que se encerra a programação oficial do Município de Aracaju.

Em 1992, o Governo do Estado de Sergipe, a Prefeitura Municipal de Aracaju e a Fundação Cultural Cidade de Aracaju – FUNCAJU – executam o projeto “São João 92”, cujo objetivo consiste em realizar um planejamento global dos festejos juninos da cidade de Aracaju. A festa junina da cidade, em relação ao incentivo dos órgãos públicos municipais e estaduais, deixa de ser centralizada na Rua de São João, passando a se realizar em todos os bairros da cidade. De acordo com o projeto “São João 92”, as comunidades possuem poucos recursos para a realização das festividades, devendo-se o sucesso do ciclo junino sergipano ao apoio direto do governo na organização e administração. O projeto também visava ao crescimento do fluxo de turistas, sob o argumento de que eles aumentam a circulação de dinheiro, gastando com hospedagem, comidas, bebidas e comprando artesanato, além de serem uma propaganda de Sergipe. Para recebê-los, o projeto organiza um sistema básico composto de três pontos: balcões de atendimento, pessoal treinado e material impresso.



A disposição física do evento envolveu a comunidade, através de suas Associações e Centros Sociais Urbanos. Cinco pontos foram determinados: Parque da Sementeira, Rua São João, Arraiais dos bairros (cerca de 12 arraiais, localizados nos bairros América, Industrial, Siqueira Campos, Santos Dumont, entre outros), Praia de Atalaia e Arraial do Povo, que, segundo o projeto São João 92, foi a novidade da programação festiva e planejado para concentrar a massa populacional da festa junina no Centro da Cidade, onde serão tocados os Forrós Elétricos. O São João 92 contou com a divulgação da mídia impressa, em jornais locais, do interior e de outras cidades; mídia eletrônica, em televisão, rádio AM e FM; e merchandising, com cartazes, folhetos e faixas. O projeto contratou artistas locais e nacionais para atrair a população.

A programação do evento não se concentrou apenas em junho – sua realização se estendeu de 18 de abril até 30 de junho de 1992. De 18 de abril a 13 de junho, o projeto São João 92 realizou a Prévia Junina, denominada de Gritos de São João, desenvolvida conforme um calendário composto de 10 Gritos de São João, cada grito correspondendo a um bairro. Entre 20 e 29 de junho de 1992, aconteceram, nos locais determinados pela prefeitura, os festejos juninos já citados.

O final do século XX foi o período de grande visibilidade dos festejos juninos da Rua São João, sendo o modelo de festa interiorana substituído pelas características urbanas: a festa outrora comunitária passou a ser atração da cidade. As intervenções do poder público, através da prefeitura, do estado e da Secretaria de Cultura, significaram mais recursos financeiros para a realização das festas juninas de Aracaju. Houve, conseqüentemente, investimento nos festejos juninos realizados pela comunidade do Santo Antônio, incluindo-se a Rua São João no calendário das programações dos eventos organizados.

O DECLÍNIO DA FESTA

De acordo com Sandra Barros (1997), nas transformações ocorridas, nas atividades festivas da Rua São João, podemos identificar a



DAS NOVENAS À FESTA URBANA

mudança do público, que deixou de ser local, de caráter familiar, para receber a sociedade aracajuana. Segundo Barros, a estrutura da Rua tornou-se insuficiente para comportar o novo público. Sr. Antônio, declara ao *Jornal da Cidade* em 1988, que a Rua São João está ficando pequena para a quantidade de pessoas que freqüentam a festa, argumentando a necessidade de estender a festa para outras ruas da redondeza, mantendo o quadrilhódromo como o principal palco dos festejos juninos da cidade, sugestão dada para que a iniciativa do Estado, em transferir a festividade para outro local, não acontecesse.

No início do Século XXI, ao mesmo tempo em que a Rua é vista como ícone dos festejos mis tradicionais de Aracaju, ocorre o esvaziamento da festa, com o surgimento dos grandes arraiais públicos – Forró Caju e Vila do Forró. A respeito do que o Sr. Antônio afirma ¹⁰:

Nosso prefeito acabou com os arraiais de bairro. Porque nem todo mundo gosta de ir pro Forró Caju, muitas vezes é uma pessoa de idade, senta em sua porta, coloca uma cadeira, fica assistindo, se não está chovendo. Não gosta de se deslocar para um Forró Caju. E, no entanto bairros purai que punha uma tradição de 20, 30 anos é acabado, porque diz que quem quiser São João vá para a praça do povo.

Em 2003, o Sr. Antônio retoma a presidência do centro Social João de Deus, e depois dos festejos no mês de junho, a Rua ganha uma atividade permanente, notícia divulgada no sítio da Infonet (acessado dia 27 de junho de 2007).

A reivindicação do Centro Social e Cultural da Rua São João, do poder público no Estado realizar uma programação permanente no local, foi finalmente atendida. Desde o dia 7, a Rua de São João passou a contar com um projeto, criado pelo



Governo do Estado, que vai permitir que todas às segundas-feiras aconteçam shows de forró, de trios pé-de-serra e apresentações de quadrilhas. (www.infonet.com).

O forró do turista durou apenas um ano. Problemas administrativos resultaram no seu cancelamento. Durante a sua realização, a Rua se enchia de visitantes, moradores das adjacências e dos demais bairros da capital, sobre o que comenta o Sr. Antônio¹¹:

As segundas feiras ela se prende ao forró do turista... Nós tínhamos uma população enorme toda à segunda feira. [o forró do turista] foi cancelando porque naquela época, quem pagava as despesas era a empresa sergipana de turismo e os seus administradores começaram a volumar dívidas e tiveram que parar para pagar as dívidas, então a partir do mês de julho mais ou menos, voltar com o forró do turista.

Em julho de 2004, outro estatuto entra em vigor para atualizar e substituir o de 1983, durante a administração do Sr. Antônio. O atual estatuto introduziu poucas mudanças, permanecendo inalterados muitos itens, como o das finalidades do Centro Social e Cultural São João de Deus, assim como o Quadro Social. Relativamente ao sócio contribuinte, demarcaram-se as ruas cujos moradores poderiam ser integrados ao Centro. Sete ruas, duas avenidas, duas travessas e um largo compuseram a área contemplada do Centro – a exemplo da Rua São João, Rua do Carmo, Rua Muribeca, Rua Japarutuba e Avenida João Ribeiro. A assembléia Geral continuou sendo o poder soberano do Centro, mas as datas de reuniões permanentes foram modificadas: penúltimo dia do ano (balanço do Centro); dia 08 de dezembro (eleições); dia 08 de fevereiro (posse da Diretoria Executiva eleita); dia 13 de abril (comemoração do aniversário do Centro).



DAS NOVENAS À FESTA URBANA

Em 2007, moradores incomodados com a realização entregam ao Ministério Público um abaixo-assinado, cujo texto enfatiza o fim das festividades e reivindica a construção de uma praça pública no lugar do quadrilhódromo, sob a alegação de que ele promoveria vandalismo, e seria ocupado à noite por vadios e drogados, do que já teriam resultado assassinatos, ferimentos graves, desordens e a afrontosa transformação das portas de residências em sanitários públicos. Percebemos a insatisfação de alguns moradores nos depoimentos¹²:

Eu nem digo por mim, eu digo pela própria comunidade, nem ficar na porta o pessoal fica. Aqui não se pode nem colocar uma fogueira. Eu fico aqui na porta porque tenho meu negócio aqui, e impeço que o pessoal venha, porque aqui o pessoal tem mania de fazer xixi, com criança, com mulher, com tudo. Eu já fico na porta como própria proteção da minha própria residência. (Maria das Dores, 41 anos, professora e moradora da Rua há 41 anos).

Eu gosto, mas aqui fica direto o mês todo e aí incomoda bastante. Se fosse no dia mesmo, nos dias necessário, mas começa do dia primeiro e vai... Ave Maria, ninguém dorme! (Elenilda Costa, 52 anos, lojista e moradora da Rua há 9 anos).

A insatisfação dos moradores com as festividades tradicionais da Rua São João leva-nos a refletir sobre a lógica de oposição entre a casa e a rua. Por ser uma festa com características de espetáculo, tendo perdido seu traço comunitário original, muitos elementos que a compõem incomodam os moradores, que se sentem perturbados em suas casas – ora, a casa é o local da família, da rotina, da segurança, e, quando ameaçada pela festa, surge um conflito, pois a rua proporciona efervescência coletiva, levando as pessoas a beberem excessiva-



mente, tornando-as incapazes de separar o lícito do ilícito (Durkheim, 1989; DaMatta, 1997).

Enquanto alguns moradores pedem o fim da festa por incomodá-los em seu lar, jovens vêm por outro ângulo a festa, eles se aproveitam das festividades para transformar a Rua em ponto de encontro, arranjar namoros e aumentar a sociabilidade entre os moradores do bairro¹³:

Eu vou para dançar. Agente sai daqui com os colegas, vamos dançamos, encontramos os amigos também lá. (Larissa, 17 anos, estudante e moradora da rua há 4 anos).

Eu acho que é bom porque trás turistas, a rua fica mais animada e é um divertimento para agente, principalmente para nós que somos jovens que moam aqui porque como aqui é parado aí é uma coisa assim, é um lazer para agente. Agente vai, olha as quadrilhas, dança. (Mirela, 19 anos, estudante e moradora da rua há 4 anos).

Alguns quadrilheiros também vêem o lado positivo das festividades da Rua São João. Durante a entrevista com Joel Reis, marcador da quadrilha Século XX, ao perguntar-lhe qual seria o local de apresentação de sua preferência, ele respondeu Rua de São João, denominando-a celeiro, o “Maracanã” dos quadrilheiros. Seu depoimento ressalta o valor simbólico da Rua. Se para alguns moradores as festividades da rua teriam morrido, para outros ela continua viva.

Ao longo de 97 anos, as festividades da Rua São João, embora tenham passado das novenas e procissões ao espetáculo, conservaram algumas performances ao lado de novos elementos, chegando hoje a ser considerado o reduto da tradição junina. Vários artigos de jornais do século XX consideram as festas juninas da Rua São João como a verdadeira tradição junina de Aracaju. Nas entrelinhas percebe-se um



DAS NOVENAS À FESTA URBANA

suspiro nostálgico, em que se acentua a necessidade de conservar a tradição, de reviver as práticas festivas da época em que o povo a promovia. Resgatar o festejo realizado pelo povo não implica apenas tornar a praticar as mesmas atividades, sem a interferência do poder público, sem os shows, concursos e espetáculos, mas voltar no tempo e entender a festa como estática, impermeável e imutável ao longo da história. O tempo não indica a tradição, mas, antes, é o seu conjunto simbólico de rituais que a mantém viva por longos anos.

A idéia de que a tradição é impermeável à mudança é um mito. As tradições evoluem ao longo do tempo, mas podem também ser alteradas ou transformadas de maneira bastante repentina. Se posso me expressar assim, elas são inventadas e reinventadas... Uma tradição completamente pura é algo que não existe... É simplesmente errôneo, porém, supor que, para ser tradicional, um dado conjunto de símbolos ou práticas precisa ter existido por séculos... A persistência ao longo do tempo não é a característica chave que define a tradição, ou seu primo mais difuso, o costume. As características distintivas da tradição são o ritual e a repetição. As tradições são sempre propriedades de grupos, comunidades ou coletividades. (Giddens, 2005, pg. 51).

Conforme visto no início do artigo, a origem da festa foi marcada pela realização de práticas religiosas, como novenas e procissões, e pela pequena festa entre os moradores da Rua. Com o desenvolvimento urbanístico da cidade e o falecimento das irmãs, a festa incorpora uma nova configuração que atende a carência da comunidade por um espaço de socialização e lazer no São João. Posteriormente, com o surgimento das quadrilhas, outras mudanças ocorrem na festa: o palco destacado do público e, mais adiante, a necessidade de um palco fixo, fazendo com que as atividades festivas passem novamente por mudanças e adaptações. O enterro do boi, realizado na época da festa comunitária, não atende mais ao modelo atual, pois a atividade



significava a confraternização dos moradores que a promoviam. A festa passa a refletir o modelo espetacular, atendendo não apenas a comunidade, mas o público dos diversos bairros da cidade, bem como o turista, com shows e atividades artísticas, de que são exemplos o forró do turista e a orquestra de sanfoneiros, realizada pela primeira vez nos anos de 2006 na abertura dos festejos.

A FESTA HOJE

Ao se aproximar o mês da festa, a Rua começa a se transformar: ganha ornamentações com bandeirinhas coloridas e várias barraquinhas de comidas e bebidas. Nas três ruas que cercam o palco colocam-se cavaletes, cujo objetivo é controlar a entrada de carros e permitir o acesso somente aos carros dos moradores. No tempo da festa, o espaço da Rua é apropriado; ele ganha novas dimensões e usuários, tendo sua dinâmica modificada pelos festejos, pelo público, pelas atrações, pelas barraquinhas. A Rua, enfim, deixa de ser apenas uma rua e passa a ser a Rua São João; a rua da festa, a rua dos pontos de encontro, a rua do trabalho e a rua da diversão. Portanto, a rua é apropriada e preparada para este grande momento de confraternização.

Em 2006, a festa começou na noite de 31 de maio com a troca do mastro e durou todo o mês de junho, exceto o concurso de quadrilhas juninas, prorrogado até primeiro de julho. A programação de abertura foi noticiada pela emissora local, TV Sergipe, informando que a abertura oficial dos festejos juninos da capital ocorreria na Rua São João, às 19h30min. A respeito da programação, o Sr. Antônio comenta¹⁴:

Tivemos o Segundo Encontro dos Sanfoneiros do estado de Sergipe, que por sinal foi muito bonito, muito aceito, televisionado. A seguir tivemos o grupo, tudo no dia trinta e um



DAS NOVENAS À FESTA URBANA

de maio, com pessoas de 40 anos pra lá de nome Penerou Cherem, um grupo folclórico, danças típicas da época. Em terceiro tivemos a apresentação de uma quadrilha junina Chapéu de Couro. E em quarto entrou todos os sanfoneiros que deram presença, vinte e dois sanfoneiros, cada um teve a sua oportunidade de tocar vinte minutos até que chegasse a hora da troca do tradicional mastro. O que significa esse tradicional mastro, você cortar uma arvora na mata e conduz ela pra aqui e a meia noite se arranca a árvore velha e se planta a árvore nova.

O novo mastro, que substituiu o antigo, simboliza a renovação do ciclo da festa e é um símbolo do ritual que demarca o tempo, estabelecendo um calendário paralelo ao do tempo cronológico, formando um novo tempo culturalmente construído – o tempo da festa, o tempo do São João. “O calendário, objeto científico, é também um objeto cultural” (Lê Goff, 1992, pg. 485). O São João, festa de calendário, é, em várias cidades do Nordeste, a exemplo de Aracaju, a principal festa, levando a população, nesse período, a modificar seus hábitos para viver um momento especial. O tempo do São João é o tempo da alegria, da comida farta, revelando-se um tempo liminar da passagem anual do ciclo festivo:

O intervalo entre dois festivais sucessivos do mesmo tipo é um “período”, geralmente um período que tem nome, por exemplo, “semana”, “ano”. Sem os festivais, tais períodos não existiriam, e toda a ordem sairia da vida social... nós criamos o tempo através da criação de intervalos na vida social. (Leach, 1974, p. 2007).

As atividades do público da festa variam conforme o espaço ocupado na Rua São João. A mesma festa, portanto, implica múltiplas vivências e comportamentos, uma vez que a programação atrai um público diferente a cada noite.. “O espaço vivo é o teatro das nossas manifestações mais simples – o comer, o caçar, o amar, o partir, o



morrer –” (Duvignaud, 1983, pg. 36). Durante o tempo do São João, a Rua torna-se a rua da festa, lócus de sociabilidade e espetáculo, “as relações dos homens com o espaço constituem o suporte da maioria das nossas atividades, sejam elas técnicas, simbólicas, míticas e até filosóficas” (Duvignaud, 1983, pg. 36). A rua é o espaço público, de diferenças, de alteridades, abrigando os de dentro e os de fora; opondo-se e complementando-se à casa, seio da família e da intimidade.

Na Rua São João, a oposição e a complementaridade dos espaços festivos, da casa e da rua são vistos através dos usos dos espaços do circuito festivo. Visitantes e moradores circulam na rua, que durante a festa serve como ponto de encontro, paquera, trabalho e diversão. Alguns residentes participam da festa na porta de suas próprias casas, onde colocam cadeiras, interagem com vizinhos, acendem fogueiras e comemoram o São João movimentando-se de casa para a rua, da rua para casa, tornando-se uma o prolongamento da outra. Outros moradores, entretanto, estabelecem uma distinção entre a casa e a rua: fecham as portas de suas casas, colocam grades, andaimes e chegam a aplicar piche nas calçadas de suas casas, a fim de evitar o contato do público da festa com a sua casa.

O complexo festivo compreende três ruas (a Rua São João, a Rua do Carmo e a Rua Anatólio G. Moreno), em cujo ponto de interseção, que tem a forma de um X, distingue-se, no centro, o quadrilhódromo, onde ocorre o tradicional concurso de quadrilhas e as apresentações artísticas previstas na programação oficial. O quadrilhódromo é um palco fixo de alvenaria, coberto e cercado de ferros, possuindo duas rampas de acesso, um pequeno palco para acomodar os músicos e os jurados dos concursos, que durante o período das festividades é ornamentado. O Senhor Antônio nos informa a respeito disso que¹⁵:



DAS NOVENAS À FESTA URBANA

A decoração os moradores já tomaram parte, no passado. Mas com o desaparecimento desta maioria de moradores, que aqui residiam, mudaram, outros foram para ao outro lado da vida e aí o que é que ocorre. Os que vêm chegando, vem sem querer tomar parte, ficam sem querer ajudar na ornamentação e daí então dificulta muito. Hoje em dia só se ornamenta palanque, parte interna, e em volta que é aqui ao lado. Porque naquela época não existia carro baú par poder destruir a ornamentação. Hoje em dia não ornamentar nesta altura que está aí destrói, mas esta ornamentação também faz parte dos moradores por causa da copa do mundo. (...) A ornamentação deste ano foi o governador quem mandou fazer esta ornamentação que aí está de copa do mundo.

Percebe-se que por causa da Copa do Mundo, a Rua foi enfeitada com bandeirolas e balões com as cores da bandeira nacional. Ergueu-se, na entrada da rua, um grande portal com a imagem dos três santos, em estampas muito coloridas e cheias de motivos florais, sugerindo ares campestres. Um grande mural ocupava o palco para anunciar os festejos e exibir propaganda do governo estadual, patrocinador de toda a decoração da rua.



Uma diretoria, formada pelos associados do Centro Social São João de Deus, organiza anualmente a festa na Rua São João, sendo responsável por toda a organização e planejamento, embora conte com a colaboração e o apoio de alguns órgãos governamentais e privados. No ano da pesquisa, a Rua São João recebeu subsídio econômico do governo estadual João Alves Filho, que ofereceu à rua toda a ornamentação do espaço, desde as bandeirinhas até o portal. A rua dispôs também do patrocínio de algumas empresas, como a Indaiá, que forneceu água e refrigerante para os músicos e jurados do concurso de quadrilha, e o Supermercado G Barbosa, que promoveu o concurso de quadrilhas. A festa não pertence apenas ao povo. As atividades culturais populares são abertas a diferentes práticas sociais, apropriações e usos. Comunidade, organizadores, políticos, vendedores, músicos e festeiros estão em constante reprodução de interesses, conflitos, trocas simbólicas e comunicação no espaço festivo. (Trigueiros, 1998). A respeito do incentivo do governo estadual, o Sr. Antônio nos informa que¹⁶:

Nós fizemos um projeto, um orçamento e contratamos tudo. De som a músico, a segurança, a fornecimento de lanche e ao casamento caipira também que é no dia 24 de junho. De um modo geral e encaminhamos pra o governo do estado e o governo aprovou e mandou fazer esta ornamentação dos trinta e um dias de festa.

Durante a festa, o espaço festivo é apropriado por propaganda econômica e política. Esta aparece nas propagandas do governo do estado que se misturam à ornamentação da festa, tanto no palco quanto no portal da rua; nas faixas que apresentam o Supermercado G Barbosa como realizador do concurso de quadrilhas; e, principalmente, nas chamadas anúncios feitos durante os intervalos das atrações de



DAS NOVENAS À FESTA URBANA

cada noite. A dimensão econômica, por seu turno, se reflete no pequeno comércio que é organizado em torno da rua, com o comércio de comidas e bebidas. A festividade gera empregos temporários para os comerciantes cadastrados, ambulantes, seguranças, operadores de som e músicos dos trios pé-de-serra.

O espaço físico do Centro Social São João de Deus, que atualmente não oferece cursos, serve apenas para reuniões e armazenamento de materiais – como bandeirinhas, toda a ornamentação, o lanche distribuído aos jurados, e o material dos vendedores das barraquinhas. Quanto às barraquinhas, a diretoria, que organiza a festa, também cadastra o pessoal autorizado a comercializar na rua. As comidas vendidas este ano, em lugar dos produtos tipicamente juninos do nordeste, incluíam lanches rápidos, muita fritura e churrasquinhos. Havia ainda refrigerantes e até barraquinha servindo apenas bebidas alcoólicas.

Como parte da programação oficial, as apresentações dos trios pé-de-serra ocorreram durante todos os dias da festa, que começava sempre às 19h, estendendo-se até a meia noite. Durante os momentos que antecediam o concurso de quadrilhas, casais de diferentes faixas-etárias dançavam no quadrilhódromo animados por diferentes ritmos juninos, como forró, xote, baião, etc. Ainda antes de começar o concurso, a programação da Rua contemplou duas atrações musicais. Quando ele



enfim se inicia, a programação da festa oferece uma apresentação musical seguida pela apresentação de quatro quadrilhas juninas.

Durante a homenagem a Santo Antônio na famosa colina que leva o seu nome, as chamadas trezenas de Santo Antônio, observa-se uma demonstração de respeito na rua. Durante as celebrações das missas nas trezenas, abaixa-se o volume do som, que só volta a subir quando tudo silencia na colina. As trezenas são noites em que se celebram missas encerradas com uma grande procissão no bairro e adjacências, e com a missa matinal, durante a qual os devotos e pagadores de promessas distribuem os pãezinhos de Santo Antônio.

O concurso de quadrilhas juninas iniciou-se no dia 11 de junho, às 21 horas. Dançaram na Rua São João as cinquenta e cinco quadrilhas filiadas à Liga de Quadrilhas Juninas do Estado de Sergipe, distribuídas em três grupos: o grupo especial, o primeiro grupo e o segundo grupo. A Quadrilha Cangaceiros da Boa, única quadrilha do interior do estado presente no primeiro grupo, venceu o concurso em 2006. Sobre a realização do concurso de quadrilhas, o Senhor Antônio explica que¹⁷:



DAS NOVENAS À FESTA URBANA



Ilustração 4: Casal de noivos das Quadrilhas Juninas no concurso de quadrilhas da Rua São João. A esquerda Cangaceiros da Boa, a direita, quadilha Abusados da Roça.

Fotos: Priscila Silva, 2006.



Ilustração 5: Concurso de Quadrilhas Juninas da Rua São João. Quadilha Abusados da Roça.

Fotos: Priscila Silva, 2006.

O concurso de quadrilha é organizado e realizado pela liga de quadrilha de Sergipe, eles fazem um distribuição, por exemplo, o ponto principal é a Rua São João, onde nasceu o concurso de quadrilha, onde eles botam: grupo especial, primeiro grupo, segundo grupo, para o concurso aqui na rua São João. Todo concurso junino é realizado dentro de cinco fases: primeira, eliminatória; segunda, classificatória; terceiro, a primeira semifinal; quarta, a segunda semifinal; e em quinto a final. Então dessas fases, sobra duas por cada noite e essas duas vão en-



costando para a primeira semifinal e a segunda semifinal e dessas duas fases, primeira e segunda semifinal, então sobram duas e as quatro vão para a final.

No dia de São João ocorre o casamento caipira, um dos pontos principais da festa. Em 2006 ele aconteceu no dia de São João, dia 24 de junho, às 16h¹⁸. No dia 26 de junho, do mesmo ano, ocorreu a missa campal, celebrada por um padre da igreja da comunidade local no quadrilhódromo.

Ao terminar o ciclo junino de 2006, o Centro Social e Cultural São João de Deus perde o direito de usar a sede pertencente à prefeitura para a realização de suas atividades. O prédio passa a se chamar Centro São João de Deus, delegacia de mulheres, inaugurada no dia 8 de março, dia internacional da mulher, a respeito do que Seu Antônio esclarece¹⁹:

Quando chegou na gestão de Edvaldo Nogueira, atualmente, ele pediu o Centro, não através de um pedaço de papel, ele pediu o Centro, mandou desocupar verbalmente e havia uma reforma para botar aí o que, uma delegacia a fim de encaminhar mulheres violentadas. (...) Cada verba, a verdade é essa, cada verba que eles pegavam, então eles botaram lá no muro o que que ia fazer, entendeu? Em que que ia ser aplicado. Quando foi agora por último, simplesmente ele pediu, tirou o Centro Social, botou Centro São João de Deus, e está lá a placa, você passando lá vai observar. (...) E agente ficamos sem nada.

O Centro hoje funciona provisoriamente em uma casa alugada na Rua do Carmo, que serve apenas para o depósito de materiais, reuniões e possíveis inscrições, como o do cadastro de barraquinhas.



DAS NOVENAS À FESTA URBANA

Em 2007, devido a conflitos envolvendo a antiga e a nova diretoria do Centro, a festividade junina da Rua São João não foi realizada, ocorrendo apenas uma pequena movimentação no dia da troca do mastro. Nenhuma ornamentação, nem barraquinhas, muito menos música. A impressão em certos momentos é de que a festa havia morrido. A situação reflete a dinâmica da festa e assinala seus conflitos, que são necessários à sua existência.

CONCLUSÃO

A história dos festejos juninos da Rua de São João compreende quatro fases distintas. A primeira, no início do século XX, testemunha o nascimento dos festejos, que, organizados pelo povo, caracterizavam-se pelas performances rituais de cunho religioso (novenas, trezenas e procissões) e comunitário ou familiar (queima de fogueira, preparação das comidas típicas, ornamentação da rua).

No segundo período, com o falecimento, em 1910, das duas irmãs devotas de São João, o estabelecimento de uma comissão organizadora dos festejos inicia a sua institucionalização. Acrescentam-se, então, novas atividades a sua programação, passando a quadrilha a ser a performance central. A festa, que perde sua natureza comunitária, adquire caráter urbano, e se volta para o público externo. Outras performances rituais são também inseridas, como a troca do mastro, o casamento caipira, e a missa campal (única participação da igreja). Era um novo modelo de festa que começava a ser gerado.

Na terceira fase, quando Sr. Antônio, em 1971, assume pela primeira vez a presidência da comissão organizadora, ocorre o maior crescimento e visibilidade da Rua São João no cenário junino da cidade. É também nesse momento que o governo começa a penetrar na organização dos festejos, e as quadrilhas, em processo de profissionalização, passam a competir em concursos promovidos pela prefeitura da cidade, o que acentua seu caráter espetacular e, conseqüentemente, seu poder de atração.



Na quarta fase, década de 90, o processo de esvaziamento da festa entra em cena. Alguns moradores contrários às festividades chegam a exigir sua extinção em um abaixo-assinado. Mas o concurso de quadrilhas juninas persiste, mantido pela força da tradição e do respeito a alguns moradores, participantes e, principalmente, quadrilheiros.

Ainda nos anos 90, o Governo do Estado e a prefeitura de Aracaju lançam os arraiais públicos. O forró torna-se a performance mais explorada comercial e turisticamente. As quadrilhas, por sua vez, sofrem um processo de folclorização, e, para atender os ditames da indústria do turismo, parceria do Estado, conhece novos espaços de apresentação: aeroportos, arraiais públicos e hotéis. Neles, a exibição é mais evidenciada, além de ser apresentada como expressões da identidade local. A relação identitária entre o São João e a cidade passa a ser explorada mais intensamente pela indústria de turismo, ao ponto de se criar uma festa emblematicamente chamada de Forrócaju. A dança e a música, nesse contexto, afirmam-se como as principais performances do ciclo junino aracajuano.

São as mudanças, permanências, continuidade e descontinuidades, responsáveis pela dinâmica festiva, o que faz manter a festa, fazendo com que ela se renove para atrair o novo público, a cada festa.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Aglaé D'Ávila Fontes de. Rua São João – uma história viva na memória cultural de Sergipe. In: **São João é coisa nossa**. Aracaju. FUNDESC: J. Andrade, 1990. (série memória v.II).

_____. São João dormiu, São Pedro acordou. In: **São João é coisa nossa**. Aracaju. FUNDESC: J. Andrade, 1994 (série memória v. II).

ARAÚJO, Alceu Maynard. Folclore Nacional. In: **Mastros de Junho**. Jangada Brasil, n° 10, junho de 1999. Oficina: Os mastros de junho.

BARROS, Sandra dos Santos. “**Em tempo de folia...**”: **Rua São João, tradição e mudanças na década de 1990**. Monografia de História. São Cristóvão: CECH/SE, 1997.

CAILLOIS, Roger. O Sagrado de Transgressão: Teoria da festa. In: **O Homem e o Sagrado**. São Paulo: Martins Fontes, s/d.

CANCLINI, Nestor Garcia. Festa e História: celebrar, recordar, vender. In: **Culturas populares no capitalismo**. Tradução: Pinto Coelho. São Pulo: Brasiliense, 1983.

CRUZ, José. As festas de São João do Aracaju do passado. In: **São João é coisa nossa**. Aracaju. FUNDESC: J. Andrade, 1994 (série memória v. II).

CHIANCA, Luciana de Oliveira. Para onde vai a cidade? Festa Junina em Natal/RN. In: **Vivência. Revista da UFRN/CCHLA**. Vol. 1, n°1 (jan/jun), 1983.

_____, *A festa do interior: São João, migração e nostalgia em Natal no século XX*. Natal, RN. EDUFRN – Editora da UFRN, 2006.

DA MATTA, Roberto. **A Casa e a Rua**. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.



DERKHEIM, Émile. O culto positivo. In: **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. Tradução de J. P. Neto. São Paulo: Ed Paulinas, 1989.

DUVIGNAUD, Jean. Comentários. In: **Festas e Civilizações**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

DURAN, Eunice. A dinâmica cultural na sociedade moderna. In: **A dinâmica da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrolado**. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. 4^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GOFFMAN, Erving. Representações. In: **As representações do eu na vida cotidiana**. 5^a ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: **Cultura e sociabilidade na América portuguesa**. Organizadores: István Jancsó e Íris Kantor. São Paulo: Edusp, 2001.

PRIORE, Mary Del. **Festa e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SCHECHENER, Richard. O que é Performance?. Tradução: Dandara. In: **O Percevejo. Revista de Teatro, crítica e estética**. Ano II. Nº 12. Rio de Janeiro: PP de teatro, 2003.

TURNER, Victor. Images and reflections: ritual, drama, carnival, filme and spectacle in cultural performance. In: **The Anthropology of Performance**. New York: Paj Publica, 1987.

_____. **Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu. Niterói**. RJ: EDPF, 2005.

VOLVELLE, Michel. O retrocesso pela História na redescoberta da festa. In: **Ideologias e Mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 2004.



IMPRESSOS CATÓLICOS EM SERGIPE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas
Maria José Dantas

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo fazer um levantamento sobre as publicações católicas que circularam e ainda circulam em Sergipe, verificando suas contribuições para o processo educativo e para a história dos impressos nesse Estado. Em Roger Chartier, encontramos aportes teóricos que nos ajudam a entender o processo da leitura e de sua apropriação. Já Norbert Elias nos auxilia na compreensão e identificação do papel civilizatório que os diferentes veículos de comunicação desempenham. A verificação de práticas e conceitos educacionais nos impressos católicos nos possibilitou concluir que esses escritos servem como instrumentos condutores de elementos formativos e civilizatórios, e também que, são portadores de inovações pedagógicas e metodológicas.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação; Impressos Católicos; Sergipe.

* Doutora e Mestre em Educação, pela Universidade Estadual de Campinas; Professora Adjunta do Departamento de Educação e Professora do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da UFS; Vice-coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação: Intelectuais da Educação, Instituições Educacionais e Práticas Escolares; Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação. E-mail: anagbueno@uol.com.br

** Mestre em Educação, pelo Núcleo de Pós-Graduação em Educação da UFS; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação: Intelectuais da Educação, Instituições Educacionais e Práticas Escolares, do referido núcleo e instituição; Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação. E-mail: mariajosedantas@yahoo.com.br



APRESENTAÇÃO

Os estudos acerca da Imprensa sergipana, até o momento localizados, concentram-se no século XX e XXI, a exemplo de Manoel Cordeiro Armindo Guaraná (1908), que elaborou um catálogo dos impressos publicados em Sergipe, do período do surgimento da imprensa até 1908: “Jornaes, revistas e outras publicações periódicas de 1832 a 1908”; Acrísio Torres Araújo (1993) publicou “Imprensa em Sergipe” e fez um inventário da imprensa sergipana no período de 1830 a 1910; e Cristiane Vitória Souza (2003) pesquisou “Os impressos sobre a Educação em Sergipe (1889-1930)”.

Dentro da perspectiva de escrita da História da Educação, por meio dos impressos, Jorge Carvalho do Nascimento (2003), através da Coleção “Educação é História”, publicou a obra “Historiografia Educacional Sergipana: Uma crítica aos estudos de História da Educação”. Através de monografias, dissertações, teses, catálogos de fontes primárias e secundárias, ele fez um levantamento dos estudos sobre História da Educação em Sergipe, no período de 1916 a 2002. Nessa abordagem, aparecem alguns estudos que focalizam os impressos, de modo particular, o livro didático de História. Nascimento (2003) enfatiza, ainda, a contribuição de alguns jornais locais, que publicam textos sergipanos em torno do tema da História da Educação.

Com relação às revistas, – no trabalho de Jorge Carvalho do Nascimento (2002) em co-autoria com Itamar Freitas, “A Revista em Sergipe” –, através do Projeto Catálogo das Revistas Sergipanas, os pesquisadores procuraram escrever o histórico deste impresso no Estado, de maneira mais específica, a temática da educação veiculada em periódicos sergipanos, no período de 1890 a 2002.

Itamar Freitas (2002) fez um estudo sobre “A Escrita da História na ‘Casa de Sergipe’ – 1913/1999”, no qual abordou uma retrospectiva dos temas apresentados pela revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGS; Fábio Alves dos Santos (2003) escreveu sobre “A Construção da Moral na Revista Sergipe Artífice”; Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas (2003) realizou um estudo



IMPRESSOS CATÓLICOS EM SERGIPE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

sobre “A Revista Renovação e a Educação da mulher Sergipana” (essa revista circulou no período de 1931 a 1934 e foi criada e mantida pela advogada Maria Rita Soares de Andrade, através de assinaturas de colaboradores); Ana Lígia Rodrigues de Farias (2004) elaborou um levantamento sobre 5 revistas da área educacional: 4 delas que circularam em Sergipe, no século XX, e uma que ainda circula atualmente, que é a revista do Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Sergipe.

As revistas se tornaram aspecto relevante nos estudos acerca dos impressos sergipanos. Segundo Freitas e Nascimento (2002), a primeira revista sergipana identificada foi a “Revista Literária” (1890), publicada pelo Gabinete de Leitura de Maruim semanalmente, durante dois anos. Maria Lúcia Márquez Cruz e Silva (2006) realizou uma pesquisa sobre essa revista. A autora procurou verificar o perfil dos autores que escreviam e a proposta pedagógica do impresso. Em Aracaju, segundo Freitas e Nascimento (2002), o hábito de publicar revistas foi inaugurado em 1902, com a revista literária “O Cenáculo”, que se anunciou, inicialmente, como revista bimestral.

Com relação aos impressos ligados à fé cristã, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento (2002) fez uma análise acerca dos impressos protestantes distribuídos no Brasil durante o século XIX. Ela, que estudou “A Escola Americana – As origens da Educação Protestante em Sergipe” (2004), também analisou “A Fé nos Impressos: a palavra impressa como estratégia de difusão do protestantismo no Brasil do século XIX” (s/d), e publicou “Notas sobre os Impressos Protestantes e a História da Educação em Sergipe (2005)” escreveu, ainda, sobre “Instituições, editoras e impressos protestantes no Brasil dos Oitocentos” (2006) e, mais recentemente (2007), publicou artigo sobre “Os Catecismos Protestantes no Brasil (1864-1916)”.

No que diz respeito, explicitamente, aos impressos católicos, Péricles Morais de Andrade Júnior (2000) tem como objeto de estudo as questões ligadas à criação da Diocese de Aracaju, bem como a importância dos impressos católicos neste processo; Raylane Andreza Dias Navarro



Barreto (2004), em sua Dissertação de Mestrado intitulada “Os Padres de D. José: O Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1948)”, pontuou a circulação da revista *Scientia et Virtus*, uma publicação da Academia Literária São Tomaz de Aquino; Valéria Carmelita Santana Souza (2005) investigou o jornal “A Cruzada”; Ana Luzia Santos (2005) pesquisou a difusão da Educação Católica através do Jornal “A Defesa” (1960-1969); Maria José Dantas (2006) analisou a revista “Cidade Nova” e as práticas escolares. Estes estudos se tornaram contribuições significativas na construção da História dos Impressos em Sergipe.

A partir desse breve levantamento, percebemos que existe um número considerável de impressos católicos que circularam e ainda circulam em Sergipe, desta forma, esse trabalho tem como objetivo verificar a contribuição dessas publicações para o processo educativo, e ainda apresentar outros impressos católicos que também estiveram em circulação.

O conceito de apropriação de Roger Chartier faz parte dos aportes teóricos que nos ajudam a entender o processo de apropriação da leitura de um impresso. Apropriação identificada através do entendimento dos cristãos e fiéis católicos, dos alunos, dos professores, dos intelectuais, dos seminaristas, dos dirigentes, dentre outros. Norbert Elias nos auxilia na compreensão e identificação do papel civilizatório que esses veículos de comunicação desempenham.

A IGREJA E OS IMPRESSOS

A trajetória da Igreja com relação aos impressos começa, basicamente, com a invenção da imprensa, visto que esse meio de comunicação foi uma forma utilizada pela instituição para catequizar, conservar, defender e construir uma civilização cristã. Segundo Josaphat (*apud* SGARBI, 2001), em 1487 apareceu o primeiro documento oficial da Igreja com relação à imprensa. Foi a constituição do papa Inocêncio VIII, de 17 de novembro, intitulada *Inter múltiples*. Esse



IMPRESSOS CATÓLICOS EM SERGIPE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

documento tratava de assuntos como missão pastoral, ambigüidade do livro, multiplicado pela descoberta da imprensa, entrega da lista dos livros e folhetos já impressos, punição dos impressores culposos, dentre outros¹.

De acordo com Dantas e Orlando:

O texto impresso de fácil circulação se difundiu com o intuito de disseminar a fé tanto católica quanto protestante e conformar ambos os campos. Em um âmbito mais popular, o catecismo² foi o impresso que ganhou maior relevo, mas outras publicações de destinação educativa também se disseminaram como livros, revistas e folhetos de jornal (DANTAS; ORLANDO, 2007).

¹ Em 1515, durante o V Concílio de Latrão (1512-1517), o papa Leão X publicou a constituição *Inter sollicitudines* com determinações para a imprensa, inclusive o exame prévio dos escritos e a permissão eclesiástica para imprimi-los (*Imprimatur*); a proibição dos livros contrários à fé e das brochuras difamatórias; além das penalidades espirituais, como a excomunhão; e temporais, como multas, suspensão do direito de imprimir, queima dos livros e apelo ao braço secular (DALE *apud* SGARBI, 2001, p.306).

² Para maiores informações sobre os catecismos católicos e sua importância na História da Educação consultar: DANTAS, Maria José; ORLANDO, Evelyn de Almeida. “A Educação nos impressos católicos.” In: **Anais do III Seminário Internacional de Educação – A pesquisa em educação: abordagens e inclusão social**. UFS, 2007 (Resumo CD-ROM); ORLANDO, Evelyn de Almeida. **Os manuais de catecismo e a História da Educação**. Aracaju: **Universidade Federal de Sergipe**, (s/d), (Texto inédito); ORLANDO, Evelyn de Almeida. “A Pedagogia do catecismo e a modernização do ensino religioso.” In: **Anais II Seminário Internacional de Educação - A pesquisa em educação: dilemas e perspectivas**. Universidade Federal de Sergipe/NPGE, 2006. (Texto completo); ORLANDO, Evelyn de Almeida. “Os 10 mandamentos e as práticas civilizatórias no Catecismo de João Paulo II.” In: XVII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte Nordeste, 2005, Belém - PA. **Anais do XVII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte Nordeste**. Belém - PA: Universidade Federal do Pará, 2005. (Texto completo); ORLANDO, Evelyn de Almeida. “Guias catequísticos: ferramentas didáticas para o ensino da fé.” In: **Anais do I Seminário Internacional de Educação: a Escola Nova, os impressos e a Educação brasileira**. São Cristóvão-SE: Universidade Federal de Sergipe, 2005, p. 1-11. (Texto completo).



Na disputa pelo campo religioso³, a proliferação de impressos, sobretudo dos catecismos, alimentou a busca por uma estratégia⁴ mais eficaz de doutrinação da fé. Segundo Nascimento (2006), na cultura protestante, os catecismos funcionaram como um importante veículo de difusão e inculcação dos preceitos religiosos definidos pelos seus líderes. Outros impressos, como panfletos, opúsculos e jornais estavam mais voltados à propagação da doutrina protestante e ao combate do catolicismo.

Na Igreja Católica, segundo Orlando (2007), após a Reforma, os catecismos proliferaram e assumiram rápida difusão. Adotaram novidades em relação ao passado, adquirindo uma originalidade própria que o tempo e o lugar de circunscrição lhe conferiam e se tornaram o centro da ação pastoral-catequética. Ainda segundo Orlando (2007), a variedade desses textos, publicados em ambos os campos, produziu dissonâncias nos discursos internos, tanto de católicos como de protestantes, que buscavam associar religião e civilização em seus ensinamentos. Do ponto de vista católico, as orientações catequéticas do Concílio de Trento⁵ tiveram a finalidade de uniformizar o ensino e

³ Compreende-se campo religioso a partir de Bourdieu. Esse autor esclarece que: “em função da sua posição na estrutura da distribuição do capital de autoridade propriamente religiosa, as diferentes instâncias religiosas, indivíduos ou instituições, podem lançar mão do capital religioso na concorrência pelo monopólio da gestão dos bens de salvação e do exercício legítimo do poder religioso enquanto poder de modificar em bases duradouras as representações e as práticas dos leigos inculcando-lhes um *habitus* religioso, princípio gerador de todos os pensamentos, percepções e ações, segundo as normas de uma representação religiosa do mundo natural e sobrenatural, ou seja, objetivamente ajustados aos princípios de uma visão política do mundo social” (BOURDIEU, 2005, p. 57).

⁴ Certeau chama de estratégia “o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ambiente. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (CERTEAU, 1994, p. 46).

⁵ As determinações catequéticas, resultantes do Concílio de Trento, tiveram como eixos norteadores a organização da instrução religiosa e a proposta de um catecismo. Do primeiro eixo nasce a proposta de instrução religiosa nas escolas, estabelece-se diretrizes para o exercício dessa instrução na comunidade cristã. Nasce a catequese paroquial para as crianças, a qual vai ter, em Bellarmino, o primeiro escritor de um catecismo voltado especificamente para as crianças em linguagem adaptada. A proposta de um catecismo resultou no Catecismo Romano ou *Catechismus ad párochos* (DANTAS; ORLANDO, 2007).



IMPRESSOS CATÓLICOS EM SERGIPE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

diminuir essas dissonâncias, o que resultou na elaboração e publicação do Catecismo Romano ou Tridentino.

Percebemos que, de um lado, crescia a utilização dos escritos através dos devocionários dirigidos aos fiéis, catecismos, manuais de pregadores e sermões; porém, do outro lado, existiam muitas restrições para que determinados livros e artigos fossem publicados e havia uma lista de autores e livros que não podiam ser lidos.

A primeira lista do chamado *Index*, de Paulo IV, foi publicada durante o Concílio de Trento (1545-1563), em que se discutiram, nas sessões de 1562 e 1563, pormenores dessa questão. Como resultado foi elaborada a ‘Constituição Apostólica’ de Pio IV, do dia 24 de março de 1564, denominada *Dominici gregis*. São tratados aqui os temas ‘Da leitura dos livros dos hereges’, ‘Elaboração do Índice,’ ‘Aprovação do Índice” e ‘Penas para os transgressores’.(SGARBI, 2001, p. 307)

Ao longo dos séculos, a Igreja, em muitos aspectos, mostrou resistência contra a questão da imprensa. Por conta da proliferação dos escritos ligados ao surgimento da ciência moderna, que se propagou de forma expressiva nos séculos XVII e, sobretudo, no XVIII, a Igreja “condenava a ‘monstruosidade da liberdade de imprensa’ conforme mencionou o papa Gregório XVI na encíclica *Mirari vos*, publicada em 15 de agosto de 1832 (SGARBI, 2001, p. 315)”. Apesar disso, a Instituição tinha consciência que esse veículo de comunicação era um meio de divulgação dos escritos cristãos.

Na verdade, a Igreja fez uso da imprensa desde a sua invenção. Mas, só no século XIX ela prega sobre o uso positivo desse veículo de comunicação. Leão XIII⁶, pela primeira vez na História, segundo Sgarbi (2001), recebeu, em audiência, um grupo de jornalistas, em 22 de

⁶ O pontificado de Leão XIII durou 25 anos, de 20 de fevereiro de 1878 a 20 de julho de 1903. Ele foi o papa da transição entre o século XIX e o início do século XX.



fevereiro de 1879. Em sua alocução a esses profissionais, o papa enfatizou a necessidade de promover os escritos católicos. Sua estratégia, ao chamar os jornalistas, era formá-los de acordo com os preceitos cristãos católicos e fazer da imprensa uma importante aliada na disputa do campo religioso. Esse pontífice foi um dos papas que mais escreveu documentos sobre a questão da imprensa. De acordo com Sgarbi (2001), uma coletânea desses escritos foi organizada pelos editores das “Atas de Leão XIII da Casa da Boa Imprensa de Paris” e publicada no Brasil, em 1947, pela Editora Vozes, da Ordem dos Frades Menores. Leão XIII ficou famoso como o “papa das encíclicas”⁷.

Na *Immortale Dei*, publicada ainda no século XIX, Leão XIII, terminou:

A liberdade de pensar e de publicar os próprios pensamentos, subtraída a toda regra, não é em si um bem com que a sociedade tenha a congratular-se; antes, porém, é a fonte e a origem de muitos males... Não é permitido trazer a lume e expor aos olhos dos homens o que é contrário à virtude e à verdade, e muito menos ainda colocar essa licença sob a tutela e proteção das leis. (LEÃO XIII, apud Documentos Pontifícios, 1959, p.03)

O papa se referiu aos escritos que vão de encontro à moral e aos valores cristãos. A Igreja tinha medo que os impressos publicados por pessoas não ligadas ao cristianismo, pudessem confundir a fé dos católicos.

Por conta disso, no fim do século XIX e início do século XX, existia um cuidado maior, por parte da Igreja, em escala mundial com relação à imprensa, principalmente pelo fato de que, em alguns momentos, ela poderia tornar-se uma arma má contra a fé cristã. Por isso, instruíam-se os católicos para não assinarem ou comprarem jornais ímpios. Segundo Souza,

⁷ Encíclica é um documento utilizado pelo Sumo Pontífice para exercer o seu magistério. Trata de matéria doutrinária em variados campos: fé, costumes, culto, doutrina social, moral, educação, etc.



IMPRESSOS CATÓLICOS EM SERGIPE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Percebe-se nos discursos proferidos a partir dos primeiros anos do século XX entre a elite eclesiástica católica brasileira uma forte necessidade de incentivar o esforço tanto dos sacerdotes em geral quanto dos chamados ‘bons católicos’ na busca por combater toda a ‘má imprensa’. Partindo da crença de que a leitura mais perigosa fornecida na atualidade seria a dos ‘maus’ jornais, os clérigos como líderes dos ‘bons católicos’ seriam agentes fundamentais para instruírem os fiéis sobre ‘tão grande perigo’, fazendo-os conhecer os males oferecidos pela ‘má imprensa’ para que só a partir de então ela pudesse ser retirada das mãos dos fiéis e substituída pela ‘boa’ (SOUZA, 2005, p.22).

No Brasil, durante o período da Proclamação da República, a Igreja viveu momentos difíceis em sua relação com o Estado e em razão disso, perdeu um certo prestígio nos meios públicos. No início do século XX, existiram algumas possibilidades de reaproximação. No entanto, muitos embates foram travados entre católicos e reformadores, disputas de poder entre os católicos e o Governo, sempre visando o predomínio do poder da Instituição voltada para a conservação da fé. Segundo Sousa, “ao lado de sua missão específica de esclarecer as inteligências com as verdades, originárias da palavra de Deus, reveladas e dirigidas aos homens, a Igreja Católica não se descuidou da formação intelectual dos seus fiéis” (2006, p. 41).

Para Lustosa,

Com a proclamação da República (1889) e a conseqüente separação da Igreja e do Estado, os católicos experimentam a sensação de insegurança e de abandono por parte dos poderes constituídos, ao contrário do que acontecia no tempo do império, quando se apoiavam no governo e com ele contavam até para a sustentação do culto e dos ministros sagrados. Agora a Igreja se vê ameaçada em muitos dos seus direitos e pretensões. São momentos difíceis nos quais ela lançará mão das armas da Imprensa a fim de esclarecer os fiéis quanto à situa-



ção de um Estado religiosamente neutro e a fim de reivindicar alguns de seus postulados (ensino religioso nas escolas oficiais, valor exclusivo do casamento religioso contra o casamento civil etc.) (LUSTOSA, 1983, p. 16).

Os impressos se tornaram fortes aliados da Igreja. Essa instituição acreditou que por meio da difusão de algumas publicações poderia fazer uma recristianização no Brasil. Por isso, através de seus bispos, adotou diversas medidas. Dentre estas, a publicação de jornais e revistas que motivassem e esclarecessem os católicos, bem como defendessem os dogmas da fé. A publicação destes impressos se tornou, também, uma alternativa para que os católicos não utilizassem a “má imprensa”.

Para sustentar a ‘boa imprensa’, em 1910 ficou estabelecida a fundação de uma associação com o título: Associação da Boa Imprensa. Esta deveria contar com o esforço dos párocos para que os impressos por ela divulgados tivessem o maior número de assinantes dentro de cada paróquia. Os párocos teriam por obrigação convencer os fiéis de que as leituras católicas eram preferíveis a qualquer outro tipo de leitura que aparecesse ou que já existisse devendo eles concentrar os seus interesses apenas nas leituras recomendadas pela cúpula diocesana (SOUZA, 2005, p.24).

A imprensa escrita era um dos poucos veículos de comunicação existentes no início do século XX. Desta forma, os jornais, revistas, manuais, catecismos, livros e demais impressos católicos, que começaram a ser publicados, criavam as condições desejadas pela Igreja de evangelizar os cristãos, bem como de lançar uma onda de civilidade.

Vários foram os documentos elaborados pela Igreja com diretrizes quanto à imprensa. A editora Vozes, em 1959, publicou o Documento Pontifício n.º. 41, que é uma coletânea dos discursos e alocuções



IMPRESSOS CATÓLICOS EM SERGIPE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

de Leão XIII, sobre a imprensa. A Igreja elaborou esses documentos para garantir a legalidade de suas determinações. Parte dessa publicação de 1959 retoma a encíclica do Papa, de 15 de outubro de 1890, que assegura:

Visto que o principal instrumento de que os inimigos se valem é a imprensa, em sua grande parte inspirada e sustentada por eles, é necessário que os católicos oponham a boa imprensa à má imprensa para que a defesa da verdade e da religião e para a salvaguarda dos direitos da Igreja... Já que os perversos, principalmente em nossos tempos, abusam dos jornais para a difusão das más doutrinas e para a depravação dos costumes, considerai como vosso dever usar os mesmos meios: eles, indignamente, para a destruição; vós, santamente, para a edificação. Certamente será de muita utilidade que pessoas instruídas e piedosas se consagrem a publicações cotidianas ou periódicas; uma vez que os erros se vão, assim, dissipando aos poucos e gradativamente, a verdade se espalhará, as almas adormecidas despertarão e hão de professar publicamente e defender com denodo a fé que elas cultivam em si para a sua salvação (Documentos Pontifícios, 1959, p. 9-10).

Ao se referir tanto aos escritos ligados à modernidade, quanto às publicações protestantes, a Igreja demarcou o seu campo. Ao mesmo tempo em que condenou a utilização dos impressos que violavam e denegriam a fé cristã, ela utilizou os benefícios da própria imprensa e dos impressos, de modo geral, para instruir seus fiéis, sobretudo porque existia um amplo projeto de desenvolver uma cultura católica. Nesse sentido, o impresso foi uma ferramenta fundamental, pois podia chegar a diversos ambientes, socializar ideais, favorecer a difusão de padrões de conduta adequados, entre outros aspectos. Em outras palavras, para combater a má imprensa, a Igreja lançou mão da estratégia de publicação de impressos, denominando este processo de “boa imprensa”:



Entre os diversos meios de se socorrer os fiéis estão os livros, os jornais e outras publicações a serem difundidos para a defesa da lei e a salvaguarda dos costumes. Nesta matéria deve-se recomendar muito aos Bispos o que de há longo tempo vimos alentando em nosso coração e sobre o que insistimos com frequência, isto é: que o trabalho dos escritores católicos, bem regrado e bem ordenado, seja encorajado e desenvolvido. Certamente, em todos os países cumpre reconhecer a estes escritos excelentes diários ou periódicos, uma grande utilidade para os interesses religiosos e civis, quer eles ou sustentem diretamente e os tornem prósperos, quer repilam os ataques dos adversários que procuram prejudicá-los, e que afastam o contágio impuro. Mas, no império austríaco deve-se-lhe atribuir uma utilidade suma: com efeito, uma multidão de jornais estão ali, a serviço dos inimigos da Igreja que, graças às suas fortunas, os propagam mais facilmente e em número maior. É portanto, de absoluta necessidade, para se combater com iguais armas, opor escritos a escritos: poder-se-ia, desta forma, rebater os ataques, desvendar as perfídias, impedir a contaminação dos erros e inculcar o dever e a virtude. Por isso, seria conveniente e salutar que cada região possuísse seus jornais próprios, que fossem como que os campeões do altar e do lar, fundados de modo a não se afastarem jamais da fiscalização do Bispo, com o qual diligenciaríamos em ir avante justa e sensatamente de acordo. O clero deveria favorecê-los com sua benevolência e levar-lhes os recursos de sua doutrina, e todos os verdadeiros católicos deveriam tê-los em alto apreço e prestar-lhes a sua cooperação, segundo suas forças e suas possibilidades (Documentos Pontifícios, 1959, p.13-14).

Esse documento é praticamente um manual da Igreja. Foi um impulso para que se difundisse a cultura da publicação de impressos nos seminários, entre os movimentos e associações clericais, bem como em outras instituições cristãs, visando manter a comunicação entre os seus membros e, também, reavivar e manter os preceitos cristãos de todos os fiéis.



IMPRESSOS CATÓLICOS EM SERGIPE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

OS IMPRESSOS CATÓLICOS E A EDUCAÇÃO EM SERGIPE

A imprensa sergipana, de modo geral, segundo Nunes (1984) tem seu início no século XIX. Seu berço gerador foi a cidade de Estância, onde o Monsenhor Antonio Fernandes da Silveira instalou sua tipografia.

O Mons. Silveira é descendente da nobreza portuguesa e nasceu em Estância, no ano de 1794. Fez o curso de formação no Seminário de São Damasco, em Salvador, e em 1820 ordenou-se sacerdote. Segundo Silva (*apud* Almeida Neto, 2007) ele foi uma liderança política nas Províncias de Sergipe e do Piauí, inclusive como Deputado na Assembléia Provincial. Além disso, contribuiu no campo cultural através da criação do jornal.

Marcou o início da década de 1830, em Sergipe, o aparecimento da Imprensa com a circulação, na Vila Constitucional de Estância em setembro de 1832, do jornal o “Recopilador Sergipano”. Até esse momento, como dependíamos, no campo econômico, dos comerciantes e do porto da Bahia para a exportação e importação de produtos, também a mesma dependência se verificava na imprensa. A divulgação dos fatos econômicos e políticos sergipanos se fazia através dos jornais baianos. A Idade D’Ouro (1811-1823), o Grito da Razão e o Independente Constitucional (após a Independência), pelas notícias inseridas sobre Sergipe, se tornaram indispensáveis para o conhecimento de sua História nessa época. (...) O “Recopilador Sergipano” (1832/1834), era um jornal cujo formato media: 0,25 X 0,15, com quatro páginas e duas colunas, e publicava especialmente temas da política provinciana. O lema desse impresso era uma frase de George Washington: “Sede justos se quereis ser livres, sede unidos se quereis ser fortes”. (NUNES, 1984, p.51-2).

Após esse pioneirismo, outras tipografias foram surgindo, até mesmo para suprir as necessidades da província. No advento da Repúbli-



ca, diversos jornais já circulavam em Sergipe, alguns com pouca duração, outros com uma periodicidade maior. Constatamos através da História, que a circulação de jornais e revistas, possibilitou uma melhor formação da intelectualidade sergipana.

Os salutareos efeitos da feliz iniciativa do Monsenhor Silveira não se fizeram demorar e esse seu único feito por si só o sagraria benemérito, se por outras nobres ações não se tivesse tornado digno da veneração dos sergipanos. Tão assinalados foram os seus serviços que a antiga província do Império, abençoado torrão dos seus affectos filiaes, com generosidade de u'a mãe extrema soube retribuil-os, elegendo-o ininterruptamente membro do Conselho do Governo, Deputado á Assembléa Provincial e á Assembléa Geral Legislativa. (GUARANÁ, 1913, p. 45)

Contudo, esse reconhecimento à figura do Mons. Silveira só veio depois. Visto que, este sacerdote “enfrentou os preconceitos de sua época, um meio de limitada cultura intelectual”(GUARANÁ, 1913, p. 44). A intenção dele, segundo Guaraná (1913), “era fazer surgir um *organ* da imprensa, por onde chegassem até aos poderes públicos os reclamos dos seus patrícios, também de dotar a comunidade de um elemento de civilização e progresso”(1913, p. 44). E esse foi o primeiro passo para que outras publicações fossem surgindo.

Quanto à perspectiva da Igreja de difundir os preceitos cristãos, no Estado de Sergipe, alguns impressos católicos se destacaram no século XX, dentre eles: os jornais “A Cruzada”, “A Defesa”, “O Recreio”, “O Clarim”, o “Boletim Vitalista”, a revista “*Scientia et Virtus*” e a revista “Cidade Nova”.

D. José Thomaz Gomes da Silva,⁸ primeiro bispo de Sergipe, logo nos primeiros meses de sua atuação à frente do bispado, em 21 de

⁸ Maiores informações sobre D. José Thomaz e a criação da Diocese de Aracaju consultar ANDRADE JUNIOR, Péricles Moraes de. **Sob o olhar diligente do Pastor**: a Igreja Católica em Sergipe (1831-1926). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2000. (Dissertação de Mestrado)



IMPRESSOS CATÓLICOS EM SERGIPE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

dezembro de 1911, dirigiu uma circular ao clero estabelecendo como primeira medida efetiva, a entrega marcada para 1º de janeiro de 1912 ao Monsenhor Manuel Raimundo de Melo da direção do Boletim Diocesano que passava a chamar-se “A Diocese de Aracaju”.

Fora estabelecido pelo bispo diocesano que o boletim eclesástico seria uma publicação mensal no modelo de revista contendo não menos que dezesseis páginas, o qual deveria editar de maneira “autêntica” os atos da Santa Sé, todos os atos do governo diocesano, os documentos pertinentes ao bispado, matérias referentes à disciplina da Igreja e artigos inspirados neste mesmo intuito, além de notícias de interesse da Diocese e das paróquias. Tal medida chama a nossa atenção para o fato de que havia por parte do primeiro bispo da diocese de Aracaju uma grande preocupação no tocante aos impressos católicos em consonância com os debates que vinham sendo estabelecidos pela Igreja em âmbito nacional. (SOUZA, 2005, p. 26)

Em Sergipe, a imprensa católica foi bastante apoiada pela Igreja. Segundo Souza (2005), o padre Solano Dantas, em artigo do jornal “A Cruzada”, chamou atenção dos católicos para que se apoderassem desse maravilhoso invento. Ele via, em Jackson de Figueiredo, um divulgador da necessidade de circulação de órgãos católicos em todo o país. Existiam várias campanhas de incentivo para as assinaturas do jornal “A Cruzada”. Esse jornal foi um veículo formativo ligado à Diocese de Aracaju. Segundo Sousa, nasceu para combater:

A agitação social, inquietante exercida na época pelos comunistas em Aracaju. A Cruzada constituiu-se a sua grande arma para levar ao mundo operário a Doutrina Social da Igreja, expressa pelas grandes Encíclicas Sociais: *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, e a *Quadragesimo Anno*, do Papa Pio XI (SOUSA, 2006, p.46).



Uma outra função do jornal, segundo Sousa (2006, p.33), “era levar à comunidade os ensinamentos obtidos no Centro Dom Vital”⁹, e também os trabalhos produzidos pelos seminaristas, alunos do Seminário Sagrado Coração de Jesus de Aracaju, que produziam artigos, discursos e composições literárias. Em estudo sobre o referido jornal, Valéria Carmelita Santana Souza (2005) se detém a analisar o discurso proferido sobre o impresso com relação, especificamente, à educação da mulher na primeira metade do século XX. Souza fez sua análise sem perder de vista a hipótese de que “A Cruzada” foi uma estratégia local para concretizar um projeto mais amplo, da Igreja Católica, de difusão de práticas e valores morais através dos impressos (2005, p.16).

[...] a criação do periódico segundo – segundo D. José – resultava de uma “idea vingadora”, consagrada à missão perpétua para disseminar o bem. A partir dessa perspectiva, o prelado ordenava aos vigários – para devida organização do serviço e do êxito que é esperado, respeitante à “sancta cruzada” –, zeladores do Apostolado da Oração e membros da Pia União das Filhas de Maria, a manutenção de uma assinatura do jornal, assim como sua difusão nas paróquias (JOSÉ *apud* ANDRADE JÚNIOR, 2000, p. 121).

Conforme o discurso da Igreja, esse jornal estaria completamente voltado para a defesa dos interesses da religião, da pátria e também, de maneira mais específica, do Estado de Sergipe.

O periódico circulou em três fases: a primeira foi de 1918 até 1925. Em 1935, D. José Thomaz nomeou o “Conselho de Imprensa da Diocese” e a “Cruzada” voltou a circular de 1935-1943. Depois,

⁹ O Centro Dom Vital de Aracaju, fundado em 01 de maio de 1932, era uma associação auxiliar da Ação Católica, filiado ao Centro Dom Vital do Rio de Janeiro. Funcionava na sede da Ação Católica, localizada à rua Itabaianinha, nº 87, nesta cidade, e tinha por finalidade organizar cursos e conferências sobre temas culturais católicos, cooperação direta e indireta no desenvolvimento da imprensa católica, e outros. (Livro de Atas do Centro Dom Vital – 1946, p.8v.).



IMPRESSOS CATÓLICOS EM SERGIPE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

retomou a circulação na década de 1950, e continuou até meados da década de 1960.

Outros jornais se destacaram em Sergipe entre a década de 1920 e 1930. Esse foi um momento, segundo Souza (2005), áureo para a imprensa católica nesse Estado. Proliferaram impressos catequéticos, como a “Revista de Sergipe” (1928), o “Boletim Paroquial” (1931), “Monitor Cristão” (1931), “A Boa Nova” (1931-33), “Lino Mariano”, dentre outros.

Um outro impresso importante nesse período foi a revista “*Scientia et Virtus*”, publicada em 1933, com 184 páginas e medindo 22 X 16cm. Ela é uma coletânea litero-apologética da Academia Literária S. Tomaz de Aquino, que funcionava no Seminário “Sagrado Coração de Jesus” de Aracaju. Os artigos publicados nesse impresso foram produzidos pelos membros da Academia, que era composta por alunos do Seminário Maior, dos cursos de Filosofia ou Teologia. Vale ressaltar que esse Seminário foi a instituição que proporcionou ao Estado de Sergipe os primeiros cursos de nível superior.

Foi através da Academia, segundo Barreto (2004, p. 85), “que os seminaristas praticavam o que se aprendia teoricamente nas salas de aula do Seminário. Desse modo ela representou não só uma agremiação estudantil que tinha por objetivo reunir e diversificar as práticas, mas um ambiente propício a materialização da teoria”.

Os artigos publicados na revista “*Scientia et Virtus*” versavam sobre assuntos ligados à Igreja, sobre a questão do ensino religioso, sobre a importância do clero na História da Pátria, além de crônica, poesia e soneto. Eram artigos escritos por iniciantes nessa arte de publicação; mas, segundo Villas-Bôas (1933, p. 4), “o que ressumbra, porém, da primeira à última linha é a boa vontade dos jovens levitas, o amor à Santa Igreja e à vocação sacerdotal, o calor na defesa da verdade, o zelo pelo depósito da doutrina, a alegria de seguir a Jesus Cristo”.

Na década de 60, do século XX, há registros de um jornal que circulava internamente no Seminário, mas que também era vendido através de assinaturas. Era escrito pelos próprios seminaristas e, a princípio, chamava-se “O recreio”. Porém, depois, por sugestão do



padre José Carvalho de Sousa, então reitor, passou a se chamar “O Clarim” – órgão dos seminaristas do Seminário Arquidiocesano de Aracaju.

No acervo do atual Colégio Arquidiocesano “Sagrado Coração de Jesus”, que funciona no prédio onde anteriormente funcionava o Seminário, foram encontrados exemplares de 1960 até 1965. O jornal era mensal, possuía 4 páginas, com algumas edições especiais de 6 páginas. Era escrito à máquina, com alguns trechos manuscritos e impresso através da utilização de mimeógrafo a óleo, o que algumas vezes dificultava a publicação do Jornal. Na edição n.º. 99, de 11 de março de 1962, podemos ler a seguinte nota da redação para os leitores: “Caro leitor, o nosso jornal “O Clarim” teve sua saída interrompida durante o 2º semestre do ano passado, em virtude de o mimeógrafo ter apresentado um defeito, impossibilitando a impressão desse órgão [...] avisamos, porém que não será necessário renovar a assinatura até o fim deste semestre”. Ou seja, percebemos que existia uma certa dificuldade para impressão do jornal. Dentre os artigos publicados, os assuntos mais contemplados eram educação, escotismo, religião, cultura, futebol, coluna literária e advinhas.

Outro impresso católico que circulou no Estado de Sergipe foi o “Boletim Vitalista”. Ele era um *orgam* do Centro D. Vital, de Aracaju. Essa associação foi fundada inicialmente, no Rio de Janeiro, em 12 de maio de 1922. Segundo seus estatutos, “era uma associação civil que tinha como objetivo a defesa dos interesses da Religião Católica [...] propagando e defendendo as suas doutrinas por meio do livro e da Imprensa” (Ata de fundação do Centro D. Vital, livro de Atas, p. 47 *apud* SGARBI, 2001).

Em Aracaju, o Centro D. Vital foi fundado por Rubens Figueiredo, irmão de Jackson de Figueiredo, em uma sessão solene que aconteceu na Catedral, no dia 01 de maio de 1932. Funcionava como uma agência do Centro D. Vital do Rio de Janeiro e tinha assistência religiosa do Pe. Avelar Brandão (Livro de Atas do Centro D. Vital de Aracaju, 1932, p. 02). Visava desenvolver a cultura católica mediante o seguinte programa:



IMPRESSOS CATÓLICOS EM SERGIPE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Organização de cursos e conferências sobre temas culturais católicos; promoção de círculos de estudo do mesmo gênero; manutenção duma biblioteca dotada dum serviço de informações bibliográficas e de divulgação de obras católicas; publicação dum periódico que será o órgão oficial do centro e cooperação direta e indireta no desenvolvimento da imprensa católica (Livro de Atas do Centro D. Vital, 1946, p.8v).

Percebemos que uma das funções do Centro era voltar-se para o desenvolvimento da cultura do impresso. Na ata da sessão do dia 22 de setembro de 1933, foi ressaltado que estava em circulação o “Boletim Vitalista”, “cuja elaboração espera melhorar e enriquecer nos números seguintes quando, acolherá a colaboração de todos, desde que esteja dentro das exigências do seu programa” (Livro de Atas do Centro D. Vital, 1932, p. 30). Não foram encontradas, nesta análise, exemplares do impresso; no entanto, diversas atas de sessões se referem à circulação do boletim.

A revista “A Ordem”, que era uma publicação do Centro D. Vital do Rio de Janeiro, também circulou em Sergipe. Na ata da sessão do dia 26 de janeiro de 1934, o presidente falou, a todos os vitalistas, sobre a importância de manter a publicação da revista “A Ordem”, consagrada como a melhor no gênero, instrumento pelo qual o Centro D. Vital defende os ideais católicos e faz divulgação de suas atividades, como também espera a colaboração, através de artigos sobre assuntos da atualidade católica (Livro de Atas do Centro D. Vital, 1932, p. 42v). Na revista de março-abril de 1946, saiu uma nota elogiosa sobre o Centro D. Vital de Aracaju (Livro de Atas do Centro D. Vital, 1946, p. 05).

Em 1960, Aracaju foi elevada à categoria de Arquidiocese e foram criadas as Dioceses de Propriá e Estância. Com a criação da Diocese de Propriá e a chegada do bispo Dom José Brandão de Castro, um outro impresso católico passou a circular no Estado de Sergipe. Segundo Santos (2006), “o jornal ‘A Defesa’ tornou-se órgão oficial de imprensa na Diocese de Própria”. Esse periódico surgiu, em 1932,



naquela época, como um jornal paroquial, mas em razão das dificuldades financeiras, segundo Santos (2006), “teve sua publicação interrompida em vários momentos”. Voltou a circular com a criação da Diocese, como um instrumento usado para difundir o pensamento educacional e evangelizador da Igreja no Baixo São Francisco.

Além de assumir a função de combater os grupos ou indivíduos que fazem oposição ao catolicismo, a imprensa católica tem sido vista como um importante recurso para oferecer boas leituras, assim como para promover diversões sadias e difundir a doutrina e os ensinamentos católicos. Nessa perspectiva de utilizar a ‘boa imprensa’ para difundir os discursos católicos e, conseqüentemente, moldar o pensamento, o comportamento e as ações dos fiéis em conformidade com os princípios do catolicismo, foram criados diversos impressos católicos, a exemplo do periódico “A Defesa” (SANTOS, 2005, p.02).

A Igreja constantemente procurou, através dos impressos, instruir; bem como manter informada a população e, principalmente, os cristãos. Segundo Santos (2006), “Dom José Brandão de Castro atribuía grande importância à imprensa, especialmente à sua função educativa”. Por conta disso, no jornal “A Defesa”, encontramos discursos educacionais que se voltaram para a formação da juventude.

Diante da tentativa de promover uma educação fundamentada nos preceitos católicos, o clero que compunha a Diocese de Propriá na década de 1960, passou a utilizar o periódico “A Defesa” como um importante dispositivo pedagógico. Vale ressaltar que sua função pedagógica não se limitou aos discursos e às propostas direcionadas à educação escolar. O jornal “A Defesa” esteve voltado especialmente para a ‘educação geral dos cristãos’, ou, tomando por base o conceito de civilização de Norbert Elias, pode-se afirmar que ele foi



IMPRESSOS CATÓLICOS EM SERGIPE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

um dos dispositivos utilizados para civilizar os fiéis em conformidade com os princípios e propósitos da Igreja daquela região. Para tanto, se preocupou em oferecer as bases para a educação espiritual e moral dos católicos leigos (SANTOS, 2005, p.04).

Essa autora procura investigar a difusão da Educação Católica no jornal “A Defesa”, bem como verificar se os discursos educacionais se manifestam de forma implícita ou explícita na imprensa católica.

A imprensa católica não se propõe somente a informar, mas também a formar os cristãos. Apesar de não serem tidos oficialmente como instrumentos pedagógicos, os impressos católicos têm um caráter educativo, enunciando e buscando a consolidação de discursos que estão direta ou indiretamente voltados para a educação dos fiéis. Tais discursos estão presentes na edição do jornal católico “A Defesa” (SANTOS, 2006, p.30).

Ou seja, também no estado de Sergipe, os impressos se tornam veículos que auxiliam na evangelização dos fiéis.

[...] a imprensa católica podia prestar grandes serviços. Nos locais em que o “púlpito dorme e não fala”, o jornal torna-se o suplemento da homilia ou da palavra do pároco”, o “catecismo”. Na Diocese de Aracaju isto ocorreu inicialmente com o boletim A Diocese de Aracaju – *Orgam Official*, criado em 1912 (ANDRADE JÚNIOR, 2000, p. 118).

Diante do enfoque dado a esta investigação, é possível verificar que:

Todo o esforço em editar e fazer circular impressos que defendessem os interesses da religião católica tinha como objetivo último a recristianização da sociedade ou a construção da civilização cristã brasileira (SOUZA, 2005, p. 24).



Dentro desse contexto das práticas educacionais evidenciadas nos impressos católicos, atualmente a revista “Cidade Nova”, um impresso católico ligado ao Movimento dos Focolares¹⁰, tem sido relevante por mostrar artigos voltados para as diversas áreas do conhecimento, com destaque para educação. Essa revista surgiu na Itália, mas desde 1958 circula no Brasil e chega por meio de assinaturas, a todos os estados brasileiros.

Nestes 50 anos em terras brasileiras, a revista já passou por vários formatos, inicialmente parecia um jornal, depois um caderninho e, aos poucos, foi ganhando a forma que existe atualmente. Já foi quinzenal, trimestral, bimestral e mensal com a publicação de 11 números. Ganhou nova forma, cores e tem um projeto especial para o ano de 2008, em comemoração aos 50 anos de circulação: publicar 12 números.

Este impresso é lido por adolescentes, jovens e adultos, lavradores, empresários, políticos, profissionais liberais, juizes, donas de casa, professores, comerciantes, sacerdotes, estudantes e por membros de diversas Igrejas e religiões.

Com a crescente revolução tecnológica “Cidade Nova” tem se modernizado cada vez mais. Atualmente dispõe de um site que possibilita aos internautas navegar por suas páginas. A revista *online* está disponível em sua totalidade para os assinantes e parcialmente para o público em geral, possui um banco de dados sobre os mais variados assuntos publicados a partir de 1992 e muitos dos artigos sobre educação estão disponíveis¹¹.

A proposta pedagógica enfatizada pela revista “Cidade Nova”, consiste na dimensão de formar o indivíduo para a vida em sociedade, para ser construtor de unidade no espaço onde está inserido, formar o homem-relação com o outro. Essa prática educativa tem contribuído mundialmente para a formação da pessoa humana e da sociedade.

¹⁰ Um movimento de espiritualidade nascido no âmbito católico, mas de abertura ecumênica e de diálogo inter-religioso e intercultural, está difundido em 186 países dos cinco continentes. Focolares vem do nome oficial em italiano *focolari*, que significa lareira, calor, fogo no lar.

¹¹ www.cidadenova.org.br



IMPRESSOS CATÓLICOS EM SERGIPE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

As motivações para realizar essa proposta são de natureza religiosa, mas segundo Lubich (2003) “seus efeitos no plano educacional são extraordinários”. Para ela, mais do que palavras, são um novo caminho para a educação, cujos alicerces se solidificam no exercício contínuo de compreensão, do respeito e do diálogo.

A revista “Cidade Nova” tem sido desde os seus primeiros números, propagadora de conceitos educativos baseados em valores evangélicos, bem como na dimensão de fraternidade e solidariedade. Sempre existiu na revista a preocupação com a formação do leitor, tanto no campo da religiosidade, como no físico, moral e educativo.

Atualmente vários historiadores têm se voltado para a análise das contribuições de determinados jornais e revistas para a sociedade. A Nova História Cultural vem possibilitando ao pesquisador dessa área um aporte teórico para as pesquisas em História da Educação, bem como para o estudo dos impressos e isso tem levado muitos deles a enveredar por este caminho, em busca de ampliar as fontes tradicionais de pesquisa. Segundo Galvão e Lopes,

A “revolução” provocada no campo da História, sobretudo pela Escola dos Annales e, posteriormente, pelo que se convencionou denominar de Nova História, que buscou alargar os objetos, as fontes e as abordagens utilizados tradicionalmente na pesquisa historiográfica, aos poucos influenciou os historiadores da educação... Passa-se cada vez mais a valorizar os sujeitos “esquecidos” da História, como as crianças, as mulheres e as camadas populares. Sentimentos, emoções e mentalidades também passam a fazer parte da História e fontes até então consideradas pouco confiáveis e científicas também passam a constituir indícios para a reconstrução de um passado. (2001, p.39)

Isso justifica a importância dessa pesquisa, visto que busca através dos impressos, aspectos pedagógicos apresentados por estes veículos de comunicação ligados à Igreja e transmissores de discursos educacionais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A verificação de práticas e conceitos educacionais nos impressos católicos nos possibilita concluir que essas publicações servem como instrumentos divulgadores de padrões civilizatórios específicos, ferramentas de apropriação diversas, e também que, algumas vezes são portadores de inovações metodológicas.

Em toda nossa análise, ficou claro que os recursos da imprensa formam elementos de organização cultural em determinado ambiente ou contexto. Compreendemos que não se pode identificar exatamente como os leitores se apropriaram da leitura dos impressos católicos, apenas, diante daquilo que observamos na sucinta análise sobre a experiência da Igreja com relação aos impressos, percebemos que na maioria das vezes as publicações são utilizadas como um veículo de formação de uma intelectualidade católica visando a construção de uma civilização cristã, e a educação dentro desse contexto pode ser vista como uma grande aliada.

No Estado de Sergipe a imprensa católica teve um papel importante, começando com D. José, através do boletim “A Diocese de Aracaju”, criado em 1912, seguido pelo Jornal a Cruzada, fundado em 1918, através da revista *Scientia et Virtus*, publicada no ano 1933, do “Boletim Vitalista”, do Jornal “A Defesa” e atualmente através de muitos outros impressos e, sobretudo da revista “Cidade Nova”.

Diante do vasto conteúdo explorado, faz-se necessário ressaltar a contribuição de alguns sergipanos no âmbito dos impressos católicos. Dentre eles: o Mons. Antonio Fernandes da Silveira, fundador da Imprensa (é importante lembrar que a Igreja Católica, através do Mons. Silveira, foi a responsável pelo surgimento da arte de imprimir em Sergipe). Não podemos esquecer da contribuição de Jackson de Figueiredo, sergipano e intelectual ilustre, que, convertido ao catolicismo, colaborou nacionalmente com o processo de civilização cristã, através do impresso, especificamente da criação da revista “A Ordem” e também através do Centro D. Vital. Na atualidade, podemos destacar as contribuições, também em nível nacional do atual diretor de reda-



IMPRESSOS CATÓLICOS EM SERGIPE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

ção da revista “Cidade Nova”, o jornalista José Antônio Faro. Através destes personagens podemos concluir que o Estado de Sergipe tem uma participação significativa na história dos impressos católicos.

Percebemos que o processo civilizador em si está sempre em movimento, visto que as práticas civilizatórias estão em constante mudança e aperfeiçoamento. Padrões de comportamento tidos como normais agora, vistos com o olhar do século XIX, certamente seriam considerados uma aberração. Como também possivelmente os padrões de comportamento atuais, serão considerados ultrapassados nas próximas gerações.

Ressaltamos que esta análise acerca dos impressos e sobre a influência da Igreja no processo educativo se torna importante fonte para o desenvolvimento e a continuidade dos estudos e pesquisas sobre História da Educação em Sergipe. É necessário olhar os impressos como documentos essenciais para compreensão de processos educacionais.

Geralmente estes impressos católicos fizeram e fazem parte da estratégia local que visa concretizar o projeto amplo da Igreja Católica de difusão e propagação dos valores morais e da fé cristã através dos impressos. Contudo não se pode negar que são veículos condutores de discursos educacionais.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE JUNIOR, Pércles Morais de. **Sob o olhar diligente do Pastor**: a Igreja Católica em Sergipe (1831-1926). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2000. (Dissertação de Mestrado).

ARAÚJO, Acrísio Torres. **Imprensa em Sergipe**. Brasília, 1993.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **Os Padres de D. José**: O Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1948). São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2004. (Dissertação de Mestrado).

BOURDIEU, Pierre. “Gênese e estrutura do campo religioso”. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 27-78.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A Beira da Falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002.

DANTAS, Maria José. A revista “Cidade Nova” e as práticas escolares. IN: **Anais II Seminário Internacional de Educação**: A pesquisa em educação Dilemas e perspectivas. 18 a 21 de dezembro de 2006. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe. (Trabalho completo)

_____. Chiara Lubich e a Cultura da Fraternidade. In: **Anais I Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais**: Desafios históricos e saberes interdisciplinares. 4 a 6 de setembro de 2007. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. (Trabalho completo)

DANTAS, Maria José; ORLANDO, Evelyn de Almeida. “A Educação nos impressos católicos.” In: **Anais do III Seminário Internacional de Educação – A pesquisa em educação: abordagens e inclusão social**. UFS, 2007. (Resumo CD-ROM).

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Uma História dos costumes. Trad. Ruy Jungman, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1990.



IMPRESSOS CATÓLICOS EM SERGIPE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. A Revista Renovação e a Educação da Mulher Sergipana. IN: **Cadernos UFS – História da Educação**, v. 5, p. 51-66, 2003.

FREITAS, Itamar; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A Revista em Sergipe. IN: **Revista de Aracaju**, n.º. 9 p. 169-187, 2002.

FREITAS, Itamar. **A escrita da História na “Casa de Sergipe” – 1913/1999**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **História da Educação**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

GUARANÁ, Armindo. Mons. Antonio Fernandes da Silveira. In: **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. N.º. 1, 1913, p. 43-45.

_____. **Jornais, revistas e outras publicações periódicas de 1832 a 1908**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, tomo especial, volume 1, parte 2, 1908, p.776-813.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

LUBICH, Chiara. **Ideal e Luz: Pensamento, Espiritualidade, Mundo Unido**. São Paulo: Brasiliense; Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, 2003.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Os Bispos do Brasil e a imprensa**. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

NASCIMENTO, Ester F. Vilas-Bôas Carvalho do. “A palavra impressa como estratégia de difusão do protestantismo no Brasil nas décadas de 50 e 60 do século XIX”. In: **Anais eletrônicos do II Congresso Brasileiro de História da Educação: História e Memória da Educação Brasileira**, 2002a. Natal. (Trabalho completo).

_____. “Considerações iniciais acerca da palavra impressa e as práticas religiosas e educacionais protestantes no século XIX”. In: **Revista**



do Mestrado em Educação. Revista Semestral do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: UFS, vol. 4 n.º. 4, jan./jun. 2002b. p. 67-85.

_____. **A Escola Americana** - Origens da Educação Protestante em Sergipe (1886-1913). São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED/UFS, 2004.

_____. “Notas sobre os Impressos Protestantes e a História da Educação em Sergipe”. In: **Anais do I Seminário Internacional de Educação - A Escola Nova, os Impressos e a Educação Brasileira.** São Cristóvão: UFS, 2005. p. 1-15. (Trabalho completo).

_____. “Instituições, editoras e impressos protestantes no Brasil dos Oitocentos”. In: **Anais Eletrônicos do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação.** Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 1-13. (Trabalho completo).

_____. “Os Catecismos Protestantes no Brasil (1864-1916)”. In: **Revista do Mestrado em Educação.** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, vol. 11, 2007. p. 7-21.

_____. A Fé nos Impressos: a palavra impressa como estratégia de difusão do protestantismo no Brasil do século XIX. In: **Gazeta de Sergipe.** Aracaju-SE, Caderno A, s/d. p.6.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Historiografia Educacional Sergipana: Uma crítica aos estudos de História da Educação.** São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED/UFS, 2003.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. **Os manuais de catecismo e a História da Educação.** Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, (s/d), (Texto inédito).

ORLANDO, Evelyn de Almeida. “A Pedagogia do catecismo e a modernização do ensino religioso.” In: **Anais II Seminário Internacional de Educação - A pesquisa em educação: dilemas e perspectivas.** Universidade Federal de Sergipe/NPGED, 2006. (Texto completo).



IMPRESSOS CATÓLICOS EM SERGIPE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

_____. “Os 10 mandamentos e as práticas civilizatórias no Catecismo de João Paulo II.” In: XVII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte Nordeste, 2005, Belém - PA. **Anais do XVII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte Nordeste**. Belém - PA: Universidade Federal do Pará, 2005. (Texto completo).

_____. “Guias catequísticos: ferramentas didáticas para o ensino da fé.” In: **Anais do I Seminário Internacional de Educação: a Escola Nova, os impressos e a Educação brasileira**. São Cristóvão-SE: Universidade Federal de Sergipe, 2005, p. 1-11. (Texto completo).

SANTOS, Ana Luzia. A Difusão da Educação Católica através do Jornal A Defesa (1960-1969). IN: BERGER, Miguel André (Org) **Anais da V Semana de Educação e II Encontro Regional de Educação Formação docente X Qualidade Social da Escola Pública**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2005. (Trabalho completo).

_____. Educação na imprensa católica: o jornal “A Defesa” e os discursos educacionais da Igreja para o Baixo São Francisco (1960-1969). In: **Cadernos UFS – História da Educação** / Universidade Federal de Sergipe. Vol. 5 (2003) – São Cristóvão: Editora da UFS, 2006.

_____. **Educação na imprensa católica**: as representações do jornal “A Defesa” sobre a formação da juventude (1961-1969). São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2006. (Dissertação de Mestrado)

SANTOS, Fábio Alves. A Construção da Moral na Revista Sergipe Artífice. IN: **Cadernos UFS – História da Educação**, v. 5, p. 21-26, 2003. SGARBI, Antonio Donizetti. **Igreja, Educação e modernidade na década de 30 Escolanovismo Católico**: construído na CCBE, divulgado pela Revista Brasileira de Pedagogia. São Paulo: PUCSP, 1997. (Dissertação de Mestrado)

_____. **Bibliotecas Pedagógicas Católicas**: Estratégias para construir uma “civilização cristã” e conformar o campo pedagógico através do impresso (1929-1938). São Paulo: PUCSP, 2001. (Tese de Doutorado).

SILVA, Maria Lúcia Márquez Cruz e. **Revista Litteraria do Gabinete de Leitura de Maroim (1890-1891)**: subsídios para a história dos impressos em Sergipe. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2006. (Dissertação de Mestrado).



SOUSA, José Carvalho de. **Presença participativa da Igreja Católica na História dos 150 anos de Aracaju**. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2006.

SOUZA, Cristiane Vitório. Os impressos sobre a Educação em Sergipe (1889-1930). IN: **Cadernos UFS – História da Educação**, v. 5, p. 35-49, 2003.

SOUZA, Valéria Carmelita Santana. **“A Cruzada Católica”**: uma busca pela formação de esposas e mães cristãs em Sergipe na primeira metade do século XX. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2005. (Dissertação de Mestrado).

VILLAS-BOAS, Cônego Mário de Miranda. Academia Literária São Tomás de Aquino. In: **Revista Scientia et Virtus**: Coletânea Litero-apologética pela Academia S. Tomás de Aquino, do Seminário Sagrado Coração de Jesus. Aracaju: Tipografia Comercial, 1933.

DOCUMENTOS:

Documentos Pontifícios: Leão XIII - Sobre a Imprensa. Petrópolis, RJ, Vozes, 11 de março de 1959.

Livro de Atas do Centro Dom Vital de Aracaju, 01 de maio de 1932.

Livro de Atas do Centro Dom Vital de Aracaju, 30 de julho de 1946.

Revista *Scientia et Virtus*, Aracaju, 1933.

Jornal “O Recreio”.

Jornal “O Clarim”.

FONTES ELETRÔNICAS:

Encíclica *Immortale Dei* sobre a Constituição Cristã dos Estados. Roma, 01 de novembro de 1885. Papa Leão XIII. MONTFORT Associação Cultural

http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=immortale_dei&lang=bra - Online, 16/05/2007 às 00:42h

www.cidadenova.org.br



O ESPERANTO E A CULTURA SERGIPANA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Roberto da Silva Ribeiro*

RESUMO

Introdução: Na primeira metade do século XX, o Esperanto esteve muito ligado à cultura e a educação sergipanas. O objetivo deste trabalho é historiar esta ligação e refletir sobre suas causas e conseqüências. *Desenvolvimento:* O Esperanto chegou a Sergipe em 1906 e logo se tornou objeto de ensino em diversos estabelecimentos escolares, sendo seu ensino oficializado em 1918, tendo este ato repercussões nacionais e internacionais, além de influir bastante na cultura local. *Conclusão:* O movimento esperantista e o Esperanto em particular tiveram uma influência significativa no cenário literário, cultural e educativo de Sergipe. Este fato se deve, em parte, ao desejo de modernidade que influía o pensamento da época, tendo como conseqüência uma longa tradição do ensino de Esperanto no estado.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras chaves: Cultura Sergipana; Esperanto; Educação Sergipana.

* Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco, membro do corpo técnico do Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional, Superintendência de Sergipe (IPHAN-SE).



1- INTRODUÇÃO

Aracaju nasceu sob a égide do “progresso” otimista do fim do século XIX, o que fez ligar o estado de Sergipe ao sonho positivista do “porvir”. Sob este aspecto o selo do estado de Sergipe é característico do pensamento da época, o “balão do porvir” arrancando o primitivo da sua “selvageria” e elevando-o quase magicamente às alturas. Diante deste desejo quase vertiginoso de “progredir”, a intelectualidade sergipana era permeável às novidades, uma dessas novidades, surgidas no fim do século XIX foi o Esperanto, que teve rápida aceitação no seio da comunidade instruída de Sergipe.

Na primeira metade do século XX, o Esperanto esteve muito ligado à cultura e à educação sergipanas, a ponto de vários intelectuais, inclusive três membros da Academia Sergipana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe serem esperantistas. Essa ligação foi notada fora dos limites do estado e até do país, repercutindo em resoluções nacionais e internacionais a respeito da língua. O objetivo deste trabalho é historiar esta ligação e refletir sobre suas possíveis causas e conseqüências.

2- A ORIGEM DO ESPERANTO E SUA CHEGADA AO BRASIL

O Esperanto é uma língua artificial criada em 1887 pelo médico judeu, súdito do Império Russo, Reov Eliezer, que usava o nome profano Lejzer Ludwig Samenhof, para evitar perseguições religiosas, mais conhecido pela sua versão esperantizada Lazaro Ludoviko Zamenhof (ZAMENHOF, 1993).

A idéia de se criar uma língua artificial que servisse de ponte entre os povos (ou etnias, como se prefere hoje), não é recente. Com o início da era moderna, o latim deixara de ser um instrumento de comunicação internacional, fazendo com que se buscasse uma alternativa de comunicação internacional. Leibniz, Comenius e outros sábios da época escreveram sobre tal necessidade. Surgiram então, a partir do século XVII inúmeros projetos de idiomas planejados, sendo que, a



partir da Revolução Francesa, a idéia tornou-se bastante atraente. Os revolucionários franceses haviam introduzido medidas artificiais (o sistema métrico usado hoje), uma religião artificial (o culto a Razão) e até um calendário artificial, deste modo, a criação de uma língua artificial não parecia nada impossível, porém a reação à Revolução Francesa e o “culto à natureza” do movimento romântico, opunham forte resistência à idéia. A possibilidade de o homem manipular a língua de tal maneira que ela possa adquirir qualquer coisa de artificial, de construído, parecia absurda aos intelectuais do início do século XIX, que viam a natureza como algo perfeito e superior (MATTOSO CÂMARA, 1965:103), ainda hoje, a idéia de que uma língua tem de surgir “espontaneamente, de uma cultura” é um argumento popular. Com o surgimento do Positivismo com o progresso da química, que sintetizou as substâncias orgânicas em tubo de ensaio e outros progressos, fortaleceu-se a idéia de que o homem é senhor da Natureza e que não há limites para sua inventividade. Surgem no século XIX, então, centenas de projetos de línguas artificiais, tendo sucesso dois: o Volapuque e o Esperanto (RÓNAI, 1970).

O Volapuque, surgido quase uma década antes do Esperanto, já tinha um milhão de assinantes em 1887, quando o Esperanto foi lançado, porém, o Volapuque existia sob *copyright*, criando sérios entraves para sua divulgação e uso. O Esperanto, por não ter questões de direitos, além de ser muito mais simples que o Volapuque, obteve assim a preferência de muitas pessoas.

Após se espalhar pelo Império Russo de forma apenas tolerada pela censura czarista, principalmente entre judeus e anarquistas, o Esperanto atinge a Escandinávia e a Alemanha e daí a França por volta de 1890, onde o auto-intitulado Marquês de Beaufront começa a divulgar a língua. Apesar de ter seu título contestado, Beaufront tinha livre trânsito entre a alta sociedade francesa de seu tempo, tornando o idioma um assunto da moda na frívola sociedade da *Belle Époque* sempre ávida de novidades. É com essa roupagem de modismo que em 1896 o Esperanto chega ao Brasil. O desembargador do Estado do Rio de Janeiro, Baggi de Araújo, assinante da revista parisiense



“*Revue des Revues*”, lê um artigo neste periódico a respeito da nova língua internacional e escreve a Beaufront, que lhe envia uma gramática do idioma em francês. O desembargador começa a divulgar a novidade entre seus amigos, influenciando Olavo Bilac e Aluísio Azevedo a publicarem artigos a respeito em jornais do Rio nos últimos anos do século XIX.

Em 1898, acabou de ser impresso o livro “*A língua universal Esperanto: Método completo compreendendo dois vocabulários, segundo a edição francesa de Mr. L. de Beaufront*” de Manuel Ribeiro da Costa e Almeida. Este manual foi disseminado às centenas remetido a redações de jornais e de revistas e aos que se mostravam interessados em conhecer o Esperanto. Notícias e artigos apareceram em muitos periódicos. Vários almanaques, que na época contavam com numerosos leitores, foram empregados como veículo de divulgação do Esperanto, especialmente o famoso “*Almanach Garnier*”.

Em maio de 1906 funda-se o primeiro clube de Esperanto no Brasil, o *Suda-Stelaro* em Campinas-SP, em 1907, imprime-se a primeira revista em Esperanto no Brasil, a *Brazila Revuo Esperantista* e se realiza o Primeiro Congresso Brasileiro de Esperanto (BRAGA, 1991: 1-13).

3- O ESPERANTO EM SERGIPE

Segundo Zózimo Lima (1958:13), Alcebíades Paes, alagoano de Palmeira dos Índios, mas radicado em Aracaju, foi estudar medicina no Rio de Janeiro no início do século XX e lá entra em contato com o Esperanto, dentro do contexto otimista da época a respeito do progresso da humanidade. Quando volta a Sergipe, em 1906, começa a divulgar a língua com grande entusiasmo. Nomeado por influência do seu futuro sogro, Josino de Menezes, para lecionar inglês no então *Ginásio Sergipense* (hoje Ateneu), trabalha para introduzir o Esperanto no estabelecimento de ensino. Alcebíades usa sua influência para que as gazetas de Aracaju publiquem artigos sobre a língua, fazendo uma forte campanha para sua divulgação no estado.



Já em 1907 funda com seus alunos o *Clube Esperanto* de Aracaju, talvez o terceiro ou quarto do gênero no Brasil. Dilma Maria Andrade Oliveira (2004:10) considera esse fato incluído em um processo que denotava o desejo do sergipano se incluir no “processo civilizatório” da modernidade. Entre os fundadores do Clube Esperanto estavam Zizinha Guimarães, Artur Fortes, Zózimo Lima, Leôncio Contreira Fontes, Normas Reis e Cesartina Regis de Amorim.

Artigos de propaganda eram publicados por Alcebíades Paes nas gazetas de Aracaju. Para mais ampla vulgarização do Esperanto, Alcebíades se infiltrava até mesmo nas associações esportivas locais, chegando a ser presidente do *Clube Esportivo Sergipe*, onde também promoveu aulas do idioma.

Zizinha Guimarães, que em 1904 havia fundado a *Escola Laranjeirense*, logo implantou o Esperanto como disciplina regular de seu educandário, fazendo com que várias gerações de laranjeirenses tivessem contato com a língua. Norma Reis se tornaria, assim que formada, professora de Francês da *Escola Normal*, onde introduziria o Esperanto. Assim, por volta de 1910, as três mais prestigiosas escolas do estado estavam ensinando Esperanto. Não é de se estranhar que o governo estadual, por um decreto de 21 de outubro de 1918, proposto por pelo deputado Edson Lacerda e assinado pelo presidente do estado Oliveira Valadão, instituisse o ensino do Esperanto nos colégios públicos da capital.

Alcebíades Paes tornou-se também diretor do Colégio Tobias Barreto. Segundo Zózimo Lima (op. cit. 15) “o Esperanto era conhecido por todos os seus alunos, os quais trocavam saudações, como os do *Ateneu*, naquela língua”. Aracaju também recebia tratados e dicionários de Esperanto e eram realizados bailes aos quais compareciam os membros do clube.

Silvio Romero, que em 1907 tinha se posicionado contra o Esperanto, em 1911 aceita ser o representante oficial do estado no 4º Congresso Brasileiro de Esperanto em Juiz de Fora, tendo pronunciado seu discurso de abertura.

Esse quadro otimista, porém, pode ser enganoso, se não levarmos em conta que em 1910, apenas 0,012% da população sergipana



freqüentava o ensino primário (OLIVEIRA, op. cit, 7). Assim, por mais divulgado que estivesse o Esperanto entre os estudantes, estes não representavam um número muito grande de pessoas, nem em termos absolutos, nem em termos relativos. A escola em Sergipe ainda não havia se estendido às classes populares, a não ser em casos excepcionais, não tendo ainda atingido uma capacidade de disseminar o conhecimento.

Também, sem seu artigo, Zózimo Lima afirma que as “gazetas” de Sergipe publicavam largamente artigos de Alcebiades Paes em favor do Esperanto, porém, um estudo feito por amostragem para este trabalho não revelou nenhum desses artigos nas principais coleções de periódicos conservados no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe referentes ao período 1905-1930. Talvez um estudo completo das coleções possa revelar a publicação de algum texto, porém, a amostragem revela que eles não seriam tão freqüentes quanto faz crer o autor citado.

Assim, a pequena porcentagem de pessoas que realmente freqüentavam cursos de Esperanto em relação à população do estado e a repercussão não tão grande na imprensa local, dominada, aliás, por questões de política partidária, indicam uma extensão do movimento esperantista bem menor do que se poderia esperar diante do apoio das autoridades e da intelectualidade local.

3.1- Repercussões

A medida do governo de Sergipe autorizando o ensino do Esperanto tem repercussão nacional e, no ano seguinte, 1919, o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, aprova lei semelhante inspirado explicitamente no exemplo sergipano. Em 1921 a Liga Brasileira de Esperanto faz uma petição à Liga das Nações para que o ensino da língua seja recomendado aos países membros. O exemplo de Sergipe é bem documentado, pois era a mais exitosa experiência do gênero. O pedido foi examinado pelo Vice-Secretário Geral Nitobe Inazo em 1922, mas teve forte oposição do representante da França.



A posição do delegado francês tinha duas razões, a primeira era o desejo de manter a todo o custo o prestígio da língua francesa como idioma das relações diplomáticas internacionais, o segundo era o desenvolvimento do Esperanto entre grupos socialistas e anarquistas na Europa.

Durante a Primeira Guerra Mundial e o período entre guerras, o Esperanto tinha deixado de ser, na Europa, uma diversão de burgueses como fora na *Belle Époque* e voltara a tomar sua característica original de grupos internacionalistas, como anarquistas, judeus e socialistas. Depois da Revolução Russa de 1917, o governo Soviético começara a usar a língua como instrumento de propaganda, de modo que o idioma foi associado ao esquerdismo pelos setores mais conservadores.

Como a petição tinha partido da Liga Brasileira de Esperanto, a posição do representante do Brasil, Raul do Rio Branco, seria de suma importância. Nessa época, porém, a política oficial do governo brasileiro era se alinhar à França em qualquer questão internacional. O embaixador brasileiro, em seu pronunciamento, declarou que o Esperanto era “*uma língua de vagabundos e comunistas, sem tradição, literatura ou valor cultural, no Brasil, o Esperanto só é ensinado na região menos civilizada de todas, Sergipe*” (LINS, 1988: 124). Em 1923 encerrou-se a questão, com a Liga das Nações aprovando um texto genérico em que apenas aconselhava o ensino de línguas, sem menção específica a nenhuma.

4- POSTERIDADE DO MOVIMENTO ESPERANTISTA EM SERGIPE

A repercussão negativa da resolução da Liga das Nações não afetou de imediato o movimento esperantista em Sergipe, que tinha em Alcebíades Paes o seu principal motor. Até 1927, ano da sua morte, ele continuou a divulgar a língua e as escolas públicas do estado continuaram a ensiná-la. Porém, a partir da sua morte, o Esperanto em Sergipe começa a perder sua força. O nono Congresso Brasileiro de Esperanto deveria ser realizado em Aracaju em 1928, porém a morte de Alcebíades não permitiu que isso acontecesse. Essa quebra de continuidade pre-



judicou o movimento esperantista brasileiro, que só conseguirá realizar um novo congresso em 1936.

O movimento esperantista mundial enfrenta uma crise depois da Grande Depressão e do ressurgimento dos nacionalismos de direita na década de 1930. A origem judaica de Zamenhof e o fato de grande parte dos esperantistas na Europa serem judeus começaram a pesar diante do avanço do anti-semitismo.

O “homem razoável” se contenta com “o que todo mundo sabe” e o que é de “bom-tom” pensar. O “homem razoável” do fim do século XIX inspirado pelo Liberalismo era tentado a pensar de maneira otimista em um mundo cada vez mais igualitário e confortável, em que as liberdades individuais eram cada vez mais valorizadas, mas o “homem razoável” da década de 1930 vê “realisticamente” o mundo possível como espaço do totalitarismo em que o indivíduo é massificado pelo comunismo, pelo fascismo ou pelo nazismo e em que utopias não têm espaço, pois os indivíduos são impotentes diante dos totalitarismos.

A idéia de se pedir à Liga das Nações ou ao governo do estado de Sergipe a estatização do ensino do Esperanto já era um reflexo desta rendição do indivíduo ao Estado característico ordem mundial pós Primeira Guerra Mundial. A retirada paulatina do apoio do governo estadual ao ensino do Esperanto após a morte de Alcebíades Paes, foi o fator determinante do enfraquecimento do movimento esperantista sergipano, num tempo em que sombra do Estado Novo foi se tornando cada vez mais absoluta e necessária para o desenvolvimento de qualquer atividade humana.

O Esperanto não era apoiado por nenhuma potência, nenhum estado “importante”, nenhuma “autoridade”, porém a obstinação de alguns manteve vivo o movimento esperantista no estado de Sergipe durante o período mais obscurantista do século XX. Sua influência foi ainda bastante forte para que, em plena década de 1930, dois logradouros públicos de Aracaju lembrassem a língua: a Rua Esperanto, atual Arnaldo Dantas, e o Largo Esperanto, no fim da rua Itabaianinha, em frente ao BANESE, que ainda mantém este nome.



Apesar dessa diminuição paulatina da atividade esperantista, o Esperanto já tinha marcado definitivamente a cultura sergipana do século XX, de modo que quando, em 1929, é fundada a Academia Sergipana de Letras, dois de seus fundadores, Artur Fortes e Zózimo Lima, eram esperantistas, fundadores do Clube Esperanto de 1907. Zizinha Guimarães prosseguiu ensinando a língua em Laranjeiras enquanto durou sua longa vida, tendo ensinado Esperanto a Carmelita Fontes, que viria depois também a se tornar imortal da Academia Sergipana e professora fundadora da Universidade Federal de Sergipe. Cesartina Regis de Amorim, outra fundadora do Clube Esperanto e que viveu ainda até 1980, pendeu para as ciências biológicas, tendo se formado em Farmácia em 1911 no Rio de Janeiro e se tornando fundadora da Associação Farmacêutica de Sergipe e da secção sergipana do Conselho Federal de Farmácia.

5- CONCLUSÃO

O movimento esperantista e o Esperanto em particular tiveram uma influência significativa no cenário literário, cultural e educativo de Sergipe, especialmente no de Aracaju e Laranjeiras, na primeira metade do século XX, engajando vários intelectuais importantes da época, direta ou indiretamente, e projetando o nome do estado no cenário nacional e mesmo para além das fronteiras nacionais. Este movimento se deve, em parte, ao desejo de modernidade que influía o pensamento da época, tendo como conseqüência uma longa tradição do ensino de Esperanto no estado e influência na produção literária da época.

O movimento esperantista de Sergipe entre as décadas de 1910 e 1930, apesar de ter encontrado boa aceitação na elite intelectual da capital e cidades vizinhas, não deve ter se enraizado na sociedade em geral devido ao número estatisticamente insignificante de pessoas que freqüentavam o ensino regular naquele tempo, uma vez que o principal meio de divulgação do Esperanto era, então, a escola. Esta falta de raízes do movimento esperantista sergipano, fez com que sua atividade diminuísse pouco a pouco nos anos seguintes à morte de Alcebiades Paes.



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRAGA, Ismael Gomes. Notas sobre o Esperanto no Brasil até 1906. In ZAMENHOF, L. L. Esperanto Modelo. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1991.

FREITAS, A. G. B.; ANDRADE, Fabiane Vasconcelos. A escolarização feminina nas primeiras décadas do século XX e as contribuições da professora catedrática de Francês Norma Reis (1888-1984). In: I Encontro Norte e Nordeste de História da Educação e V Encontro Cearense de Historiadores da Educação, 2006, Guaramiranga-CE. Anais do I Encontro Norte e Nordeste de História da Educação e V Encontro Cearense de Historiadores da Educação. Fortaleza-CE: Edições UFC, 2006. v. 1. p. 1-10.

LIMA, Zózimo. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe nº22 volume XVII, 1958. pp.13-17.

LERMEN, Denise Maria. A história de Cesartina Régis: uma mulher à frente de seu tempo. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Jornalismo) - Universidade Tiradentes. Orientador: Ana Valéria Machado Mendonça

LINS, U: La dan"era lingvo. Gerlingen: Bleicher, 1988, 546 p.

MATTOSO CAMARA Jr. Joaquim. Introdução às línguas indígenas brasileiras. 2 ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1965.

RÓNAI, Paulo. Babel & Antibabel, ou o problema das línguas universais. São Paulo: Perspectiva [Debates], 1970.

ZAMENHOF, L. L. Esperanto: Essência e Futuro da Idéia de Língua Internacional. Rio de Janeiro, Federação Espírita Brasileira, 1993.



O CURSO DE
LICENCIATURA
MATEMÁTICA NA
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SERGIPE: UMA
HISTÓRIA

Fabiana Cristina Oliveira Silva de Oliveira*

João Paulo Gama Oliveira**

Eva Maria Siqueira Alves***

RESUMO

A trajetória do curso de Matemática na Universidade Federal de Sergipe é o objeto central desse trabalho, que busca por meio de atas, resoluções e de outras fontes percorrer um caminho muito pouco trilhado por estudiosos da área, que concerne à história do ensino de Matemática no Estado de Sergipe. O nascimento, o processo de implantação e consolidação do Instituto de Matemática e Física, além dos entraves para criação do curso de Licenciatura em Matemática na UFS, fundado ainda na década de setenta do século passado e alguns desdobramentos de outros cursos advindos deste são aqui investigados. Analisamos ainda disciplinas, currículos e docentes que fizeram com que essa história perpassasse os muros acadêmicos e penetrasse nos meios educacionais e sociais sergipanos nas últimas décadas do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Curso de Matemática; Ensino Superior em Sergipe; História das Disciplinas.

* Mestranda em Educação/NPGED/UFS

** Graduando em História/UFS

*** DED/NPGED/UFS



INTRODUÇÃO

Há algum tempo atrás os estudiosos entendiam a história como algo que se debruçava única e exclusivamente sobre os grandes homens, os grandes acontecimentos e fatos. Atualmente, são múltiplos os enfoques que a história aborda, um olhar sobre o cultural, os esquecidos, os silêncios, os oprimidos, dentre outros aspectos, hoje fazem parte do leque de estudos de corajosos aventureiros do mundo de Clio.

Dentre os campos historiográficos que foram se expandindo surgiu também um olhar histórico sobre a educação nos mais variados momentos de sua trajetória, campo esse que ficou conhecido como História da Educação. Dentro desta área, sublinhamos mais especificamente os trabalhos daqueles que optam por lançar luz sobre a trajetória histórica das disciplinas, a História das Disciplinas, instigados por dúvidas e reflexões sobre a formação e história de cada uma dessas que hoje são disciplinas que comumente constituem nossos currículos, mas que foram e são permeadas por fatores que fizeram com que estas permanecessem ou não dentro do conjunto de conhecimentos que formam os saberes e práticas escolares. Para Vidal e Faria Filho:

Debruçar-se sobre a história (ou histórias) da disciplina, no desenho de vertentes que a compõem, não é tarefa simples. Implica efetuar escolhas, constituir hierarquias, elaborar análises que, ao mesmo tempo conferem uma inteligibilidade à narrativa, instituem um passado (portanto, erigem uma memória) para o campo (VIDAL e FÁRIA FILHO, 2005, p. 75).

Neste sentido, buscamos no presente trabalho unir algumas das facetas expostas, tomando como objeto central um curso superior de Matemática. Entendemos que delinear o percurso histórico da disciplina Matemática como um curso de nível superior na Universidade Federal de Sergipe (UFS) descortinará aspectos ainda enevoados da história da Matemática no Estado, como também os seus primeiros passos dentro da UFS, sua consolidação e desdobramentos nesta institui-



ção superior de ensino. Assim como nomes de docentes e disciplinas que deram forma e vida a esse curso o qual formou boa parte do corpo magisterial que atuou em salas de aula sergipanas na segunda metade do século XX nesta área, conscientes de que:

A realidade tem uma infinita variedade de aspectos que nós captamos segundo nossos interesses, nossa concepção, nossa vocação. A diferença essencial, o passo renovador, consiste em que ultimamente se acentua nosso dever para com os vivos, para com a vida.

O dever do historiador não é para com os mortos, nem o culto do passado pelo passado deve ser o nosso princípio. É em nome do presente que julgamos o passado, pois não há passado puro e único, mas mutável como a história, de acordo com a visão interessada do presente (RODRIGUES, 1979, p. 21).

Seguindo este pensamento, surgiram as primeiras inquietações advindas de reflexões acerca da formação dos professores de Matemática, frutificando primeiramente em um projeto aprovado e financiado pelo Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ainda em desenvolvimento, intitulado “Professores de Matemática do Estado de Sergipe: Formação, Concepções e Perspectivas”. Na primeira etapa da investigação averiguamos a trajetória histórica do curso na UFS e mesmo antes dessa, ainda na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, carinhosamente conhecida como FAFI e no Instituto de Matemática e Física (IMF).

Para este artigo, tratamos da fundação do curso de Matemática na FAFI, da sua efêmera duração e da sua criação na Universidade Federal de Sergipe. Desenvolveremos também considerações sobre o Instituto de Matemática e Física, a trajetória do curso de Matemática na UFS, os entraves para sua criação, a formação do seu currículo, seus primeiros docentes e o nascimento do curso de Bacharelado e Licenciatura Noturno a partir do primeiro curso de Licenciatura criado no início da década de setenta.



O FLORESCIMENTO DO ENSINO SUPERIOR DE MATEMÁTICA EM SERGIPE

Em Sergipe, no final dos anos quarenta, chegaram as primeiras faculdades do Estado, de início: Economia em 1948 e depois Química em 1950. Contudo, ainda no início do século XX, alguns cursos superiores são implantados pela Igreja Católica como o Seminário em 1913, trazendo os estudos de Filosofia e Teologia, conseqüência da instalação do 1º Bispado sergipano. Na década de vinte, no governo de Graccho Cardoso (1922-1926), foram fundadas em Sergipe a Faculdade de Direito “Tobias Barreto”, e a de Farmácia e Odontologia “Aníbal Freire”, porém essas não obtiveram sucesso, devido à falta de condições de funcionamento (Cf. LIMA, 1993).

Em 1934, foi extinto o Seminário que havia sido criado pela Santa Sé no ano de 1913, aliado ao insucesso das faculdades criadas nos anos vinte, somente na década de quarenta, inicia-se de fato um processo intenso de implantação dos cursos superiores em Sergipe, no governo de José Rolemberg Leite (1947/1951).

Nesse sentido, em 11/03/1951 o Jornal “A Cruzada” traz em uma de suas manchetes, “Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe”, divulgando a felicidade do povo sergipano, em alcançar tal êxito e transcrevendo o decreto publicado no Diário Oficial da Capital Federal, de nº. 29.311 de 28 de fevereiro de 1951, no qual “Concede autorização para funcionamento de cursos na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe”, e prossegue:

Artigo único. É concedida autorização para funcionamento dos cursos de filosofia, geografia e história, letras anglo germânicas, pedagogia e matemática da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, mantida pela Sociedade Sergipana de Cultura e com sede em Aracaju, no Estado de Sergipe.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1951; 130º da Independência e 63º da República.

GETÚLIO VARGAS E SIMÕES FILHO (Jornal “A Cruzada”, 11/03/1951, grifo nossos).



Desta feita, os primeiros ensinamentos matemáticos de nível superior em Sergipe, dar-se-iam na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe no ano de 1951, com curso reconhecido definitivamente pelo Governo Federal, mediante os decretos n.º. 34.963, de 19/01/1954 e n.º. 39.039, de 18/04/1956, publicados respectivamente no Diário Oficial da República de 28/01/1954 e 19/05/1956, conforme a Revista da Faculdade Católica de Filosofia do ano de 1961. Os primeiros a se interessarem pelos ensinamentos de Matemática na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe foram: Olga Batista de Andrade (atualmente recebe o nome de Olga Andrade Barreto), Manoel de Santiago Menezes, Nalda Xavier de Oliveira, Mariadyr Cardoso Soares (Cf. Relatório dos Alunos Matriculados no 1º ano da FAFI).

Dos citados alunos só chegaram a concluir o curso, Olga Andrade Barreto e Nalda Xavier de Oliveira. A formatura dos primeiros graduados do curso de Matemática ocorreu em conjunto com os outros cursos da FAFI em março de 1955, reunindo familiares e figuras ilustres do universo educacional e político de outrora. reunindo familiares e figuras ilustres do universo educacional e pol No tocante aos docentes do curso de Matemática, foram localizados em algumas das poucas cadernetas encontradas os professores, a saber: Dr. Petru Stefan, Professor José Barreto Fontes, Dra. Helena de Melo, Dr. José Rolemberg Leite, Dr. Augusto Azevedo e Dr. Fernando Porto. Uma das primeiras alunas do curso, Olga Barreto, traz lembranças dos seus professores relatando que:

Era Petru Stefan que ensinava duas disciplinas Mecânica Celeste e Mecânica Racional, era uma coisa muito elevada o curso dele, tinha doutora Helena uma engenheira que ensinava Geometria Descritiva [...] Doutor Fernando Porto também era Engenheiro foi professor de Geometria. Também... de Física foi o Barreto Fontes, de Didática Especial, foi professor José Leite [...] agora no último ano de Didática Geral, teve Silvério Fontes que dava História da Educação, que era um professor muito bom, [...] teve Psicologia da Educação dado pela pro-



fessora Cleone Menezes[...] Tinha a Professora Thétis [...] tinha Biologia da Educação era professor Moreno, ele era médico [...] (BARRETO, 2007)

Depreende-se assim, a variada gama de formações que possuíam os docentes da FAFI, assim como as disciplinas que estes ministravam. Nesse sentido, Chervel declara: “Uma ‘disciplina’, é igualmente, para nós, em qualquer campo que se a encontre, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte” (CHERVEL, 1990, p. 180). É dentro desse âmbito que entendemos a importância da história das disciplinas, as quais segundo o mesmo autor:

[...] expõe à plena luz a liberdade de manobra que tem a escola na escolha de sua pedagogia. Ela depõe contra a longa tradição que, não querendo vê nas disciplinas ensinadas senão as finalidades que são efetivamente a regra imposta, faz da escola o santuário não somente da rotina mas da sujeição, e do mestre, o agente imponente de uma didática que é imposta pelo exterior (CHERVEL, 1990, p. 193).

Fazendo uso dessas colocações, procuramos vislumbrar as disciplinas do curso de Matemática no universo público sergipano, assim como os seus mestres. Os nomes dos professores da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, em sua maioria já eram consagrados no ensino secundário de Aracaju, além de serem docentes que possuíam outros vínculos empregatícios. Observamos também um quadro variado composto por professor da Faculdade de Química, como é o caso de Petru Stefan, tido como um dos docentes mais exigentes do curso, professores que seriam da área de História, Silvério Leite Fontes e a professora Maria Thétis Nunes, citando apenas alguns entre tantos.

Observa-se ainda docentes com formação em Engenharia, ficando assim evidenciada a falta de professores com uma formação específica na área da Matemática em meados do século XX. Esse dado de



certa forma justifica-se pelo fato dos cursos superiores tendo como foco a formação de professores, terem surgido principalmente na década de trinta do século XX, sendo as décadas subseqüentes, o período de expansão dos cursos, concentrados principalmente nas Faculdades de Filosofia. No entanto, esta característica perdura por, pelo menos, mais meio século, para o caso da Licenciatura em Matemática devido ao raro interesse por este curso nos seus primórdios.

Quanto a pouca procura do curso em foco, as investigações permitem colocar como possível justificativa uma espécie de “medo” que a Matemática causava, sendo escassa a busca, que aliada a outros fatores vai culminar no fechamento temporário do curso no ano de 1957, não voltando mais a funcionar na Faculdade de Filosofia até o momento em que esta constitui parte da Universidade Federal de Sergipe, segundo Revista da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe de 1967.

Conforme Souza (1999), Matemática juntamente com Filosofia, Geografia, História, Línguas Neolatinas e Anglo-Germânicas; além das Faculdades de Direito e de Ciências Econômicas e a Escola de Química oferecendo estudos em Química Industrial, constituíram o embrião da recém formada UFS. O ensino de Matemática na época da criação do curso, para Souza (1999), deveria:

[...] introduzir esse estudo em nossa terra, através de dedicados professores que estimularam o estudo da Matemática como Ciência, inserindo-a num contexto não apenas filosófico, mas também prático. Contudo, ainda não estava distante do pensamento Matemático já presente naquele tempo entre os estudiosos dessa matéria nos centros mais avançados do País, quando se preocupava em, estudá-la considerando duas vertentes; a Matemática Pura e a Matemática Aplicada (SOUZA, 1999, p. 79).

Nos idos de 1969, foi implantado através da Resolução nº. 013/1969 do Conselho Universitário (CONSU) o Instituto de Matemática e Física. Tal resolução trazia entre outras deliberações, que o funcionamento do Instituto, seria de início, no mesmo prédio que o Instituto de



Química, assim como as disciplinas ofertadas pelo mesmo seriam as já ofertadas pelos Departamentos que o compunham, além de estabelecer que a estrutura Departamental do próprio ficaria dependente das condições orçamentárias da Universidade.

IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO INSTITUTO DE MATEMÁTICA E FÍSICA (IMF)

O grupo de trabalho designado para implantar o IMF da UFS relata em ofício s/n datado de 23/10/1971 e encaminhado ao Conselho Universitário, um resumo das atividades exercidas pelo grupo durante os anos de 1970 e 1971. O documento reza a respeito da primeira reunião de 26/11/1970 que estabelece as matérias de ensino, as disciplinas, departamentalização e atribuições didáticas, aprovados pela resolução do CONEP (20/70). Evidencia o reconhecimento da resolução 45/1970 do CONSU que diz: “[...] enquanto o regimento interno não for aprovado, em sua fase de implantação, será regido pelo Regimento do Instituto de Química, revogadas as partes que conflitem com os Estatutos e o Regimento Geral da Universidade.” Este autoriza também o IMF a eleger seus representantes no CONSU e no Conselho do Ensino e da Pesquisa (CONEP).

O grupo de trabalho informa ainda que a congregação e o conselho departamental já foi constituído e solicita a eleição do diretor e vice-diretor do Instituto, oferecendo uma lista tríplex. Dessa forma, após a posse da diretoria seriam encerradas as atividades com êxito, visto que o grupo não teria outras atribuições.

Conforme o Ofício n.º. 256/1971 do IMF datado em 18 de outubro de 1971, encaminhado a Francisco Montojos, responsável pelo setor de estatística da CAPES, e assinado pelo então diretor “pro-tempori” do IMF José Américo de Azevedo, fornece informações a respeito deste instituto, a criação como sendo a partir do Decreto-Lei n.º. 269 de 28 de fevereiro de 1967, com implantação autorizada pela resolução n.º. 18/1969 do Conselho Universitário e n.º. 21/1970 do Conselho Diretor da Fundação. Indica como data da instalação 12 de novembro de 1970, tendo o professor José Américo de Azevedo como diretor. O texto reza, abaixo do tópico “cursos que mantém”:



1f- A partir de 1971, será responsável direto pelos cursos de Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Física. 2f- Ministra disciplinas nos cursos de: Química Industrial, Engenharia Química, Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Medicina (Estatística), Odontologia (Estatística), Licenciatura em Química, Licenciatura em Ciências Biológicas (Estatística), Serviço Social (Estatística) (Ofício n.º. 256/1971 do IMF).

A documentação permite dizer que até aquele momento os cursos não tinham iniciado o que só ocorreu no ano seguinte. Verificamos ainda que a proposta foi idealizada para a criação de dois cursos: o de Licenciatura em Matemática e o de Licenciatura em Física. Entretanto, isso não ocorreu, uma vez que o curso foi único, o de Licenciatura em Matemática e Física. Alterações são evidenciadas em meados da década de 1970. É importante salientar que no final da década de 1960 ocorreu a aprovação da Lei da Reforma Universitária n.º 5.540/1968, que segundo Oliven:

Criava os departamentos, o sistema de créditos, o vestibular classificatório, os cursos de curta duração, o ciclo básico dentre outras inovações. [...] Ao estabelecer a indissociabilidade das atividades de ensino pesquisa e extensão, o regime de tempo integral e a dedicação exclusiva dos professores, valorizando sua titulação e a produção científica, essa Reforma possibilitou as condições propícias para o desenvolvimento tanto da pós-graduação como das atividades científicas do país (OLIVEN, 2002, p. 39).

O Reitor Luis Bispo, no dia 08 de setembro de 1972, pela Resolução n.º. 027/1972, aprova os currículos das Licenciaturas em Matemática e em Física do Instituto de Matemática e Física, contando com 120 créditos e uma carga horária de 2.100 horas aula. O curso formou a sua primeira turma no segundo semestre de 1975 com uma



aluna, sendo reconhecido naquele mesmo ano. Contudo, sua segunda turma só veio a concluir o curso no ano de 1977, essa com nove formandos.

Segundo Souza (1999), o curso de Licenciatura em Matemática foi fundado, a fim de atender à necessidade de uma qualificação profissional que atuaria nos antigos 1º e 2º graus. A resposta ao porquê de se criar um curso superior de Matemática no Estado de Sergipe deve estar nesse âmbito, levando-se em consideração que nessa época as atenções voltavam-se para a necessidade proeminente de formar profissionais qualificados. O curso de Licenciatura em Matemática apresentava como objetivos:

Enfatizar a Matemática relacionada ao 1º e 2º graus com os objetivos:

- Formar professores para atuarem como profissionais capazes de identificar problemas de ensino e/ou mesmo de educação fundamental;
- Desenvolver a reflexão crítica e a criatividade de modo a contribuir a um eficiente processo educacional (SOUZA, 1999, p. 86).

Mesmo considerando que em Sergipe o Ensino Superior ainda era nascente, na época da criação do curso em questão, e apesar do pequeno número de formandos, destacamos alguns que se tornaram professores do próprio Departamento de Matemática da UFS. Os primeiros docentes deste provinham do Instituto de Matemática e Física, e muitos já trabalhavam na antiga Faculdade de Ciências Econômicas e na Escola de Química, esses em conjunto com os primeiros graduados de Matemática constituiriam uma forte base do ensino de Matemática na UFS durante os primórdios dessa Licenciatura (SOUZA, 1999).



O CURRÍCULO PROPOSTO PARA O CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA NO ANO DE 1972

Mediante sugestões de Goodson (1998) quanto à necessidade da história do currículo, buscamos compreender o processo de criação do curso de Licenciatura em Matemática da UFS. A opção foi não se apegar ao que o autor chama de “[...] ponto de vista externo [do currículo] centralizando-se em contextos políticos e administrativos e em movimentos gerais na educação e no ensino” (GOODSON, 1998, p. 22).

A direção foi de um olhar interno, verificando como algo constituído e próprio, analisando suas modificações, a relação do currículo com a instituição, a relação das disciplinas entre si, suas configurações, “[...] deveria ocupar-se, talvez acima de tudo, da impressão do processo interno, da definição, da ação e das mudanças do currículo” (GOODSON, 1998, p. 27).

A conceituação de Matéria de Ensino e Disciplina aqui tomada é a definida pelo professor José Américo de Azevedo, explicitada em ofício a então Diretora do Departamento de Administração Acadêmica (DAA), Lindinalva Cardoso Dantas, ao dizer:

1-Entendemos por MATÉRIA DE ENSINO a um conjunto de conhecimentos a fins. 2 – Entendemos por DISCIPLINA a uma parte dos conhecimentos, selecionados de determinada Matéria de Ensino, a que possamos atribuir autonomia didática de programação e exames, e que tenha para sua execução um mínimo de horas pré-ficadas (Ofício n.º. 027/1972 do IMF).

Examinando as fontes, observa-se a existência de pelo menos, duas propostas de configurações curriculares para o curso em estudo. Uma apresentada em Ata e outra em Resolução. Segundo a Ata da Reunião Ordinária do Conselho Departamental do Instituto de Matemática e Física da UFS, de 24/04/1972, que discute os currículos das Licenciaturas de Matemática e Física, aprovados pelas resoluções 013/1971 e 014/1971 do CEP de 27/04/1971 com alterações a partir da resolução 012/72 do

CFE de 12/01/1972, o currículo do Curso de Licenciatura em Matemática, a partir de anteprojeto foi composto essencialmente por dois ciclos: I Ciclo e o Ciclo Profissional, conforme exposto no Quadro I.

QUADRO I: 1ª Proposta Curricular de 1972: matérias de ensino e distribuição de créditos e carga horária

	I Ciclo	Créditos/carga horária (h)		Ciclo Profissional	Créditos/carga horária (h)	
	Matérias de Ensino	Educação Física	-	90	Matemática	18
Educação Moral e Cívica		4	60	Desenho	3	45
Sociologia		2	30	Psicologia	6	90
Metodologia das Ciências		4	75	Didática	8	120
Matemática		23	420	Administ. Escolar	4	60
Desenho		3	45	Sociologia	5	75
Física		10	210	Prática de Ensino	5	75
Psicologia		2	30	Ed. Moral e Cívica	4	60
Lógica		4	60	Educação Física	-	150
Disciplinas Optativas		8	120			

Fonte: Quadro elaborado a partir da Ata da Reunião Ordinária do Conselho Departamental do IMF da UFS, de 24/04/1972.

Do total de 117 créditos e 2200 horas-aula, o I Ciclo continha 64 créditos com 1195 horas e para o Ciclo Profissional 53 créditos com 1005 horas, distribuídas em 21 disciplinas para o I Ciclo e 18 para o Ciclo Profissional, totalizando oito períodos letivos. É possível observar a localização prioritária dada a determinadas disciplinas, como a ordem que as matérias foram alistadas na ata (a mesma disposta no quadro I) onde se vê Educação Física e Educação Moral e Cívica, no I Ciclo no topo da lista, evidenciando a prioridade dada a estas para o ciclo dos estudos superiores, porém no Ciclo Profissional, elas aparecem no final. As matérias de Matemática e Desenho estão alistadas sempre em seqüência em ambos os ciclos, sendo a primeira de maior número de créditos também nos dois ciclos, perfazendo um total de 41 créditos e 750 horas, equivalente a um terço de todo o curso.

Entretanto, na análise dos documentos, verificamos que houve alteração desse modelo de currículo, possivelmente para adequação das legislações correntes, provocando conseqüentemente modificações da distribuição, bem como a nomenclatura das matérias de ensino. A resolução 027/1972 do CONEP, de 08/09/1972, que aprova os currículos de Licenciatura em Matemática e em Física apresenta em seu anexo o currículo com variações significativas, o denominado como pleno e sendo formado por: currículo mínimo e complementar. O Currículo mínimo é sub-dividido e constituído por Matérias básicas, Matérias didático-pedagógicas e Matérias estabelecidas por legislação especial, tendo a distribuição apresentada no Quadro II:

QUADRO II: 2ª Proposta Curricular de 1972: matérias de ensino e distribuição de créditos e carga horária

	Currículo Mínimo		Créditos/c. horária (h)	
	Matérias de Ensino	Básicas	Desenho	6
Matemática			44	795
Lógica			4	60
Didático-pedagógicas		Psicologia	8	120
		Sociologia	7	105
		Didática	12	180
		Estrutura e Funcionamento do Ensino	6	90
Estabelecidas por legislação especial		Educação Física	-	180
	Educação Moral e Cívica	8	120	
Currículo Complementar	Estatística		4	60
	Desenho		6	120
	Metodologia		4	70
	Física		10	210
	Disciplinas Optativas		8	120

Fonte: Quadro elaborado a partir da Resolução 027/72 do CONEP, de 08/09/1972.



Neste modelo curricular temos uma composição com Currículo Mínimo e Complementar. O Currículo Mínimo com as Matérias Básicas com 54 créditos e 975 horas, as Matérias didático-pedagógicas com 27 créditos e 180 horas e Matérias estabelecidas por legislação Especial com 8 créditos e 300 horas. O Currículo Complementar com 32 créditos e 555 horas. Totalizando, para o curso 139 créditos e 2640 horas.

O Ato Normativo do CEP (CONEP) - Normas para estruturação e funcionamento dos ciclos de graduação e sistema de créditos da UFS, de 18/09/1973, estabelece que os cursos de graduação ocorrem em duas etapas: I Ciclo (dos Estudos Gerais) e II Ciclo (dos Estudos Especializados), e rege:

O Currículo do I Ciclo será parte do Currículo Pleno de graduação e compor-se-á da seguinte maneira:

I – segundo órgão que estabelece:

- a) matérias ou disciplinas do currículo mínimo segundo o disposto pelo o Conselho Federal de Educação (CFE);
- b) disciplinas do currículo complementar acrescidas ao mínimo pela UFS e assim distribuídas:
 1. disciplinas obrigatórias, extensivas a todos os alunos;
 2. disciplinas optativas, cujo o número será fixado pelo CEP e igual a todos os alunos do mesmo Ciclo. (Título II – Do I Ciclo, no Capítulo II: Do Currículo, art. 4, p. 1).

Já em relação ao II Ciclo, o Ato Normativo cita que se estenderia pelos períodos dedicados à formação acadêmica específica a cada carreira, conforme o art. 10, a sua natureza será de acordo com cada curso. Quanto ao seu currículo, deveria atender ao currículo mínimo do CFE, somar-se às disciplinas do I Ciclo e acrescentar as disciplinas de caráter profissionalizante. Tais exigências estão postas no currículo do curso de Licenciatura em Matemática da UFS expostas pela Resolução 027/1972: as matérias básicas são as comuns aos cursos da área das ciências exatas, as didático-pedagógicas são comuns às licenciaturas.



As matérias denominadas como “Estabelecidas por legislação especial” são aquelas que foram regimentadas por decreto-lei e fogem às características das demais. Não nos compete aqui adentrar no mérito desta questão, porém podemos mencionar o Decreto-lei n.º. 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e o decreto n.º. 68.065, de 14 de janeiro de 1971, que o regulamenta, ambos do MEC.

O currículo complementar da resolução 027/1972 tenta se ajustar às normas estabelecidas pelo Conselho do Ensino e da Pesquisa, quanto às matérias de que é composto, com disciplinas da área de exatas que não são propriamente de Matemática e disciplinas optativas. Percebemos que a matéria de ensino com maior número de créditos é a Matemática, com mais que o triplo das subseqüentes, como Desenho e Didática, ambas com 12 créditos, destacando assim a grande importância dada às disciplinas envolvidas nesta matéria.

Notamos ainda nas duas propostas curriculares analisadas, a distribuição das Matérias de Ensino que, em algumas o número de créditos era o mesmo, mas a carga horária era diferente. Este é o caso de Metodologia das Ciências (4 créditos e 75 horas) e Lógica (4 créditos e 60 horas) na configuração do quadro I. Já na segunda, as Matérias de Ensino do Currículo Complementar, Estatística e Metodologia estão com 4 créditos, porém com a carga horária de 60 e 75 horas respectivamente. O que podemos levantar como indício de que o sistema de créditos não estava ainda bem definido, provocando certa confusão. Rege a legislação no Ato Normativo do CEP: “Unidade de crédito é o conjunto de tarefas correspondentes a 15 (quinze) horas-aulas ou atividades equivalentes em cada disciplina” (Ato Normativo do CEP/UFS de 14/09/1973, art. 26, p. 7). Definição reiterada na Resolução do CONEP/UFS n.º. 003/1984.

Outro destaque a fazer diz respeito às disciplinas da Matéria de Ensino Educação Física. Nas duas configurações de currículo propostas para o curso de Licenciatura em Matemática no ano de 1972, os créditos não são contabilizados, apenas a carga horária. Na Ata cita um total de 260 horas e na resolução 300 horas:



As horas de Educação Física não serão computadas em termo de crédito, mas serão incluídas na carga horária global do currículo, num total equivalente ao número mínimo de períodos em que, por Lei, poderá o aluno obter graduação no curso, na razão de 30 (trinta) horas-aula por semestre (Ato Normativo do CEP/UFS de 14/09/1973, art. 28, § único, p. 8).

O DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA DA UFS (DMA)

Neste tópico apresentamos primeiramente o corpo docente do Departamento de Matemática em sua composição inicial, de acordo com o ofício n.º. 215/1971 do IMF de 13/09/1971 encaminhado ao Magnífico Reitor, que expõem os encaminhamentos da formação dos Departamentos de Matemática e Física, do recém-criado Instituto de Matemática e Física. Em seguida apresentaremos informações a respeito dos demais cursos que constituem este Departamento atualmente.

No DMA havia 7 (sete) professores titulares, 2 (dois) assistentes, 3 (três) auxiliares de ensino, além de 4 (quatro) monitores. Os professores titulares e assistentes eram efetivos e os auxiliares de ensino temporários, quanto aos monitores, eram alunos selecionados e remunerados para exercerem funções docentes, conforme o Quadro III:

Esse número de professores foi alterado rapidamente, em um período relativamente curto, com inclusão de outros nomes, ou com mudança de categoria dos docentes, ao passo que o curso de Licenciatura em Matemática era instituído, e as disciplinas surgiam. Isso caracteriza bem o que Chervel (1990) cita a respeito da taxa de renovação do corpo docente, o qual pode determinar a evolução das disciplinas. Segundo a Ata da 2ª reunião ordinária do Departamento de Matemática do Instituto de Matemática e Física da UFS, de 06/06/1972, os seguintes professores também constituíam o Departamento de Matemática: Manyr Abud, Odilon Cabral Machado e Raymundo Nonato Vieira Araújo. Investigar a formação desses docentes constitui uma outra faceta da pesquisa, já iniciada.

QUADRO III: Docentes por Categoria e Disciplinas de Atuação

Docente	Categoria	Disciplinas de Atuação
Albano de Menezes Prado	Titular	Cálculo
José Augusto Machado Almeida	Assistente	Cálculo
Antonio Santos Silva	Monitor	Cálculo
Carlos Roberto Bastos Souza	Monitor	Cálculo
José Edgard da Mota Freitas	Auxiliar de ensino	Cálculo
José Hermenegildo da Cruz	Titular	Estatística
José Lopes Gama	Titular	Cálculo
José Nunes Vasconcelos	Monitor	Física
José Rollemberg Leite	Titular	Estatística
José Lima de Azevedo	Titular	Estatística
José Wilson Brito Couto	Assistente	-
Manuel José de Oliveira Belém	Auxiliar de ensino	Estatística
Nilton Pedro da Silva	Titular	Estatística
Raimundo Machado Costa	Auxiliar de ensino	Cálculo
Gamaliel Machado	Titular	Cálculo
Walter Santos	Monitor	Estatística

Fonte: Quadro elaborado a partir de ofícios e atas do IMF dos anos de 1971 e 1972. Tratando das disciplinas de atuação, destacamos as que estavam em relevo no período indicado. Entretanto, os professores lecionavam outras disciplinas das Matérias de Ensino designadas para o Departamento de Matemática.

No ano de 1981 é criado o curso de Bacharelado, com pouca procura, assim como um diminuto número de formandos. Porém, desde o final dos anos setenta o bacharelado estava em discussão, conforme indica a Resolução do CONEP/UFS n.º 022/1979, a qual estabelece as disciplinas que o aluno do curso de Bacharelado deveria cursar diferentemente do aluno da Licenciatura, como: Álgebra Linear II, Equações Diferenciais II, Variável Complexa e Análise Mecânica II.

A primeira turma de Bacharéis em Matemática da UFS concluiu seu curso em 1986/1 com dois graduados, seguidos de mais sete alunos nesta década. É interessante observar que não houve concludentes entre os anos de 1989 e 1997, perfazendo um total de 24 profissi-



onais até o período de 2006/2 do Bacharelado de Matemática na Universidade Federal de Sergipe.

A Resolução a de nº 02/98/CONEP determina que a Licenciatura Plena em Matemática teria 2.535 horas que equivalem a 169 créditos, dos quais 153 são obrigados e 16 optativos, que deveriam ser cursados em no mínimo 4 (quatro) e no máximo 8 (oito) anos. Consta também que o Curso de Matemática Licenciatura Plena Diurno conta com 30 vagas, Licenciatura Plena Noturno com 20 e Bacharelado em Matemática 10 vagas.

O projeto didático científico do Curso Noturno de Licenciatura Plena em Matemática apresenta como objetivo, formar profissionais do campo da matemática capacitando-os para o desempenho da docência no ensino de 1º e 2º graus. O curso de Licenciatura Noturno em Matemática deve capacitar os profissionais para que no exercício de suas funções em sala de aula e em situações educacionais, acompanhem o desenvolvimento de sua área de conhecimento e repensem suas práticas educativas reconstruindo os conhecimentos no aprendizado permanente.

Em 1998 o Currículo Padrão do Curso era composto pelas Matérias de Ensino: Desenho Geométrico e Geometria Descritiva englobando as disciplinas Desenho Geométrico e Desenho Técnico I, Física Geral com as disciplinas Física I e Física II, Cálculo Diferencial e Integral com Cálculo I, Cálculo II e Cálculo III, Geometria Analítica com a disciplina de Vetores e Geometria Analítica, Álgebra com Álgebra Linear I, Álgebra I e Álgebra II, A Matéria de Ensino Cálculo Numérico com Cálculo Numérico I e Matérias Pedagógicas com Laboratório de Ensino de Matemática, Estrutura e Funcionamento do Ensino, Didática, Prática de Ensino I, Prática de Ensino II, Psicologia da Educação I e Psicologia da Educação II. Vale ressaltar que esse currículo padrão estava seguido por um currículo complementar destinado a integralizar o total de créditos para a conclusão do curso.

No ano de 1999 foi criado o Curso de Licenciatura em Matemática Noturno, em conjunto com as Licenciaturas Noturnas de Física e Química, segundo a Resolução 08/99/CONSU, que implantou as Li-



enciaturas Noturnas no Centro de Ciências Exatas e Tecnologia. É importante salientar que o curso Noturno de Matemática obteve uma procura até mesmo maior do que a do curso diurno, formando sua primeira turma em 2003/1 com apenas um aluno. Tal procura pelos cursos noturnos é vista como uma oportunidade para o aluno trabalhador, além de cumprir determinações que atingiam todas as universidades públicas no sentido destas oferecerem cursos no período noturnos para a comunidade.

A última Resolução que atingiu diretamente o Curso de Matemática na Universidade Federal de Sergipe, foi realizada no ano de 2006, aprovando o projeto pedagógico dos Cursos de Graduação em Matemática Habilitação em Licenciatura Diurno e Noturno, com os seguintes objetivos: a- formar professores de Matemática para a segunda fase do ensino fundamental e para o ensino médio; b- possibilitar reflexões sobre o papel do professor no processo de ensino aprendizagem, sobre metodologias de ensino de Matemática e sobre pedagogia em geral; c- preparar o futuro professor para desenvolver iniciativas para atualização e aprofundamento constante de seus conhecimentos para que possa acompanhar as rápidas mudanças na área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“É comum dizer-se que os fatos falam por si. Naturalmente isso não é verdade. Os fatos falam apenas quando o historiador os aborda: é ele quem decide quais os fatos que vêm à cena e em que ordem ou contexto” (CARR, 2002, p. 47). Com este pensamento, tecemos algumas considerações acerca do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Sergipe, pois sem dúvida o objeto aqui exposto vem a cena pela sua relevância, como também por fazer parte de um número incessante de questionamentos que o presente nos fornece no tocante a esta disciplina. Nesse sentido, o citado autor ao tentar responder a pergunta “Que é história?”, nos diz: “é que ela se constitui de um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre o presente e o passado” (CARR, 2002, p. 65).



Dentro desta perspectiva, fica perceptível a visível importância que possui os ensinamentos matemáticos a nível superior, pois tanto na criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, do Instituto de Matemática e Física assim como na Universidade Federal de Sergipe é marcante a presença da Matemática em todas estas instituições de Ensino Superior.

Os dados da pesquisa indicam um número relativamente baixo de graduados em Matemática na Universidade Federal de Sergipe, levando em consideração que o curso há muitos anos vem oferecendo quarenta vagas anualmente, e de 1999 até 2006, oferece 80 vagas, nos cursos diurno e noturno. Contudo, durante trinta e quatro anos de existência (1972 a 2006) formou somente trezentos e setenta e um (371) licenciados em Matemática. Vale ressaltar também a discrepância entre o número de alunos que buscam o curso de Matemática da UFS e os que conseguem concluir o mesmo.

Nota-se especificamente que o Ensino de Matemática na Universidade Federal de Sergipe a partir do ano de 2006, ao menos teoricamente, está preocupado em fazer uso de uma pedagogia que possa facilitar o processo ensino aprendizagem, destacando a importância de formar um professor reflexivo nessa área de ensino. Percebendo a importância que se tem para a área da Educação Matemática um objetivo como este dentro de um Curso de Matemática em nível superior, faz-se necessário empreender estudos que possam responder como se deu esse processo de inserção de um pensamento pedagógico dentro do universo educacional do Departamento de Matemática da UFS, pesquisas estas que começam a ser efetuadas dentro do Grupo de Pesquisa: Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem da Universidade Federal de Sergipe.

Podemos dizer ainda que esse trabalho destacou traços considerados relevantes na história do curso de Matemática na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e da Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Sergipe, da formação desses futuros docentes, apresentando nomes de alunos e professores, disciplinas, mudanças curriculares, assim como todo o jogo de interesse que existe no



ingresso ou saída de determinada disciplina em um currículo de um curso de nível superior. Destacam-se também os ensinamentos matemáticos transmitidos no Instituto de Matemática e Física, entre outros pontos nodais, sempre em busca de dar vida a esses sujeitos que possibilitaram a História do Ensino Superior de Matemática na Universidade Federal de Sergipe.

Por fim, deixamos explícito que: “nenhum relato consegue recuperar o passado tal qual era, porque o passado são acontecimentos, situações etc. e não um relato. Já que o passado passou, relatos só poderão ser confrontados com outros relatos, nunca com o passado” (JENKINS, 2005, p. 32).

Audaciosamente trazendo tal pensamento para nosso objeto de estudo, fica claro que não conseguiremos recuperar toda a história do ensino de Matemática na UFS. Indubitavelmente, muito se tem a fazer, muito a adentrar em pontos mais específicos do tema e recorte temporal tão amplo. Todavia, deixamos aqui algumas contribuições para o debate historiográfico no tocante à História do Curso de Matemática na Universidade Federal de Sergipe, com intenção de traçar novas histórias, além de lançar luz sobre novos objetos, por meio de diferentes metodologias que venham a enriquecer ainda mais o leque de objetos dos historiadores e historiadores da educação do Estado de Sergipe.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARR, Edward Hallet. **Que é História?** 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa.** IN: Teoria & Educação, n.º. 2, 1990, p 177-229.
- GOODSON, Ivor F. **História del currículum:** La struccion social de las disciplinas escolares. Ediciones Pomares – Corredor, Barcelona, 1998.
- JENKINS, Keith. **A História Repensada.** São Paulo: Contexto: 2005.
- LE GOFF, Jacques. **A História Nova.** 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LIMA, Luís Eduardo Pina. **Ideologias e Utopias na História da Educação** (o processo de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – 1950/51). 1993. Monografia de Pós-Graduação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.
- OLIVEIRA, João Paulo Gama; TELES, Igor Pereira; ALVES, Eva Maria Siqueira; RODRIGUES, Simone Paixão; OLIVEIRA, Fabiana Cristina Oliveira Silva de . O Curso de Licenciatura em Matemática na Universidade Federal de Sergipe: Primeiras Aproximações. In: 18º ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE, 2007, Maceió - AL. **Anais Eletrônicos do 18º EPENN - Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste:** Política de Ciência e Tecnologia e Formação do Pesquisador em Educação. Maceió: AL, 2007.
- OLIVEN, Arabela Campos. História da Educação Superior no Brasil. In: SOARES, Maria S. Arrosa. **Educação Superior no Brasil.** Brasília: Coordenação do aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, 2002. p 31-42.
- SOUZA, Carlos Roberto Bastos. Histórico do Curso de Matemática da UFS (Licenciatura e Bacharelado). **UFS – História dos Cursos de Graduação.** In: ROLEMBERG, Stella Tavares. SANTOS, Lenalda Andrade. São Cristóvão – SE, 1999. p. 79-90.
- RODRIGUES, José Honório. **Vida e História.** São Paulo: Perspectiva, 1979.



VIDAL, Diana Gonçalves e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história:** estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas, São Paulo, Autores Associados, 2005.

FONTES

Ata da 2ª Reunião Ordinária do Departamento de Matemática do Instituto de Matemática e Física da UFS, de 06/06/1972.

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Departamental do Instituto de Matemática e Física da UFS, de 24/04/1972.

Ata da Sessão Ordinária da Congregação do IMFUFS, de 17/10/1974.

INSTITUTO DE MATEMÁTICA E FÍSICA, Ofício do IMF nº. 256/1971, informa sobre a criação deste instituto, de 18/10/1971.

INSTITUTO DE MATEMÁTICA E FÍSICA, Ofício do IMF s/n, relata atividades exercidas pelo grupo de trabalho designado para implantar o IMF/UFS, de 23/10/1971.

INSTITUTO DE MATEMÁTICA E FÍSICA, Ofício do IMF nº. 215/1971, apresenta os encaminhamentos iniciais da formação dos departamentos de Matemática e Física, de 13/09/1971.

INSTITUTO DE MATEMÁTICA E FÍSICA, Ofício do IMF nº. 027/1972, conceitua Matéria de Ensino e Disciplina, de 27/01/1972.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, Ato Normativo do CEP - Normas para estruturação e funcionamento dos ciclos de graduação e sistema de créditos da UFS, de 18/09/1973.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, Resolução do CONSU nº. 45/1970, aprova validade de Regimento da Unidade de origem para Unidade em fase de implantação, de 16 /12/1970.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, Resolução do CONEP/UFS nº. 027/1972, aprova currículo de licenciaturas em Matemática e Física, 08/09/1972.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, Resolução nº 17/76/CEP Aprova a Departamentalização do Instituto de Matemática e Física.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, Resolução do CONEP/UFS nº. 022/1979, aprova a estrutura curricular da UFS.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, Resolução do CONEP/UFS nº. 003/1984, aprova as normas do sistema acadêmico da UFS, de 21/04/1984.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, Resolução Nº 02/98/CONEP Altera a Resolução nº 21/93/CONEP e dá outras providências.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, Resolução nº 08/99/ CONSU, implanta as Licenciaturas Noturnas no Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, inclusive a Licenciatura em Matemática Noturno. Jornal “A Cruzada” 11 de março de 1951, Ano XVII, nº 692.

Revista da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Ano I. Nº 1. Junho de 1961. Aracaju.

Revista da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, Ano VII Nº 2. 1967. Aracaju.

ENTREVISTA

BARRETO, Olga Andrade. 2007. Entrevista concedida no dia 12 de fevereiro. Aracaju – SE.



RODRIGUES DÓREA,
CARLOS SILVEIRA E
HELVÉCIO DE ANDRADE:
REFORMADORES DA
INSTRUÇÃO PÚBLICA
SERGIPANA
(1910-1913)

Cristina de Almeida Valença
(UFBAUNIT)

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é compreender a atuação do presidente de estado Rodrigues da Costa Dória, do professor paulista Carlos Silveira e do professor Helvécio de Andrade no campo educacional sergipano nos primeiros anos do século XX. As reformas educacionais pensadas e implantadas por esses "intelectuais da educação" visavam disseminar os ideais do movimento da Pedagogia Moderna e, conseqüentemente, consolidar do ideário republicano de civilizar a sociedade através da educação.

PALAVRAS-CHAVE

História da educação, educação sergipana e reformas educacionais.



Na tessitura da História, o final do século XIX reveste a escola como signo da civilização e progresso. Influenciados pelos ideais iluministas, os intelectuais da educação acreditavam no poder redentor da instrução pública. Mas a conformação da escola também esteve assessorada pela crença nos dogmas da ciência e, por isso, a reconfiguração das práticas, dos princípios curriculares e do papel do professor estava mediada de uma racionalidade que geria o novo código da educação. Era preciso estabelecer uma nova Pedagogia, princípios de higiene, de organização, de regulamentação, de modo a uniformizar o ensino antes ministrado na casa do mestre-escola. Como salienta Nunes, “É no espaço das cidades, com diferentes ritmos e intensidade, que as escolas deixam de configurar-se como extensão do campo familiar, privado e religioso e, gradativamente, vão integrando uma rede escolar”¹. Mas para dar cabo a essa transformação, a ingerência dos intelectuais da educação efetivou um projeto que afirmava a necessidade de moralizar os costumes, regenerar a sociedade enferma.

Os ideais disseminados pelos intelectuais da República associaram à ordem republicana o modelo de um Brasil moderno. Não obstante as várias estratégias da edificação desse recente ordenamento político-cultural nacional, implantar uma compreensão modernizante libertaria o País dos resquícios coloniais. Dessa maneira, a escola foi pensada como um espaço social próprio para a apreensão dessas idéias. Adequar a realidade educacional à modernidade seria, por fim, civilizar a sociedade. Ao discorrer sobre esse assunto Herschmann e Pereira afirmaram que “moderno, modernidade, modernismo ou mesmo modernização são categorias específicas que vão ocupando amplo espaço no campo intelectual, constituindo-se em palavras de ordem significativa no começo do século XX”². Diz

¹ NUNES, Clarice. “(Des)encantos da Modernidade Pedagógica” In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 374.

² HERSCHMANN, Micael M. e PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. “O Imaginário moderno no Brasil”. In: **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Micael M. Herschmann e Carlos Alberto Messeder Pereira (orgs.) – Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 15.



os mesmos autores que o discurso dos engenheiros, médicos e educadores assumiu o palco da legitimidade em detrimento da “arte da retórica” própria dos bacharéis. O prestígio dos especialistas era evidente, haja vista que estes conquistaram o reconhecimento e passaram a ser responsáveis pela organização social, tornando-se, assim, mentores da modernização.

Para construir um *estado de espírito moderno* era preciso estabelecer a ordem, administrar racionalmente o tempo escolar, gerir atividade produtiva, disciplinar, organizar o espaço escolar e instruir o trabalho pedagógico. Nessa interseção, tornar a escola como uma instituição modeladora da sociedade foi o empreendimento dos intelectuais desse período. Para tanto, o poder cedido à ciência para postular o novo modelo educacional evidenciou uma pluralidade de saberes que constituiu outro pensar sobre a cultura escolar. Investidos com novas disciplinas, o currículo, o programa escolar e o método de ensino figuram como parte da organização pedagógica racional. Esta subsidiada pela Psicologia Experimental, pela Biologia, Pedologia e Pedagogia transformaria não só as práticas escolares, mas também a cultura escolar.

Esses saberes científicos e especializados contribuíram sobremodo para difundir a civilidade. A Medicina, por exemplo, ditava preceitos de normatização de hábitos e do corpo. A engenharia foi um conhecimento que colaborou para a ordenação do espaço escolar por defender a organicidade urbana e a limpeza visual, implementando outras configurações discursivas a respeito da estrutura da escola. Através de formulações ideológicas, eles desejavam incorporar uma série de valores e modelos que evidenciavam um efeito moral, normatizador.

Nesse momento em que os ideais republicanos de ordem e progresso estavam em proeminência, principalmente nas práticas escolares, a idéia de modernização se ajustou fidedignamente à proposta esboçada pelo movimento da Pedagogia Moderna. Assim, as relações entre a República, escola e modernidade pedagógica apresentavam-se interligadas e, ao mesmo tempo, expressavam a complexidade de difundir um ideal e de tornar possível sua execução. Os intelectuais da educação falavam da contundente necessidade de modernizar a instrução pública, comentavam através de relatórios, mensagens presi-



denciais e artigos de jornais as mazelas sociais tornando visível a idéia de que a intervenção do Estado na educação era cogente e difundiam os ideais do movimento da Pedagogia Moderna. Mas, por que “Moderna”?

O paradigma do *moderno* que se instala desde o final do século XIX no campo educacional pode ser compreendido como um conjunto de procedimentos, hábitos, pressupostos, questões que orientam reflexões sobre a maneira de ver a realidade. Inserida no processo de construção de um novo pensar pedagógico, a proposta de modernização, entendida como uma intensa revisão crítica das práticas pedagógicas anteriores, adotou modelos de apreensão da instrução a partir da superação teórica e didática. A Pedagogia Moderna apresenta-se não apenas como uma necessidade intelectual ou discurso, mas também como o meio capaz de empreender o progresso almejado. Entretanto, o que seria essa Pedagogia Moderna? O que defendia? Existe algum marco temporal que defina quando começou a ser implantada e quando findou?

Na tentativa de conceituar a Pedagogia Moderna foi possível entendê-la como um movimento renovador das práticas pedagógicas. Caracterizada pela centralização dos processos educativos na criança, pela adequação dos métodos de ensino e aprendizagem à capacidade cognitiva do aluno e pelo aprimoramento das instalações escolares, a Pedagogia Moderna apresentava um conjunto de idéias que se assemelhavam ao movimento da Escola Nova no Brasil. É tênue a linha que as separa. Num momento de maior interferência sobre esse aspecto, é plausível afirmar que a Pedagogia Moderna, assim denominada por intelectuais do final do século XIX, antecedeu o discurso da Escola Nova.

Em defesa da renovação das práticas e princípios da educação, a Pedagogia Moderna, a partir da influência dos estudos da Biologia, da Psicologia experimental e da Pedagogia, questionou as condições de aprendizagem, ou seja, os métodos aplicados e a função dos programas de ensino. Defendia o aluno como o centro do processo de aquisição do conhecimento, a co-educação dos sexos, o ensino da ginásti-



ca, jogos, excursões, a realização de trabalhos manuais com fim educativo e a implantação de laboratórios de Pedagogia prática.

Ao adotar as diretrizes dessa Pedagogia modernizante, as Escolas Normais reorganizaram suas propostas curriculares, incluíram como laboratórios de práticas as Escolas Modelos e Grupos escolares, implantaram o método intuitivo por compreender que o ensino deveria estar embasado na observação dos fatos e em experiências e, assim, deram ênfase no “ver” e “fazer”. Instituíram, também, a ordem e a higiene como conceitos fundamentais para o bom desenvolvimento do ensino, importaram carteiras proporcionais à altura dos alunos, incentivaram a disciplinarização dos corpos e a racionalidade do tempo da escrita e da leitura.

Esses projetos modernizadores agiam visando à alteração do *habitus* pedagógico ao inserir novos preceitos regularizadores da formação docente. Essa renovação escolar, mediada pela transformação do papel e da atividade docente, denunciavam a corrida contra o velho e a busca pelo progresso. A Escola Normal foi o alvo dessas mudanças por ser o *locus* formador das futuras professoras primárias. Não bastava instruí-las; era necessário reformar os padrões de ensino dessa instituição³.

Afinado com as discussões e ações implementadas nas reformas paulistas, o professor sergipano Helvécio de Andrade tinha um discurso tributário às idéias do paulista Caetano de Campos. Este último não foi apenas um administrador; dedicou-se por muitos anos à Medicina, trabalhando na Santa Casa de Misericórdia e na Beneficência Portu-

³ Durante o governo de Prudente de Moraes, Caetano de Campos empreendeu, em 1890, a reforma que marcaria a historiografia educacional como o momento que deu início à modernização do ensino. Como visto em capítulos anteriores, o intuito dessa reforma era criar uma escola que servisse de modelo às instituições de ensino dos outros Estados. A Escola Normal e a Escola Modelo constituíram o núcleo da reforma. Para assumir a direção da Escola Modelo foram indicadas Miss Browne e Maria Guilhermina Loureiro de Andrade. Cf.: SAVIANI, Dermeval. “O Legado educacional do ‘longo século XX’ brasileiro”. In: **O Legado educacional do século XX no Brasil**. Dermeval Saviani ... [et. al.]. – Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 23. – (Coleção Educação Contemporânea).



guesa. Contudo, assim como Helvécio de Andrade, a instrução pública foi para Caetano de Campos um espaço de intensa atuação. Lecionou no Colégio Pestana, na Escola Neutralidade de João Köple e foi indicado pelo professor Rangel Pestana para assumir a direção da Escola Normal em 1890⁴. Apesar de ser ainda um desconhecido no campo, conquistou reconhecimento através do trabalho educacional que empreendeu⁵.

Possivelmente, o encontro dos dois intelectuais da educação ocorreu quando eles trabalhavam nos hospitais anteriormente citados. Também seria provável pensar que confidenciassem suas perspectivas reformadoras, o que planejavam para a educação, para a carreira pública. O levantamento dessas hipóteses revelou pistas que ajudaram a entender o processo de apropriação que Helvécio de Andrade elaborou a respeito da modernização pedagógica aplicada nas reformas paulistas durante sua estada nesta cidade.

Não foi apenas a proximidade com as idéias; a atuação como inspetor escolar em Santos proporcionou a esse professor um contato mais efetivo com as reformas empreendidas durante a administração de Caetano de Campos. Levar essas diretrizes para o campo educacional sergipano foi uma das conseqüências desse fato. Mas não foi apenas Helvécio de Andrade que manteve uma postura de disseminador da modernidade pedagógica; em Sergipe muitos estiveram comprometidos com a difusão desse ideal.

Profusos em retórica, a intelectualidade sergipana vivenciou na passagem do século XIX para o século XX o desencadeamento das letras e instituições voltadas para a fecundação da cultura sergipana. As

⁴ MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça**: o lado noturno das luzes. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1999. p. 174-175. – Coleção Momento.

⁵ GONÇALVES, Gisele Nogueira. A trajetória profissional e as ações de Oscar Thompson sobre a Instrução Pública em São Paulo (1889-1920). São Paulo: PUC. 2002. p. 36. (Dissertação de Mestrado).



instituições beletrísticas⁶, científicas⁷ e educacionais formavam os centros de discussões e foram as responsáveis pela circulação do conhecimento. Os intelectuais que participavam dessas instituições idealizavam a instrução pública como o caminho da salvação social. Ancorados nesse princípio, empreenderam diversas reformas no campo educacional, a saber, a implantação de escolas primárias graduadas, da padronização de métodos de ensino, de investimento na fiscalização escolar, na renovação dos processos de ensino, na formação das normalistas, na organização dos regulamentos que conduziam o ensino secundário, normal e profissionalizante.

Dentre eles, pode-se evidenciar os nomes de Carlos Silveira, professor paulista; Rodrigues Dórea, presidente de Estado; Carvalho Neto, diretor da instrução pública; Graccho Cardoso, presidente de Estado; Manoel Franco Freire, professor e diretor da instrução pública; Augusto da Rocha Lima, professor; Penélope Magalhães, professora, e Helvécio de Andrade, que foi professor e diretor da instrução pública por oito anos e três meses. As tentativas de mudanças na estrutura educacional, consideradas fundamentais nos textos emitidos por alguns desses intelectuais da educação, estavam muitas vezes marcadas por uma possível visibilidade que as propostas de renovação educacional dariam às suas administrações.

Na realidade, falar em modernização pedagógica era o afã do período. Talvez o discurso em si já desse legitimidade e respaldo ao orador. Pensando de outra forma, pode-se supor que os envolvidos

⁶ As instituições beletrísticas existentes em Sergipe: Clube Literário 24 de Julho, Clube Literário Tobias Barreto, Clube Literário Sílvio Romero, Clube Literário Progressista, Centro Literário e Educativo, Grêmio Literário Simão-diense, Hora Literária Sílvio Romero, Hora Literária Tobias Barreto, Hora Literária Fausto Cardoso, Hora Literária Gumercindo Bessa, Hora Literária General Calazans, posteriormente intitulada de Hora Literária do Santo Antônio, Biblioteca Pública Epiphânio Dórea e Academia Sergipana de Letras. Cf.: SOUZA, Cristiane Vitério. **A República das Letras**. 1889-1930. São Cristóvão: UFS, 2001. Monografia (História Licenciatura).

⁷ As instituições científicas presentes no campo intelectual sergipano desse período foram: a Sociedade Médica de Sergipe, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Sociedade de Medicina e Cirurgia de Sergipe, o Instituto Parreiras Horta e Sociedade Odontológica de Sergipe.



com a instrução estivessem desejosos em edificar uma nova cultura escolar, em forjar uma identidade educacional sergipana, ou mesmo em demarcar sua singularidade em relação aos outros Estados. Fruto ou não de discursos produzidos para a posteridade, tanto os relatórios de presidente quanto os enviados pelos diretores de instrução e inspetores falavam em nome da modernização do ensino.

Os interesses políticos também contribuíram para a fixação dos reformadores no campo educacional por permitir a coligação com grupos políticos já consolidados. Essas redes de ligações estabelecidas pelos sujeitos possibilitavam não só a inserção nos grupos como também contribuíam para a consolidação do indivíduo no *campo*. A esse respeito Elias⁸ informa que os agentes constituem teias de interdependências ou *configurações* como estratégia para manter o poder ou mesmo a posição que ocupam na estrutura social.

Em Sergipe, apesar de a atuação política de Helvécio de Andrade não ter sido tão expressiva quanto a sua atuação educacional, foi possível averiguar a determinação que empreendeu na defesa de seus ideais públicos, principalmente no período em que residiu em Maruim. Sustentou no *Jornal de Sergipe* uma propaganda sobre a necessidade da Revisão Constitucional da República e fundou o Partido Revisionista junto com o Padre Dantas e Antônio Motta. A repercussão de suas idéias teve como conseqüência a adesão de quatorze municípios a esse partido.

Além disso, foi um dos primeiros a defender a sucessão do então deputado federal Rodrigues da Costa Dórea ao cargo de presidente de Estado. Helvécio de Andrade difundia as qualidades desse deputado afirmando que este “dispunha de todos os predicados para suceder a situação criada pelos trágicos acontecimentos anteriores: cultura, moderação e honestidade de meios e fins”⁹. O apoio incondicional à candidatura desse político permitiu que Helvécio de Andrade se consoli-

⁸ ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

⁹ ANDRADE, Helvécio de. **Escola Sergipana**. Aracaju: Tipografia do Estado de Sergipe, 1931. p. 1.



dasse no campo político e educacional, isto porque foi nessa administração que conseguiu ter acesso aos cargos públicos educacionais considerados importantes nesse período. Ao assumir a presidência do Estado, Rodrigues da Costa Dórea indicou a Helvécio de Andrade o cargo de Delegado Fiscal do Governo Federal junto ao Atheneu Sergipense.

Os anúncios deixados nos jornais sergipanos pela Delegacia Federal indicavam que esta tinha como função dar instruções para os exames escolares e para os preparatórios do Atheneu Sergipense, promover e fiscalizar concursos e convocar professores para as bancas examinadoras. Assinados pelo delegado federal, os anúncios ocupavam, normalmente, as colunas dos Editais ou Secção livre e tinham vigência de um mês ou mais de publicação, conforme o regimento da lei. Por isso, era comum encontrar a mesma convocatória ou anúncio em diversos exemplares seqüencialmente. Mesmo que esses dispositivos não informassem o desejado sobre a funcionalidade da instituição, tinha muito a dizer sobre o sistema educacional ou, ao menos, sobre as intenções projetadas para a instrução pública; isto porque informavam as regulamentações para o ensino e para os exames preparatórios, as disciplinas exigidas para o ingresso nos cursos superiores, indicavam a documentação determinada para a matrícula nos preparatórios e quais eram os professores convidados para compor as bancas examinadoras.

Localizada nas adjacências do Atheneu Sergipense, colégio onde funcionavam os preparatórios, a Delegacia Fiscal recolhia os requerimentos dos alunos que desejavam submeter-se aos exames, respondendo aos mesmos trâmites aplicados pelo diretor do Ginásio Nacional do Rio de Janeiro. Apesar de os requerimentos serem elaborados pelos próprios alunos, existiam normas definidas pela Delegacia, as quais deveriam ser observadas. Nesses requerimentos os alunos declaravam o curso que pretendiam matricular-se, a idade, a filiação e a naturalidade. Os requerimentos também deveriam ser acompanhados de documentos comprobatórios dos dados expostos e um atestado de identidade assinado pelos pais, tutores ou pessoas conhecidas do aluno requerente; itens criteriosamente avaliados por Helvécio de Andrade



e comissionados. Esses procedimentos relatam o rigor com que eram tratados os exames escolares nesse período.

Helvécio de Andrade permaneceu nesse cargo até o final da administração de Rodrigues Dórea. Antes mesmo de entregar o cargo, esse presidente promoveu a vinda de um professor paulistano para implementar a educação pública sergipana.

As viagens de estudos ou mesmo o empréstimo de técnicos eram práticas correntes na Primeira República; faziam parte da rotina administrativa dos Estados que estavam preocupados em remodelar a instrução pública¹⁰. Consoante a afirmação de Souza¹¹, os educadores paulistas foram contratados por governos de vários estados para participarem do processo de reorganização da instrução pública, bem como foram oferecidos financiamentos para a realização de visitas comissionadas ao Estado paulista. O governo paulista enviou diversos professores para verificar e relatar as práticas modernas de ensino¹².

Na década de 1910, por exemplo, o professor Aprígio Gonzaga foi enviado à República Argentina a fim de verificar como estava sistematizado o ensino primário e normal naquele país¹³. O ponto de partida das observações desse professor foi indagar como funcionava o Conselho Nacional de Educação, órgão encarregado da fiscalização do ensino primário público e particular, do ensino secundário e normal. Investigou ainda como estavam estruturados os laboratórios, os programas de ensino, as práticas e métodos escolares. Constatá-se, a par-

¹⁰ CARVALHO, Marta Maria Chagas de. “Reformas da Instrução Pública”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FÁRIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.226.

¹¹ SOUZA, Rosa Fátima de. “Lições da Escola Primária”. In: **O Legado Educacional no século XX no Brasil**. Demeval Saviani.. [et.al.]. – Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 119. – (Coleção Educação Contemporânea).

¹² SOUZA, Rosa Fátima de. “Lições da Escola Primária”. In: **O Legado Educacional no século XX no Brasil**. Demeval Saviani.. [et.al.]. – Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 119. – (Coleção Educação Contemporânea).

¹³ ANDRADE, Helvécio de. “Velho Thema”. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 21 de Agosto de 1912, ano VI, n. 738 p.1 col. 3.



tir desse relatório, que essas viagens pedagógicas eram realizadas também em outros países além dos Estados Unidos.

Sergipe também não esteve alheio a esses empreendimentos. Os movimentos de renovação escolar foram adotados na gestão do presidente José Rodrigues da Costa Dórea (1909-1911) como procedimentos prioritários para o setor educacional. Esse presidente ficou impressionado com o que presenciou nas visitas que realizou às escolas americanas. Ao ter em vista a necessidades de mudanças estruturais, Rodrigues Dórea convidou Carlos Silveira¹⁴, que também esteve presente nas visitas ao sistema educacional dos Estados Unidos, para implementar essas mudanças e capacitar o sistema educacional de regulamentos e programas que estivessem de acordo com as novas diretrizes da educação paulista, conforme suas palavras, “para favorecer o ensino”¹⁵ sergipano.

Ao chegar em Sergipe em agosto de 1911, o professor paulista acionou a importância da criação de grupos escolares, da instalação de laboratórios para a Escola Normal, da adoção de métodos de ensino, normatização da inspeção escolar, remodelação dos regulamentos da Escola Normal e do ensino secundário. Foram esses os principais aspectos da mudança liderada por esse intelectual. O professor paulista também procurou dar organicidade ao magistério primário. Através de visitas às escolas da cidade, assistia ao trabalho das professoras, conversava com elas e escolhia dentre elas as que deveriam compor o quadro dos grupos escolares criados nessa administração. Além disso, observava as aptidões das professoras, redistribuindo-as pelas classes.

Em apenas quarenta e cinco dias o professor paulista divulgou a nova organização do sistema escolar sergipano e, ao ser aprovada pelo presidente do Estado, foi publicada no *Diário Oficial do Estado de*

¹⁴ Carlos Silveira era diretor do Grupo escolar da Avenida Paulista.

¹⁵ SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em 7 de Setembro de 1910 pelo presidente do Estado José Rodrigues da Costa Dórea.** Aracaju: Typografia d’O Estado de Sergipe, 1910. p. 56.



Sergipe. As reformas iniciaram logo após a data de publicidade e tiveram o intuito de transformar-se num marco para a história da educação sergipana. Os elogios na imprensa e as constantes ênfases sobre a importância dessa reforma delataram o empenho na edificação de uma memória da reforma de 1911.

A representatividade dessa reforma não figurava apenas nos impressos, ela instituiu-se também na construção dos prédios escolares públicos; isso não só por ter reunido as escolas isoladas em um único edifício, mas pela monumentalidade deste. O edifício-escola ou como chamavam na época, a escola-palácio, significava o momento da renovação. A política educacional baseada nos princípios do ideal republicano culminava num processo de reinvenção do espaço escolar e social. Nessa direção, as reformas dos espaços escolares estavam ligadas aos pressupostos pedagógicos que pretendiam inserir novos hábitos e valores para civilizar e homogeneizar a sociedade. A educação tornou-se um símbolo integrado à República pela crença na sua capacidade de regenerar, disciplinar e moralizar¹⁶. Essas reformas urbanas procuraram relacionar as idéias higienistas do final do século XIX com a idéia de uma nova estética preocupada com o aformoseamento das cidades¹⁷.

Essas construções do moderno ou da modernização educacional brasileira como evidenciaram alguns autores foi, no momento de sua formação e por longos anos, importante instrumento de reflexão capaz de garantir, ou melhor, de viabilizar as relações entre diferentes segmentos sociais, de promover a sustentação das articulações do Estado com a sociedade civil, especialmente dos intelectuais com o Esta-

¹⁶ VEIGA, Cynthia Greive. "Educação estética para o povo". In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FÁRIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 531.

¹⁷ VALENÇA, Cristina de Almeida. "Escola-Palácio: a monumentalidade e a educação estética do ideário da modernização pedagógica em Aracaju. (1911-1928)". In: **Anais da 7ª Semana de História, 26 a 30 de janeiro de 2004**: a historiografia de Maria Thetis Nunes. Universidade Federal de Sergipe. CECH, Departamento de História. – São Crisóvão, SE: Departamento de História, 2004. p. 86.



do, ou mesmo com a cultura. Além disso, possibilitou estabelecer os limites e diretrizes para o processo de constante reconstrução do imaginário social.

As construções dos prédios da Escola Normal, Grupo Escolar Modelo e Grupo Escolar Central estavam relacionados ao ideário de propagação de uma nova ordem que creditava à educação o meio de instauração do progresso. Foi a partir desse princípio que se promoveu a construção das escolas-monumentos. Viñao Frago¹⁸, ao analisar a disseminação desse modelo escolar, estabelece a relação entre os preceitos pedagógicos e os arquitetônicos. A confluência deles permitia o acesso à organicidade do modelo escolar defendido pela Pedagogia Moderna.

Esses projetos atrelavam a retórica arquitetônica à racionalidade pedagógica, reinventando a escola, tornando-a um símbolo de progresso. O prédio da Escola Normal foi um exemplo desse ideário. Seu projeto compreendia uma série de dispositivos que iriam conferir à escola uma dimensão esperada pelo imaginário republicano. Esses dispositivos estavam acompanhados pela orientação de um espaço escolar saudável.

Monumental em sua fachada, o novo prédio estava localizado na praça Olímpio Campos, suas instalações compreendiam boas condições de iluminação e ventilação. A disposição das salas de aula facilitava a fiscalização dos bedéis, além delas, no edifício eram encontradas salas destinadas ao atendimento médico e dentário, sala da diretoria, dependências sanitárias e biblioteca. Essas dependências eram ligadas por corredores e no centro figurava um grande pátio, à semelhança de um claustro, dedicado aos momentos de lazer de modo que as jovens pudessem ser bem visualizadas pelos próprios professores¹⁹.

¹⁸ VIÑAO FRAGO, Antonio. "La renovación de la organización escolar: la escuela graduada". In: SATUER, G. O. (coord.). **Psicología y pedagogia em la primeira mitad del siglo XX**. Madrid, UNED Ediciones, p. 77. (Cuadernos de la UNED).

¹⁹ VALENÇA, Cristina de Almeida. **Entre livros e agulhas: representações da cultura escolar feminina na Escola Normal em Aracaju. 1871-1931**. Aracaju: Nossa Gráfica, 2005. p. 47.



O empenho do professor Carlos Silveira no desenvolvimento dessa reforma foi o suficiente para insuflar desentendimentos e rixas com alguns políticos sergipanos. Espaçadamente, Helvécio de Andrade informou sobre o episódio que provocou a volta do professor a São Paulo. O professor sergipano relatou apenas que, por causa de um mal entendido “nascido de tendenciosas informações e aceitas sem exame”²⁰, determinou o afastamento de Carlos Silveira, sustando o andamento da reforma que iniciou.

A retirada imprevista do orientador e as polêmicas dela decorrentes causaram impressões de desagrado com a política vigente. Foi registrado um manifesto das normalistas reivindicando a volta do professor paulista. No dia seguinte ao da rescisão do contrato do professor paulista, elas escreveram nos quadros negros da escola “Viva ao Dr. Carlos Silveira”. Helvécio de Andrade narrou o episódio revelando que um grupo de quartanistas chefiado pela aluna mais distinta da turma dirigiu-se ao Palácio Presidencial e solicitou o comparecimento do presidente Siqueira de Menezes.

Na presença do administrador do Estado lavraram seu protesto afirmando que caso o professor paulista não fosse readmitido, elas deixariam a escola naquele mesmo dia²¹. “O velho general”, como o invocou Helvécio de Andrade, “coçou a barba” e não disse mais nada que “meninas tenham juízo!”. Sobre esse fato Helvécio de Andrade questionou o poder, ou mesmo, a prepotência da política sobre a Instrução Pública. Ao retornar para São Paulo, Carlos Silveira passou a atuar como professor do Instituto Pedagógico²².

²⁰ ANDRADE, Helvécio de. **Escola Sergipana**. Aracaju: Tipografia do Estado de Sergipe, 1931. p. 1-2.

²¹ ANDRADE, Helvécio de. **Escola Sergipana**. Aracaju: Tipografia do Estado de Sergipe, 1931. p. 1-2.

²² SERGIPE. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado pelo Dr. Helvécio de Andrade**. Aracaju: Tipografia do O Estado de Sergipe, 1914. p. 06.



Muitos dos objetivos idealizados pelo professor paulista só foram realmente colocados em prática tempo mais tarde. A inspeção escolar foi um deles. Apenas em 1912 as inspeções foram reorganizadas com o fim de incentivar a regularidade e o aperfeiçoamento do ensino. Apesar de todas as esperanças depositadas nesse veículo demonstradas pelo afã com que foram escritos os relatórios, a inspeção deixava dúvidas quanto ao seu rigor, conforme reclamava Helvécio de Andrade num escrito sobre a escola sergipana²³.

Esse não foi o único imprevisto do governo de Rodrigues Dórea (1909-1911). Apesar de Aracaju ser nessa época uma cidade que não estava adversa a novas idéias, o campo político caracterizado pelo domínio da oligarquia olimpista²⁴ estava desgastado desde o assassinato do líder opositor Fausto Cardoso, provocando dissidências que resultariam no enfraquecimento do grupo de que Rodrigues Dórea era representante²⁵. Desde que assumiu a presidência do Estado, em 1909, contemplou os conflitos e descontentamentos gerados a partir das reformas empreendidas.

As iniciativas desse presidente tinham como objetivo superar o quadro político adverso, principalmente em relação ao sistema educacional. Como em todos os relatórios elaborados pelos presidentes, Rodrigues Dórea também credita ao seu governo os esforços para superar os problemas educacionais e refere-se, longamente, às divergên-

²³ ANDRADE, Helvécio de. **Escola Sergipana**. Aracaju: Tipografia do Estado de Sergipe, 1931.

²⁴ Olímpio Campos, fora convidado a participar de uma reunião na qual foi convidado a assumir a presidência do Estado, apesar de não se julgar propagandista da República, assumiu em 1898 e deixou o cargo apenas em 1902, fato que o consumou no campo político. WYNNE, Pires. **História de Sergipe**. (1575-1930). vol. I. Rio de Janeiro: Pongetti, 1973. p. 353.

²⁵ Liderado pelo Monsenhor Olímpio Campos, esse grupo político manteve sua supremacia do ano de 1898 até 1911. Esse político exerceu por muitos anos grande influência como senador. O episódio conhecido como Revolta de 1906 foi narrado pela historiografia sergipana como um acontecimento trágico por ter levado à morte de Fausto Cardoso no momento em que as Tropas do Exército destituíram os revoltosos do poder. Em seguida, Olímpio Campos foi assassinado pelos filhos de Fausto Cardoso por acreditar que o mentor da morte do pai. DANTAS, Ibarê. **Os partidos políticos em Sergipe** (1889-1964). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.



cias em relação às suas ações no Estado. Certamente o retorno do professor paulista, Carlos Silveira, foi gerado a partir dessas querelas políticas.

As especificações implantadas nessa reforma implicavam medidas criteriosas para as mudanças pretendidas por Carlos Silveira. O próprio Rodrigues Dórea reconhecia que era necessário suplantiar os antigos padrões de ensino “feitos por métodos atrasados, e ministrados por docentes muitas vezes catados entre os protegidos e afilhados sem atender às aptidões e competência, e só com interesse de dar empregos”²⁶. Outras providências também foram tomadas. Em 1911, ano que o professor Carlos Silveira voltou a São Paulo, Helvécio de Andrade foi nomeado por Rodrigues Dórea lente das Cadeiras de Pedagogia, Pedologia e Higiene Escolar da Escola Normal. Assumiu as cadeiras e com a pretensão de executar as diretrizes definidas pela reforma, definiu um programa para a Cadeira que iria ocupar.

Com o objetivo de despertar o interesse pela ciência da educação, divulgar sua importância e vantagem no preparo do homem para a vida social, Helvécio de Andrade publicou no *Correio de Aracaju*, em primeiro de dezembro de 1911, uma série de sete artigos com o título “Sobre a nova cadeira de Pedagogia da Escola Normal”, abordando, de forma geral, a necessidade de despertar no aluno as vantagens do saber, de cultivar a inteligência. Entretanto, para isso não bastaria apenas prover o aluno de bons livros e de bons mestres, mas educar sua vontade, civilizá-lo. O programa instituído por Helvécio de Andrade estava afinado com as idéias defendidas pela Reforma de Caetano de Campos implantada em São Paulo.

O diagnóstico do sistema educacional enfatizado nos primeiros artigos demonstrava não só o modo como Helvécio de Andrade percebia a instrução, como também servia como uma estratégia para cal-

²⁶ SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em 7 de Setembro de 1910 pelo presidente do Estado José Rodrigues da Costa Dórea.** Aracaju: Typografia d’O Estado de Sergipe, 1910, p. 50-51.



çar seu discurso. Diante de suas observações, a instrução pública era a mesma de trinta anos atrás, com a diferença de que antes a fiscalização era mais rigorosa. Apontou alguns erros implantados nas instruções relativas à organização, às disciplinas, aos programas e aos métodos utilizados. Suas ressalvas enfatizavam o uso indiscriminado da memorização e dos castigos físicos como processos de ensino correntes nas escolas sergipanas. Disse Helvécio de Andrade: “o b-a-bá, o estudo decorado da taboada, da orthographia, e até a cartilha, isso que em toda parte não é mais que uma lembrança do passado, continúa a estimular os cérebros infantis”²⁷.

Ressaltados por esse professor como o maior símbolo de atraso, os castigos físicos eram o meio disciplinar mais utilizado nas escolas sergipanas, principalmente as de ensino primário. Conforme acreditava, esse método produziria apenas meninos neurastênicos que estudavam mais pelo “terror da fêrula” que por amor ao saber, ou mesmo, crianças negligentes que se habituavam aos castigos e relaxavam. A escola moderna não poderia mais submeter-se aos processos condenados pela ciência pedagógica, afirmava Helvécio de Andrade. Suas premissas sobre a condenação aos castigos físicos estavam pautadas nos fundamentos da metodologia implantada por Carlos Silveira na reforma de 1911. Ao tecer suas argumentações contra o uso da palmatória, Helvécio de Andrade lembrou do seguinte episódio ocorrido ainda no período da administração de Carlos Silveira.

Em um móvel de uma das mobílias recolhidas ao primeiro grupo escolar organizados este ano, encontrou o dr. Carlos Silveira uma palmatória. Logo que a proprietária do amável traste deu pela sua falta, foi um tanto commovida pedir licença para verificar se estavam no dito móvel uns papeis que lhe eram pertencentes. O distincto educador, risonho respondeu:

²⁷ ANDRADE, Helvécio de. “Sobre a nova cadeira de Pedagogia da Escola Normal II”. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 6 de dezembro de 1911, ano VI, n. 634. p.2.col. 2.



lá só havia isso, cujo cabo desastradamente quebrei. Peço desculpas do prejuízo que involuntariamente dei a v. ex.²⁸.

Helvécio de Andrade dispôs em seus artigos que a cadeira de Pedagogia, “indispensável ao preparo do mestre primário”, não correspondia aos desígnios da sua importância. Propôs, então, o acréscimo de noções de Higiene Escolar, Psicologia e Pedologia. Esse programa foi elaborado com a colaboração do professor paulista que auxiliou Helvécio de Andrade na escolha dos assuntos abordados, na seleção dos livros e conceitos que deveriam ser discutidos em sala de aula.

Dentre as principais obras pesquisadas por Helvécio de Andrade na elaboração do novo programa estavam as obras de Mantavani, Pinheiro Bittencourt, Lolai at Picaret, Vieira de Melo, Felisberto de Carvalho, Faria de Vasconcelos, o professor americano S. Welck, a Revista de Ensino de São Paulo, as anotações da prática escolar dos Estados Unidos - observadas por Carlos Silveira em uma viagem realizada anos anteriores - e um artigo escrito por Carlos Escobar sobre a ‘Leitura Analítica’. Com essa literatura, Helvécio de Andrade elaborou o programa e um ensaio sobre Pedagogia, que seria posteriormente publicado.

Com o programa elaborado pelo professor de Pedagogia da Escola Normal, as quantidades de aulas aumentaram significativamente passando a compor a carga horária de duas horas a mais por dia para as turmas do segundo, terceiro e quarto anos. No entanto, uma outra dificuldade era apontada por Helvécio de Andrade: a falta de livros didáticos que servissem de guia no ensino da disciplina. O livro até então utilizado pelas normalistas era *Apostillas de Pedagogia*, elaborado pelo Professor Balthazar Góes. Mas “o livrinho do eminente professor não podia satisfazer as exigências do programma requerido”²⁹, dizia

²⁸ ANDRADE, Helvécio de. “Sobre a nova cadeira de Pedagogia da Escola Norma III”. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 8 de dezembro de 1911, ano VI, n. 635. p.2.col. 2.

²⁹ ANDRADE, Helvécio de. “Sobre a nova cadeira de Pedagogia da Escola Norma IV”. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 10 de dezembro de 1911, ano VI, n. 636. p.2.col. 2.



Helvécio de Andrade. O conteúdo abordado pelo professor Baltazar Góes não diferia muito do livro de Pedagogia elaborado, em 1913, por Helvécio de Andrade. Talvez essa fosse uma tentativa de desmerecer o texto de Pedagogia existente desde 1905 e, ao mesmo tempo, projetar-se como o articulador dos conhecimentos pedagógicos.

Nesse programa, a Pedologia e a Psicologia eram as principais ciências que davam suporte ao ensino da Pedagogia. Conforme entendia Helvécio de Andrade, a Psicologia fornecia o conhecimento da mente, através da qual se sustentava o princípio da educação pelos sentidos³⁰. Já a Pedologia possibilitava ao professor acompanhar as fases do desenvolvimento orgânico da criança, observava as individualidades e as aptidões mentais, ensinava como se organiza uma escola, como o professor deveria dirigir a classe, quais os métodos e processos de ensino cuja escolha deveria estar sujeita ao tipo físico e idade do aluno, ditava como o professor deveria obter a disciplina, a ordem e a moralidade, além de informar as regras e preceitos da educação física, moral e cívica³¹. Helvécio de Andrade acreditava que a Pedologia operava uma revolução salutar no ensino público; isto porque “antigamente o professor era tudo, a creança nada (...) De uns trinta anos pra cá o estudo da creança começou de merecer particular atenção dos educadores. A creança é, e deve ser, o alvo de todas as nossas atenções”³².

Adicionadas ao curso de Pedagogia, as noções de higiene foram consideradas imprescindíveis, principalmente a partir de 1904, data que marcou o Congresso médico-pedagógico que ocorreu em

³⁰ ANDRADE, Helvécio de. “O problema máximo”. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 16 de fevereiro de 1913, ano VI, n. 816. p. 2. col. 02.

³¹ Sobre esse aspecto Grunennvaldt considerou que “uma nova escola era concebida, valorizando-se temas como jogos, a educação dos sentidos, a vontade e o interesse da criança, entre outros mais, constituindo-se eles como novos elementos educativos.” Cf.: GRUNENVALDT, Ana Carrilho. **Europa, Brasil e Sergipe**: desvendando as trilhas da Educação Física. Campinas, SP: [s.n.], 2005. (Doutorado em Educação).

³² ANDRADE, Helvécio de. “Sobre a nova cadeira de Pedagogia da Escola Norma VI”. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 15 de dezembro de 1911, ano VI, n. 638. p. 2. col. 2.



Nuremberg. Nesse congresso, a principal pauta estava relacionada à necessidade de associar o trabalho médico à família e ao preceptor. O programa de Pedagogia delimitou as regras da higiene escolar em duas fases: a profilática e a educativa. Dizia Helvécio de Andrade ao finalizar o programa: “para o bom êxito do ensino conto com o interesse dos alumnos e a colaboração dos poderes públicos, [...] que, espero, dotará o ensino de alguns instrumentos necessários ao estudo dos sentidos e à anthropomotria escolar, aparelhos simples e de pouco custo”³³.

Em outubro de 1911, Helvécio de Andrade foi convidado para discursar sobre a natureza humana numa conferência realizada no salão da Escola Normal. Ao desenvolver o tema proposto pelos organizadores do evento, sua preleção teve como título “O Homem e a Natureza”, através da qual explanou suas idéias com base na Psicologia e nos conhecimentos médicos, legado de sua formação. Depois das palestras de Rodrigues Dórea sobre “Aspectos da Natureza” e a de Leonardo Leite, “Moral através da Humanidade”, Helvécio de Andrade foi apresentado e iniciou seu discurso”³⁴.

Nessa conferência, ele apresentou a hipótese de que o homem é um ser espiritualista por natureza. Negar a alma seria destruir todo o conhecimento da Psicologia, defendia o médico sergipano. Para sustentar suas observações, citou Platão, afirmando que este acreditava na existência de uma alma que dominava e dirigia o corpo. Diante dessa prerrogativa enfatizava a importância da Psicologia experimental nos estudos biológicos e educacionais. Condenou Kant ao enfatizar que este filósofo não considerava que a Psicologia fosse uma ciência e, como consequência dessa assertiva, houve um retrocesso no desenvolvimento dessa disciplina. Finalizou sua preleção asseverando que

³³ ANDRADE, Helvécio de. “Sobre a nova cadeira de Pedagogia da Escola Norma VII”. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 17 de dezembro de 1911, ano VI, n. 639. p. 2. col. 2.

³⁴ ANDRADE, Helvécio de. “O Homem e sua Natureza”. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 4 de outubro de 1911, ano V, n. 608. p.1. col. 2.



RODRIGUES DÓREA, CARLOS SILVEIRA E HELVÉCIO DE ANDRADE

A doutrina da união substancial da alma e do corpo está em harmonia perfeita com o objeto da Psychologia, e só ela tem a elasticidade e a propriedade precisas para compreender o vasto domínio dos phenomenos externos e internos, o que dá à Psychologia um lugar muito saliente no quadro das sciencias necessárias à educação³⁵.

Após um ano de magistério, Helvécio de Andrade, com o apoio da imprensa sergipana, publicou algumas das aulas ministradas na Escola Normal. Numa série denominada *Assumptos Pedagógicos* divulgou temas como o ensino da leitura analítica³⁶, o ensino intuitivo na História Natural³⁷, como se organiza uma classe³⁸, a importância dos jogos escolares e da ginástica para a higiene da mente e o desenvolvimento do corpo³⁹. Além desses, publicou as lições de Pedologia⁴⁰ e discutiu, numa seqüência de três artigos, quais seriam as influências que a escola exerceria no desenvolvimento da criança⁴¹.

Na maioria dos aspectos abordados percebe-se a presença dos ideais pedagógicos empregados na reforma de 1911; a persistência nesses temas demonstrava a relevância que eles tinham tanto para Helvécio de Andrade como para Rodrigues Dórea e Carlos Silveira. Dessa forma, inserir os princípios amparados pela Pedagogia Moderna

³⁵ ANDRADE, Helvécio de. "O Homem e a sua Natureza: conferência realizada na Escola Normal de Aracajú pelo Dr. Helvécio de Andrade". In: **Correio de Aracaju**. Aracaju, 4 de outubro de 1911, ano V, n. 608. p.1. col. 2.

³⁶ ANDRADE, Helvécio de. "Assuntos Pedagógicos: como se ministra a leitura analytica." **Correio de Aracaju**. Aracaju, 3 de Março de 1912, ano VI, n. 668. p. 2. col. 2.

³⁷ ANDRADE, Helvécio de. "Assuntos Pedagógicos: ensino intuitivo na História Natural." **Correio de Aracaju**. Aracaju, 1 de Março de 1912, ano VI, n. 667. p. 2. col. 3.

³⁸ ANDRADE, Helvécio de. "Assuntos Pedagógicos: como se organiza uma classe." **Correio de Aracaju**. Aracaju, 6 de Março de 1912, ano VI, n. 669. p. 2. col. 1.

³⁹ ANDRADE, Helvécio de. "Assuntos Pedagógicos." **Correio de Aracaju**. Aracaju, 28 de Fevereiro de 1912, ano VI, n. 660. p. 1. col. 2.

⁴⁰ ANDRADE, Helvécio de. "Assuntos Pedagógicos: uma lição de Pedologia." **Correio de Aracaju**. Aracaju, 19 de Abril de 1912, ano VI, n. 686. p. 2. col. 2.

⁴¹ ANDRADE, Helvécio de. "Assuntos Pedagógicos: como se ministra a leitura analytica." **Correio de Aracaju**. Aracaju, 10 de Abril de 1912, ano VI, n. 682. p. 2. col. 3.



através das aulas e de artigos noticiados nos jornais locais seria um diferencial que marcou a atuação desses reformadores na difusão das idéias do movimento renovador da instrução.

Em 1912, Helvécio de Andrade participou do segundo congresso brasileiro de instrução primária e secundária que aconteceu em Belo Horizonte. Dentre os temas apresentados estavam a formação dos professores, a educação profissional feminina e as condições do ensino secundário. As teses proferidas nesse encontro foram elencadas por Helvécio de Andrade e publicadas no *Correio de Aracaju*. Nesse artigo elas foram organizadas dentro da seguinte temática centrada em questões a respeito da instrução primária, seguidas das que explanavam sobre a instrução secundária.

Feitas as devidas considerações sobre elas, o professor de Pedagogia da Escola Normal analisou as questões referentes à instrução profissionalizante e às diretrizes do ensino moral. Esta última inscreve-se nessas alocações como a matriz primordial para a instrução pública. Como professor, Helvécio de Andrade acreditava na capacidade civilizadora do ensino da Moral e da Religião. Nesse mesmo ano, ele foi designado para assumir a cadeira de Ciências Físicas e Naturais da Escola Normal. No entanto, esse não foi o único encontro de que Helvécio de Andrade participou.

Em 1913, esteve presente no congresso realizado na Bahia, o qual teve como tema principal a defesa da unificação federal dos cursos normais sob o padrão da Escola Normal de São Paulo. Escolhida para representar os municípios do Norte e Nordeste, a Bahia recebeu, nesse período, importantes intelectuais da educação que proferiram palestras, em sua maioria, sobre os problemas e as possíveis soluções para o sistema educacional do País. A preleção dirigida por Helvécio de Andrade apontava as transformações empreendidas na Escola Normal a partir da reforma de 1911, a implantação dos Grupos Escolares e a eficiência das inspeções que, em suas palavras, “faz com que tudo se saiba e se comente em 3 dias, nos mais afastados centros de população interiores”⁴².

⁴² ANDRADE, Helvécio de. “3º Congresso de Instrução primária e secundária”. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 31 de julho de 1913, ano VI, n. 945, p. 1. col. 3.



A tese apresentada por esse professor teve como título “A quem deve caber a responsabilidade do ensino primário: à Nação, aos Estados ou aos Municípios?”, através da qual ele defendeu que o ensino primário deveria ser regido pela Nação; isto porque acreditava que o município não tinha condições estruturais e financeiras para prover a instrução primária por sua amplitude e graus de necessidades. Afirmava “confiar ao município, que irrisão! Tal tarefa, o ensino primário, seria retrogradar aos tempos coloniais [...] uma tal tarefa nem é digna de discussão”⁴³.

Antes mesmo de enunciar a citada tese, Helvécio de Andrade foi convidado, em fevereiro desse ano, a escrever um artigo para o *Jornal do Commercio*⁴⁴ delineando os aspectos necessários para a reforma da instrução primária sergipana. Intitulado como “O Problema Máximo”, também publicado também pelo *Correio de Aracaju*, descreveu as dificuldades de implantar um sistema educacional à semelhança do que estava aplicado em São Paulo, por conseqüência de uma série de problemas estruturais do campo educacional sergipano. Discorreu, assim, sobre a possibilidade de adaptar as diretrizes modelares às necessidades mais aparentes.

Ao voltar de Salvador, em 1913, Helvécio de Andrade foi recebido com as honras ritualmente cedidas aos homens públicos considerados importantes pela elite política. Representar Sergipe num dos mais comentados congressos de instrução foi a oportunidade de demonstrar a sociedade aracajuana seu empenho pela educação, mas, além disso, foi a garantia de consolidar-se no campo. O reconhecimento de sua empreitada intelectual foi marcado pelo momento

⁴³ Idem. p. 1. col. 3.

⁴⁴ Sobre o mencionado jornal Helvécio de Andrade escreveu: “o velho órgão fluminense, que tamanho prestígio exerce na opinião do paiz, alistou-se, em boa hora, nas fileiras dos temidos paladinos do maior problema actual brasileiro, do qual dependem a força moral, a segurança e o valor da República”. Referia-se à instrução pública. Cf.: ANDRADE, Helvécio de. “O Problema Máximo”. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 16 de fevereiro de 1913, ano VI, n. 816. p. 2.col. 3.



em que o presidente Siqueira de Menezes⁴⁵, presente na festa de recepção, nomeou Helvécio de Andrade como Diretor da Instrução Pública, cargo que exerceu cumulativamente ao de diretor da Escola Normal e do Grupo Escolar anexo destinado à prática das normalistas e o desempenhou até de 1918, final da administração do General Valladão.

Nesse ensejo, iniciou em sete de setembro de 1913, na Escola Normal, uma série de palestras chamadas de “Conferências cívicas e pedagógicas” e a primeira esteve sob a responsabilidade do Cônego Lima. Através delas, tanto os professores quanto as alunas teriam a oportunidade de declamar poesias, ministrar aulas sobre as datas cívicas e explicar sobre os fins da educação. Parte integrante das novas práticas pedagógicas propostas por Helvécio de Andrade durante o período em que foi diretor da Escola Normal. Em 1914, implementou seus projetos quando inaugurou uma biblioteca nessa instituição com o objetivo de contribuir para a aprendizagem das futuras professoras primárias do Estado. Transformou a biblioteca em um espaço próprio para as preleções⁴⁶.

Foi possível apreender que as ações de Rodrigues Dórea, Helvécio de Andrade, Carlos Silveira e Baltazar Góes direcionadas para a implantação dos ditames da Pedagogia Moderna nas escolas possibilitaram uma leitura da influência do movimento modernizador em Sergipe. Como difusores dessa modernização pedagógica, esses reformadores, mediarão a construção de uma cultura escolar sergipana baseada em um novo fazer pedagógico com a introdução de novos métodos de ensino, novas práticas pedagógicas e higienistas.

⁴⁵ O general Siqueira de Menezes governou Sergipe de 24 de outubro de 1911 a 29 de julho de 1914. Foi um dos militares que participaram da Guerra de Canudos e foi membro do diretório central do Partido Republicano Conservador. A fundação desse partido pelos líderes salvacionistas operava, conforme Dantas, em prol da reorganização das forças políticas servindo de base à formação de uma nova oligarquia consolidada por Oliveira Valladão. Cf.: DANTAS, Ibarê. **Os partidos políticos em Sergipe** (1889-1964). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p. 63.

⁴⁶ SERGIPE. **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. General Presidente do Estado em 15 de Agosto de 1914 pelo Diretor Geral da Instrução Pública Helvécio de Andrade**. Aracaju: Tipografia do O Estado de Sergipe, 1914.



RODRIGUES DÓREA, CARLOS SILVEIRA E HELVÉCIO DE ANDRADE

Eles também enfatizavam a importância de medidas que deveriam ser desenvolvidas no sentido de uniformizar o sistema de ensino, o método, a definição dos conteúdos, as normas que deveriam ser seguidas pelas escolas e a seleção prévia dos livros didáticos. Apesar desses reformadores não terem sido os pioneiros a difundir as idéias da Pedagogia Moderna em Sergipe, tiveram uma produção bastante significativa a esse respeito. Os mecanismos de difusão das suas idéias refletiam a posição que ocupavam no *campo educacional*. Dentre eles, a imprensa sergipana com os artigos, folhetos, ensaios e livros; as salas de aula da Escola Normal e as conferências pedagógicas no salão da Hora Literária, do Centro Pedagógico Sergipano e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. As idéias que defendiam eram *apropriações* efetuadas da aproximação com as reformas e produções dos intelectuais da educação de São Paulo. Principalmente, do pensamento dos intelectuais da educação envolvidos com a propagação da Escola Nova e da Escola Ativa, como de Lourenço Filho, Sampaio Dórea, Caetano de Campos, Afrânio Peixoto e Farias de Vasconcellos.

Os projetos desses reformadores e, principalmente, de Helvécio de Andrade deram uma nova configuração aos problemas educacionais. Tratados a partir de uma perspectiva cultural, justificava suas pretensões de elevar o nível da instrução pública com o fim de proporcionar o desenvolvimento social, de civilizar.



BIBLIORAFIA

- ANDRADE, Helvécio de. **Escola Sergipana**. Aracaju:Tipografia do Estado de Sergipe, 1931.
- _____. “Velho Thema”. **Correio de Aracaju**, Aracaju, 21 de Agosto de 1912, ano VI, n. 738. p.1 col. 3.
- _____. “Sobre a nova cadeira de Pedagogia da Escola Normal II”. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 6 de dezembro de 1911, ano VI, n. 634. p. 2. col. 2.
- _____. “O problema máximo”. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 16 de fevereiro de 1913, ano VI, n. 816. p. 2. col. 02.
- _____. “O Problema Máximo”. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 16 de fevereiro de 1913, ano VI, n. 816. p. 2. col. 3
- _____. “O Homem e a sua Natureza: conferência realizada na Escola Normal de Aracajú pelo Dr. Helvécio de Andrade”. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 4 de outubro de 1911, ano V, n. 608. p.1. col. 2.
- _____. “Assuntos Pedagógicos: como se ministra a leitura analytica.” **Correio de Aracaju**. Aracaju, 3 de Março de 1912, ano VI, n. 668. p. 2. col.2.
- _____. Assuntos pedagógicos: uma lição de Pedologia. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 19 de Abril de 1912, ano IV, n. 689. p. 3. col. 2.
- _____. “3º Congresso de Instrução primária e secundária”. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 31 de julho de 1913, ano VI, n. 945. p. 1. col. 3.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. “Reformas da Instrução Pública”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- DANTAS, Ibarê. **Os partidos políticos em Sergipe** (1889-1964). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ONÇALVES, Gisele Nogueira. A trajetória profissional e as ações de Oscar Thompson sobre a Instrução Pública em São Paulo (1889-1920). Dissertação. São Paulo: PUC. 2002.



GRUNENVALDT, Ana Carrilho. **Europa, Brasil e Sergipe: desvendando as trilhas da Educação Física**. Campinas, SP: [s.n.], 2005. (Doutorado em Educação).

HERSCHMANN, Micael M. e PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. “O Imaginário moderno no Brasil”. In: **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Micael M. Herschmann e Carlos Alberto Messeder Pereira (orgs.) – Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1999. – (Coleção Momento).

NUNES, Clarice. “(Des)encantos da Modernidade Pedagógica” In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SAVIANI, Dermeval. “O Legado educacional do ‘longo século XX’ brasileiro”. In: **O Legado educacional do século XX no Brasil**. Dermeval Saviani ... [et. al.]. – Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 23. – (Coleção Educação Contemporânea).

SOUZA, Cristiane Vítório. **A República das Letras. 1889-1930**. São Cristóvão: UFS, 2001. Monografia (História Licenciatura).

SOUZA, Rosa Fátima de. “Lições da Escola Primária”. In: **O Legado Educacional no século XX no Brasil**. Dermeval Saviani.. [et.al.]. – Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 119. – (Coleção Educação Contemporânea).

VALENÇA, Cristina de Almeida. “Escola-Palácio: a monumentalidade e a educação estética do ideário da modernização pedagógica em Aracaju. (1911-1928)”. In: **Anais da 7 semana de História, 26 a 30 de janeiro de 2004: a historiografia de Maria Thetis Nunes**. Universidade Federal de Sergipe. CECH, Departamento de História. – São Cristóvão, SE: Departamento de História, 2004.

_____. **Entre livros e agulhas: representações da cultura escolar feminina na Escola Normal em Aracaju. 1871-1931**. Aracaju: Nossa Gráfica, 2005.



VEIGA, Cynthia Greive. “Educação Estética para o povo.” In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VIÑAO FRAGO, Antonio. “La renovación de la organización escolar: la escuela graduada”. In: SATUER, G. O. (coord.). **Psicología y pedagogia em la primeira mitad del siglo XX**. Madrid, UNED Ediciones. p. 77. (Cuadernos de la UNED).

WYNNE, Pires. **História de Sergipe**. (1575-1930). vol. I. Rio de Janeiro: Pongetti, 1973.



PROFESSOR FÉLIX D'ÁVILA:
80 ANOS DE UMA HISTÓRIA
DE PODER A SERVIÇO DA
EDUCAÇÃO FÍSICA

Néviton Felipe da Silva*

RESUMO

Esse estudo trata de analisar a trajetória do Professor Félix d'Ávila e sua importante contribuição ao desenvolvimento e solidificação do ensino da Educação Física no estado de Sergipe. Dar-lhe um perfil pessoal e profissional através de uma abordagem de caráter biográfico, transformou-se num dos principais objetivos ao se tentar analisar a vida do Professor Félix d'Ávila. A monografia ao se inserir nesse tipo de categoria de análise do sujeito em suas vertentes não convencionais, nos dá a condição de vermos o ser humano a partir de um olhar mais rebuscado que transcende sob o princípio de características construídas em torno de um lugar comum. Vemos isso como a busca por um formato de observação científica que se aproxima de uma perspectiva em torno das particularidades que compõem o arcabouço de uma personagem e seu raio de ação como fruto das relações sociais perante o contexto no qual se está inserido.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física, Sergipe, biografia.

* Licenciado em Educação Física/UFS/NPGED. Professor da Rede Estadual de Ensino de Sergipe



INTRODUÇÃO

O presente texto busca em sua síntese analisar, ainda que, de forma não tão aprofundada e substancial em todas as suas principais passagens, a vida e a trajetória do Professor Félix d'Ávila no que se refere aos aspectos funcionais que construíram e sedimentaram a sua formação pessoal, acadêmica e profissional ao longo dos seus 80 anos de existência. Para isso, se fez necessário através do uso do expediente de duas entrevistas, fazer um apanhado histórico do biografado nos períodos referentes à sua infância, passando pela juventude até chegar à formação adulta no que tange às suas respectivas realizações e o seu conseqüente pioneirismo no que se refere à Educação Física e a sua introdução como um Curso de caráter superior no estado de Sergipe. Esse estudo biográfico insere-se no campo da História da Educação, posto que, enxergamos na biografia uma rica fonte engrandecedora da pesquisa e, essencial na constituição do sujeito como formador e consumidor de cultura, atuando diretamente no processo de recriação e modernização da sua própria história.

Nesse sentido é de suma importância se discutir e analisar o importante papel que a biografia tem assumido no processo de edificação e desenvolvimento da História ao longo do tempo. História essa que é pontuada e diagnosticada do ponto de vista biográfico, por relatos que se pretendem fazerem autênticos e o mais próximo possível da realidade no que diz respeito a determinados períodos, fatos e ao estudo detalhado da vida de algumas personalidades. No nosso caso em especial, uma personalidade ligada ao campo da Educação. Segundo Vavy Pacheco Borges “pode-se ver como biografia diversos tipos de texto – desde um verbete em dicionários de figuras políticas, literárias, até relatos em filmes, documentários, programas de televisão e etc.” (BORGES, 2006, p.204).

A biografia se constrói como fruto de um compêndio de documentações que compõem a memória, seja ela, coletiva ou individual das pessoas em torno do universo de um ser humano que foi escolhido para ser dissecado em suas particularidades e principalmente suas



“virtudes”, fruto do olhar e da visão pessoal que o biógrafo construiu do seu biografado e que tenta passar aos leitores através do seu texto. Vemos, entretanto, que a biografia passou por um certo período claudicante, tentando de certa forma ratificar a sua legitimidade como um conteúdo de cunho estritamente histórico, isto é, que fizesse parte e que tivesse um posicionamento e conceituação históricos. Vavy Pacheco Borges remete-se a Georges Duby na confirmação dessa constatação quando o mesmo ressalta na sua fala que

Eu poderia, por exemplo, deplorar que a biografia – para dizer a verdade, dentre, os gêneros históricos, um dos mais difíceis – tenha sido, nesses últimos trinta anos tão esquecida pelos historiadores profissionais – e isso infelizmente, já que o grande homem (ou homem médio, que o acaso faz com que tenha falado muito ou se tenha falado muito dele) é, tanto quanto o acontecimento, revelador, por tudo que desperta como declarações, ilustrações, pelas ondas que seus gestos ou suas palavras põem em movimento ao seu redor (DUBY, apud BORGES, 2006, p.209)

É de fundamental importância, observarmos na biografia a possibilidade de redimensionamento e reinterpretação da própria História. A biografia por si só, desmistifica e reconstrói nossas observações e conclusões acerca das pessoas e dos aspectos que solidificaram a história de uma vida com suas imperfeições, suas excentricidades e, acima de tudo na espetacularização que sob o ócus histórico, não passou de um releu lugar comum. Devemos ter a exata compreensão de que toda história foi feita para ser lida e se possível analisada sob os mais próximos condicionantes de autenticidade e proximidade que o autor nos confere a partir de um suposto patamar de verdade absoluta e, que como dizem os grandes historiadores, a grande história ainda está para ser contada, é, pois nisso que devemos imprimir nossos esforços ao lermos qualquer texto em que se tenha como fio condutor uma alusão biográfica. A biografia é sim um componente histórico e, como



tal, deve pleitear o seu lugar e espaço de direito no cenário histórico como um todo. São os expedientes e acontecimentos de uma vida que nos tornam necessários ou não quando nos vemos tentados a projetar um modelo a ser buscado e desejado em nossas mais íntimas pretensões, pois é partir desses sonhos, ainda que, velados e implícitos, é que nos fazemos fortes e dispostos a lutar por algo que ainda não enxergamos e sentimos de forma plausível. A biografia tentar penetrar por entre os meandros dessa história, tentar se impor dentro das suas mais incoerentes imperfeições e, ainda assim, encontrar uma explicação aceitável dentro do possível.

A vida faz sentido ou não para as pessoas, dependendo da medida em que elas conseguem realizar tais aspirações. Mas os anseios não estão definidos antes de todas as experiências. Desde os primeiros anos de vida, os desejos vão evoluindo, através do convívio com outras pessoas, e vão sendo definidos, gradualmente, ao longo dos anos, na forma determinada pelo curso de vida; algumas vezes, porém, isto ocorre de repente, associado a uma experiência especialmente grave (ELIAS, 1991, p.13)

O primeiro capítulo tem por objetivo traçar um panorama histórico da Educação Física no Brasil, mergulhado em suas manifestações históricas e pedagógicas em torno de um projeto de construção e formação da nossa sociedade durante o século XX e, onde apresentaremos a partir de um viés educacional, o aparecimento e evolução de uma ciência que se desenvolve e se sedimenta a partir dos condicionantes históricos que permeiam as nossas relações sociais e, que tem na Educação Física uma ferramenta de fortalecimento e coerção por parte do estado no que se refere a um modelo de hegemonia e controle dos mecanismos ideológicos e sociais. O segundo capítulo dividiu-se em três partes no qual trataremos de forma interdisciplinar e conjunta os vários aspectos fundamentais ligados à vida e a trajetória do Professor Félix d'Ávila no alicerce da caminhada que permeia à sua infância e o



ambiente familiar do qual o mesmo fez parte, a sua formação escolar inicial e posteriormente acadêmica, chegando enfim à sua formação e atuação como um profissional do ramo da Educação Física. Aspectos estes que se mostraram de essencial relevância na empreitada de se construir um perfil histórico do biografado posto em questão.

1- A EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL E A FORMAÇÃO DAS SUAS PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E PEDAGÓGICAS DURANTE O SÉCULO XX.

A Educação Física no Brasil no século XX é marcada em determinados períodos por acontecimentos que nos fazem remontá-los a origem de perspectivas históricas que se mostram presentes numa relação clara e de proximidade com o momento político que se fazia vigente. A nossa construção e desenvolvimento histórico, se entrelaça e se confunde em muitas ocasiões com a formação e a evolução do Estado e sua estrutura de poder hierárquico na divisão das classes sociais, divisão essa que fica explícita na distinção das categorias e suas formas de adequação na sociedade. A Educação Física, passa no início do século XX, a fazer parte dessa estrutura de poder que se vislumbra com a nova forma de governo (República) e a sua área de atuação começa a ser delimitada a partir do renascimento de uma cultura física e da formatação de um “novo” homem. Segundo OLIVEIRA (2003) “O estado é uma construção histórica, determinada por uma correlação de forças que se consubstancia nos diversos interesses de classes e frações de classes contrários e antagônicos”. E é pautada por essa relação de classes e de poder que começa a ser desenhada a história da Educação Física no século das grandes guerras e descobertas científicas.

As duas primeiras décadas do século XX, no Brasil, são caracterizadas essencialmente pela reforma sanitária, estrutural e do conjunto arquitetônico das grandes cidades e pela divulgação dos principais métodos (Sueco, Francês e Alemão) europeus de Ginástica. Tinha-se a visão de que se queríamos melhorar a nossa imagem e a nossa qualidade de vida, teríamos que atuar na reformulação de toda uma base



que sob o aspecto organizacional se encontrava depauperada. A década de 30 se apresenta com a introdução do golpe de Estado por parte dos militares e a ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República num primeiro mandato que ia perdurar pelos próximos 15 anos. Quanto aos militares, eles tinham como intenção precípua, a sistematização e a institucionalização da Educação Física no que tange tanto aos estabelecimentos militares quanto aos civis em todo o país. A preocupação se dava pela unificação do ensino da Educação Física em todas as instituições escolares. Com Vargas no poder, a implantação desse plano ficou de certa forma melhor viabilizado do ponto de vista político e organizacional. Havia no discurso dos militares uma espécie de elogio e fascínio à ideologia nacionalista (Alemanha e Itália) européia que se fundamentava em aspectos de superioridade humana pautados pela eugenia e o embranquecimento da raça. Esse posicionamento e influência européia, atingiu em cheio as bases do nosso corpo militar e, mais uma vez, a Educação Física voltava a servir de suporte para as práticas de mecanismo ideológico e controle social por parte do Estado. Em 1933, é criada a Escola de Educação Física do Exército a qual iria dar apoio e sustentação a essas práticas por parte dos militares que em todos os momentos tinham o aval e a conveniência governamental. Reportando-me a Amarílio Ferreira Neto (1998) observamos que:

É conhecido o interesse do Exército pela institucionalização da prática da Educação Física em suas fileiras e no meio civil, do qual se constitui [...] uma ação sistemática, nessa área, só vai ocorrer por iniciativa de um “grupo de idealistas na Escola Militar”, que criaram uma associação atlética de estudantes e se propuseram a trabalhar pela sistematização da Educação Física entre militares e civis (NETO, 1998, p.48)

Em 1939, é fundada a Escola Nacional de Educação Física e Desporto, nossa primeira escola de ensino superior da Educação Física no país, ligada à Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do



Rio de Janeiro. E a partir desse momento, são abertas as primeiras turmas de formação e com isso temos os primeiros professores de Educação Física licenciados pelo ensino superior. A década seguinte foi regulamentada também por uma Educação Física de caráter estritamente militarista onde se vivia sob a constante e permanente ameaça da guerra que se consolidava pouco tempo depois. Vivia-se sob a égide do controle e vigília das classes sociais. As forças armadas configuravam-se numa importante aliada no auxílio e manutenção da ordem e disciplina da nação. Segundo pregava o Estado, a pujança e a supremacia de um povo começavam pela organização comportamental de seus habitantes. GRUNENVALDT (1997) afirma que:

Os militares compuseram a linha de frente nos desígnios da ENEFD (Escola Nacional de Educação Física e Desporto), nos seus primeiros anos de vida, pelo fato de a mesma representar uma instituição que, dentre muitas outras, era forjada no sentido de dar sustentação e difusão da ideologia ordeira e progressista. O lugar de destaque na instituição se justifica, pois foram os principais protagonistas no golpe do Estado Novo, e uma legitimidade tinha de ser conquistada (GRUNENVALDT, 1997, p.114)

Nos períodos pós Segunda Guerra Mundial e pós 64, víamos o mundo dividido em dois grandes blocos políticos e ideológicos. De um lado, tínhamos o bloco liderado pelos Estados Unidos da América juntamente com os grandes países da Europa Ocidental regidos sob as ordens do regime capitalista. Do outro lado, tínhamos a então União Soviética com os seus aliados da Europa Central e Leste Europeu sob as forças do regime socialista.

Os Jogos Olímpicos passaram a ter uma sustentabilidade e visibilidade maior a partir desse período. A máquina do esporte começava a compor o quadro das estratégias de campanhas políticas e hegemônicas ao redor do mundo e que ainda tinha em seus pilares ideológicos a busca do homem na sua perfeição integral.



Aqui no Brasil, a influência era consideravelmente substancial e a escola nesse momento se estabelecia como o local da prática do esporte rendimento voltado para lógica da competição e, conseqüentemente da exclusão de muitos em virtude do talento de poucos. A Educação Física, mais uma vez, servia-se de esteio diante de tudo isso, já que aulas seriam dadas nas escolas pelos profissionais de Educação Física enquanto “área” de atuação da nossa disciplina. SANTOS E GRUNENVALDT afirmam:

O crescimento do desporto é fruto de uma política de esporte adotada pós 64, semelhante à política de crescimento da Educação Física criada no período do Estado Novo. Ambas tinham como objetivo a formação do homem ideal. No caso da política esportiva, um homem ideal espelhado na imagem de atleta [...] As instituições de ensino ocuparam um espaço fundamental e prioritário para preparação da juventude e, conseqüentemente, do país com força política. Essa afirmação é evidenciada através da materialização de políticas de esporte, implantadas pelo governo, a exemplo do Decreto Lei nº. 705, de 25 de Julho de 1969, onde é estendida a obrigatoriedade da prática da Educação Física e Desporto a todos os níveis e ramos de ensino e a todos os estabelecimentos de ensino superior (SANTOS; GRUNENVALDT, 1997, p.26)

Como citam os autores, a política de esportes estava direcionada basicamente para a formação de atletas. Os outros conteúdos didáticos e pedagógicos com massificação da prática de uma modalidade esportiva encontravam sérias dificuldades de aceitação e materialização por parte dos alunos no seio da escola. Segundo GERMANO (1993) “O controle militar sobre o Estado implica uma determinada forma de dominação e, por conseguinte, de atuação prática em diversos campos da vida econômica, social e política do país, na qual se situa a política educacional”. A Educação Física via-se forçada a desenvolver suas atividades a partir da lógica da produtividade e da gestualidade



PROFESSOR FÉLIX D'ÁVILA

técnica que o esporte em sua virtuosidade e seu desempenho complexo passava a nos cobrar. A escola com isso institucionalizou e oficializou o esporte performance dentro dos seus muros, esporte esse que nunca mais saiu e que se consolidou cada vez mais. Uma nação de esportistas representa uma nação corpos e homens saudáveis revestida de um sentimento de superioridade em relação aos seus adversários sejam eles vistos sob o viés político, econômico, social ou esportivo, o que importa nesse caso, é o poder da representatividade simbólica que o esporte carrega em torno si. Sobre o poder do esporte e sua forma excludente de atuar na escola, OLIVEIRA (2003) nos lembra que:

As práticas escolares de Educação Física passaram a ter como fundamento primeiro a técnica esportiva, o gesto técnico, a repetição, enfim, a redução das possibilidades corporais a algumas poucas técnicas estereotipadas. Assim o conjunto das práticas corporais passíveis de serem abordadas e desenvolvidas no interior da escola resumiu-se à prática de algumas modalidades esportivas. O esporte é vinculado à educação e esta ao desenvolvimento do país (OLIVEIRA, 2003, p.111)

Chegávamos aos anos 80 sob o ponto de vista político e histórico nos soltando ainda que de maneira lenta, mas gradual das amarras impostas pela ditadura militar nos seus famigerados 21 anos de subserviência e dominação dos setores funcionais da nação. A escola era um deles. O país encontrava-se num momento de anistia política e de transição do regime de governo. A Educação Física se via afundada numa crise existencial no que diz respeito à sua forma de intervenção adequada no espaço escolar e por que não dizer, no espaço da sociedade. Independentemente das tendências a serem seguidas, o que se primava naquele momento, era a busca por uma autonomia que até então nunca tinha sido conquistada. Surgem novos autores, novas dinâmicas de relações da Educação Física e seu “suposto” verdadeiro objeto de estudo. Podemos afirmar sem sombra de dúvidas que este se constituiu no período mais rico e criativo no campo das idéias e argumen-



tações teóricas. É a grande época pautada pelos grandes debates e embates em torno da Educação Física em que, via de regra, incorreram-se em alguns erros no estabelecimento das discussões na medida em que percebemos, baseados em suas teorias que certos autores cobram para si a exclusividade sobre a ciência e sua exata conceituação. Havia uma necessidade clara de se posicionar perante o novo quadro político nacional que se apresentava diante de nós e isso de certa forma prejudicou o foco das análises, dando-nos a pecha de ser como ciência um paradigma de contradições. As várias diversidades com que nos deparamos no campo de atuação pedagógica têm dividido as nossas opiniões e consequentemente travado o nosso desenvolvimento enquanto disciplina voltada para o binômio ensino aprendizagem. LUCENA (1994) nos alerta para o perigo que ainda corremos quando nos relata:

Ainda hoje a Educação Física assume a pigmentação que melhor se adequa a ocasião, mas pouco avalia o saber cultural de que dispõe para arquitetar um conteúdo crítico, sólido, que venha legitimar sua presença na escola e contribuir, de forma questionadora e consciente para o papel que esta deve realmente desempenhar (LUCENA, 1994, p.83)

O retrato da Educação Física no século XX, construiu-se a partir das características e idéias que o Estado em seu desenvolvimento e formação lhe fizeram convenientes. Nos comportamos no desenrolar de todo esse século como mera figura decorativa e subalterna no apoio às investidas em torno de uma plataforma de poder político que foi se construindo ao longo dos anos. Entendemos que o grande ponto da discórdia por parte dos que discutem a Educação Física nos dias de hoje, se faz necessariamente quanto à sua autonomia enquanto ciência formadora de conceitos e ao mesmo tempo necessária no trato das questões pedagógicas que permeiam a sua área de atuação. Enquanto não tivermos essa clarividência e permanecermos no terreno das ilações, não chegaremos e lugar nenhum. A história se faz objetiva por-



que se constrói de acontecimentos e fatos históricos que nem a distância do tempo pode apagar. Precisamos na Educação Física construir uma nova história pautada pela definição clara dos nossos conteúdos e pelo respeito e reconhecimento daqueles que fazem parte do nosso próprio meio. Não temos mais tempo pra experiências no universo escolar. Precisamos retomar o nosso espaço de ação educacional e figurarmos como uma categoria de autonomia, perante as nossas próprias questões temáticas em torno de um verdadeiro e necessário trato pedagógico.

1.1 - A EDUCAÇÃO FÍSICA E A UFS

A implantação do curso de Educação Física na Universidade Federal de Sergipe teve como pontapé inicial a formação de uma comissão especializada de professores designada pelo Reitor João Cardoso à época, que se reuniram em meados da década de 70, mais precisamente no ano de 1972, com a incumbência da elaboração de um anteprojeto que tinha como objetivo central a criação de um curso superior de Educação Física no estado de Sergipe. “Em 1974, o Conselho Universitário através da Resolução CONSU nº 07/74, aprova a criação do Curso de Licenciatura em Educação Física e Técnico em Desporto. As atividades docentes, contudo, somente foram iniciadas em 1975” (SANTOS; GRUNNENVALDT, 1997 p.22).

O próximo passo para a concretização do início do curso, foi a instauração do quadro de professores, visto que não existiam à época professores qualificados suficientes no estado para exercer tal função no ensino superior. Os que já existiam foram removidos do Centro de Educação Física e Desporto e foram lotados imediatamente no rol da primeira equipe de professores da UFS. Porém, era necessária a realização de um concurso público para que as atividades pedagógicas do curso pudessem ser concretizadas e iniciadas o mais rápido possível com um contingente maior de disciplinas a serem ministradas. Segundo o relato do Professor Félix d'Ávila em entrevista ao Professor José Américo Menezes Santos



... a idéia do surgimento do curso nasceu com o Centro, com o desenvolvimento da Educação Física e com o momento no país onde estava se criando as escolas de Educação Física. Então a coisa foi se desenvolvendo e era um mercado de trabalho virgem na área. Nós não tínhamos professores de Educação Física no Estado, e os professores que existiam em Sergipe, eu tive a satisfação de interferir na vida de alguns, para que eles fizessem Educação Física. Será que vai dar certo? Acabou dando certo e nós criamos o curso (SANTOS, 1997, p.23)

No ano de 1976, é realizado o primeiro concurso público para o Curso de Educação Física na Universidade Federal de Sergipe “conforme autorização constante no Processo nº 8512/75, publicado na imprensa oficial do Estado, para conhecimento dos interessados, através de Edital nº 1075” (SANTOS: 1997) sendo disponibilizada apenas 01(uma) vaga para as disciplinas Futebol, Recreação, Ginástica Olímpica e Ginástica Rítmica. A partir desse primeiro concurso, os outros passam a se sucederem nos anos subseqüentes, aumentando e qualificando dessa maneira o quadro de professores. Característica esta assumida durante o desenrolar do curso com saída por motivo de transferência de uns e a chegada por motivo de concurso de outros.

Outro problema enfrentado na implementação no Curso de Educação Física, foi quanto à estrutura física que compunha as instalações de ensino e seus locais destinados à realização das aulas. Este problema se refletiu num transtorno muito grande para os primeiros alunos e professores, pois as aulas se desenvolviam em locais diferentes e de difícil acesso para os padrões de locomoção da época.

“Existiram grandes dificuldades para o corpo docente e discente, pioneiros do curso, que se depararam com instalações precárias e distantes, obrigando-os a um deslocamento grande e, às vezes, em curto período de tempo” (SANTOS, 1997, p.23)



PROFESSOR FÉLIX D'ÁVILA

A dificuldade era uma constante no desenvolvimento e conclusão dos períodos e isso, se comprova posteriormente com a quantidade mínima de alunos da primeira turma que conseguiram se formar ao final do curso, isto é, somente quatro alunos conseguiram se formar num total de vinte aprovados no vestibular naquele período. Em 1978, o Curso de Educação Física passa a ter finalmente a sua mudança decretada para o Campus Universitário de forma definitiva. Novas instalações são construídas como as salas de aula, o Parque aquático, o Campo de Futebol, a pista de Atletismo e a sala de Ginástica Olímpica. O curso contava agora com o Departamento exclusivamente voltado para as questões e resoluções ligadas à Educação Física. A construção desse espaço físico, indubitavelmente dá um salto de qualidade no crescimento e formatação do Curso de Educação Física, pois a representatividade simbólica que o espaço passa a oferecer na esfera organizacional dá ao mesmo um sinônimo de qualidade perante o corpo acadêmico que queria se formar naquele momento. O curso passa por um período de grande visibilidade dentro da própria Universidade e isso, conseqüentemente, aumentou a procura pelo título de licenciatura em Educação Física.

Essa fase de grande dificuldade foi amenizada com o término da construção do Campus Universitário e, conseqüentemente, a mudança das instalações... as primeiras instalações do Curso de Educação Física construídas no Campus Universitário foram: a pista de Atletismo e o campo de Futebol. Em seguida, construíram o galpão que hoje é o espaço para as aulas de Judô e Ginástica Olímpica (SANTOS, 1997, p.29)

O teste de aptidão física revelou-se outro grande fator negativo no desenvolvimento e solidificação do Curso de Educação Física. A grande maioria dos alunos que passavam no processo seletivo teórico, não conseguiam obter êxito no processo prático, visto que, o mesmo tinha um grau de resistência física muito acentuado, interrompendo assim o sonho da graduação em um curso de nível superior. Muitos



alunos assim migraram para outros cursos por conta de não obrigatoriedade do teste de aptidão física. A extinção desse teste aconteceu no final da década de 80, não mais passando a figurar no processo de ingresso no Curso Educação Física com a prova teórica nesse momento, passando única e exclusivamente a ter um caráter eliminatório quanto à sua avaliação. Esse tipo de teste ratificava de maneira acentuada o momento político pelo qual passava a nossa sociedade, e, por conseguinte, as nossas instituições, sendo estas de cunho educacional ou não, era de certa maneira um espelho refrator de um tipo de comportamento e ideologia que estava sendo construído e que era necessário se perpetuar. A despeito disso, o professor José Américo Menezes Santos nos relata que

A exigência dos testes físicos como pré-requisito para o ingresso no Curso de Educação Física, perdurou até o ano de 1987, quando foram abolidos. A partir daí, os alunos do Curso de Educação Física passaram a fazer apenas o concurso vestibular, como os candidatos dos demais cursos da Universidade (SANTOS, 1997, p.27)

A UFS como todo e qualquer órgão pertencente e subsidiado pelo regime militar, obviamente não tinha como ficar alheia a esses parâmetros de conduta e procedimento perante a formação acadêmica e moral dos seus alunos e, onde esse famigerado teste com seu caráter excludente delimitava a um grupo restrito de alunos aqueles que realmente estavam aptos e preparados sob o viés da preparação física a resistir às intempéries orgânicas e estruturais que iriam encontrar no decorrer da graduação. As matérias de um conceito mais pedagógico e reflexivo ainda não tinham o valor adequado para qualquer outro tipo de contestação.

O espaço se fundia (desculpe o pleonasma) num espaço estritamente prático com os conteúdos voltados para a formação de uma cultura física e mecânica na formulação e execução dos movimentos. Cultura essa, vista sob o aspecto basilar para a formação de um povo



PROFESSOR FÉLIX D'ÁVILA

que se desejava fazer forte e representativo no que tange a um foco de visibilidade positiva na disputa externa com outras nações de maior poderio militar e econômico. O esporte com seu poder de persuasão viabilizava essa renovação e esse ressurgimento no Brasil como um país que a partir de um golpe de Estado desejava se reestruturar e mostrar o seu poder de organização frente às grandes potências mundiais. Para isso, era fundamental forjar, manipular e adestrar uma forma de comportamento compatível com os parâmetros e ditames de uma nação “supostamente” desenvolvimentista em suas bases. A Universidade subsidiou e sustentou durante algum tempo esse tipo de ideologia e discurso, estigmatizando a formação intelectual dos seus alunos a um compêndio de informações de caráter ocasionalmente convencional e alienista em suas manifestações políticas dentro do espaço de discussão nos centros acadêmicos.

Em Sergipe não foi diferente. O Curso de Educação Física na Universidade já assume claramente o papel de agente de difusão do projeto hegemônico do Estado. O esporte era vista como um elemento de divulgação e enaltecimento do regime político em vigência na época, que tinha intenção em fazer do país uma grande potência econômica (SANTOS, 1997, p.26)

2-PROFESSOR FÉLIX D'ÁVILA: 80 ANOS CONSTRUINDO UMA HISTÓRIA

2.1- A infância e o ambiente familiar

Não é de hoje que discutimos o processo de evolução e reinvenção das grandes sociedades, processo esse pautado em sua quase totalidade pela relação que dela fazem parte os seus indivíduos e suas particularidades, atuando diretamente na busca de uma identidade que permeie e dê sentido às características de um grupo ou determinada classe social. A História se mostra rica nesse ponto quando passa a analisar sob diferentes aspectos e vieses o desenvolvimento e a formação de pessoas em seu sentido restrito, ou de forma mais ampla e com



um olhar mais acurado, os condicionantes que constroem a história de um determinado agrupamento social.

O homem na construção da sua vida é apresentado a um emaranhado de situações e desafios que agem diretamente na constituição de uma identidade individual, mas que necessita se relacionar, se posicionar, se revelar contrário ou favor em busca de uma autenticidade que diagnostique a força da sua personalidade e o seu poder de influência perante o grupo no qual se encontra inserido. Socializar algumas reflexões e problematizar outras em prol de um posicionamento, se faz necessário quando é preciso afirmar-se em torno de um comportamento. A biografia entra nesse momento com a missão de retratar a história dessa vida que é única e ao mesmo tempo universalizada em seus acontecimentos e a memória que introduzimos aos fatos se faz primordial na formulação desse relato histórico. Podemos afirmar que:

A natureza social do homem se evidencia, a despeito de tudo que se possa dizer, de maneira bastante evidente já num simples fato: o inexprimível deleite que o homem encontra na biografia. Acho que o grande e recente *boom* da memória pode-se entender, nessa linha, em certa medida em relação às dificuldades atuais de identidades encontradas pelos indivíduos, ligadas à fluidez das relações modernas. (BORGES, 2006, p.210)

Ao montarmos um perfil biográfico de um sujeito em sua essência, é primordial a observação de uma reconstrução histórica em torno de certos fatores que definem um cabedal de informações em volta de uma personagem. As respostas a determinados tipos de visões e questionamentos, vão surgindo conforme o alcance das realizações pessoais que precisam ser ratificadas e consolidadas no decorrer de uma existência. O homem tem a necessidade de ao longo dessa projeção de realizações que compõem o seu ideário de vida, relacionar-se com outros homens na perspectiva da legitimação das suas idéias e planos que sedimentem as suas pretensões no que se refere à sua afirmação



pessoal e profissional. Somos frutos sem dúvida do resultado dessa teia de valores e multiplicidades que desenham a nossa história.

A biografia se encontra nesse momento enraizada e envolvida nas diversas situações que elucidam e ao mesmo tempo desvendam a riqueza histórica que desmistifica uma personagem. Ela (biografia) não se faz absoluta em suas descobertas, mas dá um nível de entendimento a partir de um olhar mesmo que tendencioso, mas de certa forma enfatizado por um caráter observacional criado por quem transitou próximo a diferentes tipos de situações que fizeram parte da trajetória de uma caminhada. Jacques Le Goff nos relata que isso

Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias [...] De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo [...] (LE GOFF, 2003, p. 525-538)

Essa procura incessante por uma delimitação do nosso próprio território e conseqüentemente o nosso raio de ação, faz com que cometamos muitas vezes atitudes as mais torpes possíveis sob o paradoxo funcional de uma suposta realização pessoal. Ser reconhecido e ter influência em determinados aspectos nos faz diferenciados em relação ao *status quo* evidenciando-nos em certos tipos de sociedades, nos dando uma posição de destaque e poder perante aos outros. Notamos em muitos exemplos que a relação entre indivíduo e sociedade se enreda por princípios que nos causa estranheza entre os valores que regem a nossa própria sociabilidade e a regras da simples convivência. Em certa medida somos o retrato dos nossos posicionamentos e aspirações com relação às aspirações que delimitamos do mundo moderno.

A perspectiva que temos, é que toda a compreensão dessa problemática está amplamente ligada ao processo de inserção no espaço de atuação no seio das sociedades. Uma vez aberto esse espaço, é de



suma importância o uso e o meio apropriado que cada um fará em vista das oportunidades que porventura irão aparecer nas suas respectivas trajetórias individuais, ou seja, de que forma estará apresentada a nossa caminhada e de que maneira vamos reagir e nos comportar perante as situações que facilitarão ou dificultarão o nosso percurso. E para que isso aconteça é necessário se relacionar, se posicionar, se movimentar e principalmente lutar por determinadas posições de evidência e prestígio, posto que, certas tendências vão direcionar toda a nossa ordem de comportamento pelo resto de nossas vidas. Temos a exata certeza de que a sociedade mesmo que de maneira não tão explícita, nos apresenta um caminho a ser percorrido.

E através desse caminho é que iremos nos reportar à vida do Professor Félix d'Ávila e os atalhos que o fizeram galgar a posição de um homem de grande influência e poder na formação e desenvolvimento do cenário da Educação Física no estado de Sergipe. Influência essa que é notada até aos dias de hoje quando se atribui à pessoa do mesmo como uma grande referência positiva no que diz respeito ao surgimento da Educação Física no ensino superior em nosso estado.

O nosso biografado nasceu em Aracaju no dia 19 de Janeiro de 1928, portanto, tendo recentemente chegado aos 80 anos esbanjando saúde, vitalidade e principalmente lucidez nas suas ponderações e posicionamentos. Filho do advogado Luiz José da Costa Filho e da também advogada Alice Ferreira Cardoso. “Minha mãe foi a primeira mulher sergipana que se formou em Direito”. Isso sempre foi motivo de muito orgulho e admiração por parte da sua família. Quinto filho de uma família extensa de um total de 10 irmãos. Um lar construído sobre os princípios da cumplicidade, do respeito e da harmonia que existia entre os irmãos. Os pais do Professor Félix d'Ávila tinham uma preocupação com uma educação voltada para a construção de uma base intelectual sólida, pois estes tinham a plena certeza que esta daria frutos no desenrolar da escolha da carreira por cada um dos filhos. “Eles (meus pais) sempre nos deram muita liberdade de atuação [...] existia uma rigidez de honestidade, responsabilidade e estudo. Por isso é que todos nós os dez, não só eu, obtivemos êxito”. Na sua infância, o



PROFESSOR FÉLIX D'ÁVILA

Professor Félix d'Ávila, passou toda ela, residindo numa casa localizada na Rua de São Cristóvão esquina com a Rua de Lagarto onde se encontra atualmente o centro da cidade de Aracaju. Era um tempo em que o fluxo populacional e comercial juntamente com a especulação imobiliária ainda não existiam com a intensidade que configura os dias atuais, proporcionando um ambiente de tranquilidade para toda e qualquer manifestação das grandes brincadeiras que povoavam o imaginário de toda criança naquela época. As atividades se apresentavam sobre o paradigma da ludicidade, da fantasia e do faz de conta, compondo uma teia de representações simbólicas e lembranças significativas de um período que infelizmente não volta mais. “[...] as opções de brincadeiras de crianças eram restritas, vamos dizer, cavalo de pau, boi de barro, de cerâmica. O esporte só existia praticamente alguma coisa no colégio”

Falar na infância é falar na família, célula de base de todo nascimento. E por que a família? Porque esta, além da rede de pessoas, nome e sangue, é também uma *“construção racional e voluntária, unidas por fortes laços espirituais, por exemplo, a memória e materiais”* (SANTOS, 1999, p.75)

O esporte ainda não fazia parte do rol das atividades que compunham o quadro de diversão e passatempo dos moradores da cidade de Aracaju na primeira metade do século XX, mas precisamente entre as décadas de 30 e 40. As primeiras experiências com o esporte por parte do Professor Félix d'Ávila, apresentam-se para ele no tempo da escola onde o Futebol torna-se de imediato a sua primeira paixão como modalidade desportiva. “O esporte que só existia na minha época aqui em Aracaju, só era o Futebol, não existia mais nada na minha época de infância e adolescência [...] Natação ainda existia alguma coisa por causa do rio [...] Nós fizemos Ginástica no colégio”. A lembrança das primeiras letras, dos primeiros amigos e as novidades de um ciclo de convivência social na escola fora do ambiente familiar, refletiram de forma positiva na vida do Professor Félix d'Ávila nos



anos em que estudou em Aracaju e com um aprendizado de postura e conduta que se levam para uma vida inteira. A escola foi sempre vista como um prolongamento da nossa formação educacional, proporcionando-nos um leque de experiências na apropriação de inúmeros valores que permeiam e definem a nossa personalidade num sentido mais amplo e participativo. “Eu fiz o primeiro ano primário no Tobias Barreto. O diretor ainda era o professor José Alencar Cardoso, o professor Zezinho. O segundo com a criação do Jackson de Figueiredo [...] Eu fui aluno fundador do Jackson de Figueiredo em 1939 e lá estudei até o admissão”

A escola deve possuir um conhecimento real de si mesma, um conhecimento exato do mundo exterior e do seu jovem aluno; ela deve possuir um conhecimento de seu ser a fim de operar sua união para com o aluno; ela deve poder colocar-se como árbitro entre o aluno e o mundo: dar a cada um a linguagem, o modo de expressão, a inteligência recíproca (FROEBEL, apud BASTOS, 2002, p.21)

Sob a constatação de inquestionáveis mudanças que atingiram em cheio todas as nossas instituições no decorrer do século XX e suas conquistas científicas e tecnológicas, a escola por mais que a queiram caracterizar como um lugar de reprodução e não de apropriação e disponibilidade do conhecimento, ainda é, por sua excelência o lugar das grandes e importantes descobertas da vida de cada um de nós. É na escola que somos apresentados aos nossos sonhos, as nossas realizações. É na escola que se inicia o processo de abertura da nossa convergência social e onde fica mais clara a percepção do poder das classes estabelecidas e sua relação dentro de uma ordem hegemônica de comportamento da sociedade perante aos fatos. É indiscutível a importância que a escola teve na formatação da nossa personalidade enquanto ser reflexivo, crítico e, acima de tudo, composto de um conteúdo político e fragmentário em relação ao caráter formador das nossas opiniões, ou seja, aprendemos na escola a descompartmenten-



PROFESSOR FÉLIX D'ÁVILA

talizar a visão simplista pela qual costumamos avaliar as coisas ao nosso redor.

A presença da escola na vida do Professor Félix d'Ávila dentre os vários direcionamentos, serviu para plantar a primeira semente vocacional do que seria o desenrolar da sua vida num futuro que não se apresentava muito distante. O ano de 1939 foi um divisor de águas na sua vida. A vida e suas diferentes facetas. O garoto de apenas onze anos de idade parte junto com a sua família rumo ao Rio de Janeiro, então Capital Federal. “Eu fiz admissão e, logo depois da admissão, meus pais se mudaram para o Rio [...] A parte de esporte, de Educação Física, já era bem melhor do que no Nordeste” Por uma coincidência, 1939 é o ano em que se dá a criação do primeiro curso superior de Educação Física no país fora dos muros do exército. A instituição a gerenciá-lo foi a Universidade do Brasil, hoje atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Aracaju nesse período ainda era um modelo de cidade provinciana que se quer tinha uma Faculdade e, que agora começava a fazer parte do passado na memória do Professor Félix d'Ávila. O foco nesse momento era o desafio da vida na metrópole, seu ritmo acelerado e a adaptação aos costumes de um universo totalmente diferente do que se tinha vivido e compartilhado com a família. O garoto Félix agora se via envolta num emaranhado de possibilidades. A paixão pelo esporte começa a ganhar mais espaço no perfil das suas pretensões e prioridades. Os clubes e suas práticas esportivas e o conhecimento de outras modalidades começam a despertar o interesse pelo mesmo num possível curso de Educação Física. “Joguei Futebol no juvenil do Madureira e depois fiz um pouco de Atletismo no Vasco lá em São Januário com um professor argentino que era o Rapapó”. Afinal de contas, era um campo em expansão que precisava ser mais bem explorado. Porém, O interesse pela prática do esporte no Professor Félix d'Ávila, ainda era muito maior do que o interesse em lecionar propriamente. Essa realidade só viria a entrar na sua vida um pouco mais tarde com o ingresso no ensino superior.



2.2- A Formação Acadêmica e a opção pelo Curso de Educação Física

Conhecer a nossa história é também em grande parte conhecer a história daqueles que construíram o nosso ambiente de formação social e intelectual. É perceber que os fatos não acontecem por si só como simples e meras obras do acaso, desprezando o seu contexto e a importância política dos acontecimentos. Eles, os fatos, atuam de forma incisiva e dinâmica em todo um processo que se faz presente nas particularidades, comportamentos e individualidades de um personagem, dando-nos a possibilidade de descobrir o quanto rica e ao mesmo tempo encantadora é a estrada responsável pelo curso da vida.

Examinar uma trajetória é incursionar pelo traçado do destino. Exige um olhar sensível, um manusear cuidadoso para que não se desmanche na tentativa de conferir linearidade [...] Compreendi que se identidade pessoal e profissional se constroem, há uma interação, uma porosidade entre elas (MIGNOT, 2002, p.62)

Olhar o esboço de uma vida sob uma perspectiva em torno de vários olhares, é o que faz o ser humano se tornar um ser diferente e único em todas as suas ricas e necessárias “incoerências” e que, ininterruptamente, faz e se desfaz na ótica de um contexto que pode ser mais ou menos exigente em suas análises e observações. Sob o ponto de vista da conveniência, todos nós somos interessantes. Alguns mais que os outros. O que muda geralmente é a expectativa que o outro tem em relação ao nosso comportamento. Alguns conseguem se impor, outros em contrapartida, subvertem e não conseguem se desvencilhar de seus papéis de coadjuvantes sociais, isto é, vivem à sombra das importantes decisões não arrematando nem respeito e nem ódio, apenas o descaso por parte dos outros. O Professor Félix d’Ávila, contestem ou não, está no primeiro grupo em suas assertivas e posicionamentos e o espaço acadêmico em certo sentido se mostrou como um importante local para expressão das suas idéias.



PROFESSOR FÉLIX D'ÁVILA

Voltando ao ano de 1955, o Professor Félix d'Ávila presta vestibular para o Curso de Educação Física na Universidade do Brasil conseguindo a aprovação em ambas as provas teórica e prática. “Era um vestibular onde nós fazíamos uma prova de Português, Ciências, Conhecimentos Gerais, Matemática e a prova prática. Tínhamos uma prova prática que era correr, saltar, arremessar, um teste de aptidão física”. O curso à época se desenvolvia em apenas três anos com a grade curricular sendo voltada para o desempenho das disciplinas de um caráter mais prático. Havia a presença de disciplinas de um viés pedagógico, mas o curso em sua essência era eminentemente prático em suas ações e deliberações.

O país passava por um momento de forte influência política e ideológica por parte do capital estrangeiro. O conceito de homem que se queria formar naquele momento era o do homem sedimentado em torno de uma cultura física e nacionalista em prol dos interesses que se relacionassem com a proteção e a defesa do Estado. E isso de certa forma, não fugia às perspectivas da Academia ao se definir um “perfil” de formação do homem ideal. O curso de Educação Física no seu início é um claro exemplo da contextualização hegemônica que o regime político pregava através das suas classes dirigentes. O esporte nesse sentido e, com as suas perspectivas voltadas agora para o rendimento atlético, encontra na Educação Física um espaço legitimado que passa a servir de esteio e suporte para o desenvolvimento de suas práticas. “Eram três anos no total com dois anos de Anatomia, um ano de Cinesiologia, um ano de Fisiologia. Essa coisa de período só veio aparecer depois com a Reforma Universitária”

“Externava-se, dessa forma, a caracterização de uma outra sua faceta, qual seja, aquela voltada às questões afetas à “performance esportiva”, simulacro, na Educação Física, da ordem, da produtividade e eficiência inerentes ao modelo de sociedade no qual, a brasileira encontra identificação (CASTELLANI FILHO, 1988, p.109)

O quadro de professores composto para desenvolver o Curso de Educação Física da Universidade do Brasil nos três anos em que teve



como seu aluno Félix d'Ávila, era formado por aquilo que de melhor existia nos quesitos excelência e produtividade à época. Havia uma solidez por parte dos professores que diz respeito à didática e a dinâmica na elaboração dos conteúdos de cunho teórico e prático. De acordo com o Professor Félix d'Ávila existia uma cumplicidade e um respeito mútuo na relação entre professores e alunos. Com essa formação, aos poucos a tendência pelo magistério começa a fazer parte do ideário de vida e vocação do Professor Félix d'Ávila. Ensinar sem dúvida foi uma grande satisfação vocacional na carreira como professor de Educação Física. A arte que passa por uma retórica articulada e fundamentada nos princípios da aprendizagem, aprendizagem essa que é alicerçada por um cabedal de conhecimentos. A formatura do Professor Félix d'Ávila aconteceu em Dezembro de 1957, com o seu diploma sendo entregue pelo nosso grande historiador Pedro Calmon à época reitor da Universidade do Brasil. Era um fim de uma etapa e o início de outra que se projetava em torno de uma expectativa de futuro, ascensão e afirmação acerca da nova profissão como um profissional graduado em Educação Física. Um graduado que segundo as próprias palavras do professor Félix d'Ávila foi um aluno de atuação regular durante o desenrolar do curso, pois o mesmo cita que em virtude de outras atividades paralelas como o trabalho, outro curso (Serviço Social) no turno da noite e o sustento da família, pois já era casado, foi difícil se dedicar totalmente da maneira como realmente queria. “Nem fui mau aluno, nem fui um aluno excepcional. Nunca fiquei reprovado, nunca fiquei dependente em nenhuma disciplina. Um aluno normal. Eu tinha família. Eu estudava e trabalhava”

2.3- A atuação profissional e a criação do Curso de Educação Física da UFS

O retorno à terra natal, Aracaju, se dá no início de 1958 depois de longos 19 anos morando, estudando e trabalhando na cidade do Rio de Janeiro. O garoto que saíra aos onze anos de idade, agora volta homem feito e casado aos trinta anos de idade, trazendo na bagagem



PROFESSOR FÉLIX D'ÁVILA

a experiência obtida como discente, os sonhos de uma carreira de sucesso e de realizações no que tange à Educação Física Sergipana. Restava aplicar na prática com os seus futuros alunos, todo o conhecimento adquirido durante os três anos passados dentro da Universidade do Brasil e como estagiário em algumas instituições educacionais do estado do Rio de Janeiro. “Quando eu me formei em 1957, voltei para Aracaju e aqui fui nomeado professor de Educação Física do colégio Estadual e fui contratado como professor dos colégios Jackson de Figueiredo, Pio X e Salesiano”

Voltar a Aracaju depois de quase vinte anos fora, era como voltar a morar numa cidade que nunca se conheceu e que estava muito diferente em sua estrutura e aspectos organizacionais, visto que, a saída se deu no final dos anos trinta e a volta aconteceu com o mundo às portas dos anos sessenta. Para muitos a década de sessenta foi a grande década, a década dos grandes acontecimentos e das grandes revoluções, da contracultura, da revolução sexual e da anistia feminina como um símbolo da resistência dos grupos excluídos e das minorias sociais. A Educação no Brasil no período pós-64 passa como todas as instâncias de caráter público a ter um espaço político de atuação restrito às atribuições e regulamentações de um Estado autoritário e ameaçador.

A escola e seus muros eram considerados focos de subversão e desordem do pensamento anti-revolucionário daquele período obscuro da nossa existência. Toda e qualquer manifestação de pensamento contrária aos moldes da Revolução e seu projeto nacional de desenvolvimento popular, era punida exemplarmente. Passamos por um estágio completo de letargia social, política e econômica. A crise se acirrava cada vez mais à medida que as diferenças entre as classes sociais se acentuavam tomando um patamar acentuado de descaracterização das oportunidades de trabalho.

O agravamento das tensões sociais estava se dando pela crescente percepção social acerca do fato de que os ricos se apropriavam do trabalho não pago dos trabalhadores [...] O trabalhador estava se enxergando no produto apropriado pelo rico e



este se reconhecendo nas imagens do capital sobre o trabalho, razão pela qual exarcebava seus “aparelhos ideológicos” de exploração da miséria (FREITAS, 1998, p.170)

Quanto ao referido momento político o Professor Félix d'Ávila relata que não passou por qualquer tipo de dificuldade no que se refere ao desenvolvimento das suas atividades como professor de Educação Física. Numa das nossas entrevistas ele remete a sua neutralidade e profissionalismo quanto ao caráter de uma possível adesão partidária aos militares, rechaçando qualquer tipo de participação direta ou indireta nos setores que dirigiam e comandavam os destinos da nossa sociedade. A marca que determinadas posições assumem dentro de um contexto formador de opinião pública em determinado período histórico, acaba por vezes rotulando uma personalidade ou um grupo social por determinado tipo de comportamento e afirmação perante a categoria na qual se está inserido.

Eu não sou resultado de Revolução nenhuma. Quando eu vim pra cá foi realmente na época, mas não tem nada haver. Eu sempre fui, sou e serei sempre um profissional consciente da minha responsabilidade, sou disciplinador e na minha profissão eu não sou inflexível, até porque não sou burro, mas eu sou livre profissionalmente (D'ÁVILA, 2008, p.4)

A atuação profissional do Professor Félix d'Ávila caminhava a passos largos tanto no ensino público quanto no ensino privado. A procura pelos seus serviços como professor de Educação Física era constantemente requisitada pelos principais colégios de Aracaju durante os anos sessenta e setenta. Atuou também em diversos cargos, fazendo parte de direções, conselhos administrativos e de pesquisa, chefia, enfim, trabalhou em todos os setores pertinentes ao quadro de crescimento e desenvolvimento da Educação Física em Sergipe e no Brasil. A Educação Física em Sergipe naquele momento (décadas de 60 e 70) carecia de uma maior qualificação por parte daqueles que



PROFESSOR FÉLIX D'ÁVILA

pleiteavam seguirem nesta área de ensino. Da necessidade da formação, vislumbrava-se num futuro não muito distante a criação de um Curso de Educação Física que atendesse as características e as necessidades do ensino superior.

Na época formado aqui só tinha o professor Edilberto que era professor do Ateneu e da Escola Técnica. Agora, tinha professoras com curso de Educação Física infantil que atuavam prioritariamente na Escola Normal que era a professora Elodir, a Rosália, a Conceição e mais tarde, a Maria Augusta Moura que vieram com o curso de Educação Física aqui para Aracaju. Eu vim com a Licenciatura Plena (D'ÁVILA, 2008, p.4-5)

Os cursos superiores em Aracaju funcionavam de forma ainda estratificada e não se pensava a princípio na Universidade como um conjunto de faculdades ou escolas de nível superior para especializações profissionais e científicas. A UFS em Sergipe só foi criada oficialmente no ano de 1968 como resultado da fusão dos seis primeiros cursos de formação superior do estado: Economia, Medicina, Direito, Serviço Social, Química e Filosofia, indo para o Campus Universitário no atual espaço, apenas dez anos depois no ano de 1978. A Universidade ainda passou muito tempo com as suas portas fechadas para as camadas sociais mais desafortunadas, fruto de uma política de governo classificadora e delimitadora em suas arestas sociais e econômicas. A insatisfação quanto ao poder das classes dirigentes se refletia no repúdio da população destituída de suas funções participativas no bojo da sociedade funcional

O Curso de Educação Física teve finalmente a sua criação regulamentada no ano de 1974, porém, de forma efetiva e absoluta no ano de 1975. O Professor Félix d'Ávila encontrava-se nesta época à frente do Ministério dos Esportes em Brasília como diretor da divisão de Educação Física. Fica claro, no entanto, que o seu poder de persuasão e influência nesse momento era muito grande, facilitando de sobremaneira a aplicação dos trâmites legais referentes ao processo de Criação



do Curso de Educação Física. Lidamos com várias vertentes de interpretações e significados em torno de uma mesma história, mas a histórica como fruto de um acontecimento, também é prodigiosa em suas interpretações acerca dos fatos que por si só geram uma série de controvérsias com partidários e não partidários daquilo que foi realizado. A verdade se encarrega de dar sentido e luz às coisas. E queiram ou não, contestem ou não, se faz notório afirmar com plena convicção de que a participação do Professor Félix d'Ávila, foi fundamental no processo de criação e solidificação do Curso de Educação na Universidade Federal de Sergipe. Os fins justificam os meios de forma literal nessa gama de interesses que é a demarcação de certos territórios que justificam em todos os seus sentidos a universalização de um poder constituído e, acima de tudo, conquistado sob as regras que o próprio poder demanda e oferta. “Não houve contestação, foi uma criação muito tranqüila do curso e obviamente a participação minha foi muito grande porque eu tinha uma influência muito grande”.

O poder se faz presente em toda e qualquer relação em que estão presentes o indivíduo e a sociedade. Há os que se escondem e rateiam no combate a certas situações de risco, pois estas cobram uma definição e um posicionamento no que tange a resolução de questões insólitas e inesperadas. Em contrapartida, há os que esperam ansiosamente por este tipo de situação. Sentem-se à vontade e crescem na adversidade dos que mostram insegurança. Significa aproveitar as oportunidades de maneira significativa e incontestável. É uma máxima que o poder não se discute, se conquista. As grandes corporações mostra-nos isso todos os dias. Não se trata de um espaço destinado a discutir apenas competência, mas, sobretudo, a influência e a visibilidade que a própria competência proporciona nos diversos setores que compõem uma organização governamental. A nossa realização pessoal é algo efêmero do posto de vista particular e, maior do que qualquer desejo existencial.

E nem sempre cabe à pessoa decidir se seus desejos serão satisfeitos, ou até que ponto o serão, já que eles sempre estão dirigidos para outros, para o meio social. Quase todos têm desejos



PROFESSOR FÉLIX D'ÁVILA

claros, passíveis de ser satisfeitos; quase todos têm alguns desejos mais profundos impossíveis de ser satisfeitos, pelo menos no presente estágio de conhecimento (ELIAS, 1991, p.13)

Na vida do Professor Félix d'Ávila, os desejos sempre vieram acompanhados de grandes realizações e aspirações profissionais proporcionadas pela influência e poder que ele construiu ao longo tempo como um grande expoente dentro da esfera educacional pertencente ao quadro da Educação Física no estado de Sergipe e no Brasil. A escolha pelo seu nome para servir de âncora na criação do curso de Educação Física da UFS, não foi em nenhum momento uma escolha aleatória. Era preciso, contudo, se constituir uma referência e a referência naquele momento crucial se chamava Félix d'Ávila. Um bom relacionamento segue uma hierarquia na escalada de poder e participação nas questões que envolvem uma administração. Além da criação do curso, também lhe foi incumbida tarefa da formação do primeiro corpo docente. “Eu abri concurso, obviamente só podia ser por concurso. Já existiam dois professores aqui. Esses foram aproveitados com a criação da Universidade que foi o professor Cândido Augusto Sampaio Pereira e a professora Maria Edma de Barros”. No ano de 1976 houve o primeiro concurso aberto ao público com a criação de uma equipe docente definida para as primeiras necessidades curriculares do curso. Enfim, desse modo, estava criado o Curso de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe.

No ano de 1979, o Professor Félix d'Ávila a convite do reitor da Universidade Federal do Paraná, é solicitado a dar um curso no período de quatro meses aos alunos daquela instituição. Ao final do curso, o referido reitor o convida para ser professor em regime integral desta Universidade. Depois de alguns trâmites e processos burocráticos envolvendo essa transferência, o Professor Félix d'Ávila, muda-se em caráter definitivo para a capital paranaense onde nela permaneceu até o ano de 2006, voltando mais uma vez a Aracaju, a cidade das boas e saudosas lembranças da sua infância. A avaliação que ele hoje faz do Curso de Educação Física 33 anos depois da sua criação é um tanto



quanto triste e pessimista em virtude dos posicionamentos políticos e ideológicos dos professores que compõem as fileiras do Departamento de Educação Física. “O curso hoje está completamente dividido. Existe uma divisão [...] Uma divisão idiota de anti-profissão. Eu acho o seguinte, em vez de eles se dividirem, eles tinham era que se unirem. Um é Bacharelado e o outro é Licenciatura”. Hoje na plenitude dos seus 80 anos, exerce a função de professor no curso de pós-graduação em Educação Física da Faculdade Atlântico e atua ainda como membro do Conselho Federal de Educação Física junto ao Ministério dos Esportes. O Professor Félix d’Ávila nos deixa em sua figura singular um legado de conquistas e realizações e, acima de tudo, uma vida pautada pelo compromisso profissional e o enaltecimento da profissão em nome da Educação Física em nosso estado e no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao lançar um olhar um pouco mais rebuscado sobre a biografia, é interessante notar que, além do caráter extremamente informativo e revelador, ela (biografia) é acima de tudo um desejo incontrolável de se manter viva a atemporalidade de uma história que permanece, que se renova e que se multiplica ao longo dos anos. Uma biografia nunca perde a sua capacidade inesgotável de ser sempre história. Uma história que nunca chega ao seu final.

Através das histórias e relatos ouvidos durante o tempo da minha graduação no Curso de Educação Física, o nome do Professor Félix d’Ávila era frequentemente citado em diversas situações, mas até então, sua presença concreta não passava de uma mera lembrança que tinha se estacionado em algum lugar do passado dentro daquela Universidade e daquele Departamento. Passado este que alguns professores insistiam em não trazer à tona. Eram muitas referências e poucas evidências da sua pessoa. Ele se considerava o “dono do curso”, alguns diziam. A partir daí, certos questionamentos começaram a povoar o meu imaginário em torno dessa figura que às vezes parecia tão caricata e surreal, ou seja, pareciam estarem falando a respeito de uma



PROFESSOR FÉLIX D'ÁVILA

pessoa que não existia mais. Uma pessoa que o tempo tinha feito questão de apagar das lembranças daqueles que compõem hoje o Curso de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe.

No sentido do senso comum, a biografia é hoje certamente considerada uma fonte para se conhecer a História [...] Não há nada melhor para saber como é o ser humano do que se dar conta de sua grande variedade, em espaços e tempos diferentes (BORGES, 2006, p.215)

Ao iniciar a disciplina sobre estudos biográficos no mestrado em Educação, me perguntei. Por que não averiguar essa história mais de perto e dar a minha própria versão dos fatos? O Professor Félix d'Ávila está vivo, e muito vivo por sinal, gozando de plena saúde e, principalmente, sobriedade nas suas intervenções e ponderações a respeito da Educação Física. Aquela “imagem” que tinham construído na minha cabeça do Professor Félix d'Ávila durante os anos da graduação se constituía no foco da minha maior preocupação ao tentar procurá-lo. Como seria uma espécie de aproximação do tão “temido” Félix D'Ávila? Confesso que tive um certo receio ao ligar para a sua residência pela primeira vez. Para minha surpresa, o que encontrei foi uma pessoa bastante solícita e disponível em todos os sentidos disposta a ajudar um simples estudante de pós-graduação que ele sequer conhecia, portanto, não tinha a menor obrigação de ajudá-lo. Um pré-julgamento acerca de qualquer coisa é, no mínimo, um exercício incoerente e precipitado dos fatos, isto é, das verdades, mitos e mentiras que compõem a biografia de uma personagem. Haverá sempre lacunas na formatação de qualquer tipo trabalho que tenha em seu alicerce o gênero biográfico como carro-chefe nas suas atribuições e descobertas, porém, o mais importante é desfazer uma imagem com a perspectiva de se construir outra. Não é a imagem ideal, mas é a imagem refletida através da percepção de um olhar que é permeado pela individualidade de uma análise do entorno das características que formam o arcabouço de uma personalidade.



As abordagens sobre intelectuais são importantes contribuições que servem para reafirmar a condição do indivíduo como sujeito da história, colocando em destaque as personalidades, no processo da vida social. As análises memorialísticas estão para além da simples biografia, dando voz aos intelectuais estudados (NASCIMENTO, 2007, p.7)

O que se projetou, foi mostrar através das concepções da vida profissional e pessoal de um homem, a sua luta incessante na construção e no desenvolvimento de uma história sempre pautada pelo ideário da Educação que se faz até hoje fonte primária e essencial da sua existência ao longo dos tempos. Nós usamos as armas que temos ao nosso alcance em busca dos nossos objetivos. O Professor Félix d'Ávila usou todas as armas que ele tinha em prol de uma realização que se fazia totalmente legítima sob todos os aspectos. A arte da negociação e o controle rápido e, muitas vezes, eficiente nas tomadas de decisões até certo ponto nada ortodoxas sob o aspecto político, foi em muitas ocasiões a marca principal do Professor Félix d'Ávila ao longo da sua carreira como um profissional de Educação Física.

Em última análise, remetemos o Professor Félix d'Ávila à categoria daqueles sujeitos importantes na sua essência no que concerne a valorização do espaço educacional sergipano, concordem aqueles ou não com a validade dos seus métodos. A verdade dos fatos e dos acontecimentos é uma verdade inquestionável por mais que tempo e suas vicissitudes queiram apagar das nossas memórias. O homem é um produto do seu tempo em todas as suas nuances. E esse tempo o Professor Félix d'Ávila o viveu e ainda continua vivendo muito bem. E esperamos que ainda tenha muito a nos acrescentar. A sua capacidade de renovação mostrada durante todo esse período de atuação no magistério, mostra-nos que é prudente não subestimarmos a sua condição de grande e educador.



PROFESSOR FÉLIX D'ÁVILA

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- BASTOS, Maria Helena Câmara. **Pró pátria laboremus**: Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897). Bragança Paulista: EDUSE, 2002.
- CASTELANNI Filho, Lino. **Educação Física no Brasil**: a história que não se conta. 2ª. Ed. Campinas: Papirus, 1988.
- BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. p.203-233.
- ELIAS, Norbert. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- FREITAS, Marcos Cezar de. **Álvaro Vieira Pinto**: a personagem histórica e sua trama. São Paulo: Cortez, USF – IFAN, 1998.
- GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- GRUNENVALDT, José Tarcísio. **Escola Nacional de Educação Física e Desportos**: o projeto de uma época. Dissertação (Mestrado em Educação). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 1997.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In. **História e Memória**. 5ªed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p.525-541.
- LUCENA, Ricardo de Figueiredo. **Quando a lei é a regra**. Vitória: UFES/CEFD, 1994.
- MELO, Victor Andrade de. **A introdução da Educação Física nas escolas brasileiras do século XIX**. Rio de Janeiro: Programa de Doutorado em Educação Física/UGF, 1998.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. **Baú de memórias, bastidores de histórias**: O legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Intelectuais da Educação**: Sílvia Romero, José Calasans e outros professores. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2007.
- NETO, Amarílio Ferreira (Org.). **Pesquisa histórica na Educação Física**. Vitória: UFES, 1997. 2 v.



OLIVEIRA, Marcos Aurélio Taborda de. **Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984):** entre a adesão e a resistência. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

SANTOS, José Américo Menezes. **Escola de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe:** uma possível história. São Cristóvão: Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, 1997.

SANTOS, Maria Nely. **Professora Thétis:** uma vida. Aracaju: Gráfica Pontual, 1999.



ARTESANATO E TURISMO NOTAS SOBRE AS MINIATURAS DE CARRAPICHO – SE

Beatriz Góis Dantas*

RESUMO

Tomando como referência a relação entre turismo e artesanato, este texto se ocupa das “miniaturas de Carrapicho”, um dos itens da variada cerâmica do atual município de Santana do São Francisco, que se encaixa na categoria de lembranças de viagens. Analisa-se o surgimento dessa produção específica nos anos 60 do século XX e sua expansão associada a projetos de desenvolvimento e políticas públicas federais ou regionais, às quais se somam a atuação de particulares e dos meios de comunicação de massa voltados para a expansão do turismo. Nesse processo, destaca-se o papel de empresários do ramo de hotelaria, comerciantes, artesãos e intelectuais que atuam na mídia ou no ordenamento estatal gerando discursos e outras formas de reconhecimento público.

PALAVRAS-CHAVE: artesanato, cerâmica, turismo.

* Mestra em Antropologia e professora emérita da UFS. Membro do IHGSE



1- INTRODUÇÃO

A relação entre artesanato e turismo aparece na bibliografia de várias formas. Uns autores acentuam a complementariedade, ou seja, o artesanato é um dos suportes básicos para o turismo e, em contrapartida, o turismo gera trabalho e renda para um número significativo de pessoas que têm, desse modo, melhoradas as suas condições de vida. Outros autores, sobretudo aqueles que lidam com artesanato de tradição, enfatizam a permanente tensão que decorre do fato do artesanato ser visto ora como expressão popular vinculado a dado modo de vida, ora como mercadoria que tem de atender às demandas de um mercado cuja lógica nem sempre é condizente com a dos produtores desse tipo de artesanato. Essa tensão é geralmente apresentada como uma ameaça à preservação do artesanato tradicional, posição que postula, muitas vezes ingenuamente, a manutenção dos aspectos originais dos elementos culturais.

Considerando que a própria categoria artesanato é gerada nessa relação entre um modo de vida tradicional, com seus fazeres seculares, e um mundo que se industrializa e muda suas formas de produzir, pretende-se analisar como se dá concretamente essa relação entre artesanato e turismo, tomando-se como objeto empírico as miniaturas da cerâmica de Carrapicho, em Sergipe.

O ponto de partida é a década de 50 do século XX, marcada por ações documentadas por parte do governo de Sergipe visando integrar a produção artesanal aos seus projetos de desenvolvimento e, por extensão, sua inclusão nos circuitos turísticos. Essas iniciativas se articulam com políticas públicas federais ou regionais, às quais se soma a atuação de particulares e dos meios de comunicação de massa, no momento em que se difunde o turismo no Brasil. Procura-se ver como esse processo ocorre em Sergipe, onde o turismo não chega a ter a expressividade de vários outros estados do Nordeste. Interessa destacar como as miniaturas participam desse processo, sendo escoadas para centros mais dinâmicos, envolvendo empresários do ramo de hotelaria, comerciantes, artesãos e intelectuais que atuam na mídia ou no ordenamento estatal gerando discursos e outras formas de reconhecimento público.



2 - ARTESANATO DE BARRO E DESENVOLVIMENTO

O uso de argila para fabricação artesanal de objetos é bastante difundido no território sergipano. Na primeira metade do século XX, municípios como Lagarto, Riachão do Dantas, Santo Amaro, Simão Dias, Itabaianinha e Neópolis eram reconhecidos como abrigando os centros ceramistas mais importantes (PEREIRA, 1961).

Com a criação, em 1958, do Conselho de Desenvolvimento do Estado de Sergipe (CONDESE), órgão de planejamento que sofreu influência da SUDENE, o artesanato passou a ser incluído pelo Estado nas suas políticas de desenvolvimento. Aproveitando experiências já realizadas, o Governo convidou José Carlos da Costa Pereira, técnico de reconhecido saber na área, então servindo ao SENAI, para realizar estudos e apresentar propostas que assegurassem aos artesãos um lugar no projeto desenvolvimentista do pequeno estado nordestino.

Ao identificar as potencialidades do artesanato sergipano, o técnico o fez “*restringindo-se àquelas atividades de marcante sentido econômico (produção rentável e disponibilidade de mercados)*”, destacando, em primeiro lugar, a cerâmica. Avaliou que três centros de produção teriam condições de abrigar projetos específicos visando melhorar as condições técnicas e conseqüentemente a vida dos artesãos: Santo Amaro, localizado na zona do Cotinguiba; Itabaianinha, na região sul; e Carrapicho, à época um povoado ribeirinho do município de Neópolis, no Baixo São Francisco (PEREIRA, 1961).

Eram centros que tinham certo reconhecimento externo. Eles forneciam as peças para as exposições que representavam Sergipe no conjunto da nação, como a que foi realizada em São Paulo no ano de 1954, organizada pela Comissão Nacional de Folclore (CNF), presidida por Renato Almeida. A cerâmica produzida em Itabaianinha, por exemplo, já fora referida pela escritora Cecília Meireles nos centros do Sudeste, como “louça morena”, acentuando-se sua forte influência indígena, enquanto a de Carrapicho, um pouco mais tarde, foi qualificada por Alceu Maynard Araújo como “fabulosa cerâmica” digna de colecionadores (ARAÚJO, s.d. p. 163).



No início da década de 60, ambas chamavam atenção dos comerciantes e consumidores em pontos distanciados da sua origem, sendo exportadas em escala considerável (PEREIRA, 1961, p.21), portanto, já não se circunscreviam aos pequenos mercados vicinais.

3 - CARRAPICHO: CENTRO PRODUTOR DE CERÂMICA

Localizado na região do Baixo São Francisco, Carrapicho, hoje sede do município sergipano de Santana do São Francisco (1992), enquanto centro produtor de cerâmica extrapola as fronteiras de Sergipe. Situa-se numa região que, na primeira metade do século XX, tinha dinamismo econômico gerado pelas fábricas de tecidos e de óleo, além da plantação e beneficiamento de arroz (MENDONÇA e SILVA, 2002; IBGE, 1959; SILVA, 1920). Nas proximidades do pequeno povoado, duas cidades importantes disputavam primazia como centros comerciais do Baixo São Francisco: Penedo, do lado de Alagoas, quase em frente a Carrapicho, e Propriá, do lado de Sergipe, localizada bem mais acima. Locais de passagem nas balsas que faziam a travessia do rio ligando o Norte ao Sul do país, até a construção da ponte sobre o São Francisco na década de 70, essas cidades eram os principais pontos de comercialização da cerâmica produzida no pequeno povoado ribeirinho de Carrapicho.

A origem da expressão oleira dessa localidade se perde no tempo. Segundo a tradição oral dos artesãos, remonta aos meados do século XIX, quando imigrantes portugueses teriam ensinado as técnicas de trabalhar o barro aos habitantes do lugar que vão se adensando e dando origem ao pequeno povoado (MENDONÇA e SILVA, 2002).

Passando ao largo das origens específicas dessa tradição oleira¹, sabe-se que em 1920, dois núcleos de ceramistas com os nomes de

¹ A pesquisadora alagoana Carmem Lúcia Dantas sugere vinculações técnicas e tipológicas entre a cerâmica preta outrora produzida em Carrapicho e a cerâmica portuguesa de Bisalhães, da região de Trás-os-Montes, sem remontar, contudo, às origens dessa cerâmica. Ver DANTAS, 1980, p. 19 a 22. Este trabalho, importante etnografia realizada no final da década de 70, é aqui largamente utilizado na caracterização da trajetória da cerâmica de Carrapicho.



ARTESANATO E TURISMO

Pindoba e de Carrapicho foram registrados em Vila Nova, antiga denominação de Neópolis (SILVA, 1920, p. 169). O município contava com fábricas de tecidos, sendo uma delas a Peixoto Gonçalves, conhecida como a fábrica de Passagem, pertencente a empresários portugueses que, mais tarde, investem em equipamentos urbanos (hotel e cinema) na importante cidade ribeirinha de Penedo, situada na margem alagoana.

O povoado de Carrapicho desenvolveu-se tendo na fabricação de objetos de barro um dos seus suportes. Na década de 50, a cerâmica local apresentava uma grande variedade de peças, seja decorativa, lúdica ou utilitária, sendo tradicionalmente feita por homens, que usavam o torno, e por mulheres que não tinham acesso a esse instrumento. Produziam uma infinidade de objetos que foram mudando ao longo dos tempos, resultado das múltiplas influências culturais e exigências dos mercados consumidores, que vão se renovando em diferentes momentos históricos. No final da década de 50, a diversidade dos produtos da cerâmica de Carrapicho foi assim registrada pelo Agente Municipal de Estatística.

QUADRO I
Produção de cerâmica em Carrapicho - SE
Ano de 1958

Espécies fabricadas	Quantidade	Valor __Cr\$ (o cento)
Alguidares	34.600	400,00
Filtros	1.000	4.000,00
Moringas (bilhas)		
- "baianas"	100	3.000,00
- "Carmem Miranda"	100	3.000,00
- "comum"	281.500	250,00
Pratos	52.200	100,00
Boiões	17.100	200,00
Bules*	—	—
Bacias	3.700	400,00

QUADRO I
Produção de cerâmica em Carrapicho - SE
Ano de 1958

Continuação

Espécies fabricadas	Quantidade	Valor __ Cr\$ (o cento)
Estatuetas*	—	—
Jarros	40.500	300,00
Jarros (talhas)	1.000	8.000,00
Urinóis	5.400	200,00
Tigelas	33.100	100,00
Brinquedos	100.000	50,00
Aparelhos sanitários	750	5.000,00
Tijolos comuns	383.000	80,00
Tijolos furados	209.000	180,00
Telhas	21.000	100,00
Ladrilhos	6.000	120,00
Manilhas	5.000	400,00

* - Sem produção naquele momento

Adaptado de PEREIRA, J.C. da Costa. Organização do artesanato e da pequena indústria em Sergipe. CONDESE. 1961 Aracaju, p. 26.

Deixando-se à margem a cerâmica destinada à construção de casas, que não era nada desprezível em termos da produção local, alguns comentários merecem ser feitos sobre as peças fabricadas em Carrapicho. O grande destaque é a cerâmica voltada para o complexo culinário de guardar e servir água e alimentos. Registre-se, contudo, a ausência de peças destinadas ao fogo (panelas), em face da especificidade da argila local que não se presta para tal fim.

No conjunto da louça, são destacadas as maringas antropomórficas, com formato de baianas, dentre as quais as denominadas de “Carmem Miranda”, inspiradas no grande mito da música brasileira que fazia sucesso nos Estados Unidos na época. Tinham produção reduzida, embora fossem peças que alcançavam preços mais elevados. Além deste, há notícias de outros modelos externos no formato das maringas como o “Amigo da Onça” e o “Gordo e o Magro”,



ARTESANATO E TURISMO

peças que também deixaram de ser fabricadas quando o artesão que as modelava mudou-se para São Paulo (DANTAS, 1980).

Isso mostra como os ceramistas locais já exploravam temáticas urbanas de ampla circulação nas revistas da época, por exemplo, *O Cruzeiro*, e, desse modo, se articulavam com segmentos diferenciados de consumidores, uns interessados nas formas “originais”, “primitivas”, outros mais abertos às incorporações recentes veiculadas pelos meios de comunicação de massa.

O mercado consumidor dessa “louça de barro”, denominação nativa muito expressiva, já não era restrito apenas às populações ribeirinhas que se abasteciam nas feiras semanais da região, como a de Penedo e de Propriá. Dessas cidades, a cerâmica de Carrapicho, principalmente a cerâmica mais trabalhada, era também exportada para diversos lugares, chegando a centros urbanos maiores nos quais era bem cotada, mas exigia novos modelos e aprimoramentos para ampliar mercados. É o que se deduz das sugestões apresentadas por José Carlos da Costa Pereira em relação ao centro produtor de Carrapicho. Ao lado da renovação dos equipamentos (tornos e fornos), da valorização das técnicas de produção e de acabamento; ele propõe a formação e adestramento da mão-de-obra e orientação artística de decoradores visando novos métodos para decoração das peças, sugestões ornamentais em linhas atualizadas, sem prejuízo dos elementos tradicionais e criação de novos modelos com aproveitamento das formas típicas da produção local (PEREIRA, 1961, p. 46). Na pauta de sugestões, também figura a criação de cooperativas, enfeixando uma série de medidas destinadas a aumentar a produção dos artesãos e de tornar suas peças mais adequadas às demandas dos novos tempos, entre as quais estava o turismo.



4 - AS MINIATURAS DE CARRAPICHO

Nos dicionários, miniatura tem o sentido de qualquer coisa em tamanho reduzido. Mas no campo semântico da cerâmica de Carrapicho, nos anos 60, tinha sentido mais restrito, designando apenas um conjunto específico de determinadas peças pequenas. O termo não era aplicado, por exemplo, às minúsculas peças de barro que tradicionalmente reproduziam animais, bonecas e móveis destinados ao público infantil, e utilizadas em suas brincadeiras. Essa cerâmica lúdica ou figurativa, na classificação dos estudiosos, era referida pelos artesãos como “brinquedos” e, com essa denominação, aparecia no rol de peças produzidas no final dos anos 50, na qual ainda não figuram as chamadas miniaturas. Estas constituem um produto novo que aparece no início da década de 60, associado ao turismo, reproduzindo a louça caseira utilitária e decorativa.



Pequenas peças de cerâmica tradicional produzidas em Carrapicho, conhecidas como “brinquedos”, destinadas a crianças, à venda na feira de Propriá. Araújo, 1967, p. 272



ARTESANATO E TURISMO



Miniaturas de louça e barro introduzidas em Carrapicho na década de sessenta do século XX, destinadas a turistas. A caneta no canto esquerdo da foto serve de comparativo ao tamanho das peças. Coleção particular da autora.

A história das miniaturas de Carrapicho, segundo a tradição oral recolhida dos ceramistas², resulta de uma bem sucedida parceria entre um empresário viajado e de visão e artesãos dispostos a fazer novos experimentos. Na elaboração inicial dessas peças, destaca-se a família Freitas, tradicionalmente dedicada às artes do barro, como muitas outras do pequeno povoado. João e Antônio Freitas, que trabalhavam com cerâmica utilitária, arte aprendida com seus pais e avós, aceitaram a sugestão de copiar as miniaturas de ânforas e jarrinhas trazidas de Portugal pelo Comendador José da Silva Peixoto, um empresário, filho de portugueses, residente em Penedo. Em janeiro de 1962, ele inaugurou o Hotel São Francisco, importante equipamento urbano que sugere a possível existência de um fluxo turístico na cidade, detentora de um rico patrimônio arquitetônico.

² Ver transcrição das entrevistas em DANTAS, 1980. Em 2006 realizei entrevistas com descendentes do artesão João Freitas que apresentaram a mesma versão registrada nos anos oitenta.



Seu Zeca, como era conhecido no lugar, queria as miniaturas para vender no hotel de sua propriedade. Os artesãos aceitaram o desafio, mas não se limitaram a copiar os modelos apresentados. Como informa João Freitas:

... além delas eu tinha os meus modelos próprios. Tinha os filtros, as moringas, os jarros, os bules, e outras mais. Seu “Zeca” levou estas peças para vender no cine São Francisco e nunca mais dei vencimento à freguesia. Meu irmão Antônio também começou a se dedicar às miniaturas, mas não havia produção que chegasse para os turistas de Penedo (DANTAS, 1980 p. 41).

Vê-se que os artesãos, além de se apropriarem dos novos modelos, incorporaram também os modelos tradicionais inspirados na louça caseira que fabricavam. Estes davam o tom local a uma produção que se iniciara como proposta externa à comunidade, copiando modelos trazidos de fora.

A inserção desses objetos no centro artesanal de Carrapicho merece ligeiro comentário. Na tradição local, era comum a confecção de pequenas peças de cerâmica – bois, cavalos, galinhas, bonecas, mobílias etc. – modeladas pelas mulheres, à mão ou em formas, destinadas às crianças e referidas com o termo nativo de “brinquedos” ou “miuçalha”. As miniaturas criadas pelos irmãos Freitas na década de 60 diferem, contudo, desse padrão tradicional de objetos de tamanho reduzido, por duas razões:

- 1 – Desde sua origem, a destinação das pequenas peças, que mediam entre 3 e 10 centímetros de altura, era o mercado turístico.
- 2 – As miniaturas reproduziam peças confeccionadas no torno, pelos homens, e eram por eles produzidas, uma vez que este instrumento de trabalho tinha seu acesso vedado às mulheres (DANTAS, 1987). Ou seja, o processo de feitura era o mesmo utilizado na cerâmica de torno, exigindo, contudo, mais habilidade no trabalho devido à delicadeza e fragilidade das pequenas peças. Por sua vez, as pessoas do sexo feminino, tradicionais fabricantes das peças mi-



ARTESANATO E TURISMO

údas chamadas “brinquedos,” tinham participação limitada na produção das miniaturas, restringindo-se à pintura.

As miniaturas eram fabricadas na cor natural ou em preto fosco. Esta última era resultante de um processo específico de queima das peças, que consistia em levá-las ao forno dentro de recipiente, completamente vedado (lata, tonel), envolvidas em jornal. Com a carbonização do papel, as peças ficavam pretas. Esta técnica, segundo os dois artesãos já citados, teria sido ensinada a eles pelos seus avós que empregavam velame (arbusto) ou folhas de eucalipto na queima, método também praticado em Portugal, onde se usavam folhas de eucalipto ou pó de serra para conseguir a cor preta (DANTAS, 1980, p.16).

Desse modo, se a inspiração veio do Velho Mundo, a adequação ao local foi realizada por artesãos criativos que, insatisfeitos com os lucros advindos apenas da cerâmica utilitária em tamanho normal, vislumbraram nas miniaturas melhores oportunidades de ganho por atingir um mercado em expansão.

Para tornar as peças mais apresentáveis, decoravam-nas com tintas a óleo industrializadas e de fácil aplicação. Motivos florais pintados em azul, rosa ou amarelo, com folhagens verdes e marrons e linhas paralelas enfeitavam peças maiores e miniaturas. Nestas, acrescentava-se o verniz copal que conferia um brilho especial às pequenas peças, cuja decoração era atribuição, em geral, de mulheres e crianças (DANTAS, 1980, pp. 18-21).

Assim, ao se encerrar a década de 60, Sergipe, embora não tivesse um fluxo turístico significativo, tinha um produto cerâmico diferenciado para apresentar aos visitantes, adequado aos desejos desses viajantes itinerantes que buscam como souvenir peças pequenas, baratas e de fácil transporte, à disposição dos compradores nos mercados ou na loja da ARTESE, no centro da capital³.

³ A Artese foi criada em 1968, contando com recursos do CONDESE, da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e de particulares, tendo como objetivo a venda do artesanato sergipano. Ver BARRETO, 1983.



4.1 – O SUCESSO DAS MINIATURAS

Com essas características, as miniaturas logo foram apropriadas como lembranças por vários estados onde o movimento turístico era mais intenso. Paralelamente, continuava em Carrapicho a produção de peças grandes e, ao mesmo tempo, surgiam artesãos que, dedicando-se à escultura, ganhavam visibilidade e reconhecimento como artistas nas décadas seguintes, quando o artesanato apareceria vinculado ao turismo de forma mais explícita.

A década de 70 é marcada por mudanças muito significativas na vida econômica de Sergipe, que experimenta um grande surto de crescimento. A presença da Petrobras, a criação do Distrito Industrial, a renovação de culturas no campo (laranja), a instalação de uma repetidora de TV são alguns sinais dessa mudança. “A sociedade, em seu conjunto, urbanizou-se, diversificou-se, secularizou-se e passou a assimilar costumes decorrentes dos novos padrões tecnológicos” (Dantas, 2004, p. 225). Tudo isso se projeta num panorama nacional marcado pelo domínio político dos militares e no plano cultural pela ampliação dos meios de comunicação de massa e da implementação de novas políticas sobre turismo (MICELLI, 1984).

Em 1967, foi criado o Sistema Nacional de Turismo e, logo depois, em 1972, Sergipe criou a Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR), órgão no qual se abrigava uma comissão de artesanato que, juntamente com o folclore e o patrimônio histórico e artístico, passou a ser trabalhado como elemento de suporte à atividade turística. O Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (1973), que beneficiou algumas cidades sergipanas, principalmente São Cristóvão e Laranjeiras, é exemplo dessa política incentivada pelo poder público.

Nos tempos de grande crescimento econômico, o artesanato expandiu-se em consonância com as políticas nacionais expressas no Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato (PNDA) instaurado em 1977. No ano seguinte, inaugurou-se em Aracaju o Centro de Turismo, amplo local onde a venda de artesanato, em princípio realizada pelos próprios artesãos, se constituía num dos atrativos, ao lado das



apresentações folclóricas, da música e da culinária regionais. O Centro tornou-se um ponto de visitação obrigatória para turistas ou para visitantes oficiais.

Durante a década de 70, o órgão estadual de turismo teve em Sergipe um papel importante na política local de artesanato, realizando cursos de treinamento, dando assistência às cooperativas, incentivo à produção e comercialização e, obviamente, fazendo divulgação (EMSETUR, 1978, p. 8). Quando se criou, em 1977, o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato (PNDA), vinculado ao Ministério do Trabalho, foi através da EMSETUR que ele se iniciou em Sergipe. Realizou-se então um amplo levantamento visando fazer o mapeamento e a caracterização geral do artesanato de todo o estado. Do trabalho de campo realizado nos 74 municípios então existentes, envolvendo todas as sedes municipais e 240 povoados, resultou o cadastramento de 5.189 artesãos. Detectou-se que a forma de artesanato mais difundida em Sergipe era a de trabalhos que envolviam o uso de tecidos e agulhas, produzindo costura, bordados e rendas. Seguia-se o artesanato de fibras e trançados e a cerâmica. Os artesãos do barro representavam aproximadamente 10% dos artesãos cadastrados no estado (EMSETUR, 1978).

Não obstante a pequena expressividade numérica de artesãos lidando com barro, se comparado aos que trabalhavam com agulha e linha, a cerâmica iria se tornar um tipo de artesanato muito presente nos programas governamentais da época.

O levantamento realizado ratificou a posição hegemônica de Carrapicho como centro produtor com maior concentração de ceramistas. Mas revelou outros municípios com número significativo de artesãos trabalhando o barro, como foi o caso de Simão Dias, Itabaiana, Riachão do Dantas e Itabaianinha, sítios que, à exceção deste último, não tinham visibilidade nem reconhecimento, e continuarão nessa condição por algum tempo. A política oficial em relação à cerâmica privilegiou os dois centros já consagrados nos mercados externos: Itabaianinha e, sobretudo, Carrapicho, nos quais além do prestígio já consolidado se encontravam produtos mais adequados aos circuitos



turísticos e, neste último, uma organização de produção adaptada às demandas dos novos consumidores que se ampliam com o desenvolvimento do turismo. Os programas governamentais abriam espaços para a cerâmica de Carrapicho e para seus artesãos mais destacados que passaram a freqüentar feiras e eventos diversos fora do estado, conseguindo alguns deles espaço em revistas de circulação nacional⁴. Escultores mais originais começaram a ganhar reconhecimento com sua produção de peças figurativas, como é o caso de Feliciano e, mais tarde, Cristina e Cachoba, dentre outros.

A produção de miniaturas estava em plena expansão, centrada particularmente na família Freitas, na qual se destacavam os irmãos João e Antônio. Este permaneceu em Carrapicho e dominava os mercados do norte, enquanto João, na primeira metade da década de 70, migrou com a família para Aracaju e passou a explorar os mercados do sul. Na capital, mais perto dos agentes governamentais e dos meios de comunicação de massa, João implementou sua carreira e se tornou um bem sucedido artesão que, na capital, encaminhou os muitos filhos para estudar e seguir seus passos. Alguns deles destacam-se com esculturas, notabilizando-se, sobretudo Beto Pezão, que constrói seu nome artístico associando uma das características mais fortes de suas peças: o pé avantajado das esculturas que consegue vender por todo o Brasil e para o exterior⁵.

Mesmo com oficina sediada em Aracaju, a cerâmica da família de João Freitas era de início referida como cerâmica de Carrapicho. A técnica era a mesma de antes, o barro vinha de Carrapicho e os vínculos continuavam com a terra de origem, sendo realimentados através das parentelas. Dessa forma, o ramo dos Freitas sediada na capital ajudou a projetar mais ainda o núcleo produtor de Carrapicho. Com o passar dos anos, já na década de 80, sua produção passou a figurar como cerâmica de Aracaju.

⁴ Os Freitas tinham atuação destacada sendo convidados para dar cursos em vários lugares e aparecendo em revista de circulação nacional como a Quatro Rodas (Cf. entrevistas com Robson e Hortência Freitas, Aracaju, 2006)

⁵ Sobre Beto Pezão ver DANTAS, 1980.



ARTESANATO E TURISMO

No povoado ribeirinho, mais de uma centena de artesãos continuava com sua produção bastante diversificada, de peças grandes e pequenas. Alguns tinham conseguido bastante sucesso, como era o caso dos introdutores das miniaturas⁶, e podiam dispensar o suporte da Cooperativa criada em 1977, com apoio e assistência da EMSETUR.

Ao se iniciar a década de 80, marcada por muitos discursos sobre o artesanato, bem como ações planejadas e executadas por diferentes agências governamentais e particulares (BARRETO, 1983), Carrapicho tinha consolidado sua posição de estrela de primeira grandeza no cenário sergipano de artesanato de barro. Ele está para Sergipe assim como Caruaru para Pernambuco e Maragogipe para a Bahia.

O catálogo do Artesanato Sergipano publicado no início da década de 80, sob os auspícios da Secretaria de Indústria e Comércio, edição bilíngüe, destinada aos comerciantes, dá bem a dimensão do destaque da cerâmica de Carrapicho no conjunto do artesanato de Sergipe e da ênfase posta nas miniaturas.

Embora na capa do catálogo figure o rendendê, um tipo de bordado vazado com grande produção em Sergipe e referido, à época, como a renda sergipana (MAIA, 1981, p. 45), os itens anunciados para venda davam maior destaque à cerâmica. Esta representava 50% das peças do Catálogo, no qual Carrapicho estava muito bem posicionado não só pelo número de peças, como pela variedade de itens.

⁶ Os irmãos Freitas, que iniciaram a fabricação das miniaturas de louça de barro, tinham melhor padrão de vida que os demais artesãos de Carrapicho. Ver DANTAS, 1980.



QUADRO 2

Peças do artesanato de Sergipe anunciadas em Catálogo de Vendas 1983

Tipo de artesanato	Nº de peças	Localidade
Cerâmica	63	Aracaju 31
		Carrapicho 25
		Itabaianinha 07
Tecelagem /rede	02	Divina Pastora
Renda irlandesa	10	
Bordados	23	
Doces	18	
Objetos de fibra	10	

Fonte de dados: SERGIPE, Secretaria de Indústria e Comércio. Catálogo do Artesanato Sergipano, Aracaju, 1983.

Entre as peças do catálogo figuram cinzeiros, objetos decorativos e oito variedades de miniaturas de Carrapicho, atestando a vitalidade desses pequenos objetos criados na década de 60 e transformados em lembranças que fascinavam diversos tipos de consumidores em diferentes lugares.

Em publicação do início da década de 80, Carmem Lúcia Dantas, estudiosa da cerâmica de Carrapicho, referindo-se às miniaturas afirma:

... tamanha é sua popularidade que encontramos estas graciosas pecinhas espalhadas por todo o país, da loja mais sofisticada de lembranças de viagem à mais humilde barraca de beira de estrada, parada obrigatória de ônibus interestaduais (DANTAS, 1980, p. 22).

Referindo-se à oficina de Antônio Freitas, o mais bem situado e organizado dos ceramistas do pequeno povoado, informa que a produção diária era de 300 miniaturas ou 200 peças maiores (p. 15). Na base dessa produção, encontrava-se uma organização que já não se enquadrava na oficina doméstica:



ARTESANATO E TURISMO

A olaria do Sr. Freitas, que domina o mercado das miniaturas, é uma pequena indústria, onde as tarefas são distribuídas e o trabalho é organizado, de modo que cada ceramista exerça livremente sua função, supervisionadas as tarefas ao todo pelo mestre. Sua equipe é constituída de dois modeladores, rapazes nascidos e criados no trato do barro. O mestre, Antônio Freitas, é o torneiro ou polidor, responsável pelo acabamento. Seu filho mais velho, o único da família envolvido na “indústria”, encarrega-se da pintura das peças. (DANTAS, 1980 p. 22).

Observando-se o processo de produção, vê-se que mudanças ocorreram, dentre as quais a mais evidente foi a redução do trabalho familiar e a contratação da mão-de-obra assalariada, para fazer face às novas demandas. Estas eram muitas e envolviam tanto as peças grandes quanto as pequenas. Além da comercialização habitual nos postos de venda, as miniaturas de “louça de barro” de Carrapicho tinham um circuito específico de encomendas de conjuntos completos de peças, encomendas feitas diretamente aos artesãos mais qualificados, sendo destinadas a colecionadores e presenteadores em busca de objetos diferenciados que escapam à mesmice dos artigos industrializados.

5 - DILEMAS ENTRE O MATERIAL E O SIMBÓLICO

As miniaturas, embora fossem sucessos de vendas, não eram bem aceitas em certos círculos mais intelectualizados e tradicionalistas. Eram vistas como inautênticas, por terem sido sugeridas a partir de fora, tendo suas vendas alavancadas pelo mercado turístico. Essas questões apareceram tratadas de passagem num instigante artigo de Théo Brandão, eminente folclorista alagoano que, no final da década de setenta, enfrentou essa problemática. Ele fez a defesa das miniaturas como elemento necessário ao turismo, desde que elas reproduzissem peças do artesanato local, “*exemplares realmente existentes no comércio artesanal e não de peças inexistentes no mercado*” (BRANDÃO, 1978, p. 164). Mas, ao se defrontar com a ubiqüidade das pequeninas peças



que, apropriadas pelos revendedores, eram vendidas como lembranças de lugares diversos, trazendo pintado na própria miniatura o nome da localidade que a usava como souvenir, ele as via com reservas. Era uma falsificação para iludir o turista, uma “*contrafação existente com as miniaturas e mesmo com as peças de tamanho normal...*” (p. 164).

O que ele diz se aplica perfeitamente às miniaturas de Carrapicho e, certamente, a elas se referia ao dar um exemplo concreto.

Há miniaturas de louça penedense ou do Baixo São Francisco vendidas em Maceió com a indicação “Lembrança de Maceió”. O turista desprevenido poderá pensar que tal peça tenha sido fabricada na capital. (BRANDÃO, 1982 164).

A questão que estava então sendo colocada era a da ruptura entre o material e o simbólico, tema do qual Nestor Garcia Canclini tem se ocupado ao analisar o processo de transposição do artesanato étnico para o consumo turístico no México (CANCLINI, 1983), e que se coloca no cerne das discussões sobre artesanato e turismo.

A apropriação indiscriminada das miniaturas transformadas em lembranças de muitos lugares, terminou por diluir a vinculação da produção ao centro ceramista de Carrapicho. No centro produtor, houve tentativas de gravar na peça ainda mole um carimbo, com registro de procedência, uma espécie de salvaguarda de direitos de produção/ criação. Mas a decoração feita após a queima da peça de cerâmica permitia grande maleabilidade, podendo-se, a qualquer momento, nela acrescentar-se nome de lugares, que não tinham nada a ver com o lugar de produção das pequenas peças. Registre-se, porém, que muitas delas já saíam do local de produção com a devida inscrição de lembrança de outros lugares. Uma rede de hotéis situados à margem de rodovias, por exemplo, fazia grandes encomendas com lotes das miniaturas contendo inscrições diferenciadas. Os lotes eram destinados a diferentes estados onde estavam sediados seus estabelecimentos⁷.

⁷ Entrevistas com Hortência e Robson Freitas, Aracaju, 2006.



Miniaturas de jarrinhos de Carrapicho podiam ser encontradas como lembranças de Januária (MG), no Alto São Francisco, ou em localidades do Espírito Santo, para citar apenas alguns exemplos.

Desse modo, ao se tornar “típico de qualquer lugar”, as miniaturas perderam a possibilidade de transformar-se em marca identitária do local onde eram produzidas. Os processos de homogeneização de um lado, e de outro o fascínio pela novidade, criação ou cópia de novas formas colocaram as “miniaturas de Carrapicho” no rol das demais peças pequenas. O termo miniatura, antes restrito na linguagem dos artesãos e comerciantes às pequenas peças da “louça de barro”, ampliou seu sentido incluindo a multiplicidade de objetos com formas diversas como as zoomorfas ou antropomorfas de tamanho reduzido. Estas ganharam espaço no comércio das lembranças para turistas, enquanto a antiga “louça de barro” miniaturizada quase não aparece hoje nos postos de venda de artesanato da capital sergipana. As antigas miniaturas foram sufocadas pelas novas formas de objetos de cerâmica (para ficar no mesmo tipo de matéria-prima) em que bonecas vindas de Pernambuco, dividem o espaço com a produção sergipana de cajus, pretos-velhos e cangaceiros de pés grandes, entre os quais as figuras emblemáticas de Lampião e Maria Bonita disputam as preferências da clientela (MARTINS, 2008).

A atual invisibilidade da “louça de barro” miniaturizada detectada no mercado se estende às publicações oficiais. Ao contrário do Catálogo do Artesanato Sergipano publicado no início da década de 80, no Catálogo editado pelo SEBRAE em 2000, no qual Carrapicho (hoje Santana do São Francisco) figura com destaque, elas não aparecem, nem no bloco da cerâmica nem no bloco do souvenir (SEBRAE, 2000). Do mesmo modo, está ausente da mais recente publicação do Governo de Sergipe sobre o artesanato (SERGIPE, 2006).

O caso específico das miniaturas da “louça de barro” de Carrapicho sugere reflexões sobre a relação entre artesanato e turismo, quando se enfatiza os processos de inclusão social associados aos sentidos do lugar (ARANTES, 2000). A curta história desses pequenos objetos aponta para as armadilhas do mercado, sem o qual o artesanato não se



sustenta, e ajuda a pensar o presente e o futuro, sem perder de vista que o mercado é dinâmico como são dinâmicas as formas e as funções do artesanato. O desafio que se impõe é encontrar o ponto de equilíbrio entre o fazer local, enquanto suporte e expressão de identidade, e a produção e comercialização das lembranças destinadas ao consumo dos turistas.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Antônio Augusto. Posfácio. In: MACHADO, Álvaro (Coord). **Mestres artesãos**. São Paulo: s.i. 2000.
- ARAÚJO, Alceu Maynard. **Folclore nacional**. Vol.3, 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.
- _____. In **Brasil: Histórias, Costumes e Lendas**. São Paulo: Três, s.d BARRETO, Hélia Maria de Paula. **ARTESE: um estudo das relações entre o governo e o artesanato**. Monografia de conclusão de curso de especialização. Aracaju: UFS, 1983.
- BRANDÃO, Théo. Artesanato e turismo [1978]. In **Folclore de Alagoas II**. Maceió: CEC/UFAL, 1982, pp. 161-169.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DANTAS, Beatriz Góis. A mão e o torno: a divisão sexual do trabalho entre ceramistas. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 18/19, n.1/2, pp. 157-177, 1987-1988.
- DANTAS, Carmem Lúcia. **Carrapicho: cerâmica e arte**. Maceió: s.e. 1980.
- DANTAS, José Ibarê Costa. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- EMSETUR. **Aspectos gerais do Artesanato de Sergipe**. (Relatório de pesquisa, mimeo). Aracaju: 1978.
- FROTA, Lélia Coelho. Artesanato: tradição e modernidade em um país em transformação. **Cultura material, identidades e processos sociais**. Série Encontros e Estudos, n. 3. Rio de Janeiro: Funarte/CNFCP, 2000.
- IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, vol. XIX. Rio de Janeiro: s.i, 1959.
- MAIA, Isa. **Artesanato Brasileiro Rendas**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1981.
- MARTINS, Flávia. Made in “de fora”. **Jornal Cinform**, Aracaju, 18 a 24 de fevereiro de 2008. Caderno Cultura e Variedades, p. 1.
- MENDONÇA, Jouberto Uchoa de; SILVA, Maria Lúcia Cruz (Orgs). **Sergipe panorâmico**. Aracaju: UNIT, 2002.



MICELLI, Sérgio (org.) **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo, Difel, 1984.

PEREIRA, José Carlos da Costa. **Organização do artesanato e da pequena indústria em Sergipe**. Aracaju: CONDESE, 1961.

SEBRAE-SE. **Programa Sebrae de Artesanato: Catálogo**. Aracaju: Sebrae, 2000.

SERGIPE, Secretaria de Indústria e Comércio. **Catálogo do artesanato sergipano**. Aracaju: SIC, 1983.

SERGIPE, Governo de. Centro de Artes e Cultura. **Sergipe Artesanato**. Aracaju: 2006

SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe**. Aracaju: s.e. 1920.



FAMÍLIAS
SERGIPANAS
DO PERÍODO
COLONIAL (IV)

*Ricardo Teles Araújo**

RESUMO
kjlklklkl





FARO LEITÃO

O sobrenome Faro vem da cidade de Faro, no Algarve, Portugal. Provavelmente os primeiros da família eram portugueses oriundos da cidade do Faro e, embora lá não usassem o topônimo em seu sobrenome, ao chegarem no Brasil acrescentaram aos seus sobrenomes de família o nome da cidade de origem.

Faro é uma velha cidade de origem romana. No tempo dos Romanos chamar-se-ia Ossonoba, embora haja quem discorde, alegando que no tempo do domínio árabe Santa Maria e Ossonoba (*xant maria* e *okxonuba* em árabe) seriam cidades vizinhas, a primeira servindo de porto à segunda. Santa Maria seria a hoje Faro. Ossonoba era também o nome dado à região aonde se situava Santa Maria¹. Sobre a adoção do topônimo Faro aos sobrenomes já no tempo do domínio árabe, escreveu Cláudio Torres:²

“A velha Ossónoba, denominada “Santa Maria” durante o século XI, passa a chamar-se “Santa Maria de Faro”, devido ao fato provável de ter sido construído nessa altura um farol, tomado necessário devido ao assoreamento da ria. Assim cremos que o nome “Faro” não advém de um antropônimo e sim, ao contrário, foi a cidade a dar o seu nome a uma importante família local, Ibn Harun, que durante dezenas de anos a governou. Era vulgar entre os muladis, os conversos ao islamismo, a incorporação do topônimo natal ao nome corânico, adotado no momento de abraçar a nova fé.”

Concordamos com Cláudio Torres. O nome *Harun* em árabe quer dizer *luz, chefe, protetor, guarda* ou *mensageiro*³, justamente o que faz

¹ MACHADO, José Pedro. *Ensaio arábico-portugueses*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997, p. 24ss.

² MATOSO, José (coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. 8v. V.1, p.398.

³ GANDHI, Maneka e HUSAIN, Ozair. *The Complete Book of Muslim and Parsi Names*. New Delhi: HarperCollins, 1994.

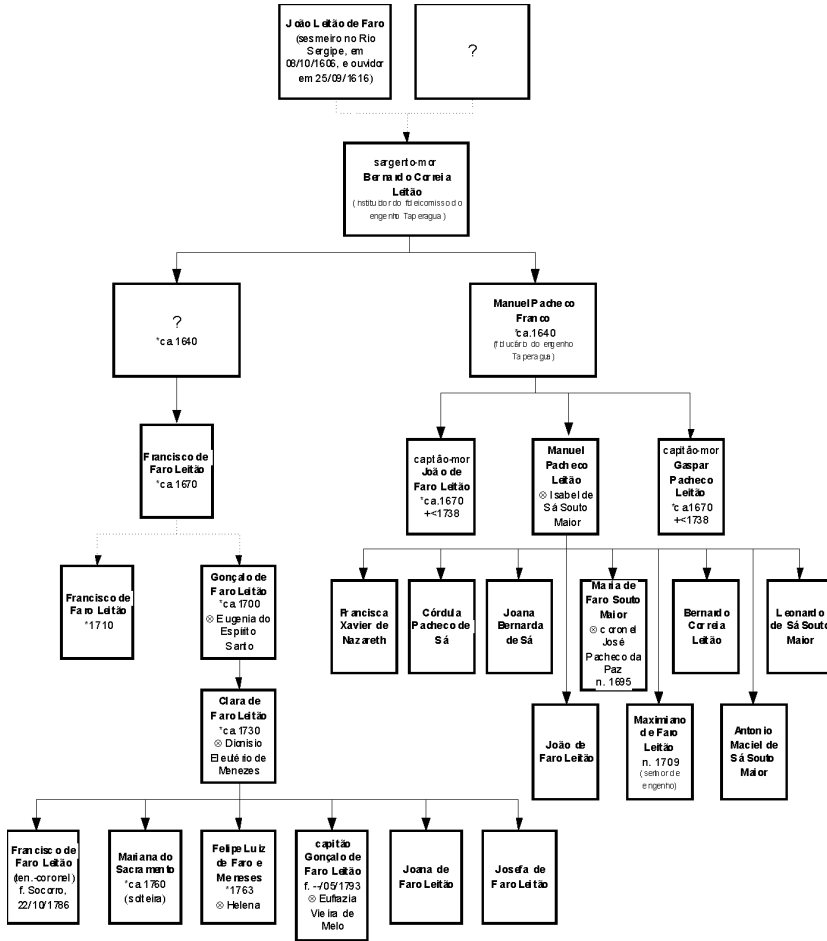


o farol. Além do significado de “Harun” ser o mesmo de farol, a raiz linguística das duas palavras é a mesma. Harun tem a mesma raiz linguística de Faros, a ilha egípcia aonde existia o famoso Farol de Alexandria, uma das sete maravilhas do mundo antigo, e que deu origem ao nome *farol*. Faros era oriundo do grego *pharós*, este por sua vez oriundo, provavelmente, do antigo egípcio, pois *pharós* parece ter a mesma raiz do termo egípcio *pr’e* que significa “grande casa” e a partir do Novo Império (1500 A.E.C.), “faraó”⁴. Apesar da língua árabe e da grega pertencerem a troncos linguísticos distintos, respectivamente afro-asiáticos e indo-europeus, ocorreram empréstimos de ambos os lados, devido ao intenso comércio mediterrânico, desde o tempo dos fenícios, povo semita que nem o árabe, cerca de 1000 A.E.C. Do topônimo *pharós* ou *harun* (em árabe), poderia vir sem dificuldade um antropônimo Harun, assim como ocorreu muitas vezes em Portugal, como por exemplo, com o antropônimo *Guimarães* vindo da cidade de Guimarães, *Viana* da cidade de Viana do Castelo, *Almeida* da vila de Almeida e *Oliveira* dos inúmeros lugares e freguesias com o nome de Oliveira. A troca da letra árabe *h* pela letra *f* era comum nos empréstimos árabes no português, como, por exemplo, na palavra *refém*, que vem do árabe *rahan*⁵.

As mais antigas fontes primárias onde aparecem pessoas da família Faro Leitão, que descobrimos, se encontram no Livro de Notas 1735/38 do Cartório de São Cristóvão, em alguns documentos avulsos de 1718, 1720 e 1724, existente nas caixas de Sergipe do Arquivo Histórico Ultramarino, e em uma carta do Conde de Vimieiro, de 13/11/1718, ao capitão Francisco de Faro Leitão, fora a sesmaria de João Leitão de Faro, de 0/10/1606, mencionado em Felisbelo Freire, *História de Sergipe*.

⁴ HOOKER, J.T. (introdução). *Lendo o passado*. São Paulo: Edusp, 1996, p.148.

⁵ SOUSA, João de. *Vestígios da língua arábica em Portugal*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1830.



**Genealogia da família
Faro Leitão
de Sergipe**
Roldão Tavares Araújo (1993), p. 269

Nda: Linha cheia denota parentesco seguro, linha pontilhada, parentesco provável





FAMÍLIAS SERGIPANAS DO PERÍODO COLONIAL (IV)

João Leitão de Faro deve ter sido o primeiro da família que chegou em Sergipe, ainda no período da sua proto-história (1590-1645). Recebeu uma sesmaria de uma légua por uma légua do capitão-mor Nicolau Faleiro de Vasconcelos, em 08/10/1606, na margem sul do Rio Sergipe, vizinho à de Antonio Lopes Pereira⁶. João Leitão de Faro foi ouvidor de Sergipe em 25/09/1616⁷.

Em 31/03/1657, Manoel Leitão era sargento da companhia do capitão Antonio Coelho do limite de Lagarto. Encontrava-se preso na cadeia de São Cristóvão, por ter-se envolvido na expulsão do vigário de São Cristóvão, Sebastião Pedroso de Góes. É possível que esse sargento fizesse parte da família Faro Leitão⁸.

Francisco de Faro Leitão era capitão de cavalos de uma das tropas da Ordenança de que era coronel Antonio Martinho de Barbuda, que aliás não morava em Sergipe e foi acusado pelo capitão-mor Custódio Rebelo Pereira de ausente e de não ser conhecido das pessoas do seu próprio regimento. A ausência do coronel levou as tropas a um tal desligamento que mesmo passando bando para avisar que haveria mostra, em 12/02/1718, apenas dez soldados compareceram de um total de 51 que havia na companhia do capitão Francisco^{AHU Sergipe doc 105}.

Francisco de Faro Leitão era primo de João de Faro Leitão, que tinha um irmão chamado Gaspar Pacheco. João de Faro Leitão, recebe o ofício e carta-patente de capitão-mor da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, em 8 de agosto de 1720⁹. Os três parentes foram acusados de um crime gravíssimo, em 1724: a morte do filho e do neto do capitão Mendo de Sá Souto Maior, respectivamente, Claudio Maciel e Artur de Sá. Feita devassa pelo ouvidor da comarca de Sergipe, ninguém fora acusado e o infeliz capitão pede à Sua Majestade o Rei D. João V que mande tirar nova devassa, pois, segundo

⁶ FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977, p.404.

⁷ Livro primeiro do governo do Brasil.

⁸ AHU, Sergipe doc 9.

⁹ AHU, Sergipe, doc. 39.



ele, o seu filho e o seu neto teriam sido assassinados pelos irmãos João de Faro Leitão e Gaspar Pacheco, seu primo Francisco de Faro e a mulata Luzia. El Rey, ouvindo o parecer favorável do Vice-Rei Vasco Fernandes Cesar de Menezes, em 12/06/1725, mandou fazer nova devassa^{AHU Sergipe doc 143}. Francisco de Faro (talvez o mesmo acima) foi acusado pelo Ouvidor Antonio Soares Pinto de ter atentado contra a vida do seu antecessor pelo fato de o mesmo ter executado uma dívida sua com os defuntos e ausentes^{AHU Sergipe doc 147}.

No Livro de Notas, hoje existente no Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe, há uma escritura de terras e mais pertences do engenho Taperagua, passada em 22/05/1738, em que Isabel de Sá Souto Maior, viúva de Manoel Pacheco Leitão, e seus filhos Bernardo Correa Leitão, Leonarda de Sá Souto Maior, João de Faro Leitão, Maximiano de Faro Leitão, Antonio Maciel de Sá Souto Maior, Joana Bernarda de Sá, Córdula Pacheco de Sá e Francisca Xavier? de Nazareth para o coronel José Pacheco da Paz, a fim de o mesmo se casar com a sua filha e irmã Maria de Faro Souto Maior. Estas terras foram instituídas como fideicomisso pelo bisavô dos filhos, o sargento-mor Bernardo Correia Leitão, usando de sua terça, e com a morte do seu pai Manuel Pacheco Leitão sucederam todos igualmente. O fideicomisso era uma propriedade que herdava o primogênito de duas gerações, sendo o primeiro herdeiro chamado de fiduciário e o segundo de fideicomissário. No caso do engenho Taperagua, Manuel Pacheco Franco, avô dos doadores, era o fiduciário do fideicomisso e o pai, Manuel Pacheco Leitão, o fideicomissário.

01/03/1738. Escritura de venda, trespasso, doação e data que faz D. Isabel de Sá Souto Maior e seus filhos, ela viúva de Manuel Pacheco Leitão, e seus filhos Bernardo Correia Leitão, Leonardo de Sá Souto Maior, João de Faro Leitão, D. Maximiana de Faro Leitão, Antonio Maciel de Sá Souto Maior, D. Joana Bar... De Sá, D. Cordula Pacheco de Sá, D. Francisca Xavier de Nazaré ao coronel José Pacheco da Paz, do engenho Taperagua, suas terras e mais pertences [...] de canas obriga-



FAMÍLIAS SERGIPANAS DO PERÍODO COLONIAL (IV)

dos ao mesmo engenho. Houveram por título de deissa? Fidei comisso perpétuo que instituiu da manufatura de sua terça seu bisavô deles vendedores, cedentes e doadores, o defunto sargento-mor Bernardo Correia Leitão, em [...] sucederam todos igualmente por falecimento do seu pai Manuel Pacheco Leitão [...] avô Manuel Pacheco Franco [...] ao dito comprador para efeito de casar com sua filha e irmã deles vendedores, cedentes e doadores, d. Maria de Faro Souto Maior, com a qual está hoje legitimamente casado [...] e legítima de seu pai posse da legítima que faz adjudicada a Gonçalo de Sá Souto Maior [...] sua mãe Isabel de Sá [...]; e outrossim, irmãos os ditos vendedores, cedentes e doadores a saber: d. Joana Barrera? de Sá, D. Cordula Pacheco de Sá, D. Francisca Xavier de Nazaré senhores e possuidores etc. etc. Por doação e deixa que fez seu tio o capitão-mor João de Faro Leitão, já defunto, [...] de canas e terra sita no [...] Vaza-Barris em légua que chamam de [...] que houveram por título de doação que seu tio o capitão-mor o defunto Gaspar Pacheco Leitão e sua mulher lhe fizeram.

O instituidor do fideicomisso do engenho Taperaqua, sargento-mor Bernardo Correia Leitão, entrou em litígio com o capitão-mor de Sergipe Ambrósio Luís de la Penha, solicitando à Sua Majestade, em 1665, que fosse tirado devassa sobre os maus procedimentos do capitão-mor, oferecendo, inclusive, uma caução de sua própria fazenda, para o caso de o capitão-mor sair inocentado da devassa.

Senhor,

Manda Vossa Majestade por decreto de 18 de novembro passado ... consulta neste conselho uma petição de Bernardo Correia Leitão, na qual diz que Ambrósio Luís de la Penha, capitão-mor de Sergipe del Rey tem procedido e procede no exercício do seu cargo com insolência fazendo e obrando as exorbitâncias e excessos que constam dos capítulos que oferece e porque vai acabando seu triênio (...) de que fique sem



castigo os ditos excessos cometidos no dito cargo contra o serviço de Vossa Majestade e de seus vassallos, e ele Bernardo Correia quer depositar a caução necessária para a devassa não saindo culpado o dito Ambrósio Luís. Pede a Vossa Majestade lhe faça mercê mandar passar provisão para que o ouvidor geral do crime que ora é (...) ou qualquer outro ministro (...) que Vossa Majestade for servido, vá a dita capitania de Sergipe e devasse do conteúdo nos ditos capítulos e pelos mais que der acabdos os três anos do dito capitão-mor que se acaba em fevereiro do ano de 666, e proceda contra ele conforme as culpas que resultarem da devassa.

Ao conselho parece que Vossa Majestade deve ordenar que o ouvidor geral do crime da Relação do Brasil ou outro qualquer desembargador da mesma Relação de toda inteireza e bons procedimentos, tanto que Ambrósio Luís de la Penha acabar os três anos porque foi provido do cargo de capitão-mor da capitania de Sergipe (...) tirar residência do dito tempo que serviu o dito cargo, enviando-se-lhe os translados dos capítulos oferecidos por Bernardo Correia Leitão que ficam neste Conselho, para perguntar pelo que se contém neles, e que saindo culpado se proceda contra ele como parecer justiça e conforme merecerem as suas culpas. Em Lisboa, 22/12/1665.

A combinação Correia Leitão apresenta uma similaridade com uma das primeiras famílias do Rio de Janeiro: a de Francisco Correia Leitão, nascido por volta de 1644, filho de Brás Correia Leitão e de Maria de Matos, ambos naturais de Alvarinha, comarca de Leiria. Esse Francisco casou-se em São Gonçalo, em 05/08/1674, com Ângela do Amaral, filha de João Batista Jordão e de Ângela de Arão, da família Amaral Gurgel¹⁰.

¹⁰ RHEINGANTZ, Carlos. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1965.



FAMÍLIAS SERGIPANAS DO PERÍODO COLONIAL (IV)

Em 07/02/1750, o coronel José Pacheco da Paz continuava como dono do engenho Taperagua, quando testemunhou na devassa de residência de Manuel Francês, que tinha sido capitão-mor de Sergipe, declarando ter 55 anos, o que deduz que nasceu provavelmente em 1695.

Em 04/02/1750, Francisco de Faro Leitão aparece como a 25ª testemunha do auto de residência de Manuel Francês, que foi capitão-mor de Sergipe, declarando morar na Vargem de Nossa Senhora do Desterro, termo de São Cristóvão, viver de suas fazendas e ter 40 anos de idade, tendo nascido provavelmente em 1710¹¹. Pela sua idade, com certeza esse homem não era o mesmo Francisco de Faro Leitão acima, que foi capitão de cavalos em 1718.

O capitão Gonçalo de Faro Leitão aparece como capitão de uma companhia de 29 soldados pertencente ao Regimento de Cavalaria do coronel Filipe Pereira do Lago, no Mapa de Regimentos da Capitania de Sergipe de El Rey enviado pelo capitão-mor Francisco da Costa ao Rei D. João V, em 03/04/1734¹². Provavelmente o mesmo Gonçalo de Faro Leitão casado com Eugênia do Espírito Santo. Teve, que descobrimos, uma filha de nome Ana? ou Clara? de Faro Leitão, que foi casada com Dionísio. Ana? ou Clara? fez testamento, registrado no Livro de Registro de Testamento de São Cristóvão de 1803/1804, à folha 52, declarando na ocasião ser nascida na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, de São Cristóvão, filha dos citados Gonçalo e Eugênia, que deixava de bens o Engenho Massapé e que tinha seis filhos:

Francisco, que teve uma filha de nome Maria;

Felipe Luís de Faro, que foi o seu primeiro testamenteiro e teve um filho de nome Francisco;

Gonçalo;

Joana;

Josefa;

Mariana.

¹¹ AHU, Sergipe doc371.

¹² AHU Sergipe doc277.



Alexandre de Faro Leitão, do século XVIII teve o filho capitão Francisco de Faro Leitão, nascido em Socorro, SE, provavelmente em 1789, pois em 1829 o seu nome aparece como capitão da 4ª Companhia de Cassadores do Batalhão 24, de Laranjeiras, tendo 40 anos e 4:000\$000 réis de renda anual¹³. Seu nome completo era Alexandre José de Faro Leitão e era capitão das ordenanças da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba em 1785, quando tirou a lista das pessoas que plantaram mandioca na mesma e a enviou para o Governo da Bahia¹⁴. Ele mesmo aparece na listagem como sendo Lavrador de Cana do Engenho Jiqui, de propriedade de Manuel Gomes dos Santos. O capitão Alexandre possuía 8 escravos e tinha plantado em suas terras 1000 covas de mandioca.

Segue abaixo o resumo da descendência de Gonçalo de Faro Leitão e de Eugênia do Espírito Santo:

Gonçalo de Faro Leitão

⊗ Eugênia do Espírito Santo

Teve que descobrimos:

I.1 Clara de Faro Leitão¹⁵

⊗ Dionísio Eleutherio de Menezes

Teve q.d.:

¹³ APES, Comandante de Batalhões.

¹⁴ Documento no Arquivo Público da Bahia (APEB, 188), cedido gentilmente por Luiz Mott.

¹⁵ De acordo com o testamento da sua filha Mariana do Sacramento, feito em 15/07/1826 (AJES, S. Cristóvão-LRT 1830/42, f.2), e fonte secundária que colhemos no arquivo do Dr. João Dantas Martins dos Reis, no Instituto Histórico Geográfico de Sergipe.



II.1 Francisco de Faro Leitão (tenente-coronel)¹⁶

† Comendaroba, Freguesia de N.S. do Socorro, SE, 22/10/1786

II.2 Mariana do Sacramento¹⁷

★ Cotinguiba, SE, ca. 1760

V Divina Pastora, SE, 21?/08?/1826

(solteira)

II.3 Felipe Luís de Faro e Menezes¹⁸

« 1763

⊗ Helena de Faro Leitão

¹⁶ Morreu de dois tiros de bacamarte que levou ao sair da igreja da Comendaroba onde tinha ido assistir missa, às 10 horas da manhã, em 22/10/1786, a mando de D. Jacinta Maria de Castro, Antonio Pereira da Silva e do sargento-mor Bento José de Oliveira. Bento José, pouco antes de sua morte, tinha tido dissensões com ele, querendo congraçá-lo com Antonio Pereira. Morto Francisco, foi preso Antonio Pereira, solto pouco depois por Bento José, que para isso arrombou a cadeia e induziu ao Meirinho para levá-lo à cadeia de São Cristóvão, sendo solto no caminho e se hospedando na sua casa. Para embarçar a investigação, Bento José de Oliveira alegou que Felipe Luiz e seus irmãos e parentes tinham mandado dar um tiro no preso. O exame de corpo delicto nas roupas do falecido foi feito em 31/10/1786 (AHU, Sergipe doc 481).

¹⁷ Mariana declarou em 1826 que tinha, também, a sobrinha Antonia ã José Pinheiro. Este José Pinheiro era o então tenente e depois major José Pinheiro de Mendonça¹⁸ ã Antonia de Faro Leitão, atestado, inclusive, no testamento de sua filha Joana de Faro Leitão, feito em Laranjeiras, SE, 01/06/1856 (AJES Laranjeiras 1-T-c1, doc16). Na ocasião Joana declarou ser nascida na Freguesia de Divina Pastora, SE, filha do Major José Pinheiro de Mendonça e de Antônia de Faro Leitão e que foi casada com Manoel Fernandes Rollemberg Chaves, não tendo filhos. Joana era irmã de Manoel Dinis de Faro Leitão, Luís de Faro Leitão, que tinha um filho José, N.N., que foi casada com Manoel dos Santos Silva e teve a filha Ana, e de outra N.N. que foi casada com Francisco de Faro Leitão e teve a filha Maria. Seu testamento está registrado no livro de registro de testamentos da comarca de São Cristóvão (AJES, SC-LRT-c3).

¹⁸ Em 05/10/1805, Francisco Muniz Teles, Raymundo Teles Barreto de Menezes, José de Barros Pimentel, Manuel da Porciúncula Lins e Manuel Pereira Carvalho queixaram-se à Sua Majestade dos irregulares procedimentos do sargento-mor Felipe Luiz de Faro e Menezes que, segundo eles, conservava ao seu serviço um coito de facinorosos liderados pelos matadores Manuel Cardoso e seu irmão Domingos e mais um soldado desertor da praça de Pernambuco de nome José Marinho, que o serviam há mais de oito anos. Por mandado dele mataram José Antonio, no lugar do Genipapo,



filha do capitão José Ferreira Passos¹⁹, «Santo Amaro das Brotas, 1729, e de Clara Maria de Almeida; n.p. Gualter Ferreira Passos e de Elena de Andrade.

Teve que descobrimos:

III.1 Francisco de Faro Menezes

III.2 Gonçalo de Faro Leitão e Menezes²⁰

Estácio de tal, no lugar da Terra Dura, e Gonçalo de tal, no Pé do Banco [hoje Siriri], e em todos as devassas feitas saíram pronunciadas as próprias vítimas, devido ao fato de o ouvidor [José Antonio Alvarenga Barros Freire] ser seu parcial e receber infinitos mimos do mesmo. Além disso, Felipe vexava os povos, destruindo suas lavouras com o seu gado e queimando cercas (tinha ele 6 léguas de terra arrendadas a 200 ou 300 rendeiros pobres, de quem ele abusava colocando o seu próprio gado nas terras arrendadas, causando prejuízos aos rendeiros - AHU, Sergipe doc 478). Tirava da cadeia de Santo Amaro até presos com crimes de morte, como fez com Mateuzinho, acusado de matar Antonio Felix. Prendia muitos pobres se ferissem qualquer uma de suas reses e não pagassem em dia a renda de suas terras. Felipe tinha quatro engenhos moentes e correntes. Mantinha preso na cadeia de Santo Amaro dois homens na enxovia e tronco, sem culpa alguma, porque ser Felipe homem muito rico e que fazia tudo quanto queria. Após a morte do seu sogro José Ferreira Passos, passou a usar os soldados das ordenanças [que não recebiam soldo algum] para fazer guarda aos presos de sua paixão, de dia e de noite, enquanto pela lei de 20/10/1763, eles só estavam obrigados a transportar os presos para a cadeia da relação. Quando o governador determinou que a câmara propusesse o nome do capitão-mor, com a assistência do corregedor, Felipe Luiz subornou os vereadores doando-lhes vacas mortas e feixes de açúcar, para que fosse indicado em primeiro lugar, apesar de ser ele cego e de mau gênio. Como capitão-mor aumentou o seu próprio salário com inquisitórios e outros emolumentos vantajosos. Deixou de tirar devassa do levante do povo contra o vigário da freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba, Antonio Alves de Miranda Varejão, por solicitação de Bento José de Oliveira, mentor da sedição, aconselhando e dando agregados para isso. Esse apoio a Bento José de Oliveira mostrava que Felipe Luiz de Faro e Menezes esquecera que foi o próprio Bento José que mandara matar o seu irmão, o tenente-coronel Francisco, em 1786, quando o próprio Felipe tinha 23 anos de idade (AHU, Sergipe doc 481).

¹⁹ O capitão José Ferreira Passos, que foi casado com Clara Maria de Almeida, fez testamento em Santo Amaro das Brotas, em outubro de 1804, e declarou que tinha uma filha de nome Helena de Faro Leitão, que casou com o sargento-mor Felipe Luís de Faro de Menezes.

²⁰ Foi testamenteiro da sua tia Mariana do Sacramento, em 30/01/1833 (AJES, SC-LRT-c.3).



II.4 Gonçalo de Faro Leitão (capitão)²¹

† —/05/1793

⊗ Eufrásia Vieira de Melo (1° ⊗)

filha de Antônio Coelho Barreto e de Quitéria Gomes de Sá;
neta materna de João Gomes de Mello, « Pernambuco, e de
Teve que descobrimos:

III.1 Clara de Faro Leitão

⊗ Gonçalo Paes de Azevedo Jr.²²

★ Santo Amaro das Brotas, SE † —/11/1821

filho do Cap. Gonçalo Paes de Azevedo e de Antônia de Moura Caldas.

III.2 Maria José de Faro Leitão

1° ⊗ Manuel Rollemberg de Azevedo

2° ⊗ João Gomes de Mello (Barão de Maroim)

²¹ Gonçalo de Faro Leitão foi provido por patente do governador da Bahia, dom Rodrigo José de Menezes, ao posto de capitão da 6ª Companhia de Cavalos da Capitania de Sergipe del Rey, do coronel José Caetano da Silva Loureiro, em 07/07/1786, devido à promoção de José Ferreira Passos que ocupava o mesmo posto. Como ele não pediu confirmação da patente à Sua Majestade no prazo de seis meses, como determinava o capítulo 16 do Regimento do Governo da Bahia, ele solicitou nova patente ao então Governador Dom Fernando José de Portugal, que a concedeu em 16/09/1790, para que ele pedisse confirmação. O coronel do regimento já não era mais José Caetano da Silva Loureiro, que se retirara para a vida sacerdotal, e sim, Baltazar Vieira de Mello (AHU, Bahia 15408).

²² Gonçalo Paes de Azevedo Jr. deixou ao falecer dois engenhos e dinheiro par afilhados e escravos. Era irmão de Francisca Pereira do Lago (A/JES, S. Cristóvão, LRT 1820/22, f.144).



III.3 Joana de Faro Leitão

★ ca.1790

⊗ Cap.-Mor José da Mota Nunes²³

† Laranjeiras, SE, 11/06/1847

Teve:

IV.1 Francisco de Faro Motta Leitão (major)

★ Socorro, SE, —/—/18—

1° ⊗ Antônia Leopoldina (de Faro)

filha de Manuel Zuzarte de Siqueira e Mello e de Clara Angélica de Araújo.

2° ⊗ Maria de Azevedo Faro

(sem geração)

O Major Francisco de Faro Motta Leitão teve com a crioula Simoa, uma filha natural.

IV.2 Cap. Felipe de Faro Motta Leitão²⁴

† Laranjeiras, SE, 04/07/1871

⊗ Maria da Glória de Faro Jurema

(sem geração)

²³ O Cap.-Mor José da Motta Nunes era o dono dos Engenhos Flor da Roda e Tanque do Moura (AJES, Laranjeiras 1-I-c7, doc4). Mota Nunes era uma antiga família sergipana atestada desde 1726, quando o tenente Antonio da Mota Nunes, branco, casado, lavrador de tabacos e de idade que disse ser de 40 anos («1686?»), depôs sobre os comportamentos do capitão-mor de Sergipe José Pereira de Araújo (AHU, Sergipe doc 152). Em 1756, no mapa da companhia de auxiliares do capitão Gonçalo Tavares da Mota, do Terço da Vila de Itabaiana, do capitão-mor Simão Teles de Menezes, aparecem como soldados José da Mota Nunes e Antonio da Mota Nunes, provavelmente irmãos por constarem um do lado do outro na lista conforme costume da época (AHU, Sergipe doc 402). Talvez fossem filhos do já mencionado tenente que tinha 40 anos em 1726.

²⁴ O capitão Felipe de Faro Motta não teve filhos e por isso seus bens passaram para os seus irmãos. era ele dono dos Engenhos Tanque do Moura e Massapê (AJES, Laranjeiras 1-I-c7, doc1).



IV.3 Major Gonçalo de Faro Motta (Engenho São Gonçalo das Pedrinhas)²⁵

† Antônia de Azevedo Faro

⊗ Laranjeiras, SE, <1876

filha de Antônio de Faro Leitão

IV.4 Helena de Faro Motta Leitão

1° ⊗ T.Cel. José Nobre Paes de Azevedo Faro

2° ⊗ Salustiano Orlando de Araújo Costa

filho de Manuel Joaquim de Araújo Costa

IV.5 Antônia de Faro Motta Leitão

1° ⊗ Cap. Antônio Manoel de Faro Leitão

2° ⊗ José Bernardino de Sá

★ SE, 1810?

IV.6 Luiza de Faro Motta Leitão

⊗ Major Felipe de Azevedo Faro

IV.7 Maria de Faro Motta Leitão

† Laranjeiras, SE

1° ⊗ o primo Hermenegildo da Motta e Menezes

2° ⊗ Alexandre José de Faro

(sem geração)

²⁵ Gonçalo de Faro Motta tornou-se o tutor de seus filhos em 23/06/1876, devido ao falecimento de sua mulher Antônia (AJES, Laranjeiras 1-Tut-c1, doc3). Dois anos depois ele se nega a prestar contas da tutoria de seus filhos perante o juiz, alegando que os pais não estavam obrigados a fazê-lo (Idem-I-c13, doc3). Dois dois documentos citados tiramos a sua descendência.





A IDENTIDADE TERRITORIAL NA GEOPOLÍTICA NACIONAL: uma leitura crítica geográfica dos discursos nas Revistas e Atas do IHGSE na Primeira República*

Alexandrina Luz Conceição**

Vanessa Dias de Oliveira***

RESUMO

Conforme pesquisa realizada, nas Revistas Trimestrais e Atas do IHGSE (de 1912 a 1930¹), na discussão desenvolvida sobre a Questão dos Limites entre Sergipe e a Bahia, a leitura crítica da Geografia permite observar, nas ambigüidades dos discursos, que não se trata de um simples discurso de identidade sergipana, restrito ao Estado, pela defesa do sentimento de pertencimento, de amor à terra natal. Há dois enfoques que se interpenetram; um que deve ser lido a partir do entendimento da questão interna de direito territorial contra o estado da Bahia, na política de legitimação territorial; enquanto no outro este se estabelece como contratendência com o objetivo do reconhecimento do poder nacional, daí a constante ênfase da formação de uma “nacionalidade/identidade” brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: questão nacional; identidade política; formação territorial; poder das elites.

* Este artigo faz parte do conjunto de pesquisas sobre a História do Pensamento Geográfico no Brasil, conforme inclusive referências bibliográficas. Este contou com a participação dos alunos bolsistas: Vanessa Dias de Oliveira e Igor Machado de Oliveira para o Projeto PIBIC/UFS com o apoio do CNPq-2003.

** Professora Doutora em Geografia Humana vinculada ao Núcleo de Pós-Graduação de Geografia - UFS. NPGeo/UFS, aluz@oi.com.br

*** Mestre em Geografia pelo NPGeo-UFS. NPGeo/UFS, vanessa25geo@yahoo.com.br

**** O corte histórico estabelecido na análise pauta-se no ano de fundação do IHGSE 1912 e vai até 1930, que corresponde ao momento de institucionalização da Geografia.



INTRODUÇÃO

A Questão Nacional constituiu a principal problemática no Brasil, marcadamente geopolítica, desde a sua formação colonial, até as primeiras décadas do século XX. Os discursos geográficos tornaram-se instrumentos ideológicos de legitimação do Estado e a demarcação de fronteiras foi um exemplo de doutrinação dessa luta política (MORAES, 2002).

Neste pressuposto observa-se que, o olhar geográfico passou a ser usado como processo ideológico de legitimação do Estado, mediante o estudo do território, país e povo, para a construção das escalas nacionais. Neste sentido, pode-se afirmar que, a Geografia contribuiu organicamente para a reprodução de um discurso de consciência nacional e do sentimento de pertencimento territorial.

Na crítica do discurso geográfico, Escolar (1996), reflete sobre o caráter ideológico e epistemológico da Geografia. O objetivo do autor é fazer a análise crítica do conteúdo apolítico em que se revestem as formulações ambíguas dos discursos geográficos. O autor destaca o aparente enfoque apolítico dos discursos que funcionaram sistematicamente, como uma modalidade de interpretação efetiva, na formação de uma idéia territorial de Nação e da consciência não histórica de pertencer à Pátria, como estratégia metodológica de articular a “história externa” (contextual) com a “história interna” (comunitária).

Nos discursos da História e da Geografia no Brasil destaca-se a atenção ao papel das teorias modernas que foram o elemento central na consolidação do sentimento de pátria e o elemento divulgador das idéias das identidades políticas no país. A Geografia ao lado da História é uma das disciplinas básicas para a imposição da ideologia do poder do Estado. A análise dos seus discursos permite identificar a rede de sua doutrinação (MORAES, 2002). Estados e territórios passam a representar termos de uma mesma equação que se introduz na questão nacional, os estados construídos sob tal determinação vivenciam uma soberania formal sobre o território, visto que as determinações coloniais permaneceram vigentes mesmo após as independências.



A partir de 1822, com a emancipação política, “o Estado Brasileiro toma o território como centro de referência da unidade nacional, vendo seu povoamento como tarefa básica a ser realizada no processo de construção do país” (*ibidem*, 2002, p. 42). O levantamento de suas riquezas, a necessidade de seu povoamento, o enaltecimento, o reforço do sentimento de a ele pertencer foram elementos constitutivos desse processo. As argumentações geográficas para legitimar a existência natural do Estado-Nação procuram mostrar a necessidade de pertencimento dos indivíduos tendo como referencial o âmbito da extensão geográfica: o território. No entendimento da leitura geográfica o território foi um instrumento para execução da soberania do Estado moderno, componente na invenção da Nação através da sua identificação, ou seja, na sua relação com a população de diferentes origens comunitárias.

Herder (1995) concebe a história a partir da leitura da natureza humana. Para este autor, os acontecimentos são manifestações do humano; os povos são dotados pela providência na sua capacidade de escolher, de definir a satisfação dos seus desejos. A felicidade nacional é a realização dos seus objetivos, são as inclinações nacionais que distinguem cada povo.

A idéia herderiana¹ de *Volkheisters* e da gênese natural do *Zeitgeist* irá relacionar raça, terra e formação cultural como direito de legitimidade. A relação do romantismo com o nacionalismo permitiu a concepção de Nação como entidade emotiva, que se define pelas condições específicas do ambiente, dos gêneros de vida e de suas representações culturais no conjunto dos que têm um nascimento comum.

Para Conceição (2001), na concepção herderiana, a Nação é concebida como uma entidade superior formada pela história, religião, língua ou pela raça alimentada pelo espírito do povo, e o Estado é

¹ Sobre esta temática ver tese de Doutorado de Alexandrina Luz CONCEIÇÃO, 2001. (conforme consta nas referências).



projeto do seu futuro, mas só pode criar o Estado perfeito, a Nação resultante da educação do homem perfeito.

O pensamento contra-revolucionário do romantismo alemão da Escola Histórica de Direito Alemã, da restauração da ordem, renascida da autoconsciência da alma popular, do espírito do povo (*Zeitgeist*), sob a forte influência da concepção herderiana, constituiu a base do princípio de nacionalidade do Estado Moderno. A tradição do espírito do povo confere à Nação uma entidade supranacional, o povo como força criadora do novo.

Deve-se ressaltar que a construção do sentimento de nacionalidade fomentado pelas elites nacionais encontrou muitos obstáculos, uma vez que, a diversidade étnica, as formas de trabalho compulsório e as desigualdades econômicas reinantes no país, constituíam-se fortes problemas para a base unificadora da Nação, diante disso, a ocupação dos territórios passou a ser o elemento de coesão da identidade nacional.

1- O PROJETO NACIONAL NOS DISCURSOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO - IHGB

Na Europa as Sociedades Geográficas tiveram papel importante na expansão colonial européia, com forte influência da doutrina social-darwinista. Seu objetivo consistia na defesa da ascensão das populações consideradas “inferiores” à civilização, na medida em que fossem incorporadas ao Império. Influências do meio eram colocadas para explicar a inferioridade. Estas Sociedades realizavam várias expedições com o intuito de avaliar as potencialidades econômicas e justificar a expansão colonial.

As Sociedades Geográficas multiplicaram-se em número no mesmo ritmo da expansão colonial européia. “Até 1820 existiam vinte Sociedades no mundo, entretanto de 1870 a 1929 surgiram mais 123 Sociedades” (CAPEL, 1981, p.184). Embora fossem instituições privadas recebiam forte apoio político do Estado, financiando pesquisas para obtenção de informações dos países coloniais para a exploração econômica comercial imperialista européia.



Conforme Zusman (1996) as Sociedades Geográficas na América Latina promoviam de um lado o conhecimento de áreas incorporadas aos territórios dos estados e por outro, procuravam renovar o discurso geográfico vigente nas unidades escolares. Os seus membros assumiram o discurso de progresso civilizatório, que favoreceu a exploração do território e sua apropriação.

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) surgiu no Brasil em 1837 com o objetivo de impulsionar as atividades agrárias e agroindustriais e o ensino popular. A criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro foi projeto da SAIN, com o objetivo entre outros, de promover a instituição pública da Geografia e História e de coletar, cartografar e depositar arquivos pertinentes à história e geografia do Império do Brasil, segundo o modelo dos Institutos e Academias de ciências europeias (*ibidem*). Era também de responsabilidade do IHGB a formação de filiais em diferentes locais do país.

Logo após sua criação o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro IHGB deixa de estar vinculado a SAIN e se vincula totalmente a política imperial, sendo fundamental para o processo de consolidação da política territorial do Estado Imperial. O IHGB foi criado no momento em que a economia colonial emergente no circuito do capital internacional exigia o aprofundamento do conhecimento dos mais distantes pontos do território brasileiro. Para a articulação desse propósito é que se deu a criação do IHGB.

As reflexões de Mattos (1987), Schwarz (1989) e Zusman (1996) indicam que, por trás dos discursos dos Institutos Históricos e Geográficos estava um projeto nacional da formação territorial, que se prendia na ocupação de territórios não ocupados, como elemento da unidade do Estado-Nação.

Para servir aos interesses estatais, este Instituto foi responsável também pela coleta de toda informação a respeito do território e da história do Brasil, tarefa que foi prosseguida pelas filiais em diferentes localidades do Brasil.

Nas duas últimas décadas do século XIX até o final da República Velha a Questão Nacional constituiu objeto de preocupação dos políti-



cos e intelectuais. O Projeto Nacional foi consolidado no discurso positivista da *Ordem e Progresso* para a inscrição do Brasil no modelo de modernidade e civilização, com o fim de retirar o país da sua condição de “atraso”. Era necessária, “a constituição de uma nova etnicidade fictícia que legitimasse o Estado Republicano” (ZUSMAN, 1996, p. 109). Compreender este modelo significava ter o domínio do conhecimento do território.

Fundado em 1912, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) teve um papel fundamental na divulgação dos eventos sergipanos e da legitimação dos discursos dos seus intelectuais, tendo sido por muito tempo o centro da excelência do conhecimento, na medida em que assumiu o papel de academia universitária.

Segundo historiadores sergipanos, como Souza (2001) e Freitas (2000), nos discursos do IHGSE, diferentemente do IHGB, nas primeiras décadas do século XX, durante a formação da República Velha, não se registra no IHGSE um discurso do Nacional, mas um discurso de identidade sergipana, restrito ao estado, pela defesa do sentimento de pertencimento, de amor à terra natal.

Conforme pesquisa realizada no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) através da análise dos discursos presentes nas suas Revistas² e Atas publicadas a partir de 1912, da sua fundação até os últimos anos da década de 1920, houve uma forte ligação das elites locais com o poder central, na formação de uma “nacionalidade/identidade” brasileira.

No processo de formação do IHGSE, o anteprojeto anunciado pelo acadêmico de medicina Florentino Telles de Menezes, consistia na defesa da necessidade do progresso intelectual de Sergipe, idéia ressaltada no dia 06 de agosto de 1912, quando no ato de instalação do IHGSE, este acadêmico defende a necessidade da construção de uma

² Esta corresponde a *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, instituída em 27/08/1912, ano da fundação deste Instituto.



história e geografia locais, que teria o papel de guardar as “tradições de um povo, de uma raça” (MENEZES³, 1913, p.11).

Neste sentido, os discursos sintonizavam com o do Instituto Geográfico Brasileiro (IHGB) apresentando o mesmo alicerce das teorias científicas em voga no século XIX e início do século XX.

Ao analisar a produção dos saberes geográficos nos discursos do IHGSE, de 1912 a 1930, para identificar a sua contribuição na produção substantiva da história social da geografia em Sergipe e no Brasil, observa-se que a necessidade da desvinculação da dependência da Bahia se constituiu o principal marco de autonomia para a garantia de uma elite local que se formava e passava a exercer total controle político e econômico. A temática de maior peso da discussão foi desenvolvida em função da Questão dos Limites com a Bahia, como também das políticas territoriais locais, na defesa da autonomia e soberania do Estado.

2- A QUESTÃO DOS LIMITES: UM DISCURSO EM BUSCA DA IDENTIDADE E DA APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO

O pacto de dominação estabelecido com a política dos governadores, nas esferas federal, estadual e municipal, fortaleceu as oligarquias e garantiu o controle da política estadual pelo Partido Republicano. Dantas (1987) retrata o cenário político sergipano na Primeira República, colocando em destaque o papel de dominação dos coronéis. Ao contrário do que se pensava o voto nem sempre foi a principal fonte de poder do coronel. Foi somente com as transformações políticas institucionais, que afetaram o Estado no período republicano, que o coronelismo foi explorando suas fontes de poder, primeiramente com milícias particulares, depois com seu prestígio socialmente reconhecido, e por fim, com o controle do eleitorado. Como afirma o autor:

³ In Revista do IHGSE. Aracaju, nº1. vol.I.p. 11, 1913. Conforme consta nas referências.



Legitimado pela oligarquia estadual, a partir da capacidade de mobilizar suas milícias particulares, ao coronel era franqueado o controle da máquina administrativa municipal. O juiz, o delegado, o professor, o exator, o médico (quando havia) e o vigário, todos são personagens a atuar subordinadamente aos seus interesses, todos trabalhando de alguma forma pela expressão reproduzida da sua dominação (DANTAS, 1987, p. 25).

Apesar de o coronelismo ter surgido no império, onde o imperador assumia o papel de fiador da ordem escravocrata e agia comumente promovendo a alternância do senhorio rural, foi somente com a República que ele se fortificou, visto que, com a abolição da escravatura, os compromissos dos senhores feudais romperam-se e a República foi apresentada como única alternativa viável. Tudo isso, alterou as relações de força no país, fomentando novos espaços de atuação política (*ibidem*).

O cenário político do período republicano em Sergipe era dominado pelos Olimpistas⁴ chamados de Cabaús (em sua maioria, antigos senhores de engenho), e pelos Faustistas⁵, os Pebas, que eram republicanos. Quando Olimpio Campos (Cabaú) aliou-se aos Pebas, fundou o Partido Constitucionalista Sergipano (PCS). Em 1900 o PCS vira Partido Republicano de Sergipe (PRS), que fica no poder até 1910, apoiado pelos coronéis, enquanto a oposição vira PRF (Partido Republicano Federal). Nesta época o governo estadual estava nas mãos de uma nova elite política, que tinha substituído em 1910 os Olimpistas, com o General Siqueira de Menezes e depois com o General Oliveira Valadão, pertencente ao Partido Republicano Conservador de Sergipe (PRC), que apoiava o governo federal, constituindo uma oligarquia dócil ao poder central.

⁴ Em alusão aos que apoiavam Olimpio Campos.

⁵ Em alusão aos que apoiavam Fausto Cardoso.



O posicionamento do PRC, com relação ao poder central se reflete nos discursos do IHGSE. Dessa forma, os discursos dos membros do IHGSE sobre a Questão de Limites, embora representem críticas da atuação dos governos passados, acusando-os de não interferirem de forma enérgica contra o imperialismo baiano, jamais o fazem em tom radical, antinacionalista. Muito pelo contrário, em diversos artigos que têm como temática principal a Questão de Limites ou mesmo outros temas, como a defesa da integridade territorial da nação, a defesa da República e do regime federativo e dos estudos que versavam sobre a identidade do povo brasileiro, apresentam-se através de tons ideológicos e com objetivos da exaltação do caráter patriótico, ressaltando as “virtudes ávidas” dos que participaram das lutas pela emancipação sergipana.

Os discursos não eram radicais, separatistas, defendia-se um acordo entre Bahia e Sergipe, via uma comissão, que deveria ser submetida à aprovação no Congresso Nacional, isto se observa nas palavras pronunciadas por Guimarães no artigo da revista do IHGSE: “compete privativamente ao Congresso Nacional resolver definitivamente sobre os limites dos Estados entre si, os do Distrito Federal e os do território nacional com as nações limítrofes” (GUIMARÃES⁶, 1913, p. 96).

As atividades dos sócios do IHGSE foram marcadas por tutelagens, adesões, rompimentos, acordos que resultaram em freqüentes mudanças de facções, partidos ou grupos oligárquicos. Os sócios tinham estreita relação com o aparelho estatal, e para que fossem admitidos como sócios misturavam-se tanto os critérios materiais como os intelectuais⁷. Du-

⁶ Informações obtidas do n. 1 do artigo 34 da Constituição da República expresso nas palavras de Moreira Guimarães presentes no artigo intitulado *Discurso Pronunciado Pelo Deputado Moreira Guimarães Sobre os Limites de Sergipe*. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, n° 2, vol I, 1913.

⁷ Uma característica marcante dos sócios do IHGSE é que exerciam em geral função pública, o que lhes permitia a subsistência necessária e a manutenção no campo intelectual. Mas, além disso, o IHGSE foi, em 1916, agraciado com o reconhecimento da utilidade pública e recebeu subvenções que variaram de 2:400\$000 a 3:600\$000 por mês. Para se ter uma idéia, a soma das mensalidades não ultrapassava 1:000\$000 e a revista era impressa na Tipografia Oficial e o prédio do IHGSE era cedido pelo governo.



rante os anos de 1913 pode ser identificada esta leitura, nas Revistas Trimestrais⁸ e nos diversos artigos sobre a Questão de Limites de Sergipe. Observa-se também nas Atas do IHGSE exaltados discursos de homenagens aos diversos políticos e intelectuais que não mediram sacrifícios à defesa da pátria e levantaram o nível intelectual e moral do país.

Nestes escritos, pôde-se constatar a visão ideológica de comprometimento com o poder estatal, pois a partir do enaltecimento da Pátria, fica explícita a defesa do civismo pelo entendimento positivista da concepção do Estado-Nação.

O Estado articula a dominação na sociedade através de um conjunto de instituições e atributos, os quais adquirem conteúdo real pelo processo de estaticidade, que supõe o desenvolvimento das seguintes capacidades como a obtenção de um reconhecimento nacional; a capacidade de institucionalizar sua autoridade; a adoção de um aparelho burocrático para extrair recursos da sociedade civil e a capacidade de internalizar uma identidade coletiva através de discursos que permitem o controle ideológico como mecanismo de dominação.

A legitimação do Estado, conforme análise de ZUSMAN (1996) requer processos de caráter ideológico, formas de identificação coletiva. É preciso criar uma etnicidade fictícia, ou seja, as populações incluídas em uma Nação são representadas como se formassem uma identidade natural, com identidade de origem, de cultura, de interesses que transcendem aos indivíduos e às condições sociais. Naturalizam-se as diferenças e se cria certa homogeneidade cultural.

O território é onde o Estado moderno exerce sua soberania, sendo um componente na invenção da Nação através da identificação da população de diferentes origens comunitárias com um território. As argumentações geográficas para legitimar a existência natural do Estado-Nação procuram mostrar a necessidade da pertença dos indivíduos ao âmbito de extensão geográfica, o território.

⁸ Estas revistas são as de nº 1, vol. I (1912-1913); nº 2, vol. I (1912-1913) e nº 3 vol. I (1914).



A Questão de Limites é de extrema importância, pois a Bahia voltava a reivindicar áreas dentro do território que legalmente era sergipano, e chegou a ocupar anteriormente, as áreas de Saco e Apertado das Pedras localizados a oeste de Sergipe. Felisbello Freire⁹ (1914) chamou a atenção, no artigo *Pesquisas e Estudos Históricos e Geográficos*, para a necessidade da defesa de Simão Dias, cuja posse estava sendo reclamada pela Bahia naquele ano.

Rolleberg (1988) defende a idéia de que Sergipe não era uma derivação da capitania da Bahia, e sim da capitania privativa de Francisco Pereira Coutinho. Para este autor, até 1576 a influência francesa e holandesa era muito grande na capitania. O alto valor da multa paga pela Coroa Portuguesa para readquirir a capitania, mediante pagamento de uma multa anual (400\$000), não possibilitou a divisão da capitania até 1796. Mesmo depois de 1576 não houve oficialmente uma anexação de terras da antiga capitania de Pereira Coutinho, tanto que em 1696 o rei criou dois cargos de ouvidores e provedores, tanto na comarca de Sergipe quanto na da Bahia.

Conforme Rolleberg (1988), o Governo da Bahia não foi cumpridor inteiramente do Decreto de 1820, mantendo-se a jurisdição indébita do Subahuma e das “raias” do rio Jacobina. O Conselho Geral e a Assembléia Legislativa da Bahia se arrogaram no direito de erigir vilas e criar comarcas no território sergipano. Mas são duas as razões pela qual a questão não foi resolvida por arbitramento: 1) a Bahia não aceita essa solução; 2) o governo federal é negligente.

O que se infere da análise de diversos artigos que versam sobre a Questão de Limites, no corte histórico pesquisado, é que o desejado crescimento do estado de Sergipe só se daria pela manutenção e crescimento do seu território, por isso se justificava a necessidade da reivindicação de 4/5 do território inicial, que segundo os membros do IHGSE tinha sido incorporado pela Bahia.

⁹ In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, nº 5, vol. I, 1914.



Observa-se que o IHGSE era um instrumento não só de engrandecimento intelectual do Estado de Sergipe, mas visava sobremaneira seu crescimento territorial, pois isto seria vantajoso tanto para as antigas elites, os grandes proprietários de terra, como para os novos segmentos da elite sergipana, comerciantes e industriais.

3 - ELITES POLÍTICAS E O DISCURSO DO NACIONAL NO IHGSE

Todos os valores que assegurassem o fortalecimento do poder central, a integridade territorial e, enfim, a continuidade e fortalecimento do Império deveriam ser defendidos, daí a necessidade de criação de uma série de instituições culturais que legitimassem esse discurso, como o IHGB.

Os membros desta Instituição, na sua maioria, eram funcionários do governo e participavam da política de consolidação e apropriação do território. A formação ideológica da maior parte dos representantes dos Institutos Históricos e Geográficos atendia a um saber sobre o território, um saber geográfico que passava, sobretudo, por um olhar direcionado na ação e intervenção organizadas na perspectiva da cristalização dos poderes conservadores, que estavam alicerçados no próprio poder oficial do Estado.

O Estado era o maior empregador dos letrados que ele próprio formava. A *intelligentsia* era representada por profissionais liberais que formavam a burocracia imperial, mesmo que não estivessem envolvidos diretamente nas tarefas do governo, uma vez que, prendia-se ao Estado por dependerem de questões materiais, como seus salários. Há o orgulho de ser elite, mesmo que esta condição seja decantada como resultado de suas competências e da negação da política do favor. Como homens do tempo, sem partidos, mas com a certeza de se constituírem garantidores da ordem (CONCEIÇÃO, 2001).

O conceito de território estava fundamentado na concepção darwinista social, do positivismo e o neolamarckismo de um projeto modernizador, após período escravista, que se pautava na valorização



do nacional e conseqüentemente na redefinição de uma identidade nacional. Esta proposta foi favorecida por ideologias cientificistas que dominaram os intelectuais no Brasil¹⁰. Momento em que a nossa inteligência se julgou apta a colaborar no grande problema de correlação existencial entre a natureza e o homem. Esta afirmativa é identificada nas palavras de Prado Sampaio no discurso de fundação do IHGSE:

Criar o estudo da Anthropo-geografia sergipana à luz do moderno critério de ciência social, porque é no aparentemente simples estudo da dependência do homem para com a terra, onde se colhe o exato systema do equilíbrio resultante da luta das forças mezológicas e étnicas, e do qual se deriva a clara visão social sujeita, por toda parte, à variedade de condições vitais que lhe são particulares (SAMPAIO, 1913, p. 24).

Para o autor a História é a Geografia em ação:

Em particular o que o seu estudo está no momento a compreender é todo o evoluir das Sciencias, das letras, das Artes, das Industrias, das Religiões, que são as criações fundamentais da humanidade, como as enumera Sylvio Romero, e cujos conhecimentos se nos apresentam como um propedêutico do estudo da Sócio- psychologia dos povos, chamada a dar a última palavra sobre a solução do problema da adaptabilidade de certas raças aos elementos especiaes do solo (*ibidem*, 1913, p.25).

A moderna concepção da relação homem-natureza emerge da concepção teológica ou panteísta, sendo também naturocêntrica e etnocêntrica. Como afirma Quaini:

¹⁰ Ver artigo de Lia Osório Machado. *Origens do Pensamento Geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930)* in CASTRO, I. E. et al *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.



Não se deve recriminar o determinismo pelo fato de descrever a submissão do homem à natureza, mas porque, não vendo a especificidade histórica e social desta dominação, a mistifica, interpretando-a como natural e biológica quando, na verdade, é somente social e historicamente determinada (QUAINI, 1985, p. 47).

Embora sejam encontradas referências, por diferentes autores, ao nome de F. Ratzel como, em Florentino T. Menezes e Prado Sampaio, a essência dos seus discursos do nacional está implícita na concepção do romantismo da Escola Histórica do Direito Alemã. Segundo suas concepções, o direito é um organismo do povo, e elemento constitutivo da nacionalidade. Constata-se a influência das idéias dos membros da “Escola de Recife”, principalmente de Tobias Barreto¹¹. Essa leitura pode ser observada também em Costa Filho, “onde houver justiça, haverá força; porque a justiça, que é o fim do direito esteve sempre com a força que é a fonte e o fundamento deste” (FILHO¹², 1913, p.33).

O romantismo significou uma reação à hegemonia política e cultural francesa, nos Estados alemães. Diferente da idéia racional e voluntarista, as teses contra-revolucionárias rompem com a tradicional identificação entre soberano e monarca e a identifica como soberania e nação. As idéias essencialistas de nação servirão como carga ideológica do “princípio das nacionalidades”. A relação romantismo e nacionalismo permitiu a concepção de nação como entidade emotiva. Cada nação teria sua própria história com seus próprios costumes, tradições, folclore e símbolos que se estruturam na base da solidariedade.

Enquanto Cassirer (1993) vê na análise herderiana a concepção de desenvolvimento e progresso, Ortiz (1992) considera que a visão herderiana é uma crítica radical à idéia de progresso, de combate a

¹¹ Sobre a influência do pensamento germânico de Tobias Barreto e sua relação com a concepção do romantismo alemão da Escola Histórica do Direito Alemã, ver Tese de Doutorado de Alexandrina Luz Conceição (2001). Indicada nas referências.

¹² In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, nº2, vol.I, 1913.



qualquer tipo de pensamento evolucionista, um corte com o pensamento filosófico político e social do iluminismo.

Oliveira (1990) fundamentada na análise de F. M. Barnard¹³ em comparação as idéias de Rosseau e Herder afirma que, ambos têm a mesma origem das idéias. Ambos repudiam a imagem de Hobbes do estado da natureza; têm a mesma desconfiança ao cosmopolitismo; são igualitários; atribuem às pessoas comuns a construção da nacionalidade; consideram a religião como condição inerente ao nacional, sendo importante para o fortalecimento da coesão nacional, na construção da identidade coletiva e consideram que o problema fundamental da sociedade é o da consciência, no entendimento de cada um sobre si e sobre os outros.

Por outro lado, identifica-se uma forte influência da matriz spenceriana, nos escritos de Florentino T. Menezes e Prado Sampaio, diretamente identificada nos escritos de Sílvio Romero. Afastando-se da concepção de F. Ratzel, a Geografia Social de Sílvio Romero é fortemente identificada nos discursos de Prado Sampaio, através de um viés sociológico da relação dual entre os aspectos físicos da natureza e os morais, fundamentados nas idéias de Lê Play.¹⁴

Ao se propor a elaborar uma “Geografia Social” do Brasil, o objetivo de Sílvio Romero, era encontrar soluções para por fim ao “pessimismo” do povo brasileiro, através de um projeto de redefinição da identidade nacional, casando a tipologia da escola de Le Play e o darwinismo social de Spencer. Ao sobrepor o pensamento de Spencer ao de Comte¹⁵, por acreditar que Spencer representava tudo quanto

¹³ BARNARD, F.M. National culture and political legitimacy; Herder and Rosseau. *Journal of the history of ideas*. Abr.-jun. vol. XLIV, n 2, 1983. p. 231-253

¹⁴ Sobre esta temática ler o artigo *Geografia Social de Sílvio Romero* escrito por Alexandrina Luz Conceição (2001). Indicado nas referências.

¹⁵ Entre o positivismo e o spencerianismo existem semelhanças conceituais, em geral pouco reconhecidas. O anti-estatismo, por exemplo, que ajudou Spencer à defender seu pleito a favor do individualismo, também pode ser lido como a necessidade de uma orientação autoritária e mesmo coercitiva do corpo social (MACHADO, Lia Osório. “As idéias no Lugar - O Desenvolvimento do Pensamento Geográfico no Brasil no início do século XX”. Texto Mimeografado apresentado no I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. Rio Claro- São Paulo, 1999).



poderia haver de “antitético à mortificação contesta”¹⁶ acredita estar propondo o mais moderno dos métodos de análise - a incorporação de valores modernos ao sistema social brasileiro sem abandonar ideologias tradicionais. A sua visão simultânea do verso e reverso, como o identifica Arantes (1992), o faz contrapor-se ao positivismo a partir do próprio espírito positivo.

No discurso de Prado Sampaio pronunciado no IHGSE em 15 de Agosto de 1919¹⁷, em homenagem ao historiador Rocha Pombo, o autor faz considerações a respeito da psicologia nacional, de um caráter do povo brasileiro, de uma alma do povo brasileiro:

Através do envolver nacional vemos que o povo sergipano tem sido uma força, se não extraordinária, todavia apreciável, pelo menos em dois momentos capitaes: contra a dominação batava e contra a dominação portuguesa, afirmando-se pela integridade territorial da pátria e pela integridade política da nação (SAMPAIO, 1919, p.200).

Segundo o autor, foi no processo da Independência que surgiu uma primeira eclosão de uma consciência nacional. Enquanto na Bahia, nessa época, houve uma oposição ao novo imperador, Sergipe representou uma força importante para o desfecho positivo do processo de independência, e o objetivo do IHGSE é zelar por essas tradições do povo (*ibidem*, 1919).

Em conferência realizada no IHGSE em 25 de Abril de 1916, Prado Sampaio analisa as causas da expansão territorial sergipana e seus consecutórios jurídico-sociais. O autor faz considerações sobre sua produção literária e científica destacando a *Literatura Sergipana*, *Esforço de Antropogeografia de Sergipe*, *Geografia Social Sergipana*, e

¹⁶ ROMERO, Sílvio. *Obra Filosófica*. Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro, Ed. Livraria Olympio, 1969.

¹⁷ In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, nº 8, vol. IV, 1919.



coloca que, este novo estudo sobre a sociedade sergipana segue o princípio de uma crítica, que para ser justa, deve ser parcial e apaixonada. Conforme Prado Sampaio, só é possível proceder a um estudo do social enfatizando a coletividade, não a individualidade. A sociedade deve ser estudada de forma concreta, como uma federação de associações, é dessa forma que o povo sergipano representa uma unidade antropogeográfica integrante da associação brasileira (SAMPAIO, 1919).

Nesta mesma direção identifica-se também a influência de Le Bon e Taine, no que se refere à concepção do caráter nacional relacionada à história, ou melhor, nas “raízes antropológicas do seu caráter”, como se lê nas palavras de Lacerda:

Não há nada tão estável numa raça como o fundo hereditário dos seus pensamentos. Os povos são governados pelo seu caráter e tudo que seja intimamente moldado neste caráter apenas representa um fato de empréstimo, um disfarce transitório (LACERDA, 1913, p. 29).

Nos discursos do IHGSE, a defesa da integridade territorial está associada ao dever patriótico. O patriotismo é visto como caminho para civilização. Arquimedes Pereira Guimarães¹⁸ (1927), ao escrever a Biografia de D. Pedro II, apresenta um discurso ufanista de enaltecimento à pátria, nas suas palavras, o patriotismo é caminho para a civilização.

Em discurso proferido, em sessão solene de 12 de outubro de 1926, Floro Freire salienta que o progresso de uma nação depende das condições político-administrativas e das suas condições naturais, segundo este:

¹⁸ In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, nº 12, vol. VII, 1927. p. 91-146.



O Brasil arrasta uma vida marasmática, incompatível com o seu tamanho e com as suas possibilidades agrícolas, perdendo, dia a dia, a sua preponderância na América do Sul, como se depreende da recente questão da Liga das Nações. A sua ordem interna vive perturbada, a sua justiça carece de organização séria, a moeda precisa ser valorizada, o seu povo precisa de instrução (FLORO FREIRE, 1928, p.70).

Nos últimos anos da década de vinte em que se segue a trinta, há uma grande perda da presença de discursos no âmbito geográfico e histórico, observa-se uma descontinuidade na publicação das Revistas, sendo a maioria constituída de pronunciamentos muito mais de homenagens aos políticos e intelectuais do que resultados de estudos acadêmicos.

O discurso sobre o território difere dos anteriores, e o nacional passa a ser concebido a partir da idéia do determinismo geográfico, considerando apenas os aspectos naturais como determinantes das condições econômicas e sociais, retirando do discurso o ufanismo patriótico, e a concepção do caráter nacional.

REFLEXÕES FINAIS

Os discursos dos sócios nas Revistas do IHGSE, durante o período pesquisado, demonstram uma forte aproximação com o Grupo denominado da “Escola do Recife”, principalmente os pronunciamentos de Prado Sampaio. Esses discursos indicam influência do pensamento contra-revolucionário da Escola Histórica de Direito Alemã, que se relacionava com o pensamento político romântico, na filosofia de F. Herder que defendia a tese de um sujeito supra-individual, o povo, enquanto comunidade coletiva histórica. A defesa da necessidade da formação do caráter do povo estava fundamentada na idéia da identidade histórica a partir da especificidade de sua cultura. “Todas las manifestaciones del espíritu, tal como se traducen en un pueblo dado llevan la marca de la originalidad; no pueden reproducirse en ningún otro pueblo” (RECALDE, 1982, p. 233).



Os significantes, raça, povo, cultura, lugar, foram base para a construção de um discurso do natural. A garantia da identidade advinha do direito inquestionável de legitimidade territorial e conseqüentemente dos conflitos regionais de fronteiras. Discursos muitas vezes carregados da razão natural dos sujeitos sociais coletivos em defesa da identidade territorial estatal.

Este olhar favorece a formação do sentimento de pertencimento de um local, com ênfase na cultura, raça, ofuscando as relações de poder no contexto da política externa nacional. Território é apresentado como área isolada, espaço natural. Por isso a leitura dos significados de território e fronteira é sempre compreendida como áreas localizadas.

Ao refletir sobre o Território e identidade na formação brasileira, Moraes (1996), considera que o caráter tardio do capitalismo no Brasil, permite a disseminação dos mitos espaciais. A imagem do 'país em construção', com uma formação territorial ainda inconclusa, estimula em muito os expedientes de controle social. Eliminam-se as desigualdades sociais, e o interesse da classe é identificado como bem comum nacional, a população é vista como atributo dos lugares, e "o país é identificado com o seu espaço". Sedimenta-se a ótica da identidade do nacional como territorial. A identidade pelo espaço, ao mesmo tempo, que cimenta concepções nacionais no nível das classes dominantes, atua na dispersão dos dominados, em seccionamento no território (*ibidem*).

A dimensão do local e ou do regional analisada está pontuada nas práticas clientelistas comumente existentes nas relações locais, que consolidam as ideologias regionalistas no Brasil, como destaca Moraes:

O estabelecimento de laços entre os indivíduos tendo por referência os locais de origem ou de residência atua no sentido de criar falsas comunidades de interesses, veiculando uma ilusão de identidade sem referência social objetiva. Os valores chauvinistas do nacionalismo são recuperados numa escala mais restrita. Uma mentalidade corporativa de base espacial acaba gerado, um corporativismo regional bastante eficaz na política brasileira." (MORAES, 1996, p.101).



O regionalismo constitui-se instrumento de separação e de diferenciação. Para as elites, a incorporação do nacional, como garantia de dominação, é ideologizada no discurso da integridade do espaço.

A leitura crítica da geografia indica outra diretriz para o entendimento da Questão de Limites entre Sergipe e Bahia. Nas ambigüidades dos discursos podemos observar que não se trata de um simples discurso de identidade sergipana, restrito ao estado, pela defesa do sentimento de pertencimento, de amor à terra natal. Há dois enfoques que se interpenetram; um que deve ser lido a partir do entendimento da questão interna de direito territorial contra o estado da Bahia, na política de legitimação territorial; enquanto que no outro pode-se observar a constante enfatização dos discursos para o reconhecimento do poder nacional às elites sergipanas. Na preocupação de serem reconhecidas, inscrevem-se não apenas na defesa de uma identidade territorial com a Questão dos Limites entre Sergipe e Bahia, mas da justificativa do poder político da elite e na garantia ideológica de conquista no mercado nacional.

Os pronunciamentos sobre as comemorações da emancipação política de Sergipe são sinalizações de discursos conservadores que buscam atrelar-se ao poder nacional justificando “o caráter pacífico, ordeiro” contra posições revolucionárias que se contrapõem ao Estado-Nação. Tais formulações no período da República Velha podem ser identificadas, na forte entonação naturalista de uma Geografia Social, com forte influência etnográfica que encobria os discursos políticos de relações de poder, e permitia a tradução de um discurso apolítico.

O discurso do nacional se inscreve na ordem do poder ideológico como condição de garantia efetiva do fortalecimento da integridade territorial. Conforme Bauer (2000) se de um lado o nacionalismo é um recurso utilizado para que o governo e líderes políticos possam desviar a atenção dos conflitos sociais internos, por outro, mesmo não se constituindo políticas de fronteiras nacionais, ele pode ser efetivado para garantir a mobilização de massa, em favor de políticas de solidariedade e de legitimação do poder.



Os acontecimentos locais são assumidos à luz dos acontecimentos nacionais. O discurso de identidade sergipana se consolida alicerçado nos diferentes significantes do caráter nacional, tendo como pressupostos a concepção herderiana, do caráter de um povo.

Os discursos sobre a Questão dos Limites foram construídos no princípio da antítese, ou seja, da exclusão do outro discurso. O seu sistema semântico está fundado na retórica do progresso, do desenvolvimento e sobremodo do caráter de um povo. À medida que o discurso da identidade sergipana busca proximidade com o discurso do nacional exclui os discursos das autoridades políticas e governamentais dos baianos, uma vez que o desrespeito à autonomia territorial fere a identidade local, do direito de pertencimento, de autonomia. A Questão do Limite enquanto defesa legítima do território é colocada como enfrentamento para a justificativa do poder político, da sua garantia.

Floro Freire (1928), afirma que ao lado de estados poderosos em superfície, população, força política e fontes econômicas de toda a natureza: rios, matas, ferrovias etc., vegetam pequenas unidades condenadas à pobreza sem recursos para se desenvolver. Esta situação representava um contra senso, resultando no domínio político e econômico dos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Pernambuco, são essas unidades as que mais produzem, as que maiores arrecadações permitem ao fisco federal.

Conforme o autor esta desigualdade foi a responsável pelo pequeno progresso nacional. Se fossem apenas consideradas as razões históricas, políticas e econômicas, Sergipe deveria estar entre os mais favorecidos (FLORO FREIRE, 1928). Neste sentido, o autor a partir de uma concepção determinista ambiental, aponta a causa da situação de Sergipe em circunstância da sua localização, do que denomina de fatalidade geográfica, por estar localizado entre o São Francisco e Itapoã, ou seja, entre o sertão e o mar imenso. Esta causa é que seria responsável pela impossibilidade de sucesso, privando os sergipanos dos elementos indispensáveis para a conservação e defesa de sua fronteira.

Para Floro Freire, a Bahia ao contrário tinha à disposição ótimas condições geográficas, do lugar mais conveniente da costa do Brasil,



tornou-se em 1549, sede do Governo Geral das Capitanias, feita metrópole do Vice-reinado crescendo e se enriquecendo:

Ainda a nossa fatalidade geographica que dera origem ao nosso officialismo tão prejudicial aos nossos interesses, e que fizera a prosperidade política e econômica da nossa vizinhança, deu causa a que ella se constituísse no ano de 1763, em Estado da Bahia, em cuja constituição entrou a capitania de Sergipe D'el Rei, bem como as de Ilhéos e Porto Seguro. Perdemos assim nossa independência sem que, no entretanto, apesar de província tivéssemos perdido os primitivos limites. No dia 8 de julho de 1820, ephemeride hoje comemorada, El' Rei foi servido de nos desagregar do estado da Bahia, concedendo-nos as sonhadas prerrogativas autonômicas, reavivando as aspirações de liberdade, desafogando-nos o sentimento regional-justo, razoável, humano, primeira generalização do sentimento de família, sobre que assenta o culto da pátria. Apesar de separados por atos legítimos, a Bahia só cumpriu a determinação em 24 de outubro de 1824, detendo o melhor de nossos vales, florestas, dentre outros, reduzindo-nos a estreitas proporções relativas de hoje. Apesar da razão histórica não conseguimos o que perdemos, em virtude do peso da Bahia no nacional (FLORO FREIRE, 1928, p.76-77).

Os elementos da consubstanciação local podem significar estratégias de aproximação ao poder nacional. O discurso da identidade sergipana, de pertencimento, de pátria são fundantes de teor ontológico e epistemológico necessário ideologia geográfica de apropriação e domínio de território tendo sido materializado, em escala local, na relação de pertencimento geográfico a partir das posições políticas sociais.

Recald (1982) afirma que:

A 'pátria', considerada nesses termos, é uma categoria prévia à constituição do "ser nacional...Seguindo uma linha de res-



A IDENTIDADE TERRITORIAL NA GEOPOLÍTICA NACIONAL

peito à tradição [percepção essencial da nacionalidade], a nação é um conceito subordinado ao de pátria como também ocorre com a região. A visão de Nação é algo que deriva da pátria - conceito que se aplica tanto à Nação como à região, quando não ao município ou à família (RECALD 1982 *apud* ESCOLAR 1996, p. 147).

A versão patriótica expressa o escopo da lógica da formação territorial via discursos de legitimação ideológica da construção de direito do poder territorial, tendo sido o mecanismo que assegurou a formação territorial da inscrição da unidade política administrativa do estado de Sergipe, da garantia do domínio do território mesmo restrito, assegurando a integração e autonomia do poder local, regional e nacional.



REFERÊNCIAS

- ARANTES, Paulo E. Sentimento da Dialética na Experiência Intelectual Brasileira: dialética e dualidade segundo Antônio Cândido e Roberto Schwacz. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- BAUER, Otto. A nação. In Um Mapa da Questão Nacional. Organização Gopal Balakrishnan tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000. p. 45-83.
- CAPEL, Horácio. Filosofía y Ciencia en la Geografía Contemporánea. In Temas Universitários. Barcelona, Barcanova, 1981.
- CASSIRER, Ernst. El Problema del Conocimiento. Traducción de Wenceslao Roces, 5ed. , vol.IV. México, Fondo de Cultura Económica, 1993.
- CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Às margens do Beberibe e do Capiberibe: a crítica de Tobias Barreto nos meandros da Geografia. São Paulo, Tese Doutorado FFLCH/USP, 2001.
- _____. A Geografia Social de Sílvio Romero, in Revista Terra Brasillis, Revista publicada pelo Grupo de Trabalho de História do Pensamento Geográfico do Brasil, Rio de Janeiro, ano I, n. 02; julho/dezembro 2000. pp. 35-53.
- DANTAS, Ibarê. Coronelismo e Dominação. São Cristóvão/SE, UFS-Diplomata, 1987.
- DINIZ, Diana M. Textos para a História de Sergipe. Aracaju, Universidade Federal de Sergipe/ BANESE, 1991.
- ESCOLAR, Marcelo. Crítica do Discurso Geográfico. São Paulo, Hucitec, 1996.
- FILHO, Costa. Um Paralelo Histórico entre a Força e o Direito. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, nº 2, vol. I, 1913. p.33-35
- FREIRE, Floro. Discurso proferido pelo Dr. Floro Freire na Sessão Solene de 12 de Outubro de 1926. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju nº 13, vol. VIII, 1928. p. 69-82
- FREIRE, Felisbello. Pesquisas e Estudos Históricos e Geográficos (Bahia e Sergipe em luta por questão de limites). In Revista do Instituto His-



tórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, nº 5, vol. I, 1913. p.187-249

FREITAS, Itamar. “A Casa de Sergipe”: historiografia e identidade na revista do IHGS (1913/1929). Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado-UFRJ, 2000.

GUIMARÃES, Archimedes Pereira. O Elogio de Dom Pedro II. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, nº 12, vol. VII, 1927. p. 91-146.

GUIMARÃES, Moreira. Discurso pronunciado por Moreira Guimarães sobre limites de Sergipe. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, nº 2, v. II, 1913. p. 95-105.

HERDER, Johann Gottfried. Também uma Filosofia da História Para a Formação da Humanidade: uma contribuição a muitas contribuições do século (Escrito em 1773). Lisboa, Antígona, 1995.

LACERDA, Fernando Nobre. Artigo sobre o Pseudonymo de Flacus. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, nº 2, vol. I, 1913. p. 21-29.

MACHADO, Lia Osório. “As idéias no Lugar - O Desenvolvimento do Pensamento Geográfico no Brasil no início do século XX”. Texto Mimeografado apresentado no I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. Rio Claro- São Paulo, 1999.

_____. Origens do Pensamento Geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In CASTRO, I. E. et al Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

MATTOS, Ilmar Rohloff. O Tempo Saquarema. São Paulo, Hucitec, 1987.

MENEZES, Florentino Telles de. Discurso Pronunciado por Florentino Telles de Menezes por ocasião da fundação do IHGS. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, nº 1, vol. I, 1913. p. 9-12.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Ideologias Geográficas: Espaço, Cultura e Política no Brasil. São Paulo, Annablume, 1996.

_____. Território e História no Brasil. São Paulo, Hucitec, 2002.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A Questão Nacional na Primeira República. São Paulo, Brasiliense, 1990.



ORTIZ, Renato. *Cultura Popular, Românticos e Folcloristas*. São Paulo, Ed. Olho d'Água, 1992.

QUAINI, M. A. *Marxismo e Geografia*. (Coleção Geografia e Sociedade, v. 01). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

RECALDE, José Ramón. *La Construcción de las Naciones*. Madri/Siglo Veintiuno, Espana Editores, 1982.

ROLLEMBERG, Francisco. *A Questão de Limites entre Sergipe e Bahia*. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

ROMERO, Sílvio. *Obra Filosófica*. Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro, Ed. Livraria Olympio, 1969.

SAMPAIO, Prado. *Palavras de Início*. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, nº 1, vol. I. 1913. p. 24-25.

_____. *Causas da Expansão Territorial Sergipana e seus Conseqüências Jurídico-sociais*. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, nº 8, vol. IV, 1919. p. 251-268.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. *Os guardiões de nossa história oficial, Cadernos IDESP Nº 9 (Série História das Ciências Sociais)*. São Paulo, IDESP, 1989.

_____. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo, Cia das Letras, 1995.

SOUZA, Cristiane Vitória de. *A República das Letras em Sergipe (1889-1930)*. Monografia (Licenciatura em História). São Cristóvão-SE, Departamento de História/ Universidade Federal de Sergipe, 2001.

SOUZA, Cristiane Vitória de. *A República das Letras em Sergipe (1889-1930)*. Monografia (Licenciatura em História), Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2001.

ZUSMAN, Perla. Brígida. *Sociedades Geográficas na promoção do saber a respeito do território: Estratégias Políticas e acadêmicas das Instituições Geográficas na Argentina (1879 – 1942) e no Brasil (1838 – 1945)*. Dissertação (Mestrado). USP, São Paulo, 1996.



Acervo Pesquisado no IHGSE

Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, nº 1, vol. I, 1912-1913.

Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, nº 2, vol. I, 1912-1913.

Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, nº 3, vol. I, 1914.

Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, nº 4, vol. I, 1914.

Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, nº 5, vol. I, ano II, 1914.

Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, nº 6, vol. III, 1915.

Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, nº 7, vol. III, 1917.

Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, nº 8, vol. IV, 1919.

Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, nº 9, vol. V, 1920.

Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, nº 10, vol. VI, 1921-1925.

Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, nº 11, vol. IV, 1921-1925.

Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, nº 12, vol. VII, 1926-1927.

Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, nº 13, vol. VIII, 1928.

Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, nº 14, vol. IX, 1929.





DOCUMENTAÇÃO







QUADRO DE
QUALIFICAÇÃO DE
VOTANTES DA
PARÓQUIA NOSSA
SENHORA DA BOA
HORA, DA FREGUESIA
DE CAMPO DO BRITO.
- Ano 1875 -

José Rivadálvio Lima

RESUMO
Confordfdfsfd



I – INTRODUÇÃO

A história do Brasil tem demonstrado que a escolha dos nossos representantes, nem sempre buscou o princípio da igualdade¹, o qual ainda hoje, tem se revelado de difícil aplicação na democracia, especialmente, a brasileira. Tendo como fonte os fundamentos legais, do processo legislativo eleitoral do Império, cunhado na Carta Magna de 1824, Ato Adicional de 1834 e combinado com a lei de 19 de agosto de 1846 (Lei regulamentar das eleições do Império do Brasil) que de forma seletiva estabelecia condições para os cidadãos brasileiros serem elegíveis, pretende-se neste estudo analisar o sistema de escolha dos representantes da sociedade brasileira, entre o período de 1824-1889.

A Constituição de 1824 estabelecia que somente aqueles que tivessem renda líquida anual, na forma do art. 92 e 94, poderiam ser deputados. Essa prescrição foi complementada pelo inciso V, do art. 92 que regia acerca dos que não podiam votar e serem votados ao afirmar que “os que não podem votar nas Assembléias Primárias de Paróquia, não podem ser membros, nem votar na nomeação de alguma autoridade eletiva nacional ou local” .

Portanto, todos aqueles que não tivessem renda líquida anual de cem mil réis, por bens de raiz, indústria, comércio, ou emprego, estariam enquadrados na restrição acima, e ainda todos aqueles constantes dos incisos I, II, III e IV do referenciado artigo. De forma cristalina e sob forma de análise, somente aqueles que fossem detentores de uma renda líquida anual de duzentos mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego, seriam eleitos votantes, e teriam o privilégio de votar na eleição para escolha dos deputados, senadores e membros dos Conselhos de Províncias, mas não poderiam jamais almejar estes cargos.

¹ Cf. NICOLAU, Jairo. “História do voto no Brasil”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Col. Descobrimdo o Brasil, 2ª ed., 2004.



QUADRO DE QUALIFICAÇÃO DE VOTANTES DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA BOA HORA

Para o Senado, além de outros requisitos, conforme estabelecia o art. 45 da Carta de 1824, o mais importante neste estudo, é o item IV, pois, estabelecia para ser Senador um rendimento anual por bens, de indústria, comércio ou emprego, cuja soma fosse de oitocentos mil réis.

No que se refere ao processo eleitoral, o Ato Adicional de 1834, não trouxe alterações, mas apenas criou as Assembléias Legislativas Provinciais, que substituíram os Conselhos Gerais. A Lei regulamentar das eleições do Império do Brasil (Lei de 19 de Agosto de 1846), veio estabelecer as condições de como deveriam ser formalizadas as eleições no Império.

Portanto, foi dentro deste contexto, que se deu à instalação da junta de qualificação, com base no art. 25 da referida lei, que mandava que todos os anos, no 3^a domingo do mês de janeiro, se formasse a junta qualificadora. De conformidade com o art. 2^o, o presidente da junta seria o Juiz de Paz mais votado do distrito da Matriz.

Assim, seguindo as normas estabelecidas pela lei, após lida a Ata de formação da junta, o presidente anunciava que de imediato iria proceder à organização geral dos votantes, tendo como base o art. 91 da Constituição, cuja alteração, conforme art. 18 § 5^o, a renda anual seria avaliada em prata.

De conformidade com o art. 19 da Lei Regulamentar, “em comento”, a lista geral seria feita por distrito ou quarteirões seguindo a ordem alfabética. Os nomes dos votantes, numerados sucessivamente pela ordem de votação, de modo que o último número já revelasse a totalidade dos votantes. Na frente do nome de cada votante era mencionada a sua idade, ao menos provável, a profissão e estado civil. A convocação feita pelo presidente, com base na legislação vigente, estabelecia que o processo de reunião para votação seria realizado no consistório e se este não fosse bastante espaçoso então, seria realizada no corpo da igreja Matriz.



II – ANÁLISE DOS QUARTEIRÕES

Portanto, foi no âmbito do contexto histórico-jurídico e político acima descrito que, realizou-se a qualificação dos votantes da Freguesia de Campo do Brito, do ano de 1875, como demonstraremos a seguir:

O 1º quartirão da freguesia de Campo do Brito, continha 116 votantes, dispostos em 4 páginas. Na 1ª página estão os votantes, cujo número de ordem vai de 1 a 30. Nela contém 29 lavradores e 1 sapateiro, sendo considerado elegíveis apenas 06 (seis). Foram eles:

1. Antonio Rodrigues Pereira, com 65 anos, lavrador, casado, com renda anual de 400\$000 (quatrocentos réis) e nº de ordem 1;
2. Antonio Tavares de Almeida, 38 anos, lavrador, casado, com 500\$000 (quinhentos réis) e nº de ordem 2;
3. Antonio José de Jesus, com 61 anos de idade, lavrador, casado, com 400\$000 (quatrocentos réis) e nº de ordem 5;
4. Antonio Serafim de Almeida, 37 anos, lavrador, casado, com 400\$000 (quatrocentos réis) e nº de ordem 8;
5. Antonio Tavares de Sá, 37 anos, lavrador, casado, e 400\$000 (quatrocentos réis) e nº de ordem 9;
6. Antônio Teles Passos, 55 anos, lavrador, casado e 400\$000 (quatrocentos réis) e nº de ordem 12;

A 2ª página engloba os votantes de nºs 31 a 60, e contém 28 lavradores, com apenas 2 elegíveis:

7. Firminiano José de Sá, 45 anos, lavrador, casado, 400\$000 (quatrocentos réis) e nº de ordem 31;
8. Joaquim Tertuliano dos Mares – com idade de 41 anos, alfaiate, casado, renda de 400\$000 (quatrocentos réis) e nº de ordem 51;

Observamos que não consta como elegível, o Sr. Henrique José de Souza, com 75 anos de idade, viúvo, com renda de 400\$00 (quatrocentos réis)². Acharmos que foi equívoco da Junta (nº 40).

² O autor deste texto, ao analisar o “Quadro de qualificação de votantes da paróquia de Nossa Senhora da Boa Hora – 1875” deduziu que houve um equívoco da Junta de Qualificação com relação ao votante número 40 – Henrique José de Souza. Este documento encontra-se no Arquivo Público do Estado de Sergipe – Apes.



QUADRO DE QUALIFICAÇÃO DE VOTANTES DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA BOA HORA

A 3ª página, consta dos (n.ºs 61 a 90) contém 29 lavradores e 1 negociante, apenas 02 cidadãos são elegíveis:

9. Manoel Diocleciano de Almeida, com 32 anos, negociante, viúvo, com renda de 600\$000 (seiscentos réis) e n.º de ordem 81;

Observamos que o referido Senhor, era presidente da Junta de Verificação e exercia o cargo de 2º Juiz de Paz.

10. Mathias de Jesus Melo, com 38 anos, lavrador, casado, 400\$000 (quatrocentos réis) e n.º de ordem 84;

A 4ª e última página do 1º quarteirão, abrange os votantes de número 91 até o 116. Entre os 26 lavradores, apenas um era elegível:

11. Manuel Pereira Alves, com 33 anos de idade, lavrador, viúvo, com 400\$000 (quatrocentos réis) e n.º de ordem 99.

No 1º quarteirão, de total de 116 votantes, somente 11 pessoas poderiam ser elegíveis, e portanto exercerem o mandato de deputados e cargos no conselho da província.

O 2º quarteirão denominado de Varzia abrange os votantes do número 117 a 145. Na 1ª página, estão os eleitores de número 117 e 118. Nela consta 02 (dois) lavradores e na 2ª página, (119 a 145) consta 27 lavradores. No total do referido quarteirão, todos os votantes em número de 29, exerciam a profissão de lavradores e entre eles não constava nenhum elegível, ou seja, portador de renda igual ou superior a 400\$000 (quatrocentos réis).

O 3º quarteirão denominado Garangau, estão os eleitores de número 146 a 187. A 1ª página com um lavrador (n.º 146), não elegível. Na 2ª página, aparecem os votantes de número 147 a 176. Entre eles estavam 29 lavradores, e 01 ourives. Do total de 31 cidadãos, sendo 30 lavradores e 1 ourives, somente 03 eram elegíveis.

1. Domingos Gomes da Cruz, com 75 anos de idade, ourives, casado, e 500\$000 (quinhentos réis) de renda anual e n.º de ordem (153).
2. Francisco Rodrigues do Nascimento, 67 anos, lavrador, casado, 400\$000 e n.º de ordem (156);



3. Luiz Francisco do Nascimento, 40 anos, lavrador, casado e 400\$000 (quatrocentos réis) e n° de ordem (174).

Na 3ª página abrange os votantes de número 177 a 187. Nela consta 11 lavradores e nenhum deles era elegível. No do 3º quarteirão temos 41 lavradores e 01 ourives, perfazendo um total de 42 votantes.

O 4º quarteirão foi denominado de Garangau do Pião. Nele estavam os votantes de número 188 a 196. Em uma página somente, contém a assinatura de 9 lavradores, sendo que destes, nenhum é elegível.

No 5º quarteirão, a Lagoa Seca, estão os votantes de número 197 a 228. A 1ª página compreende os de número 197 a 202, constando o nome de 06 lavradores, do qual somente 01 é elegível.

1. Agostinho da Costa Andrade, 59 anos, lavrador, casado, 400\$000 (quatrocentos réis) e n° de ordem 197.

Na 2ª página, estão os de número 203 a 228, e consta de 26 votantes, todos lavradores, sendo 05 elegíveis, são eles:

2. Francisco Antônio Passos, 47 anos, lavrador, casado, 800\$000 (oitocentos réis) e n° de ordem 203.
3. Fortunato Pereira de Almeida, 66 anos, lavrador, casado, 800\$000 (oitocentos réis) e n° de ordem 204.
4. José Calazans de Almeida, 28 anos, lavrador, casado, 500\$000 (quinhentos réis) e n° de ordem 208.
5. João Antônio de Andrade, 27 anos, lavrador, solteiro, 400\$000 (quatrocentos réis) n° de ordem 209.
6. Nicolau Pereira de Almeida, 44 anos, lavrador, viúvo, 600\$000(seiscentos réis), n° 224.
7. Victor Manuel Alves, 85 anos, lavrador, casado, 500\$000 (quinhentos réis) e n° de ordem 228.

Ao todo foram 32 votantes, dos quais somente 7 eram elegíveis.

O 6º quarteirão era o de Pedra Mole. Os registros vão desde os números 229 a 244. Na 1ª página, estão os de 229 e 230. Era com-



QUADRO DE QUALIFICAÇÃO DE VOTANTES DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA BOA HORA

posto de 02 lavradores, sendo ambos apenas votantes e não elegíveis. Quanto à 2ª página, abrangendo os números 231 a 244, consta de 14 lavradores, sendo que apenas 01 é elegível;

1. João Moreira de Siqueira, 50 anos, lavrador, casado, 600\$000 (seiscentos réis) e nº de ordem 237.

No total eram 16 lavradores, e apenas 01 tinha condições de ser elegível.

No 7º quarteirão, o de Macambira, foram registrados votantes desde o número 245 a 298. Na 1ª página que vai do número 245 a 258, consta o nome de 14 lavradores, sendo que nenhum é elegível. Na 2ª página estão os de número 259 a 288, constando o nome de 30 lavradores. Destes, nenhum elegível. Ao passo que a 3ª página, de 289 a 298, apresenta o nome de 10 lavradores, e nenhum elegível. Somando-se todas as páginas, encontramos 54 lavradores, cidadãos votantes, sendo que nenhum deles é elegível, o que nos leva ao convencimento de que nenhum deles representava força política frente aos órgãos públicos daquela comunidade.

Quanto ao 8º quarteirão, na época denominado de Cercado, estavam os votantes de número 299 a 326. Assim, à 1ª página - os de número 299 a 316 apresentou a relação de 18 lavradores, sendo que destes, 03 eram elegíveis. São eles:

1. Bemvindo José da Silveira, 35 anos, lavrador, casado, 400\$000 (quatrocentos réis) e nº de ordem 303;
2. Boaventura José da Gama, 31 anos, lavrador, casado, 400\$000 (quatrocentos réis) e nº de ordem 304;
3. João da Fonseca, 42 anos, lavrador, casado, 400\$000 (quatrocentos réis) e nº de ordem 314;

Na 2ª página, (nºs 317 a 326), temos 10 lavradores, sendo que destes, apenas 02 reuniam condições de serem elegíveis.

4. Manoel Delfino da Silveira, 40 anos, lavrador, casado, 600\$000 (seiscentos réis) e nº de ordem 322;
5. Manoel da Fonseca Menezes, 65 anos, lavrador, viúvo, 600\$000 (seiscentos réis) e nº de ordem 324;



Foram no total 28 lavradores, sendo destes 05 com condições de serem elegíveis.

O 9º quartelão, representa os votantes da Gameleira. Registrados sob o número 327 a 349. A 1ª página, compreende de 327 a 344. Nela,, consta uma relação de 18 nomes, todos lavradores, dos quais 09 eram elegíveis. Foram eles:

1. Antônio Tavares de Menezes, 35 anos, lavrador, casado, renda de 300\$000 (trezentos réis), com nº de ordem 330, consta como elegível. Não sabemos qual a razão.
2. Eugênio José de Andrade, 58 anos, lavrador, casado, renda de 600\$000 (seiscentos réis) e nº de ordem 332.
3. Francisco da Lapa Trancozo, 52 anos, lavrador, casado, renda anual de 600\$000 (seiscentos réis) e nº de ordem 334.
4. Francisco Lavres da Fonseca, 37 anos, lavrador, casado, renda de 600\$000 (seiscentos réis) e nº de ordem 336.
5. José Guilherme da Silveira, 38 anos, lavrador, casado, e renda de 400\$000 (quatrocentos réis) e nº de ordem 337.
6. Joaquim Manoel da Silveira, 31 anos, lavrador, casado, renda de 400\$000 (quatrocentos réis) e nº de ordem 339.
7. Lourenço Curvelo de Mendonça, 59 anos, lavrador, casado, renda de 500\$000 (quinhentos réis) e nº de ordem 342.
8. Manoel Sebastião Souza, 45 anos, lavrador, solteiro, renda de 600\$000 (seiscentos réis) e nº de ordem 343.

OBS: Antonio Teles da Fonseca, 72 anos, lavrador, viúvo, e renda de 400\$000 (quatrocentos réis) e nº 327, não consta como elegível.

Na 2ª página (nºs 345 a 349) consta a assinatura de 05 lavradores, dos quais apenas 01 era elegível..

9. Manoel Teles Passos, 58 anos, lavrador, casado, renda de 600\$000 (seiscentos réis) e nº de ordem 347.



QUADRO DE QUALIFICAÇÃO DE VOTANTES DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA BOA HORA

A região de Gameleira, com 23 cidadãos votantes, todos lavradores, tinha dentre estes 9 elegíveis, o que demonstra a sua alta representatividade econômica e política, com um percentual de 39,13 em relação ao número de votantes daquele quarteirão.

OBS: Observamos um equívoco emitido pelo Secretário ao não relacionar o Senhor Antonio Teles da Fonseca nº 327 como elegível com renda de 400\$000 e incluir o Senhor Antonio Tavares de Menezes (nº 330) com renda de 300\$000 (trezentos réis), como elegível o que não altera entretanto o nº de elegível, do quarteirão.

O 10ª quarteirão, era representado pelo Saco. Nela estavam os votantes de número 350 a 365.

Faz parte de uma única página, constando uma relação de 16 cidadãos, lavradores, sendo nenhum deles elegível.

O 11ª quarteirão, era a Ribeira. Composta pelos votantes de número 366 a 370.

Em uma única página, consta a relação de 05 lavradores, sendo que apenas um deles é elegível.

1. Domingos José Cardozo, com idade de 39 anos, lavrador, casado e renda de 400\$000 (quatrocentos réis), com nº de ordem 366.

O 12ª quarteirão e o de Mucambo. Aqui, estavam os votantes de número 371 a 452.

Na 1ª página, estão os de número 371 a 400, consta de 30 cidadãos votantes e lavradores, dos quais apenas 04 eram elegíveis, que são:

1. Antônio Joaquim da Silva, com 57 anos de idade, lavrador, casado, 400\$000 (quatrocentos réis), com nº de ordem 371.
2. Dionízio José de Góis, 35 anos, casado, lavrador e 400\$000 (quatrocentos réis), com nº de ordem 381.
3. Francisco Barreto de Farias Freire, 37 anos, lavrador, casado e 800\$000 (oitocentos réis) e nº de ordem 391.



4. Hermenegildo José Pereira Guimarães, 45 anos, lavrador, viúvo e 800\$000 (oitocentos réis) e n° de ordem 399.

Na 2ª página, encontram-se os de número 401 a 430. Consta uma relação de 30 pessoas votantes, todas lavradores, sendo que entre eles 02 (dois) são elegíveis.

5. José Barbosa dos Santos, 57 anos, casado, lavrador e 400\$000 (quatrocentos réis) e n° de ordem 405.
6. Manoel Victor da Fonseca, 62 anos, viúvo lavrador, e 400\$000 (quatrocentos réis) e n° de ordem 430.

A 3ª página, apresenta os número 431 a 452). Nela consta uma relação de 22 votantes, todos lavradores, sendo que nenhum é elegível. Em resumo, o respectivo quarteirão possuía 82 simples votantes (lavradores), e apenas 06 eram elegíveis. A predominância dos votantes do meio rural era de 100%, mas com representação política de 7,31% deste percentual.

O 13º quarteirão era o de Cajaíba. Os votantes de número 453 a 475 pertenciam a este povoado.

Na 1ª página (n°s 453 a 458) consta a relação de 06 pessoas, todas lavradores e simples votantes, e nenhum elegível.

A 2ª página (n°s 459 a 475) contem 17 assinaturas de lavradores, (simples votantes) e nenhum elegível.

No total são 23 lavradores, todos simples votantes, e nenhum elegível, o que demonstra falta de representação política.

O 14º quarteirão, denominado de Tapera da Serra era composto pelos votantes de número 476 a 491.

1ª página (n°s 476 a 486) com a relação de 11 lavradores votantes e nenhum elegível.

2ª página (n°s 487 a 491) com apenas 05 assinaturas de lavradores votantes e nenhum elegível.

No total, são 16 lavradores simples votantes, e dos quais nenhum é elegível.



QUADRO DE QUALIFICAÇÃO DE VOTANTES DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA BOA HORA

O 15º quarteirão, foi denominado de Terra Vermelha. Foi representado pelos votantes de número 492 a 512.

Faz parte de uma única página do documento, constando a relação de 21 lavradores, todos apenas simples votantes e nenhum elegível.

III - CONCLUSÕES:

1. Do total de 512 votantes, 507 tinham a profissão de lavrador, representando um índice de 99,04% dessa categoria, ficando as demais profissões (ourives, sapateiro, negociante e alfaiate) com 0,96%, sendo que as 03 primeiras representa 0,19% cada e o último 0,38%.

Fica demonstrada mais uma vez a história de uma sociedade arcaica, conservadora, patriarcal e discriminatória, vez que as mulheres e pobres não podiam participar do processo eletivo, dividindo a sociedade em cidadãos de 1ª, 2ª e 3ª classe, separadas pela renda.

De um universo de 512 votantes, na Freguesia de Campo do Brito, somente 43 deles eram elegíveis, o que representa apenas 8,40% do total, caracterizando-se assim, que somente os mais ricos conseguiam galgar cargos políticos e públicos.

2. Embora dividido em 15 quarteirões, em 07 destes (Varzia, Garangau do Pião, Macambira, Saco, Cajaíba, Tapera da Serra e Terra Vermelha), só existiam simples votantes em número de 168, não existindo nenhum que detivesse a qualidade de elegível.

Portanto de 512 votantes, existia um índice de 32,81% que não tinha nenhuma representatividade política, o que nos leva ao convencimento de que são as regiões de sítiantes mais pobres da Freguesia.

3. Levando em consideração apenas os 04 (quatro) quarteirões mais representativos da (Freguesia, Lagoa Seca, Gameleira e Mucambo), e tomando como referência o número de eleitores e elegíveis, temos um número de 253 eleitores, (49,41%)



votantes para apenas 33 elegíveis, e que representavam 78,57% do total de elegíveis.

4. Depois do quarteirão da Villa com 11 elegíveis, em um universo de 116 votantes, os dois mais importantes eram Gameleira com 09 (nove) e Lagoa Seca com 07 (sete), cada um deles representando respectivamente 26,19%, 21,42% e 16,66% e que somando-se teremos que os respectivos quarteirões eram responsáveis de 64,28% de todos os elegíveis, o que demonstra a força política, econômica, destas regiões até os dias atuais naquele município.
5. Os quarteirões de Garangau (2), Pedra Mole (1), Ribeira (1), somando perfazem um total de 04 elegíveis eram responsáveis apenas por 9,52% dos votantes elegíveis.

Os demais quarteirões, com elegíveis somavam 90,47%, o que demonstra sua grande representatividade política e social.

6. É espantoso que em nenhum dos quarteirões, consta a profissão de professor, a que nos leva a seguinte conclusão: os seus rendimentos eram inferiores a 200\$000 mil réis, ou a não existência, na freguesia dos mesmos, ficando demonstrado mais uma vez o des-caso que as autoridades dispensavam à educação.
7. Os quarteirões de n^os 4, 6, 7 (Garangaú do Pião, Pedra Mole, Macambira) devido a sua distância da vila e a pouca representatividade política das mesmas, despertavam pouca atenção das autoridades e foram células embrionárias dos municípios de Pinhão, Pedra Mole e Macambira, que conseguiram posteriormente sua emancipação política.

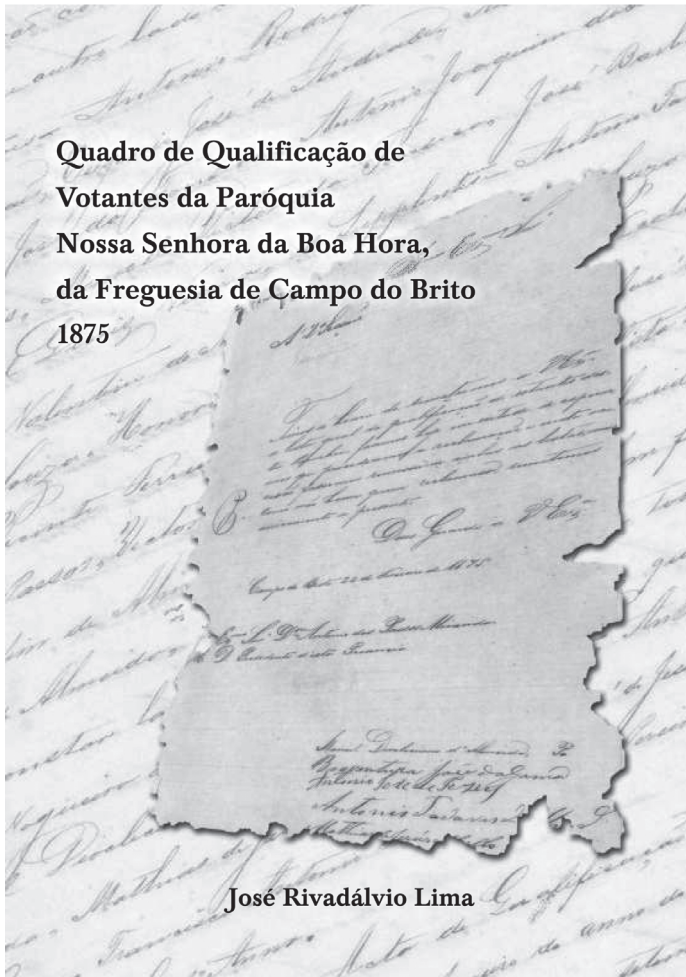
Pinhão e Macambira em 25-11-53 com a lei 525-A e Pedra Mole por força da lei n^o 1231 de 21 de novembro de 1963.

- 8- de um universo de 512 votantes e 43 elegíveis, somente quatro pessoas reuniam condições para ser Senador, ou seja, 9,52%. Destes 2(dois), do quarteirão de Lagoa Seca e os outros 2(dois), pertencentes ao quarteirão Mucambo.



QUADRO DE QUALIFICAÇÃO DE VOTANTES DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA BOA HORA

Fato que nos chama a atenção, é que embora o quarteirão de Gameleira possuí-se o maior índice de elegíveis por votantes, na lista não consta nenhum elemento com renda suficiente para concorrer ao cargo de Senador do Império.



BIBLIOGRAFIA

1. APES – Arquivo Público do Estado de Sergipe. Pacotilha TE³ – 51
2. Boletim do “Arquivo Público Estadual” – Aracaju (SE) – 1984 – Ano III, N^o 04.
3. BRASIL. A Constituição de 1824 e o Ato Adicional de 1834 – Programa Nacional de Desburocratização - PRND – Fundação Projeto Rondon – MINTER – 1986.
4. JAIRO, Nicolau. A História do voto no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Col. Descobrimdo o Brasil - 2^a ed, 2004
5. PEREIRA, Antonio. Reforma Eleitoral. Brasília: Universidade de Brasília. Col. Temas Brasileiros, v. 42, 1983.



EPISTOLÁRIO DE IRMÃ DULCE

Thiago Fragata*

RESUMO

Esse artigo apresenta as cartas que a Irmã Dulce escreveu à época do noviciado no Convento de Nossa Senhora do Carmo, de São Cristóvão/SE, para Madre Superiora da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição. Redigidas nos anos de 1933 e 1934, esses documentos desvelam o cotidiano, os afazeres, as brincadeiras, a homilia e a visão de mundo da adolescente Maria Rita Lopes Pontes durante a primeira fase da sua formação religiosa.

PALAVRAS-CHAVES: Irmã Dulce – carta – religião – São Cristóvão

1 Pós-graduando em História Cultural pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Professor da Rede Estadual de Educação (SEED-SE) e sócio-efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS). E-mail: thiagofragata@gmail.com



Irmã Dulce, em destaque, no Convento do Carmo em São Cristóvão/SE, 1934.

Crédito da foto: Acervo das Obras Sociais Irmã Dulce.

Gaetano Passareli esteve em São Cristóvão, antes de publicar **Irmã Dulce: o anjo bom da Bahia**, em 2003. Na ocasião, garimpava informações sobre a estada da religiosa no Convento de Nossa Senhora do Carmo, entre fevereiro de 1933 e agosto de 1934. Lembro da entrevista concedida pela Irmã Hilária, da Santa Casa de Misericórdia, a respeito do seu convívio com a Irmã Dulce, quando ela ainda se chamava Maria Rita Lopes Pontes. Foi nesse momento que tomei conhecimento de que a Irmã Dulce escrevera cartas e memórias sobre a quarta cidade mais antiga do Brasil.

Recentemente, recebi as transcrições que Adelita Pitanga executou a partir do epistolário de Irmã Dulce. Escrevo para compartilhar a descoberta e adiantar as primeiras impressões. Como dado geral, ou crítica externa, convém salientar que o epistolário é composto de três cartas manuscritas, arquivadas nas Obras Sociais Irmã Dulce, em Salvador. Dada sua importância, cópias escaneadas foram anexadas ao “Processo Histórico de Beatificação de Irmã Dulce”, que tramita no Vaticano desde junho de 2001.



As três cartas foram destinadas a Maria Imaculada de Jesus, nome de Elisabeth Maria Gertrudes Tombrock, fundadora e Madre Superiora da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição (IMIC), que estava no Convento de São Boaventura, em Nova York.

A primeira carta foi escrita no dia 19 de março de 1933. Nesta, Maria Rita revela o contentamento por estar no “*tão desejado Convento do Carmo*”, com as irmãs e a Mestra, Irmã Prudência. Sobre os afazeres diários, interpreta como pequeninos atos de amor que realiza feliz como uma criança. Recorre à proteção de Santa Terezinha de Liziêr para enfatizar que seus atos e pensamentos desvelam o “*caminho da infância espiritual*” traçado pela guia. Ela compara o postulante com um (re)nascimento, assim escreve: “*creanças de 6 mezes e até 1 mez e dias!...Raymunda chegou em agosto, quer dizer que tem 7 mezes quase. Maria de Lourdes, eu e Angelina temos 1 mez e [10] dias pois chegamos juntas no dia 9 de fevereiro... Eu penso que, quando chegamos ao convento, nascemos outra vez para viver só para Jesus*”.¹

Nas últimas linhas, a remetente informa que no sábado de Aleluia as postulantes pretendem fazer um boneco de Judas para queimar, que o testamento não faltará na brincadeira. A neófita promete mantê-la ciente das novidades.

Diferente da primeira, na segunda carta, de 27 de agosto de 1933, Maria Rita assina “*Irmã Dulce*”, corroborando batismo ocorrido no dia 13. O noviciado é o assunto dessa epístola. Fala da emoção e gratidão inenarrável para expressar o que sente ao “*vestir o hábito, que representa as cores da vestimenta de nossa Mãe do Céu*”; ao fazer a leitura das regras da IMIC ou mesmo para afirmar o quanto gostou do nome “*pois não só faz parte da Salve Rainha e ainda também, porque Dulce era o nome de minha mãesinha e é, o de uma irmãsinha*”.² Nestes

¹ Carta de Irmã Dulce para Elisabeth Maria Gertrudes Tombrock. São Cristóvão, 19 de março de 1933. Salvador, **Arquivo das Obras Sociais Irmã Dulce**. Transcrição de Adelita Pitanga. Original Manuscrita (ANEXO I).

² Carta de Irmã Dulce para Elisabeth Maria Gertrudes Tombrock. São Cristóvão, 27 de agosto de 1933. **Manuscrita**. (ANEXO II).



termos, falando da “Escola da Perfeição” que representa o noviciado, finaliza a missiva.

A última carta foi escrita em 18 de agosto de 1934. Nela, a temática predominante é a celebração da Santa Profissão e os votos prestados, intencionalmente, no dia 15 daquele mês e ano. Foi no dia 15 de agosto de 1909, há 25 anos, que a fundadora e Primeira Madre Geral, Maria Imaculada, tivera o milagre da cura, em Lourdes, na França. Em razão do fato histórico, o retiro presidido pelo Revmo. Vicente, que Irmã Dulce conhecia da terra natal, encerrou com uma procissão das internas até a gruta existente no convento carmelita, local de reflexões e adorações. A exultação da freira, “*esposa de Jesus*” pelos votos de pobreza, obediência e castidade, completou-se na “*presença do pai - Sr. Augusto Pontes Lopes - que Jesus trouxe para assistir o grande dia!*”.³

Sem fetiche, o epistolário de Irmã Dulce constitui fonte preciosa de informações aos historiadores. De forma explícita (datas, nomes, local etc) ou implicitamente (cotidiano, liturgia, o silêncio etc) as impressões facultam substanciar pesquisas diversas. Numa linguagem cinematográfica, a narrativa revela *flashes* de uma vida que teve São Cristóvão como cenário. Esse fato, desconhecido de muitos, não passou despercebido no cordel de Manoel d’Almeida Filho, **Vida, obra e morte de Irmã Dulce**, de 1992:

“Teve seu noviciado
Encaminhado ao convento
De São Cristóvão, em Sergipe,
Para cumprir seu intento
De trabalhar pelos pobres
Enfrentando o sofrimento.

³ Carta de Irmã Dulce para Elisabeth Maria Gertrudes Tombrock. São Cristóvão, 18 de agosto de 1934. **Manuscrita**. (ANEXO III)



EPISTOLÁRIO DE IRMÃ DULCE

No ano de trinta e três
Maria Rita cansada
A nove de fevereiro
Pela tarde era chegada
Ao seu destino, em Sergipe,
Por seu pai acompanhada.

Entregue Maria Rita
A noviça professora
Nas mãos da Irmã Prudência
A Madre Superiora
Que seria sua mestra
Para a missão redentora”.⁴

Naqueles anos de estudo, 1933 e 1934, a Irmã Dulce estabeleceu uma intensa relação com a cidade que “confirmou, através dos ares espirituais dos seus templos, a certeza da sua vocação religiosa”, - como ela gostava de lembrar. Sobre esse aspecto é pertinente lembrar que a gruta em que a noviça orava, no Convento do Carmo, virou local de visitação, um dos lugares da Irmã Dulce. Olga Braga dos Santos, 86 anos, grande amiga da noviça Maria Rita, lembra emocionada dos seus afazeres, como tocar o sino, tirar água da fonte, limpar o chão, das orações; lembra ainda da boneca Célica, o brinquedo inseparável da religiosa baiana. E dessa forma, a memória sancristovense revelada nos lugares e pessoas completa o epistolário de Irmã Dulce.⁵

⁴ ALMEIDA FILHO, Manoel de. **Vida, obra e morte de Irmã Dulce**. São Paulo: Ed. Luzero, 1992, p. 13. (Literatura de cordel)

⁵ SANTOS, Olga Braga dos (86 anos). **Entrevista concedida a Thiago Fragata**. São Cristóvão, 14/11/2006.



(ANEXO I)

Carta de Irmã Dulce para Elisabeth Maria Gertrudes Tombrock. São Cristóvão, 19 de março de 1933. Salvador, **Arquivo das Obras Sociais Irmã Dulce**. Transcrição de Adelita Pitanga. Original Manuscrita.

São Cristóvão, 19 de março de 1933

Minha mãesinha e muito querida Madre Geral
Jesus louvado!

Tenho immenso prazer, de vos escrever, do meu tão desejado Convento do Carmo. A medida que os dias se passam, sinto-me cada vez mais feliz, por ter DEUS, me dado tão santa vocação. Jesus é tão bom! E eu, pobre creatura, não sei com que lhe pague. Penso que só com o pequeno amôr do meu pequinino coração, que ainda por mais amôr que tenha, é pouco, para um DEUS tão grande. A exemplo de Santa Therezinha, eu acho, que devem ser agradaveis ao Menino Jesus, todos os pequeninos atos de amôr, por menores que sejam. Eu penso, que em todos os trabalhos que fizemos em todos os movimentos que praticarmos, podemos tirar proveito, para delles fazermos pequininos atosinhos de amôr. Por exemplo minha mãesinha, quando estou varrendo eu penso que cada grãosinho de poeira seja um acto de amor a Jesus. Quando corto as hostias, pois ajudo no serviço da Capella, faço de contas que cada Hostiasinha, seja uma alma para Elle; a força que eu emprego, para as cortar, que seja, a força do amor d'Elle, sobre as creaturas para que todas o amem. Collocando depois, as Hostias na lata, onde ellas ficam, eu penso assim; que Elle faça com que as creaturas, queiram se esconder, dos rumores deste mundo e só desejem ser vistas por Elle e ficarem tão escondidas como as Hostiasinhas na lata.

A principio, minha Madre, eu escondia estas coisas, só queria que Jesus soubesse. Porém depois, pensei que poderia servir para as postulantes e tive o seguinte pensamento; se todas as religiosas, e indo mais além, se os catholicos fizessem todos estes atos de amor, em nome d'aquelles, que não o fazem como Jesus não ficaria contente, embora estes atos sejam pequininos! Pensei tambem assim; eu ensino isto a minha Madre, para, se ella gostar ensinar as nossas



EPISTOLÁRIO DE IRMÃ DULCE

Irmãs. Não precisa dizer quem foi minha Madre, pois foi Jesus, quem me inspirou estes pensamentos, e não eu que nada sou. Se a senhora gostar, e quiser, acho que Jesus fica muito contante, pois se todas as Irmãs fizerem assim, quantos atos de amôr Elle não receberá por dia?!

Enquanto eu escrevo, estou pensando que a minha Madre possa achar ser isto tudo uma cousa de creanças. Mas minha Madre, eu quero mesmo ser uma creancinha pois aos pequeninos, é dado o “reino dos céos”. E as creancinhas, só podem fazer cousas pequeninas, não sendo eu capaz das grandes cousas, faço as pequenas e quando morrer Jesus só poderá me julgar como uma creança. Não é muito bom assim? Se me permite o termo, isto é uma esperteza que todos deveriam se aproveitar. Outra cousa também, que quero que a minha Madre saiba é o pensamento, de nos transformarmos espiritualmente em creancinhas. O nosso Postulantado tem creanças de 6 mezes e até de 1 mez e dias! Quer saber como? Olhe, Raymunda chegou em Agosto, quer dizer que tem 7 mezes quasi. Maria de Lourdes, eu e Angelina temos 1 mez e dias pois chegamos juntas no dia 9 de Fevereiro. Eu penso que, quando chegamos no convento, nascemos outra vez para viver só para Jesus. Como Jesus é bom! Tira-nos do mundo, traz-nos para vivermos só para Elle, e nos faz creancinhas; sim basta querer com Elle sermos creancinhas e logo o seremos. A principio custa um bocadinho mais depois é tão bom! Dou graças a DEUS, por nos Ter dado Sta. Therezinha que nos ensinou o “Caminho da Infancia Espiritual”.

Passando a outro assumpto, digo que gostei muito do nosso convento e das Irmãs também. A minha Mestra também é muito bôa; enfim aqui tudo é bom. Eu brinco muito e estou bem contente.

No sabado de Alleluia vão as postulantes fazer um Judas para queimar e também tem o testamento do Judas. Deixe estar, que mandarei dizer tudo como foi a minha Madre.

Terminando peço a bôa Madre mui respeitosamente a benção em Jesus, Maria e José a filha

Maria Rita
Carmo, 19 de Março de 1933



(ANEXO II)

Carta de Irmã Dulce para Elisabeth Maria Gertrudes Tombrock. São Cristóvão, 27 de agosto de 1933. Salvador. **Arquivo das Obras Sociais Irmã Dulce**. Transcrição de Adelita Pitanga. Original Manuscrita.

São Cristóvão, 27 de agosto de 1933

Minha mãesinha em Jesus e Maria e mui querida
Madre Geral
Jesus louvado!

É com grande alegria, que escrevo a bôa Madre, do querido e desejado Noviciado. Quanto é bom o nosso Jesus, em conceder esta graça, tão significativa, a mim pobre creatura, escolhendo-me para ser sua noivinha! Sinto-me tão feliz, minha bôa mãesinha, por pertencer a nossa Congregação e de vestir o habito, que representa as côres da vestimenta da nossa Mãe do Céu! Tambem a Ella, devo esta tão grande graça, não é?

Gostei muito da cartinha da nossa Madre, principalmente, do trecho em que nos aconselha: “a sua humildade reine em seus corações, - sua pureza nelle resplandeça, - sua simplicidade e retidão lhes seja estímulo à perfeição em todos os atos; andem como verdadeiras e fieis filhas de Maria. Todo seu pensar, falar, desejar e agir seja conforme o espirito da querida Mãe do Céu. “Oh! Minha mãesinha, e penna, nem sempre, pode exprimir o que nossa alma sente, pois neste caso, se ella pudesse, lhe diria o que em minha alma se passa, de gratidão para com Deus, sua Santissima Mãe e tambem para connvosco, o que de alegria, de felcidade acha-se possuída minha alma, por ser já a noiva de Jesus. Na terra, eu nunca poderei dignamente pagar, o amor que me tem manifestado o nosso Deus. Por mais que eu faça, para provar que O amo, e que lhe sou grata, ainda tudo é pouco! Ah! Minha Madre, nem sempre, os nossos labios, podem exprimir, o que em nosso interior se passa!

Tambem, gostei muito do nome, Irmã Dulce, pois não só faz parte da Salve Rainha e ainda tambem, porque Dulce, era o nome de minha mãesinha e é, o de uma irmãsinha.



EPISTOLÁRIO DE IRMÃ DULCE

Continuo bem contente, brincando, sempre muito feliz, graças ao bom Deus! Agora, que já estou na “Escola da Perfeição”, que é o Noviciado, espero, de Minha Mãe do Céu e de Jesus, todas as graças necessárias, para me tornar uma santa e mui fiel noviça, o que desejo de coração.

Terminando, peço a boa Madre e mui estimada Mãesinha, queira abençoar a filha em Jesus e Maria e sua humilde serva.

Irmã Dulce
Carmo, 27 de Agosto de 1933



(ANEXO III)

Carta de Irmã Dulce para Elisabeth Maria Gertrudes Tombrock. São Cristóvão, 18 de agosto de 1934. Salvador, Arquivo das Obras Sociais Irmã Dulce.. Transcrição de Adelita Pitanga. Original Manuscrita.

São Cristóvão, 18 de agosto de 1934

Reverenda Madre Geral (*fundadora e 1ª Madre Geral*)

Mui querida mãesinha.

Jesus louvado!

É com o coração cheio de alegria, que vos escrevo esta, a primeira que faço como Professora! Ah! minha mãesinha, como sinto-me feliz em ser a Esposa de Jesus! Até que enfim, sou toda d'Ele! Com a Mãesinha do Céu eu poderia exclamar "Magnificat anima mea Domino!" Sim, é Ella que agradecerá por mim ao Esposo Divino! E eu, no Céu, espero ter a ventura de melhor fazel-o, quero dizer, melhor agradecer a Jesus tantas graças, as quaes passo agora a contar-vos. Primeiramente, um santo retiro, presidido pelo Revmo Fr. Vicente, que eu já conhecia da Bahia. Até que enfim, terminado este, chegou o suspirado 15 de Agosto. Como descrever a alegria, a felicidade de pronunciar os santos votos! Agora sim, sou d'Ele e Elle é meu, pela obediencia, pobreza e castidade! Só tenho um desejo, é ser bem fiel aos santos votos e a tudo que Jesus quizer. Porém, minha Reverenda Madre, quero dizer-vos a grande graça, que Jesus me deu, de eu fazer a Santa Profissão, na presença do meu papai, que Jesus trouxe para assistir o grande dia! E mais do que isto, fiquei alegre, por vel-o receber o meu Divino Esposo, na Santa Communhão. Sim, logo depois que o Santissimo ficou Exposto, papai o recebeu em seu coração. Elle ficou aqui até a Quinta-feira, e d'aqui, seguiu para Aracajú, indo de lá a Recife e a Maceió, depois voltará a Bahia. Gostou muito do Carmo, da gruta e levou folhas e flôres de algumas plantas d'aqui como lembrança. Ficou muito contente pela minha Santa Profissão, muito commovido. No outro dia, pediu que se fosse possível, eu commungasse junto d'elle na Missa. Irmã Superiora mandou que eu ficasse por ultimo, depois das postulantes e elle commungou junto de mim. Como Jesus é bom!



EPISTOLÁRIO DE IRMÃ DULCE

Concedo-me não só, a felicidade de tornar-me sua Esposa, mais ainda, deu-me o presente de eu ver o papai tel-O em seu coração! E eu espero minha mãesinha, que papai fique mais religioso agora. Porém, ainda não tratei de um assunto, que para mim tem importancia, que é o das Bôdas de Prata, da vossa cura milagrosa em Lourdes! Ah como a Mãesinha do Céu é bôa! Amanhã, na adoração mais uma vez quero agradecer-Lhe. No dia 15, fomos em Procissão, a gruta com velas acesas e cantamos [ilegível] a querida Mãesinha do Céu. O papai ainda estava aqui. Eu, minha mãesinha, sinto-me feliz muito feliz, de ser vossa filha e principalmente de que pertenço a vossa querida Congregação, pois é a da Immaculada Conceição.

Terminando, agradeço os santinhos que me enviou e peço-vos rezais para que eu seja uma fiel Professa! Tambem não me esquecerei de vós bôa mãesinha e com respeito filial, pede-vos a benção a filinha e serva em Jesus Maria e José.

Irmã Dulce
18-8-1934





PÁGINAS DA SAUDE







EMMANUEL FRANCO
(10.04.1919 – 18.02.2008)

Ibarê Dantas*

A sociedade sergipana perdeu um dos seus mestres mais realizadores. Atuando como agrônomo, professor, pesquisador e escritor, Emmanuel Franco, em sua longa e profícua existência, prestou um grande serviço ao desenvolvimento do Estado.

Natural de Laranjeiras, filho de José de Barros Pimentel Franco e Maria da Conceição Vasconcelos Franco, proprietários da Usina Ribeira, Emmanuel Franco provinha de uma estirpe da aristocracia açucareira do vale do Cotinguiba.

Não obstante o patrimônio do pai, chegando a dispor de Usina, três engenhos e 1.200 cabeças de gados numa área de cinco mil tarefas, Emmanuel Franco construiu sua trajetória de vida pela dedicação ao estudo. Aluno aplicado da escola de dona Zizinha Guimarães, famoso estabelecimento pela qualidade de seu ensino, o jovem laranjeirense motivou-se pela aprendizagem de tal forma que estudar em Aracaju tornou-se um grande objetivo de sua mocidade. E tanto insistiu que terminou matriculando-se no Colégio Tobias Barreto e posteriormente no Atheneu, tendo como mestres os mais destacados

*Historiador e cientista político.



professores da sociedade sergipana, aliás, sempre evocados por seus alunos gratificados discípulos.

Concluído o secundário, foi para Salvador, onde ingressou na Faculdade de Agronomia da Bahia quando ainda funcionava no bairro de Montserrat. A turma de Emmanuel Franco, que colou grau em 1942, fora a última antes da transferência para Cruz das Almas.

Estudioso, tendo se destacado como aluno obstinado, ganhou a simpatia de influentes mestres, escreveu para autoridades de sua área de estudo e, em 1943, conseguiu o financiamento para um curso de Especialização na Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura no Rio de Janeiro por um período de cinco meses, plantando importante semente para sua ascensão profissional.

A essa altura já havia sido nomeado para Chefe de Posto no Maranhão, mas por questões burocráticas somente assumiu em 1945. Deslocou-se então para aquele Estado, num transcurso penoso, conforme depois narraria em seu livro de memórias, e encontrou uma repartição com estrutura precária com tudo por ser feito em meio a muitas dificuldades.

Mas Emmanuel Franco não desanimou. Prosseguiu estudando, pesquisando e tentando combater as pragas que dizimavam as lavouras da região. Um desses males que o preocupava era o chamado Anel Vermelho que afetava o coqueiro. Curioso, o jovem agrônomo empenhou-se em descobrir suas causas, mas verificou que precisaria recorrer a centros mais especializados, especialmente os Estados Unidos, onde havia universidades com pesquisas avançadas na matéria.

Determinado em seus objetivos, Emmanuel Franco mobilizou-se, recorreu a políticos influentes e conseguiu uma bolsa de estudo pelo Point Four Program da USDA sobre Nematologia e doenças e pragas da lavoura na Plant Reseacs Satation, Beltsville, Maryland e nas Universidades da Carolina do Norte, Flórida e Louisiana, de março de 1953 até fevereiro de 1954. Foi praticamente um ano de estudos, ilustrados com visitas muito proveitosas em várias estações experimentais do país.¹

¹ Sobre essa viagem e sua trajetória de vida, ver: Emmanuel Franco. Viagens uma semente plantada. Aracaju, J. Andrade, 2005.



Ao retornar cheio de entusiasmo, prosseguiu com suas pesquisas, exercitando os conhecimentos adquiridos, ao tempo em que exercia suas atividades profissionais como chefe de Posto de Defesa Agrícola em Sergipe, depois Inspetoria de Defesa Sanitária Vegetal. Contudo, por mais que investigasse e publicasse seus trabalhos sobre temas como seca, ecologia, marés, aproveitamento dos vales, adubação, chuvas, entre outros, queria mais interlocução. Portanto, empenhado em socializar seu saber, devotou-se ao ensino.

Em 1955, ingressou no Colégio Agrícola Benjamin Constant, onde permaneceu como professor até 1988. Lecionou também Microbiologia Industrial na Escola Superior de Química (1964/68). Entretanto, uma das suas maiores e mais duradouras contribuições ao ensino foi a de professor fundador de Biogeografia na Universidade Federal de Sergipe. Ao tempo em que ajudava a criar e estruturar a nova instituição, Emmanuel Franco instruiu e formou gerações até a sua aposentadoria, em 1991, com informações vastas e seguras, produto de uma vida dedicada ao estudo, à investigação e à reflexão.

Nome firmado como técnico inquieto e competente, membro da American Phytopathological Societal desde 1953, Emmanuel Franco foi ampliando sua área de estudos e expandindo suas atividades culturais. Ingressou como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, onde exerceu as funções de tesoureiro por vários anos. Foi membro da Associação Sergipana de Imprensa e da Academia Sergipana de Letras, nesta a partir 1970.

Como pleito reconhecimento, na última fase de sua vida recebeu numerosas medalhas e títulos beneméritos de diversas associações, inclusive da UFS, que o homenageou com o diploma de professor emérito.

Casado com Maria de Oliveira Franco, deixou quatro filhos: Emmanuel Franco Filho, Sandra de Oliveira Franco, Marco de Oliveira Franco e André de Oliveira Franco, além de vários netos.

No plano científico, legou aos sergipanos 23 livros e, segundo afirmou, mais de dois mil artigos em jornais e revistas, alguns dos quais revelando seus amplos conhecimentos sobre a sociedade patriarcal de



Sergipe, de modo especial, da zona do Continguiba, da qual era grande conhecedor e uma das grandes expressões intelectuais.

Livros publicados²

1. A Cigarrinha dos Canaviais – 1850
2. Bases da Agricultura Americana – 1954
3. Viagem de Estudos a Diversas Regiões Canavieiras do Continente Americano – 1955
4. Estudo de Ecologia Vegetal e Reflorestamento – 1956
5. Aproveitamento dos Vales de Sergipe -1960
6. Estudo sobre o Anel Vermelho do Coqueiro – 1964
7. Técnica de Adubação – 1965
8. Adubação do Açúcar
9. Adubação do Coqueiro – 1967
10. Estudo Ecológico do Clima de Sergipe – 1976
11. As Marés do Porto de Aracaju – 1977
12. Chuvas no Brasil – 1979
13. Biogeografia do Estado de Sergipe – 1983
14. Ecologia do Ceará – 1984
15. Biogeografia do Estado de Alagoas - 1988
16. Biogeografia do Estado do Rio Grande do Norte – 1985
17. Biogeografia do Estado da Paraíba – 1989
18. Biogeografia do Estado de Pernambuco – 1990
19. Biogeografia – 1º. Volume – 1990
20. Biogeografia – 2º. Volume – 1991
21. O Povo e a Linguagem de Sergipe
22. A Colonização da Capitania de Sergipe D’el Rei – 1999
23. Viagens uma semente plantada - 2005.

² Emmanuel Franco. Viagens uma semente plantada. Aracaju, J. Andrade, 2005, p. 279.



JOSÉ FRANCISCO
DE MENEZES
01.10.1917 – 29.02.2008

Ibarê Dantas*

Quando completou 80 anos, José Francisco de Menezes, em agradecimento às homenagens que lhe foram prestadas, pronunciou um discurso bonito, bem escrito, evocando sua trajetória de vida. Pouco mais de dez anos depois faleceu bem assistido pela família, mas pouco lembrado em Aracaju. Homem do interior, de origem simples, viveu grande parte de sua existência em Tobias Barreto, onde continuou muito querido, embora quase todos os seus companheiros de sua geração já houvessem partido.

Apesar dessas perdas, José Menezes manteve um dos traços mais marcantes de sua personalidade: a vivência sem alimentar amarguras e ressentimentos. Como ele próprio revelou em sua oração já referida, “conseguiu ajustar-se ao meio ambiente, galgando, pouco a pouco, os degraus da escalada sinuosa, contemplando os claros horizontes com uma fé redobrada e uma esperança permanente”.¹

Foi “pastor de cabras e ovelhas, vendedor de leite pelas ruas da velha cidade, entregador de mercadorias em carros de mão na praça comercial.”² Alfabetizado, o sonho de estudar ampliou-se, mas as ne-

¹ José Francisco de Menezes. Discurso proferido, em 04.10.1997, na Chácara Ana Paula.

² Idem.



cessidades de sobrevivência foram adiando seu projeto. Depois de passar um tempo no comércio, migrou para a capital com o fim de prosseguir os estudos. Empregou-se na firma A. Fonseca. Mas a permanência em Aracaju vai se tornando difícil. A atividade era absolvante, o salário pequeno e havia o apelo dos pais para regressar. Mesmo assim, entusiasmou-se com as leituras, enriquecidas com a interlocução com os colegas. Frequentou a biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, aproximou-se de Epifânio Dória, que impulsionava aquele Sodalício, e passou a admirá-lo como profissional e figura humana.

De volta a Tobias Barreto, apaixonou-se por uma jovem a quem dedicou-lhe o livro “Da Aurora do Crepúsculo” e casou-se. Com o processo de democratização em 1945, ingressou na política partidária por influência de seu pai, Francisco Sales de Menezes, que participava do *Partido Republicano* do Coronel Gonçalo Prado, Júlio Leite, Godofredo Diniz, Amando Fontes e tantos outros. Respalado pelo prestígio paterno, José Francisco de Menezes candidatou-se a prefeito e foi vitorioso nos idos de 1947. Concluída a gestão, o governador Arnaldo Garcez nomeou-o oficial do registro civil. Passados quatro anos, Menezes voltou a vencer a eleição em Tobias Barreto e, ao final de mais uma administração, foi nomeado Escrivão da Coletoria Federal em sua terra natal. De escrivão, passou a coletor e chegou a assumir a direção da Agência da Receita Federal em Sergipe.

Enquanto exercia os diversos cargos políticos e burocráticos, estendia seu círculo de amigos, cultivava leituras, interessava-se pela história do seu município, pela figura do grande conterrâneo Tobias Barreto, de quem tinha parentesco, chegando a elaborar alguns opúsculos como produto de sua investigação, além de criar trovas que tanto as divertiam.³

Aposentado, retornou a Tobias Barreto, onde passou as últimas décadas com bom humor, despedindo-se dos velhos amigos que se iam, mas sem lamentar as intempéries da existência. Visto de longe

³ Ver por exemplo: José Francisco de Menezes. Laudisláu Neto (Dignidade – Amor e Fé). Tobias Barreto/SE, 1993.



PÁGINAS DA SAUDADE

parecia impregnado do espírito dionisíaco, enquanto aceitava a vida com entusiasmo “em todos seus aspectos”. Expansivo, comunicativo, foi incorporando outras amizades, entretendo-se com seus livros, com suas trovas e semeando motivações para as leituras.

Depois de passar a vida cultuando sua terra, sua morte enlutou amigos, familiares, os associados do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e, de modo especial Tobias Barreto, que perdeu um filho extremado.





ARIVALDO FONTES - UM AGENTE DA CULTURA SERGIPANA NO RIO DE JANEIRO*

João Oliva Alves

O falecimento do coronel, professor e escritor Arivaldo Silveira Fontes, sergipano de Riachão do Dantas, ocorrido ao apagar das Luzes do mês de abril último (dia 30), no Rio de Janeiro, além da lacuna que abriu na presença ativa de um co-estaduano dos mais ilustres, em vários setores da cultura e da administração em que ele ainda atuava, representou a perda de um verdadeiro agente cultural de Sergipe, no sul do país e especialmente no Rio de Janeiro, onde ele residia.

Nascido em Riachão do Dantas, aos 18 de junho de 1923, Arivaldo já estava próximo de completar os 85 anos de idade, dos quais mais de metade foram vividos no centro-sul do país, para onde, ao terminar os seus estudos primários e secundários em Riachão e Aracaju, seguiu, visando abraçar a carreira militar. Este objetivo foi por ele alcançado com o término dos seus estudos superiores, em 1946, na Escola Militar de Rezende (RJ), quando foi declarado Aspirante a Oficial do Exército, e depois da haver passado, até 1944, pela Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre (RGS). Já ai o estudante das armas e futuro Coronel do Exército, que, aliás, desde os estudos primários em Riachão,

*Artigo de João Oliva Alves - Transcrito do Jornal Correio de Sergipe em Aracaju 06 de maio de 2008



revelara seus pendores intelectuais, escrevendo dissertações nos cadernos escolares e, mais tarde, no curso ginasial em Aracaju, redigindo jornais de Diretórios estudantis, logo se integrou à Redação da revista da Escola de Cadetes onde, ao lado dos assuntos de interesse da Escola, nunca esquecia de falar das reminiscências de sua vida riachãoense e sergipana. Esta linha de apego às cousas de seu Estado e da sua cidade natal foi sempre desenvolvida ao longo de toda a sua vida profissional como militar e também em cargos e funções civis que veio a desempenhar, após ter passado para a reserva do Exército ou mesmo antes, ao ser cedido para outros setores. Entre os vários órgãos de imprensa em que colaborou, podem ser citadas as revistas: “Aspiração” e “Ombro a Ombro” nas escolas militares que freqüentou e a “Revista do Clube Militar”, de que foi editor, além de muitos outros órgãos de imprensa, pertencentes aos Institutos Históricos e Geográficos do país, e para os quais sempre escrevia. Nesses órgãos, ao lado dos temas específicos e científicos, oriundos dos seus estudos acadêmicos e de suas pesquisas, ele sempre incluía matérias literárias relacionadas com a vida e personagens sergipanos, transmitindo, continuamente para os leitores, aspectos de ordem sociológica, política, cultural ou mesmo folclórica, dos ambientes e personagens enfocados.

Na vida militar recebeu sucessivas promoções até ser passado para a reserva na patente de Coronel. Frequentou inúmeros cursos e ciclos de estudos, da Escola Superior de Guerra e também cursos acadêmicos que o habilitaram inclusive ao magistério militar e civil, exercido no Colégio Militar, no Colégio Pedro II e como professor catedrático em faculdades de Universidades do Distrito Federal. Foi Chefe do Gabinete do Ministro da Guerra, na gestão Teixeira Lott e em 1963, cedido ao Governo de Sergipe, foi nomeado Secretário de Segurança Pública na gestão Seixas Dória, cargo que desempenhou com extraordinário equilíbrio e lealdade, num momento turbulento da vida do Estado e do País que culminou com golpe militar de 1964. Na oportunidade, tendo o Governador Seixas Dória tornado parte no comício que provocou a derrubada do Presidente João Goulart, achando-se ele no Rio de Janeiro, acompanhou o mesmo Governador de volta a Aracaju,



enfrentando o risco de desagradar o novo Poder Militar, já em formação e sofrer severas punições. Com a derrubada e prisão do Governador, tendo em vista sua atuação equilibrada, foi ele ainda distinguido com a nomeação pelo Governo Celso de Carvalho, para a Secretaria de Educação, não chegando, porém a empossar-se em virtude do veto ao seu nome, pelo novo Presidente da República. Depois disto, porém, Arivaldo Fontes ainda prestou serviços ao país, como Diretor Geral do SENAI, na gestão Albano Franco, na CNI, e como presidente da Fundação Osório, do Rio de Janeiro. Como escritor foi autor dos Livros “Vultos do Ensino Militar”, “Breve Introdução a História dos Colégios Militares do Brasil” - este em parceria com o Prof. Antônio Joaquim de Figueiredo - e “Figuras e Fatos de Sergipe”, em que revela todo o seu interesse em projetar os temas e personagens sergipanos, no mundo cultural brasileiro.





PALESTRAS







O TICO-TICO

Murillo Melins

Sinto-me honrado com o convite que me foi formulado pelos organizadores do Seminário Nacional (Manoel Bonfim e América Latina) a Dialética entre o Passado e o Presente. II Encontro de História e Cultura da UNIT.

Aceitei de bom grado falar sobre “**O Tico-Tico**”, revista que considero minha primeira escola, meu divertimento predileto e a qual me fez tornar amante da leitura.

Agradeço o meu início no mundo do saber, ao muito que ela trazia em suas páginas.

Diante mão, quero dizer que não estou tomando parte desse importante evento como palestrante, que não o sou, mas como um inveterado saudosista contador de estórias, e leitor assíduo e apaixonado do “**O Tico-Tico**”.

Quero iniciar minha pálida oração trazendo alguns dados pesquisados sobre a história do “**O Tico-Tico**” publicados em fontes diversas, narrando fatos que antecederam a publicação da centenária Revista e outros dados históricos à partir de 11 de outubro de 1905, data de sua fundação, até o término de sua publicação no ano de 1957, por não poder resistir e sobreviver a invasão dos super-heróis, que vinha acontecendo desde dos anos 30 com a criação do Suplemento Juvenil, Globo Juvenil, Gibi, Guri, com seus heróis e violentos



super-homens: **Súperman, Batman, Zorro, , Flash Gordon, Mandrake. Príncipe Submarino, Tocha Humana, Fantasma, Tarzan, Buck Rogers, Capitão Marvel**, os detetives **Charlie Chan e Dick Tracy**, que vieram compunção, tomar o lugar dos inocentes e engraçados personagens que alegraram e instruíram milhões de brasileirinhos, fazendo com que “O Tico-Tico”, depois de mais de meio século de bons e proveitosos serviços prestados à Nação, encerrasse melancolicamente sua publicação .

A Revista “**O Tico-Tico**”, foi fundada numa época em que ainda não havia o rádio , o cinema estava começando e televisão era obra de ficção, pelo deputado e empresário mineiro **Luís Bartolomeu de Souza Silva**, que segundo o cartunista e historiador **Álvaro Cotrim**, identificou duas versões para sua origem:

Uma de que o editor teria se inspirado na Revista **Semaine de Suzette** publicada na França, de fevereiro de 1905 até junho de 1940;

Na outra, que a idéia teria partido do jornalista e caricaturista **Renato de Castro**, juntamente com o poeta **Cardoso Júnior** e o professor e também jornalista, historiador, sociólogo **Manoel Bonfim**, que apresentaram a proposta da revista ao Luís Bartolomeu que aca- tou a idéia de forma entusiasmada, chegando a escrever no edital de estréia do jornal que deu origem ao “**O Tico-Tico**”: Este jornal vem preencher uma lacuna. É um jornal que se destina ao uso, à leitura, ao prazer, a distração das crianças. Não queremos a atenção nem o aplauso de gente grande; os pequeninos, os inocentes, os simples formam nos- so público. É para eles que escrevemos e se conseguirmos agradar-lhes teremos obtido o único triunfo que ambicionamos”.

O nome “**O Tico-Tico**” teria sido tirado de um dos pássaros de um viveiro da casa de Luís Bartolomeu. Outra versão diz que o título foi dado por Manoel Bonfim numa referência às escolas primárias , que à época eram chamadas de “Escolas Tico-Tico” nome anotado pelo Aurélio, que também aponta a palavra como sinônimo de “gente miúda.



PALESTRAS

O que dizer de uma publicação que teve em seu quadro de redatores regulares, eméritos professores, escritores, jornalistas, em sua maioria ligados ao “**Malho**”, importantíssimo órgão da imprensa de sua época, tais como: Manoel Bonfim, Bastos Tigre, Érico Veríssimo, Oswaldo Orico, Josué Montello, Herman Lima, Leonor Posada, Murilo Aranha, Gustavo Barroso, Monteiro Lobato, e eminentes colaboradores e leitores como Rui Barbosa, Olavo Bilac, Humberto de Campos, Malba Tahan, Luís da Câmara Cascudo, Carlos Drummond de Andrade, Jorge Amado, José Lins do Rego, Arnaldo Niskier, Catulo da Paixão Cearense, entre outros.

De uma equipe de tal monta somente poderia se esperar, além de entretenimento e lazer para as crianças de seu tempo, o objetivo de formar, à partir de seu conteúdo literário um determinado tipo de cidadão com um padrão de comportamento específico capaz de ajudar a construir uma sociedade ideal imaginada pela direção da publicação e naturalmente pelas classes sociais que eles representavam. Proposições moralistas e educativas mesclada com elementos de civismo e preceitos religiosos, em particular do catolicismo, religião então dominante no País, apareciam em suas várias seções destacando-se nos contos infantis, a história da “**A Vida de Jesus Contada para Crianças**”, contos infantis de cunho moral, poesias patrióticas, e narrativas de fundo histórico. Eram também registradas n’ “**O Tico-Tico**”, biografia de vultos ilustres da história Brasileira e Universal com destaque na política e economia, exemplos incentivadores a serem seguidos não só pelos pequenos leitores que foram alvo da dedicação e apreço do ilustre sergipano Manoel Bonfim, primeiro redator da revista, e que às crianças dedicou e desenvolveu muitas de suas idéias pedagógicas em torno do bem estar e educação infantil. Ele que em 1922 apresentou uma tese sobre o Direito Pueril, ou seja para que toda crianças deva ter uma lúdica, uma psicologia apropriada à sua faixa etária.

Ele já enxergava a criança como uma individualidade e não como um apêndice, que embora dependente da família, via nelas, um ser pensante que tinha seus direitos.



A revista também passou a ser lida por seus pais e outros adultos que acompanhavam as “**Lições do Vôvô**”, na “**Correspondência do Doutor Sabe Tudo**”, “**Na Gaiola d`O Tico-Tico**”, “**Porque Me Orgulho de Ser Brasileiro**”, “**Palestras do Tio Carlos**”, “**Via-gens de Malukof**”, seções permanentes da revista dedicadas a desenvolver um diálogo constante e positivo com os seus leitores.

Nota-se assim que as dimensões: moral e educativa sempre estiveram no cerne da criação da revista, constituindo mesmo a sua razão de ser, aspectos plenamente assimilados que viram na revista uma valiosa aliada para completar os seus esforços na formação da juventude brasileira.

Cada história, cada texto, uma lição de ética. Ao finalizar-se uma leitura, vinha sempre a reflexão do leitor, uma pergunta silenciosa: Moral da história ? Lia-se e refletia-se.

Em texto pesquisado lê-se:

“**O Tico-Tico**” manteve-se arraigado do início ao fim aos objetivos de entreter, informar e formar de maneira sadia a criança brasileira. Elaborado em um tom carinhoso, usando uma linguagem coloquial, perseguia a idéia de que o progresso do País dependia da educação das futuras gerações”.

Mensagem ao nosso ver, oportuna e atualíssima. Ontem como hoje, esse pensamento deve ser perseguido se quisermos um futuro mais humano e mais feliz para o nosso País tão carente de uma literatura infantil bem dirigida.

Aos poucos “**O Tico-Tico**” abriu um generoso espaço para os quadrinhos, arte que começava a aparecer em nosso país rudimentarmente em 1855 pelo litógrafo francês **Sebastien Auguste Sisson** com a historieta ainda sem enredo e personagem definida, com o título de “**O Namoro**”, publicada na **Revista Brasil Ilustrado**;

Em 1869 As histórias em quadrinhos, com enredo e personagens apareceram através do italiano **Ângelo Agostini**, com as “**Aventuras de Nhô Quim**”, contando as facetas de um matuto na Capital. Em 1883, Agostini abraçou o nome do personagem para o de **Zé Caipora**;



PALESTRAS

Nos anos de 1880, o famoso pintor sergipano **Horácio Hora**, escreveu e desenhou a historieta em quadrinhos intitulada: “**O Crime da Mala**”

Até 1905 a editoração infantil era toda importada dos Estados Unidos e Europa. No Brasil, poucos jornais de grande circulação dedicavam pequenos espaços aos leitores infantis, com os personagens importados como **Becassine, Tin-Tin e o João Felpudo**.

Em 1905 a revista em quadrinhos começou periodicamente a se fixar no Brasil, com “**O Tico-Tico**” inclusive com os personagens criados pelos nossos cartunistas e desenhistas que figuraram desde os primeiros números. O sucesso alcançado pela revista no seu primeiro ano de existência foi tanto, perante os pais, educadores e políticos que fez com que Luís Bartolomeu lançasse em 1906, o primeiro **Almanaque de Natal** que se tornou tradição durante cerca de 60 anos.

Destacam-se entre os desenhistas, cartunistas, criadores de personagens e suas histórias,

ÂNGELO AGOSTINI- criador do primeiro logotipo dentro do modelo de pureza infantil tinha o desenho de crianças nuas, brincando com as letras;

JOÃO BATISTA LOBÃO – com os quadrinhos de “**Manda Quem Pode**”;

LUÍS GOMES LOURÊDO que abraçou o garoto peralta e endinheirado o norte-americano, **Bust Brown** transformando-o no “**Chiquinho**” – 1920/1954 - perdendo o jeitão estrangeiro transformando-se em garoto típico do povo, vivendo interessantes e engraçadas aventuras ao lado de **Benjamim**, seu cãozinho **Jagunço** e a menina **Lili**

MAX YANTOK – criou os personagens: **Kaximown**, **Pipoca**, **Pandareco**, **Párachoque**, **Chico Preguiça**, **Vira-Lata**, **Barão de Rapapé** – 1910



ALFREDO STORNI – criou a pândega família liderada por **Zé Macaco e Faustina**; - 1911

ADOLFO AIZEN – Baiano nascido em Juazeiro que iniciou sua carreira na revista **Malho**. Ficou famoso já n' O Tico-Tico com as histórias em quadrinhos , “As aventuras de **Roberto Sorocaba**”

J. CARLOS – **José Carlos de Brito Cunha** – 1884/1950 – foi considerado pelo seu biógrafo, o desenhista Cássio Loredano, autor do trabalho “**O Rio de J. Carlos**”, como sendo o maior desenhista da imprensa no século XX. J. Carlos, além de muitos desenhos, juntou os três personagens ; **Carrapicho , Jujuba, Goiabada à Lamparina**, ao lado da patota americana **Gato Felix e Mickey Mouse**, em 1928

LUÍSSÁ -Luís Sá de Araújo , nascido em Fortaleza –Ce, em 28 de setembro de 1907. Chegou ao Rio de Janeiro aos vinte e tantos anos. O caricaturista **Manoel Queiroz** ao ver os desenhos de Luís Sá, apresentou-o à **Adolfo Aizen**, que o sugeriu que ele criasse uma história para “O Tico-Tico”. Tempos depois saíam do seu privilegiado lápis, personagens como o “Louro”, criando em 1931, imortal trio de prezepeiros: **Reco-Reco, Bolão e Azeitona, Pinga-Fogo e Maria Fumaça** e milhares de desenhos que encantou sensibilizou e divertiu milhões de crianças durante meio século; Ainda foi de **Luís Sá**, o desenho do segundo logotipo do O Tico-Tico que saiu com as publicações da revista, à partir de 1934;

THÉO – criou o personagem “**Tinoco o Caçador de Feras**”;

EDMUNDO RODRIGUES – o personagem **João Charuto**;

Além desses, outros desenhistas e cartunistas também com seus desenhos e caricaturas escreveram a história encantada d' **O Tico-Tico**, tais como: **Luis Peixoto, Daniel Cícero, Léo , Lino Borges, Percy Deane, Messias de Melo, K.Lixto** e tantos outros.



PALESTRAS

Ilustres brasileiros que declaravam-se leitores regulares e apaixonados que fizeram revelações públicassobre **“O Tico-Tico”**, à exemplo:

Rui Barbosa, o “Águia de Haia”, que encontrava na leitura d’ **“O Tico-Tico”**, o relaxante ideal nos seus momentos de descanso. Muitas vezes, referindo-se à pessoas ridículas, nomeava-os de alguns personagens da revista.

Na tribuna do Senado Federal, para ironizar um seu opositor que o questionara sobre a fonte de um assunto polêmico por ele abordado, sarcasticamente respondia: **“Li n’O Tico-Tico.”**

Carlos Drummond de Andrade, certa feita, declarou em crônica publicada, ser **“O Tico-Tico”** a segunda vida dos meninos do seu tempo. Em carta à **Álvaro Móya**, confessa a sua saudosa lembrança que sentia da revista que o ajudou a aprender a ler e a ver figuras no lendário ano de 1910; Dizia ainda: **“O Tico-Tico”** funciona também como uma escola disfarçada de brincadeira”

Luís da Câmara Cascudo, o grande folclorista também dizia que devia muito ao **“O Tico-Tico”**: “Aprendi a ler quase sozinho, aos seis anos, graças a **“O Tico-Tico”**”.

Meu primeiro contacto com o mundo encantado da Revista **“O Tico-Tico”**, data dos remotos anos da década de 30, quando ainda residia em Villanova, atualmente Neópolis. Precisamente no ano de 1933, meu pai Mário Melins – 1893/1990, fez uma assinatura anual daquela revista infantil, que apesar de ser publicação semanal, recebíamos os dois números a cada quinzena e com um certo atraso pois chegava à nossa Cidade após longa viagem por via marítima e fluvial – Rio de Janeiro/Maceió/Penedo/Villanova.

A chegada d’ **“O Tico-Tico”** era cercada de muita ansiedade por mim e minha irmã Marília. Lembro que algumas vezes fomos ao Correio para assistir a abertura da mala postal que trazia aquela encomenda quinzenal tão aguardada e que era o motivo de nossa alegria. Durante o trajeto de volta a nossa casa, já com revista em nossas mãos ,



íamos informando aos nossos amiguinhos e também ouvintes da leitura d' "**O Tico-Tico**", feita por meu pai. (Pois nos primeiros anos de assinatura ainda não éramos alfabetizados).

À noite, após o jantar, meus pais acomodados no confortável sofá de vime de nossa sala de visitas, eu , minha irmã e os amiguinhos sentados no assoalho ouvíamos atentos as lindas histórias ilustradas com exemplos sobre: **Bons Costumes, Higiene Corporal, Obediência, Caridade**, primeiros passos para sedimentação da nossa formação moral e religiosa, e nos deliciávamos com as aventuras dos nossos ídolos: **Chiquinho e Benjamim, Zé Macaco e Faustina, Reco-Reco Bolão e Azeitona, Carrapicho e Jujuba, Doutor Kaximbown, Tinoco o Caçador de Feras, Barão de Rapapé, Pafúncio e Marocas, Pandareco e Chico Preguiça, Bolinha e Bolonha, Tamarindo, Juca Pato, Ferra-Bode Pinga-Fogo e Maria Fumaça, e João Charuto.**

Como menino, vivia àquela época, no mundo da fantasia e não sabia o que era sofrer.

Naqueles tempos os personagens d' "**O Tico-Tico** me faziam feliz e enchiam de brilho os meus olhos de menino, ao ouvir as histórias e ver as figuras de:

CHIQUINHO -vestindo roupinha de marinheiro, fazendo suas peraltices acompanhado pelo inseparável companheiro **Benjamim** e seu cãozinho **Jagunço**;

KAXIMBOWN –tipo pernóstico, grã-fino, metido a intelectual e aventureiro, portando sempre um grande cachimbo, eterno candidato à **Academia de Letras do Mangue** que tinha sempre seus discursos sabotados pelo o invejoso **Pipoca**, companheiro nas viagens de aventuras por alguns lugares exóticos da **Pandegolândia**;

ZÉ MACACO E FAUSTINA – casal que se destacava pela fealdade e idiotice se esforçando sempre para aparentar boa educação e estar sempre na moda. **Zé Macaco**, marido apaixonado, por vezes



PALESTRAS

explosivo, vestindo costumeiramente largos e folgados paletós quadriculados, que lhes davam propositadamente a aparência de atleta, usava gravata borboleta, e penteado ostentando um vistoso pimpão, estava sempre pronto para gastar dinheiro em salões de beleza para melhorar a aparência física da sua amada Faustina, que em um certo dia voltou do Salão aos prantos e com os cabelos encaracolados, assustando até o seu marido, que exclamou ao vê-la: “Você está horrível”!... É que ela foi fazer um permanente nos cabelos e o aparelho aqueceu tanto que tostou a sua vasta cabeleira, deixando-a mais feia ainda.

RECO-RECO, BOLÃO E AZEITONA – os três traquinas que viviam aprontando no mundo d’ O Tico-Tico com suas irreverências e peraltices. Eram os personagens mais populares e queridos pelos leitores mirins.

E outros personagens engraçados que encheram de alegria a minha meninice.

O tempo foi passando. Fui me alfabetizando. Fomos morar na Cidade de Boquim. Nos momentos de saudade da terra que me viu nascer, longe do Rio São Francisco e dos amigos que lá deixei, para amenizar a monotonia da cidade quieta e pequena do interior que ainda não tinha cinema ou outra distração, à noite após a refeição, sentávamos à mesa lia as diversas seções d’ **O Tico-Tico**, procurava exercitar minha mente ainda em formação, e auxiliado por meu pai, procurava decifrar as cartas enigmáticas, matar as charadas, acertar as adivinhações e assimilar as lições sobre religião, moral e cívica, educação doméstica, bons costumes, noções de histórias abordadas nas seções: “**Gavetinha do Saber**”, “**Lições do Vovô**”, “**“**, “**Você Sabia**”? e “**Alfabeto Ilustrado**”, ou brincando, recortando e colando em cartolina as peças dos brinquedos de armar, como jogos de salão, castelos, casinhas, bonecos, carrinhos, e principalmente as figurinhas de personagens bíblicas do Menino Jesus, São José e Maria, Reis Magos, Pastores, animais, manjedoura, e outras peças que compunham o



cenário do presépio e que eram publicadas nos números d' **“O Tico-Tico”**, à partir do mês de agosto até novembro. Todas as figurastinham um número em sua base, para facilitar a localização durante a armação da “Lapinha”, que trazia na página central da edição do mês de dezembro a planta baixa com numeração correspondente à cada figura. Esses simples presépio ou “Lapinha”, depois de armado decorava e era exibido com orgulho na sala de visitas de nossa casa durante o período das Festas de Natal .

Com o tempo, nossos horizontes intelectuais iam ampliando. Passei a me interessar além dos personagens cômicos , na leitura das seções: **“Quadros da Nossa História”**, **“Decálogo de Deveres”**, **“Mensagem à Juventude”**, **“Este Mundo Curioso”**, **“Ciência Inacreditável”**, **“Palestras do Tio Carlos”**, **“Curiosidades Zoológicas”**, **“Biografia de Homens Ilustres”**, **“Viagens de Malukof”**, **“História da Civilização”**, **“Geografia das Américas”**, e **“Meu Jornal”**.

Naqueles velhos e bons tempos era comum ver-se durante os eventos cívicos e comemorações de datas históricas, oradores populares fazerem seus discursos plagiados em matérias publicadas n' **“O Tico-Tico”**, ou pequenos alunos recitarem em festas escolares, versos de Olavo Bilac, exaltando os símbolos nacionais e outras páginas de exaltação ao Brasil, escritas por Coelho Neto , Monteiro Lobato e tantos outros. Essas publicações sobre história e outras descrições escritas por nossos ilustres conterrâneos também eram temas passados aos alunos do curso primário pelos professores, para dissertações que faziam parte do currículo escolar, muitas vezes inspirados nas publicações do “O Tico-Tico”.

Em minha classe, a professora Fausta deu aos alunos, (para nota), a incumbência de fazerem uma dissertação sobre os símbolos nacionais. No dia do julgamento das tarefas, cada um apresentou o fruto do seu trabalho. Qual não foi sua surpresa ao ler a composição feita pelo aluno José Wilson!.... Ele apenas transcreveu a bela página , “A Bandeira Brasileira”, e na sua ingenuidade, escreveu no roda-pé, como tinha no original , “Olavo Bilac”



PALESTRAS

Foi através desse querido semanário que tomei conhecimento do “Tesouro da Juventude”, enciclopédia publicada em 18 volumes que era anunciada n’ **“O Tico-Tico”**, e cuja coleção era oferecida como um dos valiosos prêmios dos Concursos Permanentes que faziam parte da Revista.

Em 1940, já residindo em Aracaju, continuava lendo semanalmente o **“O Tico-Tico”** e participando algumas vezes do seu famoso concurso, no afã de ser contemplado com um dos prêmios, principalmente, “O Tesouro da Juventude”. Não obtendo êxito de ganhar o tal prêmio e desejando ler essa obra, passei a freqüentar regularmente pelo menos uma vez por semana a Biblioteca Pública, para ler volume por volume da enciclopédia. Ao término daquela agradável e proveitosa leitura já possuía uma noção mais ampliada dos assuntos que eu vira antes nas páginas d’ O Tico-Tico, que serviu de base para o meu aprendizado.

Revivi nessas páginas que escrevi, cheias de recordações que parecem não caber dentro do meu coração, os tempos de minha infância, quando pesquisei e reli as folhas empoeiradas do velho **“O Tico-Tico”**, tão querido e tão célebre ontem, e tão esquecido hoje, apenas reverenciado pelos seus leitores sobreviventes e os raros pesquisadores, da sua longa existência, como os estudiosos interessados de resgatar a história dessa **Revista**, como os que aqui se encontram participando desse Seminário.

Murillo Melins
Novembro/2005



REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE





EMMANUEL FRANCO, UM PESQUISADOR DOS PROBLEMAS DE SERGIPE

Vera Lúcia Alves França

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a oportunidade que o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe me concede para falar de um grande estudioso e pesquisador, prof. Emmanuel Franco.

Falar do professor Emmanuel Franco é evidenciar qualidades de uma pessoa que muito contribuiu para o mundo científico e cultural sergipano.

Era o ano de 1919, época em que o mundo vivia a Primeira Guerra Mundial quando, em 10 de abril, nasceu Emmanuel Franco, em Laranjeiras, a Atenas sergipense. Era filho de José Barros de Pimentel Franco e Maria da Conceição Vasconcelos Franco e fazia parte de uma família numerosa com seis irmãos, com os quais teve uma convivência harmoniosa e fraterna.

Na sua infância viveu em sua terra natal, Laranjeiras, cidade pacata e alegre, cheia de folguedos e festas, usufruindo das maravilhas do rio Ganhamoroba, onde se banhava prazerosamente com seus irmãos e amigos. Na zona rural, a cana-de-açúcar se constituía como principal riqueza econômica do município, explorada também pelo seu pai que era senhor de engenho.

Estudou as primeiras letras na sua terra natal, passando a frequentar a escola aos seis anos e sendo sua primeira mestra a professora Merandolina. No mesmo ano foi estudar com a Zizinha Guimarães,



professora famosa responsável pela formação de uma plêiade de laranjeirenses e com quem aprendeu Frances e esperanto. Dessa professora guardava fortes recordações e chegava a falar em sala de aula de sua capacidade de liderança, junto aos seus alunos.

Em 1931, após a conclusão dos estudos primários, veio estudar em Aracaju, no Colégio Tobias Barreto, dirigido pelo professor Zezinho Cardoso, transferindo-se para o Atheneu no ano seguinte. Lá teve oportunidade de estudar com professores famosos como Clodomir Silva, Artur Fortes, Santos Melo, Mário Vilas Boas, Abdias Bezerra e José Rolemberg Leite, consolidando a sua formação. Tinha participação ativa na vida política do Colégio e era sócio de clubes literários, o que facilitou o desenvolvimento de sua capacidade de escrita e sua iniciação no jornalismo, escrevendo nos jornais do colégio e, posteriormente, em jornais que circulavam na cidade, a exemplo do JORNAL O Tempo, dos irmãos Retirana.

Após a conclusão dos estudos secundários, em 1939, mudou-se para Salvador, onde foi estudar na Faculdade de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, colando grau em 1942. A escolha da profissão foi fruto da influência do seu pai que era muito dedicado à vida agrícola e quem lhe servia de modelo.

Naquele período conturbado da Segunda Guerra Mundial vivenciou a agitação que acontecia na capital baiana, participando de movimentos junto com seus colegas. Chegou a servir o Exército e se preparar para participar do contingente que participou dos campos de batalha na Itália. Com a conclusão do curso teve dificuldade de colocação e se decepcionou, sendo que posteriormente foi nomeado para a chefia da Defesa Vegetal, indo trabalhar no Maranhão, onde deixou marcas de sua atuação.

Sua inquietude e inteligência fizeram com que buscasse sempre saber mais e, assim, vai para o Rio de Janeiro, onde fez curso de especialização sobre Doenças e Pragas nas lavouras.

Posteriormente, a partir de muita luta e insistência, foi para os Estados Unidos, como bolsista, para estudar num centro de pesquisas agrícolas, em Beltsville, Agricultural Reserch Center, Plant Industry



PALESTRAS

Station, de onde trouxe várias inovações que contribuíram para a modernização da agricultura. Como resultado dos seus estudos, 1954, publicou o livro *Bases da Agricultura Americana*, muito utilizado por longo tempo, por muitos pesquisadores .

Nos Estados Unidos, entrou em contatos com as idéias sobre Ecologia, ficando fascinado e passando a aprofundar o seu conhecimento sobre a temática e chegando a publicar um livro sobre o tema, em 1956, em que demonstrava as relações que se processam entre clima, plantas, solo e fauna. Na Defesa Vegetal em Sergipe fez um trabalho digno de nota, estudando os diversos cultivos presentes no Estado como a cana-de-açúcar, o coco-da-baía, preocupando-se com as doenças e pragas que afetam a produção e produtividade. Uma de suas obras é o estudo sobre o Anel Vermelho uma doença nociva que, se não for cuidada, conduz à morte dos coqueirais.

Em 1955, contraiu matrimônio com Dona Maria de Oliveira Franco com quem viveu por mais de 50 anos resultando dessa feliz união quatro filhos: Emmanuel, Sandra, Marco e André.

Uma contribuição muito importante foi o estudo que realizou sobre as potencialidades dos vales sergipanos, resultando na obra: *APROVEITAMENTO DOS VALES DE SERGIPE*, publicada em 1960, muito utilizada, até hoje, por estudiosos e pesquisadores. Além disso, publicou *Estudo de ecologia vegetal e reflorestamento*, (1959), *Chuvvas no Brasil*, (1979), *A unidade climática em Sergipe* (1974).

Gostava de estudar e de divulgar o seu conhecimento e para isso publicava o resultado dos seus trabalhos em artigos de jornais, locais e nacionais, a exemplo da série de 25 artigos publicados no jornal o Estado de São Paulo.

Foi professor da Escola Agrotécnica de São Cristóvão onde desenvolveu um trabalho muito profícuo sendo lembrado pelos seus alunos até os dias atuais. Nessa obra demonstrou intensa preocupação com a Ecologia, tema que acompanhava seus estudos, desde a década de cinquenta.

Pela sua produção científica e pelo seu comprometimento com a vida cultural sergipana, foi eleito membro da Academia Sergipana de



Letras. Sua passagem pela Academia foi profícua, contribuindo para o seu dinamismo. Sua presença nas reuniões semanais era uma constante.

Em 1967, participou efetivamente da criação da Universidade Federal de Sergipe e passou a integrar o corpo docente do Departamento de Geografia, como titular, sendo encarregado de ensinar Biogeografia. Escreveu livros sobre a Biogeografia de Sergipe (1983 e 1992), lutando com dificuldades para a sua publicação, especialmente do segundo volume. Sua preocupação com a ação antrópica sobre a cobertura vegetal também era significativa, em decorrência dos níveis de degradação ambiental resultantes.

Tive a oportunidade de estudar com o professor Emmanuel Franco que tinha um enorme cabedal de conhecimento, que valorizava os seus alunos e adotava estratégias para que os alunos se envolvessem com a disciplina desde o primeiro dia de aula até o último. Para ele, estava seguindo o exemplo de sua professora Zizinha Guimarães que mantinha o controle e atenção dos seus alunos até o final das atividades.

Uma das estratégias era ser exigente na correção e não atribuir notas muito altas para que o aluno não fosse aprovado nas primeiras notas. Depois, dizia “*vocês são ótimos, mas... precisam estudar mais...*” Na última nota, afrouxava na correção e compensava o aperto dos primeiros meses e dizia que assim fazia para incentivar.

Com ele aprendi que o profissional deve se valorizar e assim afirmava: *não tenha medo, mostre conhecimento, faça bem feito, assine o seu nome de cabeça erguida... escreva, publique...* E assim, lá vou eu, com o incentivo de um mestre que almejava o crescimento e a projeção dos seus alunos.

Era uma pessoa educada, dócil, mas muito verdadeira. Certo dia, fui até a sua sala solicitar um livro por empréstimo e ele respondeu: *não, se quiser sente aqui e leia o que você quer tirar dúvida*. Ainda retruquei: *mas professor, eu vou devolver logo...* Ao tempo em que ele completou: *sabe por que não empresto meus livros, por que na cadeia não tem nenhum ladrão de livros...já perdi mais de 50...e não emprestou, tive que ler e fazer as anotações necessárias lá na sua sala*.



PALESTRAS

Na década de setenta, apresentou tese de livre docência sobre o tema O Estudo Ecológico do Clima em Sergipe, enfocando o ritmo das chuvas em Sergipe. Com a defesa e obtenção do título passou a ser geógrafo. Participou efetivamente junto ao grupo de professores que instituíram a pós-graduação na Universidade Federal de Sergipe, integrando o Núcleo de Pós-Graduação em Geografia.

Tive o privilégio de tê-lo como examinador nas minhas defesas de bacharelado e de mestrado, sempre muito exigente, mas com postura de um intelectual compromissado com a fidelidade científica.

Seu envolvimento com a ciência e com a educação fez com que permanecesse na Universidade até sua aposentadoria compulsória, fato que o deixou muito triste. Mas, sempre ia visitar os colegas e discutir novos temas. Com o passar dos anos, as visitas rarearam tendo em vista as dificuldades de locomoção.

Era um homem simples e desprovido de vaidades. Por ocasião de sua aposentadoria um grupo de colegas resolveu prestar-lhe uma homenagem. Compramos uma camisa e lhe ofertamos. No dia seguinte ele falou: *vocês são desperdiçadas, com o dinheiro da camisa dava para comprar quatro, quis trocar, mas, o dono da loja não deixou...*

No final do mês de fevereiro o professor Emmanuel Franco, aos 89 anos, partiu para a eternidade, mas a sua marca indelével permanecerá entre nós, pois como Gumersindo Bessa, Tobias Barreto, Gilberto Amado, Sílvio Romero, Fausto Cardoso, João Ribeiro e tantos outros sergipanos, não morrem aqueles que contribuíram com o seu pensamento para a sociedade nem aqueles a quem amamos.

Muito obrigada.

Aracaju, maio de 2008
Vera Lúcia Alves França